

DIVINO MARCOS DE SENA

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL
Um estudo sobre os camaradas (1808-1850)



2013

Universidade Federal da Grande Dourados

Editora UFGD

Coordenador editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Ilustrações de capa: Expedição no Porto de Cuiabá contra os índios Guaicuru (Hercules Florence)

Impressão: Gráfica Triunfal | Assis | SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981 Sena, Divino Marcos de.
S474 Livres e pobres no centro da América do Sul um estudo sobre os camaradas (1808-1850) / Divino Marcos de Sena – Dourados-MS : Ed. UFGD, 2013.
222 p.

ISBN: 978-85-8147-047-4

Possui referências.

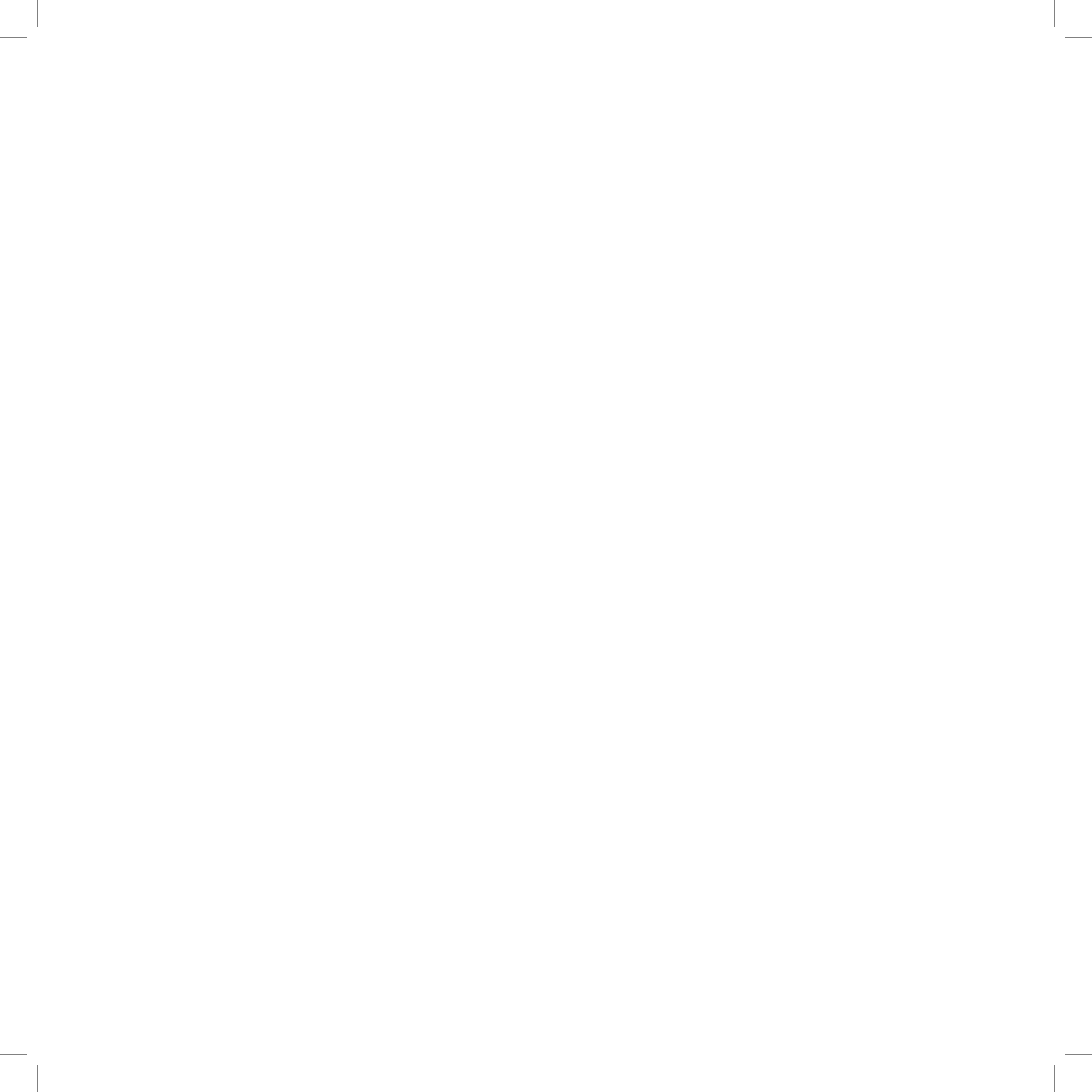
1. História – Brasil. 2. População rural. I. Título.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos.



Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado.

(Sandra Jatahy Pesavento)



ABREVIATURAS

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá)

CDR – Centro de Documentação Regional (UFGD)

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados



SUMÁRIO

Prefácio	13
Agradecimentos	17
Introdução	19
Capítulo 1 - MATO GROSSO: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	
Mato Grosso – espaços e população	27
População do Distrito de Serra Acima (1809)	40
Capítulo 2 - CAMARADAS, “VIVIAM DE AJUSTES”	
Ser camarada	67
Camaradas: acordos de trabalho	74
Camaradas: mobilidade espacial / recrutamento militar	90
Camaradas: índios, negros, brancos, mestiços e estrangeiros	99
Camaradas: estado civil / faixa etária	107
Camaradas: vontade própria / autonomia	110
Capítulo 3 - CAMARADAS: TRABALHO E COTIDIANO	
Camaradas na extração da ipecacuanha	119
Camaradas em propriedades rurais: lavoura e criação de gado vacum e cavalari	123
Camaradas no transporte fluvial	140
Camaradas no transporte terrestre	161
Camaradas: Entradas, bandeiras, fundação de lugares e abertura de estradas	183
Considerações Finais	191
Fontes	195
Referências Bibliográficas	203



PREFÁCIO

Livres e pobres no centro da América do Sul: um estudo sobre os camaradas é uma publicação que chega em boa hora, por adotar uma periodização histórica (1808-1850) pouco explorada nas pesquisas desenvolvidas no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, por abordar uma categoria social presente na documentação, mas que ainda não tinha recebido a devida atenção, e por estabelecer o diálogo entre as produções mato-grossense e sul mato-grossense dos últimos anos. Conexão historiográfica, observada no título da obra. A expressão “no centro da América do Sul” foi difundida por Carlos Alberto Rosa e amplamente utilizada entre os anos de 1995 e 2006 por pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa “A terra da conquista”, da Universidade Federal de Mato Grosso. Segundo Rosa, essa expressão visava enfatizar a importância e a posição geográfica da região em que estava localizada a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), atual cidade de Cuiabá.¹ A evocação da terminologia tinha como base o cronista setecentista José Barbosa de Sá, que afirmou:

... acha-se esta vila sentada na parte mais interior da América austral em altura de quatorze graus ao sul da linha em quase igual paralelo com a Bahia de todos os santos pela parte oriental e pelo ocidente com a cidade de Lima capital da Província do Peru, distante de uma e outra setecentos e cinquenta léguas que são mil e quinhentas que tem de latitude nesta altura do continente sentado a beira do rio Cuiabá um dos mais célebres braços do grande Paraguai.²

1 ROSA, C. A. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, C. A; JESUS, N. M. de (org.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

2 SÁ, B. de. *Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1975, p. 20.

Região central, mas também de fronteira geopolítica e de mineração. Importava aos trabalhos produzidos naqueles anos compreender as relações sociais, as práticas e o cotidiano, tendo como base, fundamentalmente, os manuscritos guardados no Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá. Eles trouxeram à tona discussões sobre irmandades, saúde, edificações militares, questão agrária, entre outras, no Período Colonial,³ que possibilitaram interpretações que escapavam das teses da decadência da mineração, da miserabilidade e da violência em voga nas décadas de 1970 e 1980.

Tínhamos, então, um importante avanço nas pesquisas que abriam caminhos para novas investigações. Da mesma maneira, as discussões sobre os oitocentos despontaram com novos temas, problemáticas, aportes teóricos-metodológicos e fontes documentais.⁴

O trabalho de Divino Marcos de Sena, a nosso ver, soma-se àqueles desenvolvidos nos últimos anos e, ao mesmo tempo, abre outras possibilidades de análises, já que tem a preocupação de apontar questões referentes à Capitania e depois Província de Mato Grosso que merecem ser analisadas.

Mais do que isso, ele se afasta das vilas e depois cidades de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade para tratar do distrito de Serra Acima (1809) (atual Chapada dos Guimarães – MT) e da freguesia de Nossa Senhora das Brotas (1838) (atual município de Acorizal – MT), ambos pertencentes ao termo do Cuiabá. Este caminho, de certo modo, foi seguido por estudiosos estabelecidos em Mato Grosso do Sul, que têm se dedicado a analisar a escravidão, o comércio, a questão indígena e agrária nas localidades da porção sul da Província de Mato Grosso.⁵ No distrito e freguesia abordados, Divino Marcos de Sena se deparou com expressivo

3 Algumas dessas pesquisas foram publicadas como capítulos de livro na obra de ROSA, C. A; JESUS, N. M. de (orgs.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003. Da mesma maneira, a produção histórica sobre Mato Grosso colonial pode ser observada em JESUS, N. M. de (org.). *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

4 Balanço da produção bibliográfica em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, respectivamente em QUEIROZ, P. R. C. A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço e PERARO, A. M; BORGES, F.T de M.; CANAVARROS, O.; NETO, V.J. Notas sobre a produção historiográfica acadêmica de Mato Grosso. In: GLEZER, R. (org.). *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

5 BRAZIL, M. C. Rompendo grilhões: insurgências de negros escravizados nos sertões de Mato Grosso. In:

número de homens e mulheres, livres e cativos, bem como com suas idades, estados civis e ocupações. Dentre eles, saltaram aos olhos os camaradas, indivíduos que “viviam de ajustes”.

Destacamos que as análises sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas dos arraiais e das edificações militares que surgiram em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX são importantes e ainda estão por serem feitas. Exemplos podem ser dados a partir da abordagem apresentada por Divino e pelo estudo do julgado de São Pedro D’El Rei (atual cidade de Poconé em Mato Grosso), envolvido na rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela por causa do título de capital da capitania de Mato Grosso.⁶ Portanto, as pesquisas sobre essas espacialidades nos permitirão mapear a região e ao mesmo tempo dar visibilidade à heterogeneidade dos grupos sociais e aos interesses existentes.

Por fim, destaque deve ser dado às fontes. Foram utilizados dois mapas de população inéditos,⁷ que, articulados aos relatos de viajantes, relatórios de presidentes de província e processos criminais, permitiram ao autor trazer à cena histórica os camaradas, suas ações e cotidiano. Eles nos são apresentados nos três capítulos desta obra, que é uma importante contribuição para os estudos dos livres e pobres do Brasil oitocentista.

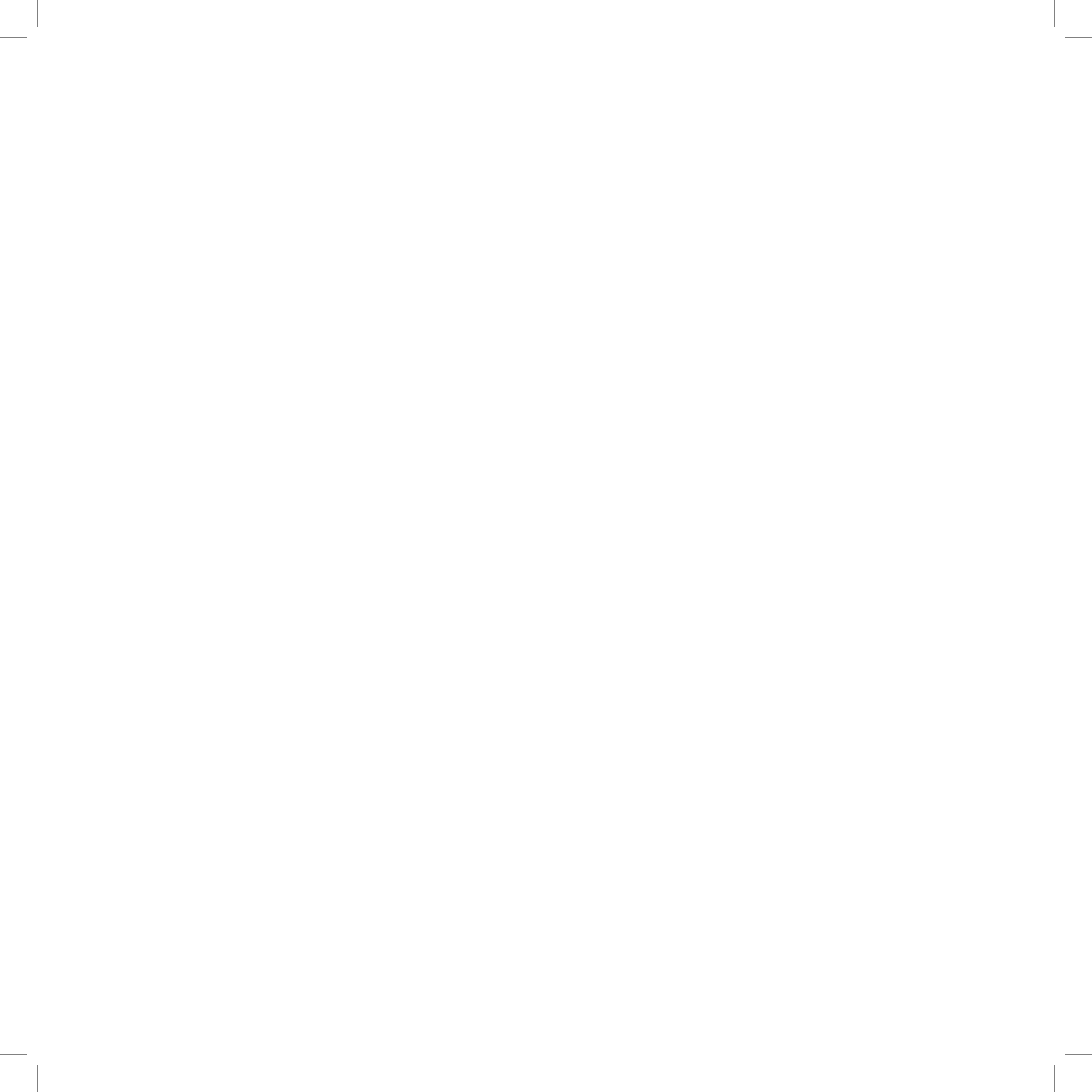
Nauk Maria de Jesus

Profª. Adjunta no curso de História –UFGD

MAESTRI, M.; ORITIZ, H. (orgs.). *Grilhão negro: ensaios sobre a escravidão no Brasil*. 1 ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2009. CANCIAN, E. ; BRAZIL, M. C. O Barão de Vila Maria: poder, história agrária e memória em Mato Grosso. In: BORGES, F.T. M.; PERARO, M. A.; COSTA, V. G. .. (orgs.). *Trajetórias de vidas na História*. 1 ed. Cuiabá: EDUFMT, 2009. CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830 - 1888)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. MOURA, Z. A. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul de Mato Grosso – séculos XVIII e XIX..* 1. ed. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2008.

6 Sobre a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela ver JESUS, N. M. de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Editora UFGD, 2011.

7 Vale destacar que a preservação do mapa de população de 1809, utilizado por Divino Marcos de Sena, deve-se ao trabalho minucioso de recomposição e estabilização do documento feito por Vanda da Silva e Hilário Teruya Junior, à época profissionais lotados no Arquivo Público de Mato Grosso.



AGRADECIMENTOS

O conteúdo deste livro é decorrente da minha dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal da Grande Dourados, em 2010. A pesquisa foi realizada com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com ajuda de algumas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente.

Agradeço a Deus pela dádiva da vida, e por me ajudar em vários momentos nessa minha caminhada terrestre.

Agradeço aos meus pais, Eugênio M. Sena e Zenira F. Corrêa Sena, que sempre me ajudaram nos momentos em que eu mais precisei. Vocês são, com certeza, as melhores referências de paternidade. Minha eterna gratidão por me indicarem os caminhos da vida e por me amarem profundamente.

Não menos intenso foi o apoio recebido por parte das minhas irmãs, Cristiane e Cristilene, e de meus irmãos, Eder e Wagner. Vocês fazem expressar bem o sentimento fraternal que existe entre nós. Grato pelo apoio.

Com imenso carinho agradeço à Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus, orientadora e amiga, e à Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito, que são para mim referências de docência.

Nas idas a Dourados contei com o apoio de dois grandes amigos que me ajudaram em tudo, Wilson José de Oliveira Mendes (Wil) e Alexandre Ostapenko (Ale). Em Corumbá encontrei amizade e companheirismo de outro grande amigo, Thierry Rojas Bobadilha, que me ajudou no desenvolvimento do trabalho.

Aos professores do Mestrado, Eudes Fernando Leite, Cláudio Vasconcelos, Alzira Menezat e João Carlos pelas discussões nas disciplinas do Curso. Agradeço também a contribuição dos professores, Dr. Carlos Alberto Rosa, Dra. Ângela Varela Brasil Pessoa, Dr. Valter Martins e Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, em especial à profissional e amiga Vanda da Silva, e aos responsáveis pelo Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR). À Jane Sgarini e Rosiane Carmona, amigas de graduação, incentivadoras e amantes da História.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente me ajudaram.

INTRODUÇÃO

Ângela Maria da Silva (agregada); Antônio Preto (camarada); Francisco Pereira (arriero); Faustino de Sousa Braga (camarada); Silvestre de Tal (feitor); Antônio Crioulo (ferreiro); Maria da Costa Preta (lavradora); João Nepomuceno (carpinteiro); João Exposto (agregado); Ângela da Fonseca (vive de agência); Maria Joaquina (vive de seu trabalho); que assim como Maria Ignacia e Francisco da Silva e outras pessoas, faziam parte de uma camada social complexa, conhecida pela historiografia referente à América Portuguesa e ao Brasil Império, como *homens livres e pobres*.⁸

Essas pessoas, como tantas outras, foram, durante muito tempo, pouco referenciadas na historiografia brasileira. Aliás, difícil são os dados sobre elas e reduzidos são os registros de suas presenças na sociedade que se formou no território conhecido pelo nome de Brasil.

Os livres e pobres não faziam parte das elites políticas, não pertenciam a famílias chamadas de tradicionais, ocupantes de cargos públicos, não foram pessoas homenageadas, que possuíam prestígio econômico, político e social. Mas, mesmo assim, estiveram presentes na configuração sociocultural e econômica do Brasil. É essa parcela da camada social que analisarei aqui, em especial aqueles que viveram na primeira metade do século XIX na inicialmente capitania e depois província de Mato Grosso.

A composição da sociedade brasileira no século XIX era complexa. Constituída basicamente de escravos, livres e pobres, e senhores; a diversidade era visível até mesmo no interior dessas camadas. Existiam vários “senhores”, diferentes tipos de escravos (escravos de lavoura, escravos domésticos, escravos de ganho, escravos de jornais etc.) e de livres pobres (camaradas, agregados (as), pequenos (as) lavradores (as), trabalhadores (as) de ofício, soldados, condutores

⁸ Optei por utilizar a expressão livres e pobres ao invés de *homens livres pobres*, por levar em consideração que a referida camada social era formada por mulheres e homens.

de tropa, mineiros pobres, domésticos (as), vendedoras de tabuleiros, quitandeiras, artesãos (ãs), lavadeiras etc.). Nessa camada existiam pessoas brancas (portugueses e brasileiros não índios); negros livres; indígenas e seus respectivos descendentes; mestiços, denominados cabras, mulatos, crioulos, caborés, pardos etc. Moravam nos ambientes rurais, urbanos e militares; eram mulheres, homens, crianças etc.

Distintos também eram os níveis de pobreza. Indivíduos que faziam parte dessa camada social possuíam diferentes padrões de pequenas posses ou mesmo a ausência total delas. Havia pessoas que, com o seu trabalho, às vezes, auxiliadas pela família, conseguiam acumular algum pecúlio e comprar um reduzido número de escravos (um, dois ou três) ou mesmo contratar os serviços de outros livres para ajudar na labuta diária. Havia também indivíduos que não tinham um pedaço de terra para morar e/ou trabalhar, viviam em casa de outrem, em troca de serviços a serem prestados.

Ao verificar o uso das palavras *pobre* e *pobreza* nas fontes consultadas para o presente estudo, foi possível constatar que elas foram empregadas para diferentes situações. Eram utilizadas para se referir às pessoas que não tinham o necessário para viver, ou que ao menos não se encaixavam no padrão de vida dos produtores das fontes (presidentes de províncias, juizes, escrivães, advogados, militares de alta patente, viajantes estrangeiros, senhores de escravos, de terras e/ou de negócios etc.). Além disso, elas eram utilizadas com sentido de pena, lástima ou que inspirasse compaixão.

Sendo assim, com relação à condição ou posição social, as palavras pobre e pobreza, de maneira geral, serviam para definir a situação de pessoas que tinham carência material, tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana, como por exemplo, alimentação, moradia, vestuário etc. E/ou também carência social, apoiados na impossibilidade ou incapacidade de ocupar cargos públicos ou de alta patente, bem como excluídos de ter acesso à educação.

Para Michel Mollat, o pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, que variam segundo as épocas e as sociedades. Tais meios são essenciais para garantir força e consideração social, como: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais (MOLLAT, 1989, p. 5).

É considerando a complexidade da camada livre e pobre que certa parte da sociedade da capitania/província de Mato Grosso⁹ foi estudada. Nesse sentido, ao verificar a existência de tantos outros “grupos” que faziam parte da referida camada social, este estudo terá como análise os camaradas, principalmente aqueles que moravam e/ou trabalhavam nos ambientes rurais.¹⁰

A temporalidade desta pesquisa corresponde à primeira metade do século XIX, especialmente entre 1808 e 1850. Por levar em consideração que o mercado interno da capitania de Mato Grosso foi formado ao longo do século XVIII e se ampliou nos primórdios do século XIX (ARRUDA, 1987), um dos objetivos deste trabalho foi verificar como os camaradas estavam inseridos na sociedade e contribuíram com a dinâmica interna do território de Mato Grosso na primeira metade dos oitocentos, especialmente nos ambientes rurais. O primeiro marco temporal (1808) está relacionado à vinda da família real portuguesa para o Brasil, o que provocou uma nova configuração política e social na então colônia lusoamericana. Para além disso, é de 1809 a fonte manuscrita mais recuada utilizada nesta pesquisa que traz informações sobre camaradas, ou seja, o *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*.¹¹ Já o período limite, década de 1850, é justificado pela lei de extinção do tráfico negreiro (*Lei nº. 581 - de 4 de setembro de 1850*) que estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos para o Império do Brasil, e que reordenou o comércio de escravos no país, bem como intensificou a regulação do trabalho assalariado e incentivos à imigração estrangeira em substituição à força cativa. No contexto regional, o período limite desta pesquisa está relacionado às modificações ocorridas

9 O território que correspondia à capitania e depois província de Mato Grosso passou a ser denominado Estado de Mato Grosso após a Proclamação da República do Brasil, no final do século XIX. Em setembro de 1943, parte do território dos estados de Mato Grosso e Amazonas foram desmembrados para formar o Território Federal do Guaporé (que três anos depois passou a ser denominado Território Federal de Rondônia). Em 11 de outubro de 1977, novamente o território do Mato Grosso foi dividido. Ficou determinada, por lei federal, a separação do mesmo, formando os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

10 Também encontrei referência da presença de camaradas em atividades urbanas, na mineração, na extração de sal e nos recrutamentos militares. Porém, minha intenção aqui está direcionada para camaradas que estiveram ligados aos ambientes rurais do Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX.

11 O Distrito de Serra Acima compreendia “imediações do Coxipó-Guassú, Aricaes Médio até o Cuiabá Mirim”, basicamente era onde atualmente está localizada a região do município de Chapada dos Guimarães no Estado de Mato Grosso (*Mapa de População do Distrito de Serra Acima –1809, APMT*).

na segunda metade do século XIX, quando a província de Mato Grosso recebeu um novo surto de crescimento econômico e populacional com abertura da navegação a vapor que a mantinha ligada ao Oceano Atlântico pelos rios Paraguai e do Prata, após 1850 e, mais ainda, depois da Guerra do Paraguai (1864-1870).¹²

Nesse sentido, abordarei momentos em que Mato Grosso era capitania e após a emancipação política do Brasil, assim como as demais capitanias, passa a ser província do Império do Brasil. Segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa, os momentos que seguiram à chegada da Coroa Portuguesa (1807 e 1808) foram de mudanças radicais na forma como a Colônia estava organizada politicamente. Em 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves, alterando seu *status* institucional. Entre os anos de 1808 e 1821, as palavras *capitania e província* “eram usadas de forma alternada e ambivalente na legislação editada pela Coroa Portuguesa, sendo ambos os termos utilizados na designação das unidades territoriais que integravam o império luso na América” (GOUVÊA, 2008, p. 17). Ao levar em consideração a temporalidade 1808-1850, quando me reportar ao período anterior a 1822 utilizarei o termo capitania e, para o subsequente, o termo província, para me referir às unidades político-administrativas territorializadas.¹³

Portanto, este estudo discute a presença de homens e mulheres livres e libertos (as) pobres que moravam e/ou trabalhavam em ambientes rurais do território de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, em especial os camaradas. O objetivo principal é entender a presença desses indivíduos no território de Mato Grosso, e também perceber de que forma estavam inseridos em algumas atividades produtivas num momento em que ainda não se dava a crise do trabalho escravo no Brasil.

12 Sobre as vias de comunicação e as transformações ocorridas no Sul de Mato Grosso, ver Queiroz (2004).

13 Existe informação em fontes consultadas de que a capitania de Mato Grosso passou a ter, como as demais capitanias do Brasil, a denominação de província depois de carta lei de 16 de dezembro de 1815, que elevou o Brasil à categoria de reino a Portugal e Algarves (*Mapa dos Municípios da província de Mato Grosso* – 1849). Porém, muitas fontes produzidas no Mato Grosso anteriores a 7 de Setembro de 1822 ainda utilizavam a denominação capitania, o que demonstra a lenta adequação da máquina administrativa portuguesa ao “estar no Brasil”.

O estudo das pessoas comuns ganhou espaço significativo nas produções historiográficas a partir da década de 1970. Esse impulso surgiu com a renovação e diversificação de objetos, fontes, metodologias e a elaboração de novas teorias da história verificadas ao longo do século XX, quando questões foram lançadas e novas temáticas passaram a ser alvo/objeto de preocupação dos historiadores.¹⁴ O enfoque deslocou-se do político para o social e cultural, ocorrendo maior interesse pelas pessoas pobres. Os populares passaram a ter destaque nas produções históricas, e o político, as relações diplomáticas e a cultura de elite não eram mais o único interesse dos pesquisadores, que passaram a dar importância para o estudo do cotidiano da maioria da população que vivia e produzia modos de vida peculiares.

Autores a exemplo de Carlo Ginzburg, Peter Burke, Jim Sharpe e Edward Thompson ressaltaram a importância em se estudar as parcelas da população que não faziam parte das elites. Eles criticaram a historiografia que por muito tempo desconsiderou o estudo das ações de pessoas comuns.¹⁵

Para o contexto brasileiro, Caio Prado Júnior é apontado como um dos primeiros a considerar a presença daquela camada na sociedade colonial. Em seu livro *Formação do Brasil contemporâneo* (1ª edição de 1942), descreve a composição social do Brasil no período colonial e aponta a presença de livres e pobres. Afirma que entre as duas categorias nitidamente definidas (escravos e senhores) e “entrosadas na obra da colonização comprime-se o número que vai avultando com o tempo dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos sem ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”. Caio Prado destaca as atividades desenvolvidas por livres e pobres, e definiu aquela camada social como sendo constituída, sobretudo de “pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios destacados

14 A renovação historiográfica está relacionada com a trilogia organizada, em 1974, por Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*, que ampliou a noção de fontes como quaisquer vestígios deixados pelo homem e não apenas a documentação escrita, oficial, além de expandir as possibilidades metodológicas, incluindo os importantes diálogos com as ciências irmãs. Ver Le Goff & Nora (1976). Ainda sobre a renovação historiográfica e a diversidade de objetos e fontes, ver Le Goff (1993), Burke (1992), Cardoso & Vainfas (1997), Chartier (2002) e Pesavento (2008).

15 Sobre esse assunto, ver Ginzburg (1993), Ginzburg (2007), Burke (1999), Burke (2006), Sharpe (1992) e Thompson (2005).

de seu *habitat* nativo [...] mestiços de todos os matizes e categorias [...] e até brancos, brancos puros [...]” (PRADO JUNIOR, 1973, p. 281-282).

Nos últimos 50 anos cresceu o número de livros¹⁶ e artigos¹⁷ que contemplam o estudo de livres e pobres em diferentes regiões do Brasil Colônia e Império. Com relação à historiografia regional, um estudo, talvez o primeiro a mencionar a presença da camada intermediária na sociedade local foi Virgílio Corrêa Filho, na obra *Pantanaes Matogrossense: devassamento e ocupação*. O autor se reporta à existência de pessoas livres e pobres, que, segundo ele, eram indispensáveis nas fazendas e usinas da região. Corrêa Filho se refere àquelas pessoas como constituintes de uma “classe de inferior nível social”, da qual faziam parte: “agregados, camaradas e os que não se alistam em nenhum destes grupos, embora vivam igualmente desprovidos de haveres, como os ribeirinhos modestos”. Na mencionada obra, Virgílio tece considerações sobre os séculos XIX e XX, e ao se referir à figura do camarada o define como “trabalhador rural”, que nos municípios sulinos, nas primeiras décadas dos novecentos, passou a ser chamado de peão “por influência forasteira” (CORREA FILHO, 1946, p. 122-123). As discussões em torno de “ser camarada” está presente no segundo capítulo deste livro. Por ora, é preciso frisar o pioneirismo das abordagens de Virgílio Corrêa Filho sobre a presença de pessoas pobres para a região de Mato Grosso no século XIX.

Outros estudos ao discutirem a sociedade mato-grossense nos séculos XVIII e XIX, abordaram indiretamente a presença dos livres e pobres ao considerarem as relações com outros grupos sociais e a inserção de todos eles na sociedade/cotidiano.¹⁸ O único trabalho identificado e que se refere em sua totalidade à temática relacionada a livres e pobres para o Mato Grosso é o de Eula Wojciechowski (2004), que discute o comportamento e cotidiano de homens livres pobres direcionados aos quartéis da província de Mato Grosso.

16 Ver Franco (1997), Samara (2005), Souza (2004), Castro (1987), Dias (1995), Barreiro (2002), Martins (1996) e Moura (1998).

17 Dentre outros trabalhos, menciono os seguintes: Graham (2005), Miranda (2002), Paiva (2007), Resende (2008), Resende (2007) e Lamounier (2007).

18 Dentre eles destaco Aleixo (1980), Volpato (1987), Lucídio (1993), Volpato (1993), Jesus (2001) e Machado Filho (2003).

Nas últimas três décadas aumentou o número de trabalhos voltados para o Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX. Porém, o estudo sobre livres pobres ainda é pouco explorado na historiografia regional, e para contribuir em tal discussão é que se pode enfatizar a importância desta obra.

De maneira geral, as produções sobre os livres e pobres demonstram não somente o interesse de pesquisadores por essas temáticas, como revelam a complexidade de pessoas pertencentes àquela camada da população.

Percebi a complexidade entre os indivíduos que eram denominados e que se autodenominaram como camaradas, bem como a multiplicidade de atividades a que estiveram relacionados e que desenvolviam, alguns como condutores de tropa, outros como remadores, por exemplo. Verificada essa heterogeneidade, as reflexões de Simona Cerutti (1998) foram importantes. A autora chama atenção para os problemas das classificações socioprofissionais, já que em alguns casos as categorias socioprofissionais não se adaptam à diversidade das situações. Isto foi verificado entre muitos camaradas identificados na documentação referente à região e ao período estudados nesta pesquisa, em que nem todos foram mencionados somente como camaradas, mas também pelo tipo de atividade que desenvolviam.

Dentre as fontes utilizadas para esta pesquisa estão os Relatos de Viajantes e Relatórios de Presidente de Província, do período de 1835 a 1860. Os primeiros podem ser encontrados em livros ou revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁹ e os segundos no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) ou na internet pelo endereço <http://www.crl.edu/content/brasil/mato.htm>. Utilizei também processos criminais e cíveis presentes no APMT, no Fundo do Tribunal da Relação referente aos anos de 1822-1850, todos correspondentes a diferentes localidades da província de Mato Grosso, alguns inventários *post mortem* e dois mapas de população inéditos – um do distrito de Serra Acima (1809) (atual Chapada dos Guimarães – MT) e outro da freguesia de Nossa Senhora das Brotas (1838) (atual município de Acorizal – MT), ambas as localidades pertencentes ao termo do Cuiabá.

19 Como bibliografia de apoio para trabalhar com viajantes menciono as seguintes: Barreiro (2002), Campos (1976), Lisboa (2000), Kraay (2005) e Oberacker (1976).

Estudar os camaradas foi possível por meio de pistas, sinais e indícios deixados pelos produtores das fontes. Segundo Carlo Ginzburg (2007), o trabalho do historiador se assemelha muito ao do detetive, porque a partir de sinais quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, consegue decifrar um enigma a partir daquilo que pesquisou, ou seja, investigou. Esses sinais foram reveladores, porque a partir deles pude encontrar informações sobre determinada parcela da população oitocentista, como fica demonstrado nos três capítulos que compõem o presente estudo.

No primeiro, intitulado *Mato Grosso - primeira metade do XIX*, faço algumas considerações sobre o contexto histórico da região nos séculos XVIII e XIX, em que procuro apresentar ao leitor o que era Mato Grosso no período estudado. Nesse capítulo, exponho informações sobre a constituição daquela sociedade mineira e de fronteira,²⁰ bem como a formação de ambientes urbanos e rurais, aspectos da população, as vilas e cidades que surgiram etc. Apresento também análise dos mapas de população utilizados nesta pesquisa, para entender como estava disposta a população de Serra Acima e de Nossa Senhora de Brotas, e a presença de livres pobres naquelas localidades.

No segundo capítulo, *Camaradas, “viviam de ajustes”*, discuto aspectos gerais sobre camaradas, quem eram aqueles sujeitos históricos, números de solteiros e casados, faixa etária, localidades onde estavam presentes etc.

Aspectos de vida e trabalho dos camaradas são discutidos no terceiro capítulo, intitulado *Camaradas: trabalho e cotidiano*, de modo a compreender como se deu a participação na dinâmica interna da capitania/província de Mato Grosso, momento em que apresento também algumas características do cotidiano de trabalho daqueles homens livres e pobres.

20 O termo fronteira-mineira demonstra a especificidade da capitania de Mato Grosso, já que estava situada em uma região localizada nos limites fronteiriços das possessões portuguesa na América, bem como por ter sido a mineração, no século XVIII, sua principal atividade econômica (JESUS, 2006).

CAPÍTULO 1

MATO GROSSO: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

A província de Mato Grosso, a mais ocidental do rico, e vasto Império do Brasil, é de um interesse reconhecido para o mesmo Império, servindo-lhe de antemural por todo o Ocidente e grande parte do meio-dia, cobrindo assim as províncias do Grão Pará, Goiás, e S. Paulo, e desenvolvendo uma fronteira dilatada de mais de quinhentas léguas [...]. Compreende esta província um terreno vastíssimo, colocado na parte mais central da América Meridional [...] (ALINCOURT, 1877/1878, p. 79-80).

Mato Grosso – espaços e população

O território correspondente aos atuais Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul, embora frequentado por paulistas desde o século XVII em busca de mão de obra indígena para trabalhar nas lavouras, só teve seu processo de ocupação nas primeiras décadas do século seguinte, com a descoberta de ouro nas margens do rio Coxipó. A partir de então teve início o processo de ocupação de territórios indígenas e a extinção e/ou catequização dos mesmos.

Carlos Alberto Rosa, ao consultar documentos dos anos 1700 com nomes de algumas sociedades indígenas, afirma que somente na bacia do rio Cuiabá estavam presentes os seguintes grupos: “Cruane, Curiane, Guachevane, Apocone, Araripocone, Araripone, Ariocone, Coxipone, Gregone, Guahone, Pavone, Pocone, Pupone, Bobiare, Bororo, Chacorore, Itapore, Tambegui, Tamoringue, Aricá, Cuiabá, Elive, Guale, Jape, Popu, Tuete” (ROSA, 2003, p. 14). A formação de ambientes urbanos e rurais ocorreu paralelamente à extinção de diversos grupos

indígenas. Bandeiras eram formadas para reprimir ataques de etnias que resistiam à ocupação do colonizador.²¹ O nativo, além de ser expulso, foi forçado a trabalhar. Alguns deles e seus descendentes destribalizados foram incorporados aos ambientes urbanos e rurais que se formaram na região central da América do Sul, muito deles como assalariados.

O ouro atraiu comerciantes, mineradores, trabalhadores de ofício e todo tipo de pessoas com as mais distintas ocupações para a região das minas. A Coroa Portuguesa procurava garantir a posse daquela região mineira e fronteira, bastante ameaçada pela presença de castelhanos e por grupos indígenas que lá moravam antes mesmo da chegada dos europeus. Para tal, foi necessário criar núcleos populacionais e montar um sistema administrativo nas possessões situadas além dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas.²²

Nesse contexto, nasceram os primeiros ambientes urbanos, rurais e militares. Dentre eles está o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá que surgiu em 1722 com a descoberta de veios auríferos próximos ao córrego da Prainha, e que em 1727 foi elevado à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Já na década de 1730, a descoberta de novos achados no vale do rio Guaporé contribuiu para a fundação, em 1752, de mais um núcleo urbano, Vila Bela da Santíssima Trindade, que, juntamente com a Vila do Cuiabá, formavam os principais ambientes urbanos da capitania de Mato Grosso.

Até 1748, o território localizado na fronteira oeste da América portuguesa fazia parte da administração da capitania de São Paulo, e somente naquele ano é que foi criada a capitania de Mato Grosso. A medida da Coroa Portuguesa em estabelecer a sede administrativa da nascente Capitania próxima à fronteira espanhola, no rio Guaporé, teve também por intuito efetivar as conquistas daquelas terras. Vila Bela, fundada para ser capital, a partir de então, abrigou o sistema administrativo, com seus funcionários públicos e militares (JESUS, 2006).

21 Nos Anais de Vila Bela e do Senado da Câmara de Cuiabá aparece menção de bandeiras organizadas para reprimir ataques indígenas em ambientes rurais da capitania de Mato Grosso (*ANAIS DE VILA BELA – 1734-1789*), (*ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ – 1719-1830*).

22 Sobre a política de povoamento no Mato Grosso, ver o trabalho de Silva (1995), e sobre a instalação do aparato administrativo, ver Canavarros (2004) e Jesus (2006).

Atividades ligadas a ambientes urbanos e rurais já eram presentes desde o século XVIII nos primórdios da mineração. Os ambientes urbanos estavam representados nas vilas com as câmaras, códigos de posturas municipais, edificações, comércio, ruas, fontes, cadeia, casa de ofícios mecânicos, igrejas, escolas, festas, teatro, dança etc. (ROSA, 2003). Da mesma forma, os espaços rurais no centro da América do Sul já estavam bastante definidos, verificável desde as primeiras investidas de paulistas na exploração de ouro, ainda quando a região pertencia à capitania de São Paulo. Tiago Kramer de Oliveira discute alguns aspectos da formação de ambientes rurais na referida região, e afirma que mais do que sertanistas em busca de índios e metais, havia fazendeiros, senhores de engenho, roceiros e lavradores nos ambientes rurais, que estavam articulados com ação de homens de negócios, comerciantes locais, comerciantes monçoeiros e autoridades do poder administrativo (ouvidores, provedores, intendentes, vereadores, oficiais da câmara etc.) (OLIVEIRA, 2008, p. 18). Além disso, a concessão de sesmaria no século XVIII e parte do XIX foi estudada por Vanda da Silva como espaços aproveitados para atividade de plantio e criação (SILVA, 2008, p. 81).

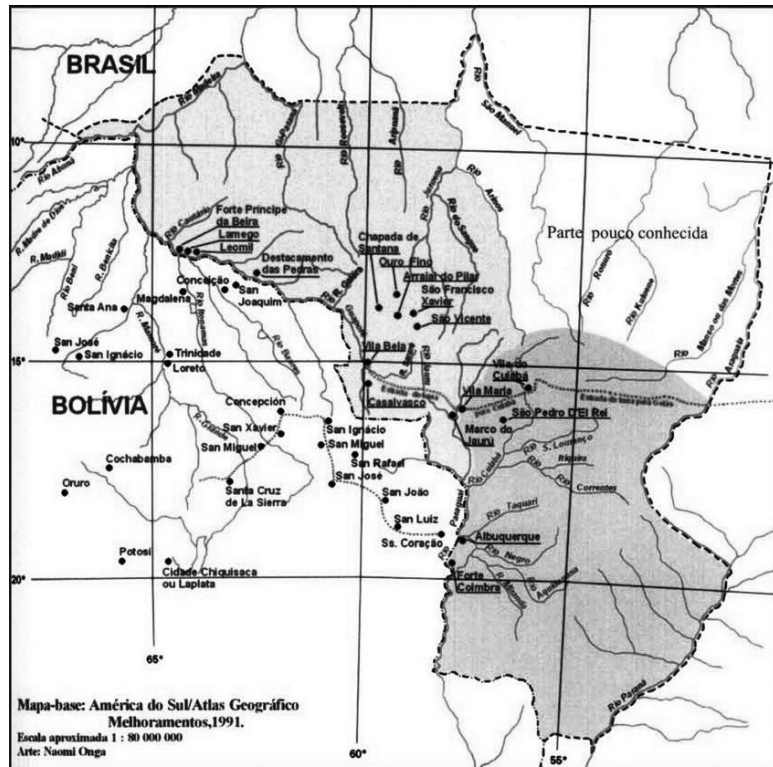
No século XVIII, as principais concentrações humanas não-índigenas estavam próximas aos vales dos rios Cuiabá e Guaporé. Na década de 1770, na administração do Capitão General Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foram tomadas iniciativas para proteger e demarcar a fronteira da capitania, sendo fundadas vilas e fortificações. Assim foram fundados o Presídio de Nova Coimbra (1775), Vila Maria do Paraguai (1778) e a povoação de Albuquerque (1778). Além desses, o mencionado Capitão General mandou fundar o Forte Príncipe da Beira, as Povoações do Viseu (1776) e de Casal Vasco (1783) (*Notícia resumida do tempo da fundação e nomes dos fundadores dos principais lugares da capitania de Matto-Grosso – 1857*).

Quanto à organização administrativa, a capitania de Mato Grosso no final do século XVIII estava dividida em dois termos: o Termo do Cuiabá, com sede na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, e o Termo do Mato Grosso, com sede em Vila Bela da Santíssima Trindade. Além de compreenderem os espaços urbanos dessas vilas, o Termo circunscrevia a delimitação das demais áreas do município, onde estavam presentes estabelecimentos rurais, fortificações, destacamento militares, pequenos povoados etc. (ROSA, 2003).

Segundo Jovam Vilela da Silva, nos mapas de população de 1769 e 1797 aparece a população mato-grossense com forte dosagem de mestiços, com diferentes titulações, como: brancos, bastardos, caborés, mulatos livres, mulatos escravos, pretos escravos e pretos livres (SILVA, 1995, p. 212), o que demonstra uma composição social complexa quanto à formação humana. A capitania de Mato Grosso encerrava o século XVIII com uma população com menos de 30 mil habitantes.²³

²³ Duas fontes que citam o número de habitantes para o ano de 1800, ambas elaboradas no governo do Capitão General Caetano Pinto Miranda Montenegro e assinadas por ele, mas apresentam resultados discordantes. Por exemplo, o *Mapa dos Habitantes que existem na Capitania de Matto Grosso em o anno de 1800* – APMT e o *Extracto do mappa de população de 1800* apresentam, respectivamente, 25.821 e 27.690 habitantes.

Mapa 1 – Capitania de Mato Grosso



Fonte: FERNANDES, Suelme Evangelista. *O forte príncipe da beira e a fronteira noroeste da América portuguesa (1776-1796)*. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFMT, Cuiabá, p. 83.

À medida em que avançava a primeira metade do século XIX, cresceu a quantidade de lugares habitados no território de Mato Grosso. Foi significativo o número de vilas, arraiais, freguesias, povoados etc. que surgiram. Quanto à divisão civil do território,²⁴ ele já não contava, por volta de 1828, com apenas dois Termos como na centúria anterior, mas sim três, sendo eles: do Cuiabá, Mato Grosso e Diamantino.

O Termo do Cuiabá ocupava uma grande superfície e compreendia as seguintes povoações: cidade de Cuiabá;²⁵ Aldeia da Chapada, ou Lugar de Guimarães; Lugar de Camapuá; Vila Maria; Arraial de S. Pedro d'El-Rei; Lugar do Rio Grande, ou Araguaia; Aldeia da Misericórdia do Baixo Paraguai, e a Povoação de Albuquerque²⁶. O Termo do Mato Grosso compreendia a cidade de Mato Grosso (antiga Vila Bela da Santíssima Trindade);²⁷ Arraial da Chapada de S. Francisco Xavier, que foi uma das suas primeiras povoações; Povoação de Casal Vasco; e Arraial de S. Vicente. Já o Termo do Diamantino contava principalmente com a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, enquanto que os “seus chamados Arraiais eram todos insignificantes, contendo apenas meia dúzia de casas, ou choupanas cobertas de palha, as

24 A divisão militar possuía três capitânias-móres, correspondentes às mesmas extensões e limites dos Termos.
25 A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi elevada à categoria de cidade pela carta de lei de 17 de setembro de 1818, e declarada capital da província pela lei provincial n. 19 de 28 de agosto de 1835 (*Mapa dos municípios da província de Mato Grosso – 1849*). Porém, grande parte da administração foi transferida anos antes, durante governo de Francisco de Paula Magessi de Carvalho (1819-1821).

26 Em 1776, ou seja, dois anos antes da fundação da povoação de Albuquerque (Corumbá), os sertanistas a mando do governo da capitania de Mato Grosso chamaram de Albuquerque o lugar próximo à foz do rio Miranda na margem oeste do rio Paraguai. Daí a confusão dos nomes entre a povoação de Albuquerque (Corumbá) e a área que também continuou sendo chamada de Albuquerque e que abrigou uma Fazenda Pública de Gado, a “Missão/Aldeia da Misericórdia” dos padres capuchinhos (1819) e a Freguesia Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque. Para fazer a distinção entre os locais, denominavam Povoação de Albuquerque ou simplesmente Povoação o que ficava mais ao norte, e o local mais ao sul chamaram apenas de Albuquerque. Além disso, os moradores e funcionários imperiais passaram a denominar a do sul de Albuquerque Nova e a do norte de Albuquerque Velha. Nas últimas décadas da primeira metade do século XIX a Povoação gradativamente passou a chamar Corumbá, retornando a denominação indígena, e Albuquerque manteve a designação dada pelos seus visitantes de 1776 (MELLO, 1966, p. 47, 80 e 87). Nesta obra utilizarei as expressões Povoação de Albuquerque e Corumbá para se referir ao lugar onde atualmente está a cidade de Corumbá.

27 Em 17 de setembro de 1818, por carta de lei, Vila Bela da Santíssima Trindade foi elevada à categoria de cidade e passou a ser denominada Mato Grosso (*Mapa dos municípios da província de Mato Grosso – 1849*).

mais bem construídas estavam nos Sítios, Engenhos e Fazendas” (ALINCOURT, 1880/1881, p. 40-49).

Simultâneo ao crescimento dos espaços ocupados deu-se o aumento populacional. Segundo levantamentos apresentados por Luiz D’Alincourt,²⁸ a província de Mato Grosso na década de 1820 contava com aproximadamente 35.353 habitantes, como fica especificado na tabela seguinte.

Tabela 1 – População da província de Mato Grosso classificada por idades (1828)

Classificação da população por idade e classe	Livres por classe								Cativos por classe				Total de classe por idade			
	Homens				Mulheres				Homens		Mulheres		Livres		Cativos	
	Branco	Índio	Pardo	Preto	Branca	Índia	Parda	Preta	Pardo	Preto	Parda	Preta	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0 até 10 anos	654	224	1.959	338	490	212	1.864	338	302	563	280	675	3.175	2.904	865	955
10 a 20 anos	329	241	1.535	225	470	146	1.564	278	176	1.533	191	889	2.330	2.458	1.709	1.080
20 a 30 anos	391	98	888	207	410	148	1.284	268	158	2.008	152	949	1.584	2.110	2.166	1.101
30 a 40 anos	302	63	579	193	242	76	732	231	94	1.387	82	569	1.137	1.281	1.481	651
40 a 50 anos	240	35	379	166	155	61	513	230	60	941	46	370	820	959	1.001	416
50 a 60 anos	187	34	279	131	109	29	296	179	32	473	46	125	631	613	505	171
60 a 80 anos	160	26	189	158	92	34	186	180	11	330	12	102	533	492	341	114
80 a 100 anos	29	2	32	59	18	4	66	82	8	102	9	40	122	170	110	49
Soma parcial das classes	2.292	723	5.840	1.477	1.986	10	6.505	1.786	841	7.337	818	3.719	10.332	10.987	8.178	4.537
Soma geral das classes	10.332				10.987				8.178		4.537		21.319		12.715	
Soma geral	21.319								12.715				34.034			

28 Luiz D’Alincourt nasceu em 1787, em Oeiras, Portugal. Foi militar, escritor, memorialista e pesquisador português. Assentado como praça na Brigada Real em 1799, foi transferido para o Regimento de Artilharia de Lisboa e depois para o Rio de Janeiro, em 1809. Radicado no Brasil, fez parte do Corpo de Engenheiros. Por meio de suas viagens de pesquisas, prestou serviços às províncias de Mato Grosso e Goiás.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Total em almas dos Guaná presentes na Aldeia de Nossa Senhora da Misericórdia do Baixo Paraguai	1.319
Número de população de toda a província de Mato Grosso	35.353

Fonte: ALINCOURT, Luiz D'. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-mór engenheiro, encarregado da comissão estatística topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil. *Annaes da Bibliotheca Nacional*. vol. VIII. Rio de Janeiro, 1880-1881, p. 54.

De 1800 a 1828, a população de Mato Grosso cresceu em aproximadamente oito mil habitantes. Como fica demonstrado na tabela 1, a população livre em 1828 era bastante superior à população cativa, correspondendo a 60,30% da população total, enquanto que a população cativa correspondia a 35,97% da população e os índios da Aldeia de Nossa Senhora da Misericórdia do Baixo Paraguai²⁹ equivaliam a 3,73%.³⁰

Numa análise horizontal dos dados da população livre, percebemos que ela foi dividida em denominações que expressavam as origens/descendência da pessoa e/ou sua cor da pele, sendo elas: brancos (as), indígenas ou descendentes, pardos (as) (mestiços) e pretos livres. Os brancos expressavam a presença de descendentes europeus; os indígenas dos nativos da terra; os pardos da mestiçagem entre brancos, negros e indígenas; e os pretos livres da condição de ex-cativos ou do mestiço descendente de negros.

Ainda com relação à população livre, ela era, em sua maioria, mestiça. Os dados da tabela anterior mostram que mais da metade da população livre era de mestiços, totalizando aproximadamente 58,5%, enquanto os brancos correspondiam a 21%, seguidos pelos pretos (as), 16%, e indígenas 4,5%. Até mesmo entre a população cativa existia a presença de mestiços. Somado o número de pardos (as) e pretos (as) livres e escravos, verifica-se que a população

²⁹ A região de Albuquerque, Miranda, Corumbá e redondezas era denominada, no século XIX, de Baixo Paraguai. Atualmente essa região até o rio Apa é conhecida como Bacia do Alto Paraguai. Neste trabalho utilizarei as denominações empregadas no século XIX (SILVA, 2001, p. 6).

³⁰ O território de Mato Grosso na primeira metade do século XIX era habitado por grupos indígenas que ainda viviam longe das influências e ditames da sociedade “branca”. Sendo assim, os dados apresentados por Luiz D'Alincourt não incluem tais grupos.

de Mato Grosso era, em sua maioria, de tez escura ou mestiça, e totalizava respectivamente 14.004 e 14.319 pessoas.

Quanto ao gênero, em 1828, o número total de homens (18.510) era superior ao de mulheres (15.524). Quanto à condição, o contingente de mulheres livres era quase o mesmo que o de homens livres, já o de homens cativos correspondia quase ao dobro do número de cativas. Essa diferença entre o número de escravos e escravas pode estar relacionada com a necessidade da força masculina para parte do processo produtivo de Mato Grosso. Além disso, o maior número de cativos (as), dentre as outras faixa etárias, estavam entre 20 e 30 anos, o que demonstra a necessidade de escravos em idade ativa para a realização de algumas atividades que eram desenvolvidas na província de Mato Grosso naquele momento histórico.

Difícil é apresentar números exatos de uma população que o próprio Alincourt mencionou estar dispersa num vasto território, bem como as condições de recenseamento daquele momento. Havia também a dificuldade de levantar as informações das diferentes localidades, sejam urbanas, rurais, destacamentos militares, e ao longo das estradas e vias fluviais, locais que eram habitados pela população de Mato Grosso. Mas esses são os dados disponíveis para aquele momento e que ao menos nos ajudam a pensar na composição dos habitantes.

No final da década de 1830 a província de Mato Grosso possuía duas Comarcas, quatro Termos ou Municípios, sendo eles: de Cuiabá, Diamantino, Poconé e Mato Grosso. Cada Termo estava dividido em distritos,³¹ totalizando treze em todo o território, como fica demonstrado na tabela seguinte:

31 Sobre os sentidos de Comarca, Termo e Distrito, consultar Sena (2006) e Machado Filho (2003).

Tabela 2 – Divisão territorial da província de Mato Grosso - 1839³²

Comarcas	Termos	Distritos
1ª Comarca de Cuiabá	Cuiabá	1º Cuiabá; 2º Nossa Senhora de Brotas; 3º Santo Antônio do Rio Cuiabá Abaixo; 4º Nossa Senhora do Livramento; 5º Santa Ana da Chapada; 6º Albuquerque; 7º Miranda; 8º Santana do Paranaíba.
	Diamantino	1º Vila de Diamantino; 2º Nossa Senhora do Rosário do Rio Cuiabá acima.
2ª Comarca de Mato Grosso	Poconé	1º Vila de Poconé; 2º São Luiz de Vila Maria.
	Mato Grosso	1º cidade de Mato Grosso.

Fonte: *Relatório apresentado pelo presidente de província Estevão Ribeiro de Resende, na abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial, em 2 de março de 1839, p. 87.*

Os distritos estavam subordinados às cidades e vilas com os mesmos nomes dos seus respectivos Termos. O número maior de distritos estava localizado nas regiões que foram impulsionadas ou que estiveram próximas às lavras auríferas e/ou de diamantes. O termo mais populoso até o final da década de 1840 era o de Cuiabá, como fica detalhado na tabela seguinte.

Tabela 3 – Mapa da população da província de Mato Grosso - 1849

Municípios	Freguesias	Fogos	Livres	Escravos	Total
Cuiabá	Senhor Bom Jesus de Cuiabá	1.642	2.846	2.654	5.500
	São Gonçalo de Pedro II	562	1.552	556	2.108
	N. Sra. das Brotas	600	1.412	154	1.566
	Santo Antônio do Rio Cuiabá Abaixo	608	2.755	579	3.334
	N. Sra. do Livramento	663	1.152	1.069	2.221
	Santa Ana da Chapada	350	669	1.551	2.220
	Santa Cruz do Piquiri	6	19	5	24

32 A Lei Provincial de 30 de junho de 1847 incorporou ao município da vila de Poconé as freguesias de Nossa Senhora da Conceição Albuquerque, de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, e de Santa Ana do Paranaíba (ou Santana do Paranaíba) que pertenciam ao município de Cuiabá (*Relatório do presidente de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, em 3 de maio de 1849, p. 4.*)

Mato Grosso	Santíssima Trindade de Mato Grosso	1.221	2.210	530	2.740
Diamantino	Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino	879	1.833	1.129	3.012
	Nossa Senhora do Rosário do rio Cuiabá-acima	502	1.794	376	2.170
Poconé	Nossa Senhora do Rosário de Poconé	525	1.596	1.404	3.000
	São Luis de Vila Maria	193	890	246	1.136
	Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque	634	1.839	55	1.894
	Nossa Senhora do Carmo de Miranda	192	530	178	708
	Santa Ana do Paranaíba	300	800	400	1.200
	Soma	8.697	21.947	10.886	32.833

Fonte: Tabela elaborada por Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada, da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso e apresentada no *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial*, em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850, p. 31.

Os dados apresentados na tabela anterior fornecem o número de população nas freguesias da província de Mato Grosso. Diferente da tabela de número 1, ela não apresenta a população por faixa etária e por “classes”, mas somente os números de fogos, e da população livre e escrava por localidade. A população total aparece calculada em 32.833 habitantes, ou seja, 2.520 habitantes a menos que no ano de 1828. Não se sabe o porquê dessa diminuição, mas é possível apontar problemas existentes no próprio levantamento dos dados, que poderiam deixar de mencionar ou recensear alguma localidade ou não incluir todos os habitantes na lista.

A tabela 3 apresenta os dados populacionais e demonstra as principais localidades do Mato Grosso. Das freguesias elencadas, apenas Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, Nossa Senhora do Carmo de Miranda (Miranda) e Santa Ana do Paranaíba (Paranaíba) pertenciam à parte sul do território provincial, enquanto a maioria das demais freguesias estava próxima às primeiras explorações auríferas. O ouro definiu as principais áreas habitadas, e essa configuração gestada no século XVIII ainda deixava suas marcas na primeira metade do século seguinte.

Além das freguesias, existiam próximas a elas, ou distantes, fazendas, sítios, chácaras, roças, engenhos etc. que compunham os ambientes rurais. Eles geralmente estavam nas circunvizinhanças ou um pouco mais distantes dos principais povoados, e ao longo das vias terrestres e fluviais. Eles poderiam pertencer ou estar ocupados por pessoas abastadas como também por

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

peças livres e pobres, que produziam o necessário para a subsistência de sua família com certo excedente ou não para o mercado interno; aquelas produziam em quantidade significativa para serem comercializados nos mercados próximos, empregando a mão de obra cativa ou livre nas lavouras ou demais atividades a elas ligadas.

A população de Mato Grosso, seja ela livre (abastada ou pobre) ou escrava, estava empenhada nas mais diferentes modalidades de serviço. As pessoas livres poderiam trabalhar em atividades ligadas ao serviço público e/ou demais atividades, por exemplo, de lavoura, da pecuária, de ofícios mecânicos ou atividades diversas. Luiz D’Alincourt levantou os seguintes números de pessoas classificadas pelas suas profissões/ocupações para o ano de 1828:

Tabela 4 – População classificada por profissões e condições – 1828

Clero secular		31
Clero regular. O Exm. Prelado		1
Freiras e Recolhidas		0
Proprietários de bens rústicos e urbanos		1.072
Indivíduos que só vivem das suas rendas		0
Empregados Públicos pagos pelo Estado		62
Magistrados		2
Advogados		5
Médicos		0
Cirurgiões		5
Boticários		0
Professores de Gramática Latina		2
Mestres de Primeiras letras		4
Indivíduos que unem um trabalho qualquer às suas rendas		0
Mineiros		433
Comerciantes		34
Trabalhadores jornaleiros		387
Estrangeiros	Naturalizados	124
	Não naturalizados	32
Criados		Homens
		3
Criados		Mulheres
		11

Mendigos		256	268		
Escravos	Pardos		841	818	
	Pretos – Naturais do Brasil		2.188	2.023	
	Pretos – Africanos		5.149	1.636	
Libertos		333	547		
Ingênuos		543	626		
Total dos habitantes	Branços		2.292	1.986	
	Índios		723	710	
	Pardos		6.681	7.323	
	Pretos	Naturais do Brasil		3.609	3.409
		Africanos		5.205	2.096
Soma por classe		18.510	15.524		
População da Aldeia da Misericórdia		1.319			
Soma geral		35.353			

Fonte: ALINCOURT, Luiz D^o. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil. *Annaes da Bibliotheca Nacional*. vol. VIII Rio de Janeiro: 1880-1881, p. 55.

Os dados levantados apresentam considerável número de proprietários rurais e/ou urbanos, mineiros e trabalhadores jornaleiros. Dentre a composição da população menciona também a existência de estrangeiros, e esta foi uma realidade na província de Mato Grosso, já que a região fronteira serviu de atrativo para pessoas das possessões vizinhas procurarem lugar de moradia e/ou trabalho. Além disso, a tabela separa os mendigos, da escravaria, libertos, ingênuos etc.

Quanto às artes e ofícios mecânicos, existiam as mais diferentes ocupações, como alfaiates, carpinteiros, caldeireiros, ferreiros, pedreiros, ourives, sapateiros, seleiros, latoeiros, sirgueiros etc. Além disso, consegui identificar na primeira metade do século XIX em Mato Grosso uma infinidade de ofícios/ocupações que eram desenvolvidos pelas pessoas que habitavam ou circulavam pelo território. Havia casos de pessoas que acumulavam ou desenvolviam mais de um tipo de atividade, por exemplo, poderiam ocupar cargos públicos, postos militares, ser proprietários de terras e escravos e também se empenharem em atividades comerciais. E pequenos lavradores poderiam ser contratados como camaradas, arrieiros, ferreiros etc.

A variedade de ocupações poderia ser vista não apenas nas vilas e cidades, mas também nas propriedades rurais. O distrito de Serra Acima (atual Chapada dos Guimarães-MT) e a freguesia de Nossa Senhora de Brotas (atual Acorizal-MT) foram localidades que permitiram vislumbrar os mais variados tipos de ocupação existentes em ambientes rurais. Por meio de seus mapas de população é verificada a presença de lavradores (as), arrieiros, mineiros (as), camaradas, feitores, carpinteiros etc. Nesse sentido, a análise seguinte de tais fontes tem por objetivo demonstrar a importância desses documentos, e evidenciar a concentração de camarada e demais afazeres em áreas afastadas dos lugares urbanos.

População do Distrito de Serra Acima (1809)

Maços de população, listas nominativas de habitantes ou censo é um tipo de fonte bastante utilizada por historiadores no estudo de demografia histórica, de história econômica, social, cultural etc. Os dados obtidos permitem informações quantitativas e qualitativas sobre a população.

O Mapa de População do Distrito de Serra Acima de 1809 é uma fonte manuscrita e censitária. Ela está dividida em duas sessões, uma contendo o rol da população livre, e a outra da população cativa.

Com relação à sessão da população livre, conforme a disposição das pessoas, parece ter sido organizada/levantada por fogo, domicílio ou propriedade. Não existe qualquer separação visível entre os domicílios. Porém, numa análise minuciosa, prestando atenção na disposição das pessoas elencadas, é perceptível que os habitantes daquele local foram elencados a partir de núcleos familiares e/ou residenciais (propriedades). De maneira geral, foi organizada com as seguintes informações: nome, estado civil, idade e ocupação de algumas pessoas relacionadas, principalmente os (as) chefes dos fogos. Logo abaixo aos nomes destes (as), foram elencados o nome de esposas (para aqueles que eram casados), filhos (as) (para aqueles (as) que os possuíam), demais membros da família, agregados e empregados (quando os possuíam), sem aparecer necessariamente nessa ordem.

Na lista correspondente à população escrava, apareceram as seguintes informações: nome, idade, e para alguns sujeitos, especificações do tipo pardo (a), crioulo (a), cabra. Porém não existe referência aos proprietários dos escravos e separação dos cativos por propriedades.³³

Conforme as informações fornecidas pelo referido Mapa de População, ele foi confeccionado por Apolinário de Oliveira Gago – Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças no ano de 1809, a mando do Excelentíssimo Sr. General, possivelmente o Capitão-General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravenberg.³⁴ As pessoas elencadas foram aquelas que residiam no Distrito de Serra Acima.

O Mapa de População do Distrito de Serra Acima é um documento rico em informações não somente sobre aspectos demográficos, mas também aspectos sociais, econômicos etc. Devem-se destacar aqui os problemas inerentes a essa fonte, tais como: não separação definida dos fogos, seria simples se tomadas as ocupações aleatoriamente, sem vínculos, esquecendo da disposição familiar que é possível perceber no mesmo; algumas informações desconstruídas, por exemplo, idade de pessoas; imperfeições na utilização de termos para se referir à situação, como por exemplo, agregado, já que em alguns fogos um membro da família foi especificado como agregado, em outros não; repetição de nomes com suas respectivas especificações etc. Porém, tais problemas não devem inviabilizar as reflexões sobre as informações, desde que as mesmas sejam realizadas criticamente.

Serra Acima, Chapada Cuiabana, Santana da Chapada dos Guimarães, Lugar de Guimarães, essas são algumas das denominações encontradas em documentos do século XIX para se referir à localidade distante aproximadamente 8 a 10 léguas da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá.³⁵ Sua ocupação se deu simultaneamente às explorações auríferas do Cuiabá nas primeiras

33 Agradeço a Vanda da Silva e Nauk Maria de Jesus pela indicação desses documentos.

34 Não foi mencionado o nome do General que mandou levantar as informações do mapa de população. Porém, pelo ano de elaboração do mesmo, é possível que tenha sido a mando do então Capitão General João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravenber. Oeynhausen era Marquês de Aracaty, e sua nomeação para governar a capitania de Mato Grosso data de Carta Régia de 09/06/1806. Permaneceu naquela condição até 06/01/1819, totalizando 11 anos, 1 mês e 19 dias (SILVA, 1993).

35 O distrito de Serra Acima pertencia ao Termo do Cuiabá, grande parte de seus limites pertence atualmente ao território do município de Chapada dos Guimarães-MT.

décadas do século XVIII. Antônio de Almeida Lara é considerado o primeiro dos colonizadores a estabelecer lavouras naquela localidade. Aquele homem havia acumulado experiência e bens em empreendimentos mineradores na Bahia, bens esses que o possibilitaram a organização de uma monção particular para exploração de minas na região mais central da América do Sul (CRIVELENTE, 2003). Porém, mais do que busca de riqueza, aquele homem se fixou na região e criou estabelecimentos rurais em Serra Acima.

A propriedade de Antônio de Almeida Lara iria anunciar os primórdios de uma concentração de propriedades agrícolas na região durante os setecentos e a primeira metade dos oitocentos.

Segundo José de Mesquita, a mineração naquela região não teria sido uma atividade tão lucrativa ou interessante por muito tempo, pois as minas descobertas ao pé do morro de São Jerônimo, já na terceira década do século XVIII, foram igualmente se esgotando, o que impulsionou tanto Antônio de Almeida Lara como outros empreendedores para as atividades agrícolas, que venderam por alto preço o produto de suas lavras aos que se ocupavam exclusivamente de benefícios das minas (MESQUITA, 1932, p. 5).

Naquela localidade foi instalada, na década de 1750, a mando do primeiro Governador Geral da então recém criada capitania de Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, uma Missão Indígena onde seriam aldeados nativos de diversos grupos da região. José de Mesquita menciona que, como povoado, Serra Acima deveu-se àquela missão organizada naquela localidade. Porém, a missão logo entraria em declínio, com o afastamento do seu diretor, consequência das mudanças emanadas do Marquês de Pombal em Portugal. Simultaneamente, e mais ainda após a crise da missão, o povoado tornou-se, nas palavras de José de Mesquita, “o centro da vasta zona agrícola, disseminada pelos engenhos e sítios, pelos arredores, num vasto raio de léguas, vindo a ser o grande celeiro de Cuiabá” (MESQUITA, 1932, p. 5).

A riqueza da zona serrana nas suas melhores fases compreendeu as décadas de 1820-1830 e 1850-1865, deveu-se aos engenhos que produziam, regularmente, alimentos de subsistência, açúcar e a aguardente. A partir da segunda metade do século XVIII até a segunda metade do XIX, propriedades localizadas em Serra Acima abasteciam parte de cereais, açúcar e aguardente, que eram consumidos na baixada cuiabana (MESQUITA, 1940).



Figura 1 – Distrito de Chapada, 1827 (Adrien Taunay). Fonte: KOMISSAROV, B., *Expedição Langsdorff ao Brasil* (1821-1829).

Nesse sentido, essas informações nos revelam que a região de Serra Acima tinha considerável concentração de atividades agrícolas, sendo inclusive produtora de parcela de gêneros que eram consumidos em Cuiabá. Essa concentração agrícola pode ser percebida por meio dos números de lavradores (as) livres que foram elencados (as) no Mapa de População do Distrito de Serra Acima em 1809, como fica especificado na tabela seguinte:

Tabela 5: Ocupações do Distrito Serra Acima 1809 – População Livre

Ocupações	Masculino	Feminino	Total	
			Nº	%
Lavrador (a)	171	47	218	46
Camaradas	80	80	16,91
Mineiro (a)	62	10	72	15,18
Agências	4	51	55	11,60
Carpinteiro	16	16	3,37
Feitor	11	11	2,32
Ferreiro	6	6	1,26
Arrieiro	6	6	1,26
Capateiro	2	2	0,42
Tecelão	2	2	0,42
Latoeiro	1	1	0,21
Seleiro	1	1	0,21
Celeiro	1	1	0,21
Pescador	1	1	0,21
Alfaiate	1	1	0,21
Padre	1	1	0,21
Total	366	108	474	100

Obs.: Dentre os lavradores foram incluídos: 1 homem que tinha por ocupação lavrador e mineiro; 1 lavrador e celeiro e 1 agregado que era lavrador.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

De acordo com o quadro acima, quase metade (46,31%) das pessoas listadas e que foram citadas na ocupação eram lavradores (as), o que demonstra o considerável número de indivíduos voltados para o plantio de alimentos. No mencionado mapa de população, aqueles (as) que foram elencados (as) com as ocupações eram pessoas que apareciam, em sua maioria, como possíveis chefes de propriedade (fogo). Essa informação me possibilitou perceber que

grande parcela das famílias relacionadas estava direcionada para o cultivo de alimentos, seja para a própria subsistência ou para a comercialização nos mercados cuiabanos.

Maria Alves Crivelente (2003) chama atenção para a supremacia da produtividade agropecuária de Serra Acima nos últimos anos do século XVIII e início do XIX. Tece considerações sobre alguns proprietários de engenhos localizados naquela região, de forma a demonstrar aspectos do cotidiano daquelas propriedades que tiveram participação na produção de alimentos comercializados no mercado interno da Capitania.

Com relação ainda ao quadro acima, outras ocupações como a de arrieiros, por exemplo, nos fornecem informações de que Serra Acima, região de lavoura, possuía certo número de profissionais especializados na condução de tropa, que possivelmente transportavam parcela da produção em costas de mulas para Cuiabá.

Tabela 6: População do Distrito de Serra Acima – 1809

Classificação	Número	Porcentagem
Livre	1.688	44,66%
Escrava	2.092	55,34%
Total	3.780	100%

Fonte: Mapa de População do Distrito de Serra Acima, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

De maneira geral, a população de Serra Acima totalizava em 2092 escravos entre mulheres, homens, crianças e idosos, e população livre de 1688 entre homens, mulheres, crianças e idosos. É expressiva a superioridade numérica da população escrava em relação à livre, o que evidencia a ampla presença da força cativa nas propriedades situadas naquela localidade. Os dados detalhados da população livre podem ser observados na tabela seguinte.

Tabela 7: População livre – Distrito de Serra Acima (1809)

Faixa etária	Masculina				Feminina			
	0 a 07 anos	08 a 15 anos	16 a 50 anos	Acima de 50 anos	01 a 07 anos	08 a 14 anos	15 a 40 anos	Acima de 40 anos

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Número e percentual	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
		162	9,60	197	11,67	392	23,22	104	6,16	195	11,55	156	9,24	370	21,92	112	6,64
Total	N	855								833							
	%	50,65								49,35							

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Comparando os dados referentes à população livre do Distrito de Serra Acima, verificamos que o número total de homens e mulheres estava próximo, não havendo uma diferença expressiva. O número de homens foi superior ao número de mulheres entre as idades de 8 a 14 anos, e de 16 a 50 anos. Já o número de mulheres foi superior ao número de homens para as demais faixas etárias.

Com relação à população cativa, era composta por pessoas de diferentes faixas etárias, desde alguns meses de idade até 90 anos. Esses dados nos fornecem pistas de que em Serra Acima havia nascimento de cativos e que alguns escravos poderiam viver por muitas décadas.

Tabela 8: População escrava – Distrito de Serra Acima (1809)

Faixa etária	Masculina										Feminina										
	0 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 40 anos		41 a 55 anos		56 a 90 anos		01 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 40 anos		41 a 55 anos		56 a 85 anos		
Número e percentual	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
		106	5,07	199	9,51	803	38,38	205	9,80	85	4,06	122	5,83	93	4,45	336	16,06	50	2,39	20	0,96
Não especificado*	Nº	60										9									
	%	2,87										0,43									
Total	Nº	1458										630									
	%	69,69										30,12									

Obs.: *Para 60 escravos e 9 escravas não apareceram a faixa etária e o estado civil porque as partes correspondentes no documento estavam deterioradas. Para 4 pessoas não apareceram informações sobre sexo, idade, estado civil etc. porque o documento estava danificado.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Quanto aos dados da tabela acima, verifica-se a supremacia de escravos do sexo masculino, que correspondia a quase 70% da população cativa. Quanto à faixa etária, mais da metade da população cativa (escravos e escravas) possuía entre 16 e 40 anos de idade. Esse diferencial em relação aos demais, talvez esteja relacionado à necessidade de homens e mulheres em idades ativas para trabalharem em afazeres de Serra Acima.

Sendo assim, na citada região a mão de obra cativa era essencial para a produção de alimentos, criação de animais, trabalho nos engenhos, atividades domésticas etc. Espaço de moradia e trabalho, lá existiam escravos (as) que contraíam matrimônio e proporcionavam aos senhores (as) de escravos o aumento de número de cativos com o nascimento destes nas propriedades rurais.

Tabela 9: Estado civil da população cativa – Distrito de Serra Acima (1809)

Estado civil	Masculino					Feminino				
	0 a 07 anos	08 a 15 anos	16 a 40 anos	41 a 55 anos	56 a 90 anos	0 a 07 anos	08 a 15 anos	16 a 40 anos	41 a 55 anos	56 a 90 anos
Solteiros(as)	106	199	729	171	76	122	93	256	13	7
Casados(as)	66	31	7	70	37	13
Doc. deteriorado*	8	3	10
Total	106	199	803	205	85	122	93	336	50	20

*Documento deteriorado – Para 60 escravos e 9 escravas não apareceram a faixa etária e o estado civil porque as partes correspondentes no documento estavam deterioradas. Para 4 pessoas não apareceram informações sobre sexo, idade, estado civil etc. porque o documento estava danificado.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

A grande maioria dos escravos (as) eram solteiros (as), mas existiam cativos (as) que contraíam matrimônio. A maior parte das pessoas casadas estava na faixa etária de 16 a 40 anos; em alguns casos não foi mencionado o cônjuge, aparecendo apenas a informação de que eram casados (as). Porém, numa situação contrária estavam aqueles homens em que foi mencionada a esposa logo abaixo ao seu nome, como era o caso dos escravos Manoel, preto de 45 anos de idade, casado com a escrava Rita, de 60 anos de idade, e João, pardo de 60 anos, casado com Juliana, parda de 45 anos.

Alguns cativos (as) apareceram com especificações de pardo (a), crioulo (a), e poucos com as denominações cabra, como era o caso do escravo Brás, de 2 anos de idade. Essas denominações reforçam a ideia da mestiçagem entre os cativos que pertenciam a proprietários (as) em Serra Acima.

Quanto ao número total de fogos, procurarei apontá-lo, tendo em vista que o Mapa de População do Distrito de Serra Acima não apresenta separação definida por fogo, como citado anteriormente. Porém, numa análise mais cuidadosa da fonte, verifiquei que a mesma foi organizada a partir de levantamento de fogos ou propriedades. Ao todo, consegui identificar aproximadamente 380 fogos. Para tal, considere a disposição dos (as) possíveis chefes de família bem como demais membros, tais como filhos, esposas, parentes, agregados e empregados. Em alguns momentos, conforme a disposição dos dados na citada fonte, considere famílias de empregados e agregados como fogo, já que apresentavam características estruturais de uma família/fogo. Já em outras situações, alguns empregados (camaradas, feitores, carpinteiros, arrieiros etc.) foram elencados junto ao fogo de seus patrões. Nesse sentido, considere-os como pertencentes ao fogo dos seus empregadores.

A população de Serra Acima, como citado na tabela 5, desenvolvia algumas atividades. A grande maioria estava empenhada na lavoura. Os dados sobre faixa etária e estado civil dos lavradores podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 10: Faixa etária e estado civil dos lavradores – Serra Acima (1809)

Estado civil	Até 19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	Acima de 70 anos	Total
Solteiros	1	3	7	1	12	9	7	
Casados	1	20	36	29	21	15	9	
Total	2	23	43	30	33	24	16	171

Obs.: Dentre os lavradores foram incluídos 1 homem que tinha por ocupação lavrador e mineiro; 1 lavrador e celeiro e 1 agregado que era lavrador.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

A tabela anterior nos revela número maior de lavradores casados em relação aos solteiros. Essa diferença pode ser observada na maioria das faixas etárias. Sendo assim, a lavoura era uma ocupação que servia para o sustento do lavrador, e para aqueles que eram casados, de suas respectivas famílias, estas poderiam ser formadas por mulheres, filhos e demais dependentes.



Figura 2 – Vista da Vila de Guimarães, 1827 (Adrien Taunay). Fonte: KOMISSAROV, B., *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*.

Quanto à faixa etária, a maioria dos lavradores tinha entre 30 e 39 anos, seguidos por aqueles entre 50 e 59 anos, 40 e 49 anos, respectivamente. O lavrador mais novo casado tinha 18 anos e o mais velho, 83 anos. Já o lavrador mais novo solteiro tinha 18 anos, e o mais velho, 79 anos.

Tabela 11: Faixa etária e estado civil das lavradoras – Serra Acima (1809)

Estado civil	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	Mais de 50 anos	
Solteiras	3	9	14	16	
Casadas	1	1	2	
Total	4	9	15	18	46

Obs.: Não apareceu o estado civil de 1 lavradora porque a parte correspondente no documento estava deteriorada.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

O total de mulheres solteiras era superior ao de casadas para todas as faixas etárias. Porém, não foram mencionados lavradores e lavradoras viúvos (as). Isso não significa que eles (as) não existissem. Podemos considerar que a pessoa que fez o recenseamento enquadrou nas categorias de solteiras e casadas aquelas pessoas que eram viúvas, ou estas últimas forneceram a informação de que fossem solteiras ou casadas. Retomando os dados da tabela anterior, eles nos dão pistas de que a ocupação de lavoura também foi uma atividade desenvolvida e/ou administrada por mulheres. Daí a participação feminina na dinâmica interna do Distrito de Serra Acima e da capitania Mato Grosso nos primeiros anos do século XIX. A presença feminina também poderia ser verificada em afazeres domésticos, tais como administração da residência, lavagem de roupas nos rios, preparação das refeições, cuidado dos filhos etc.



Figura 3 – Lavagem de roupa no rio Quilombo, distrito de Chapada, 1827 (Adrien Taunay).
Fonte: KOMISSAROV, B. Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829.

Abastados ou pobres, os (as) lavradores (as) estavam inseridos (as) em estruturas familiares heterogêneas, que poderiam estar formadas por marido e esposa, acrescentadas ou não de filhos (as), e/ou demais parentes (sobrinhos, netos, irmãos etc.) e/ou agregados (as), e também por empregados (camaradas, arrieiros, feitores etc.) e escravos (as). Assim como os demais moradores de Serra Acima, poderiam ser brancos (as), pardos (as), crioulos (as) e demais mestiços. Para algumas pessoas foram mencionadas algumas de suas características e/ou descendência, como era o caso do lavrador Domingos Preto e da lavradora Maria da Costa Preta, possivelmente libertos ou afrodescendentes.

Em 1809, trabalhar como camarada³⁶ era a segunda maior ocupação do Distrito de Serra Acima, seguida pelas pessoas que viviam de mineração. Na capitania de Mato Grosso, região mineira, ainda existiam pessoas na primeira metade do século XIX que praticavam a mineração, aí sendo os donos de lavras auríferas ou aqueles que trabalhavam na faiscação. Os números de pessoas com tal ocupação eram os seguintes para o Distrito de Serra Acima, em 1809.

Tabela 12: Faixa etária e estado civil de mineiros (as) – Serra Acima (1809)

Estado civil	Até 20 anos		21-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		Acima de 70 anos	
Sexo	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Solteiro (as)	3	...	2	1	2	2	6	4	1	3	10	...	1	...
Casado (a)	1	...	5	...	3	...	10	...	11	...	7
Total	4		8		7		20		15		17		1	
	72													

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

O mineiro solteiro mais novo tinha 17 anos de idade e o mais velho contava com 80 anos; enquanto o mineiro casado mais novo tinha 20 anos e o mais velho 66 anos. A maioria dos mineiros tinha entre 40-49 anos e 50-59, respectivamente, o que demonstra que a mineração era uma atividade que estava sendo praticada por homens de mais idade.

Ressalto novamente a participação feminina, desta vez no trabalho e/ou administração de lavras minerais. Todas as mineiras foram classificadas como solteiras, mas isso não isenta a existência de viúvas, como foi apontado para a situação das pessoas que viviam de lavouras. Sendo assim, entre os moradores de Serra Acima existiam igualmente aqueles empenhados nas atividades de mineração. Suas composições familiares também eram complexas, como aquelas apontadas para pessoas que viviam de lavoura.

³⁶ A discussão referente aos camaradas está nos dois próximos capítulos.

Outra ocupação que teve participação de mulheres naquela localidade foi a de “viver de agências”. Este era o mesmo que viver de seus negócios, o que poderia englobar atividades diversas, comércio, transporte ou qualquer outro meio de ganhar a vida.

A superioridade feminina na ocupação de “viver de agências” pode ser observada na tabela seguinte.

Tabela 13: Faixa etária das pessoas que “viviam de Agências” – Serra Acima (1809)

Faixa etária	13 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70...	Total
Mulheres	2	10	8	16	8	4	3	51
Homens	1	1	1	1	4
								55

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Mais de 90% das pessoas que viviam de agências eram do sexo feminino. Muitas delas apareceram elencadas sozinhas, sem menção de esposo, filhos (as) e demais parentes e/ou agregados. Para aquelas que foram mencionadas com parentes, a composição familiar também era complexa, como citado para as demais ocupações. A mulher mais velha que vivia de agência tinha 73 anos, e a mais nova tinha 13 anos. O homem mais novo com aquela ocupação tinha 24 anos e o mais velho tinha 60 anos.

Com ficou demonstrado na tabela de número 5, existiam homens livres que praticavam seus ofícios e poderiam ser contratados para desenvolvê-lo no distrito de Serra Acima, como era o caso de Francisco de Paula Arruda e Antonio Crioulo, os quais eram ferreiros. E também Miguel de Oliveira, de 20 anos de idade, solteiro, que assim como Guilherme Crioulo e José Pinto da Silva, era carpinteiro. Existiam também homens com ofícios de latoeiro, seleiro (aquele que fazia selas e/ou selins), celeiro (homem que trabalhava no depósito de grãos/cereais), capateiro, feitor, arrieiro, tecelão, pescador e alfaiate. Este último era um homem chamado Joaquim Duarte Monteiro, 40 anos de idade, casado com Florência Maria, com quem tivera um filho,

que, em 1809, tinha 13 anos de idade. Assim como para as demais ocupações, homens que prestavam serviços constituíam família, formada por esposas e filhos, e em alguns casos demais parentes e agregados.

Agregado é uma categoria social utilizada para se referir a pessoas que viviam no Brasil Colônia e Império na casa de outrem, em alguns casos, como pessoas da família. No distrito de Serra Acima, foram elencadas 152 pessoas como agregadas (92 mulheres e 60 homens), como fica apresentado na tabela abaixo.

Tabela 14: Agregados (as) – faixa etária – Serra Acima (1809)

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Menores de 14 anos	29	48,33	38	41,30	67	44,07
De 14 a 59 anos	25	41,67	51	55,44	76	50
Acima de 60 anos	6	10	3	3,26	9	5,93

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Pelos dados da tabela, a metade do número de pessoas que viviam como agregadas estava em idade ativa, ou correspondente a 14 e 59 anos, bem como a presença significativa de mulheres nessa faixa etária se comparada ao número de homens. Sendo assim, podemos supor a participação de agregados (as) no processo produtivo em Serra Acima nos primórdios do século XIX.

Quanto ao Estado civil, a maioria era de pessoas solteiras, mas isso não isenta a existência daquelas que moravam em terras de outrem com suas respectivas famílias. Estes poderiam ocupar um pedaço de terra, plantar e/ou desenvolver atividades de trabalho nas lavouras do proprietário e/ou dar parte de sua produção em forma de pagamento pela ocupação da terra que lhe foi cedida.

Tabela 15: Agregados (as) – estado civil – Serra Acima (1809)

Estado civil	Masculino		Feminino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Solteiros (as)	55	91,7	79	86,81	134	88,74
Casados (as)	5	8,3	12	13,19	17	11,26

Obs.: Uma agregada não foi incluída na lista pelo fato do documento estar deteriorado na parte correspondente ao estado civil.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Alguns agregados (as), assim como demais moradores de Serra Acima, foram citados no Mapa de População de 1809, com a especificação de pardo (a), caboré, cabra, índio (a), preta e crioula. Em alguns casos, essas denominações foram mencionadas como sobrenome do indivíduo, como foi o episódio de João Correa Caboré, solteiro, de 60 anos de idade, agregado do lavrador Ricardo Manoel de Albuquerque, de 74 anos de idade. E de Francisco Pardo, de 7 anos de idade, e Ricardo Pardo, 1 ano de idade, agregados do lavrador Manoel Peixoto, solteiro de 66 anos de idade.

Além disso, alguns agregados poderiam ter sido deixados pelos seus pais, como possivelmente era o caso de “João exposto”, solteiro, 12 anos de idade, agregado da mineira D. Custodia Maria das Neves, solteira de 48 anos de idade.

Ao levar em conta a ocupação dos donos das propriedades que possuíam agregados (as), podemos perceber em quais tipos de propriedade eles moravam, como fica apresentado na tabela a seguir.

Tabela 16: Ocupação do proprietário (a)/famílias que apareceram agregados (as) em Serra Acima (1809)

Tipos de atividade do proprietário (a) da residência	Agregados		Agregadas		Total	
	Número		Número		Número	%
	Até 13 anos	Acima de 14 anos	Até 13 anos	Acima de 14 anos
Lavoura	10	23	15	41	89	58,55
Mineração	15	6	12	15	48	31,58
Agência	3	2	2	7	4,60
Tecelão	3	3	1,97
Latoeiro	1	1	2	1,32
Padre	2	2	1,32
Ocupação não especificada	1	1	0,66

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Mais da metade dos agregados (as) estava morando na casa/propriedade de pessoas que viviam de lavoura, sendo que a grande maioria era de pessoas com idade ativa, o que possibilita apontar sua respectiva participação nos afazeres presentes em Serra Acima. Além disso, moradores (as) em terras de outrem estavam também presentes em propriedades de mineiros, pessoas que viviam de agências, tecelões, latoeiros e religiosos.

Pelos dados apresentados no Mapa de População de Serra Acima, as pessoas que viviam como agregadas estavam presentes em diferentes tipos de propriedades/fogos, desde aquelas mais abastadas como também as pessoas pobres. Quanto ao número de famílias com agregados (as), podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 17: Número de agregados (as) por família – Serra Acima (1809)

Nº de Agregados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	18
Nº de Famílias com agregados	27	13	8	2	5	1	2	...	1

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Conforme os dados apresentados na tabela, 27 famílias tinham apenas 1 agregado, enquanto 13 famílias tinham 2 agregados e assim por diante. Expressivo foi o número de 18 pessoas agregadas na propriedade do lavrador Manoel Peixoto.

Numa análise qualitativa dos dados disponíveis para os (as) agregados (as), é possível perceber uma complexidade de pessoas que assim eram denominadas. Para o distrito de Serra Acima, os agregados poderiam ser indivíduos sem vínculo familiar com os (as) chefes das famílias; ou poderiam ser parentes, tais como filho (a), irmão (ã), sogro (a), sobrinhos e netos; e órfãos ou expostos. Além disso, existiam famílias inteiras (pai, mãe e filhos) morando na propriedade de outrem, assim como mulheres solteiras com filhos, e mulheres casadas, mas sem menção aos esposos e com filhos (as) que também eram agregados (as).

Tabela 18: Posição do (a) agregado (a) junto às famílias – Serra Acima (1809)

Posição dos Agregados junto às famílias	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Parentes (especificados)	1	0,66	1	0,66
Possíveis parentes	14	9,21	17	11,18	31	20,39
Não-parentes	46	30,26	74	48,69	120	78,95

Obs.: O critério para possíveis parentes está relacionado quanto ao sobrenome dos mesmos, que reportam a ideia de que estavam ligados por laços parentais com os chefes ou esposas de chefes dos respectivos fogos.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

A maioria dos (as) agregados (as) possivelmente não tinha vínculo parental com as famílias que os (as) abrigavam. Porém, na citada fonte, pelo menos para as pessoas agregadas, não existe uniformidade das informações relatadas. Em alguns momentos, parentes que moravam junto com outros familiares não foram citados como agregados, apenas mencionando o grau de parentesco, enquanto noutros, foram citados como agregados. Mesmo assim é possível afirmar que pessoas que faziam parte daquela categoria social poderiam ser parentes ou não.

Neste item procurei disponibilizar algumas informações sobre a população do distrito de Serra Acima, para o ano de 1809, conforme os dados disponíveis no Mapa de População

da citada região. O objetivo foi apresentar características gerais da população (livre e escrava) numa localidade com significativa presença de propriedades rurais (criação de animais, lavoura, engenhos), ambientes onde eram encontrados homens que trabalhavam como camaradas.

População da Freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838)

Nossa Senhora de Brotas, ou apenas Brotas, era a denominação de um povoado que estava situado não muito distante de Cuiabá. Atualmente aquela localidade corresponde ao município de Acorizal-MT. Segundo a tradição local, o nome de Brotas é atribuído a uma homenagem a Nossa Senhora das Brotas, imagem que foi trazida por uma família de origem portuguesa. Outra versão relata que, durante uma pescaria no Rio Cuiabá, os pescadores acharam a imagem da Santa enroscada numa rede (FERREIRA, 2004).

Em agosto de 1833, por meio de resolução Provincial, foi criado o Distrito Paroquial de Nossa Senhora das Brotas (Mapa das Comarcas e Paróquias da diocese de Cuiabá e Mato Grosso – 1849, p. 21). Assim como o Distrito de Serra Acima, a freguesia de Nossa Senhora de Brotas era uma localidade com concentração de propriedades rurais de lavoura, criação de animais e engenhos com produção de açúcar e aguardente, que eram comercializados em Cuiabá.

Pertencente ao Termo do Cuiabá, Brotas era uma localidade com economia basicamente voltada para agricultura, engenho e criação de animais. Luíza Volpato menciona que Serra Acima, Nossa Senhora das Brotas, Santo Antônio do Rio Abaixo, Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora do Livramento eram freguesias rurais, e afirma também que, surgidas durante o século XVIII, já em meados da centúria seguinte, estavam ligadas à pecuária e agricultura, que contribuíram com o abastecimento de Cuiabá.³⁷

Sendo assim, pode-se afirmar que Brotas era uma localidade formada por áreas de agricultura tanto para a subsistência dos moradores locais como para o comércio de Cuiabá.

³⁷ Além das freguesias rurais, a autora menciona a existência de duas freguesias urbanas pertencentes a Cuiabá, a Sé que compunha o núcleo central, e a freguesia de São Gonçalo de Pedro II, correspondente à região do porto (VOLPATO, 1993, p. 29).

Com relação à Lista dos Habitantes ou Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, é uma fonte manuscrita, censitária, datada de 23 de agosto de 1838, que foi organizada pelo Sr. Jose Pinto de Azevedo, Juiz de Paz do 2º Distrito, dirigida ao Vice Presidente da Província, José da Silva Guimarães (Cônego), que esteve na administração provincial entre 21 de maio e 16 de setembro de 1838 (SILVA, 1993).

O rol da população foi organizado por fogo (residência), com as seguintes informações dos habitantes: chefe de fogo, nome, estado civil, idade, naturalidade, cor/descendência e, para algumas pessoas, foi mencionada a ocupação. No mesmo documento, está elencada a população livre e escrava, bem como as referências de cativos (as) por proprietário (a), a presença de agregados (as) e camaradas.

Ao observar a composição familiar disposta no Mapa de População de Brotas, é perceptível que parcela significativa das residências estava formada por núcleos familiares do tipo regular (pai, mãe e filhos) que poderiam possuir agregados (as), cativos (as) e camaradas. Porém, existiam mulheres e homens viúvos (as) com ou sem filhos, que poderiam ter agregados (as) ou não. Foi verificada uma complexa composição familiar, mas com significativa presença de famílias do tipo regular.

Para o ano de 1838, foram arrolados 292 fogos em toda a freguesia. Desse total, 101 mulheres e 191 homens eram chefes de família. O estado civil dessas pessoas está indicado na tabela que segue abaixo.

Tabela 19: Estado Civil de Chefes de Fogo – Freguesia de Brotas (1838)

Gênero	Casados (as)	Solteiros (as)	Viúvos (as)	Não Informado
Masculino	143	28	16	4
Feminino	3	51	34	13
Total	146	79	50	17

Fonte: *Mapa de população da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Dos 191 homens que eram chefes de família, mais da metade eram casados, enquanto a grande maioria das mulheres que estavam na administração de residências eram solteiras. Esses dados são indicativos da presença feminina na administração familiar. Além disso, existiam pessoas viúvas.

Quanto à naturalidade das chefes de fogos, 48 mulheres foram mencionadas como naturais de Cuiabá, uma natural de Nação Mina, que se chamava Louriana Ferreira, viúva de 90 anos de idade, e uma mulher natural de Nação Benguela, que se chamava Maria Antonia, viúva de 50 anos de idade. Em relação às demais, ou seja, 51 mulheres, não aparecem informação sobre o local de origem.

Dos homens chefes de fogos, 85 foram mencionados como naturais de Cuiabá; 1 de Lisboa; 1 de Goiás, denominado Barboza de S. Miguel, pardo, casado, 40 anos de idade; 1 era preto forro de Nação Congo, chamado Antonio da Silva, Casado de 70 anos de idade; 2 de São Paulo; e para 101 não apareceu tal informação.

Sendo assim, para a maioria dos (as) chefes de fogos que tiveram citadas a naturalidade eram pessoas provenientes da cidade de Cuiabá, devido até mesmo à proximidade entre esta última localidade e a freguesia de Brotas. Porém, ainda assim existia a presença de indivíduos de regiões externas ao território da Província, o que contraria a ideia de isolamento do território de Mato Grosso.³⁸ Também deve ser considerada a presença de ex-escravos (as) como chefes de fogo.

Entre livres e escravos, a população de Brotas, em 1838, totalizava em 1754 pessoas, sendo 1456 livres e 298 cativos.

Tabela 20: População Livre – Freguesia de Brotas (1838)

Faixa Etária	Masculina								Feminina							
	0 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		51 a 95 anos		01 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		51 a 90 anos	
Número e Percentual	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	215	14,8	163	11,2	268	18,4	45	3,1	205	14,1	148	10,2	356	24,4	56	3,8

38 Os discursos das elites daquele momento e em alguns trabalhos da historiografia recente sobre o Mato Grosso apontam a ideia de isolamento da região. Domingos Sávio da Cunha Garcia argumenta que no começo dos anos de 1850 “a província de Mato Grosso ainda se encontrava em situação de isolamento muito grande” (GARCIA, 2001, p. 24). Esse autor atribui a ideia de isolamento às dificuldades encontradas durante o trajeto, e acaba por transpor a visão das elites daquele momento, presente nos relatórios de presidentes de província, para suas reflexões. Acredito que a capitania/província de Mato Grosso estava sim distante de outras regiões do Brasil, mas de forma alguma estava isolada.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

	Nº	691	765
Total	%	47,5%	52,5%

Obs.: Porcentagem baseada no total de população livre.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Os dados da população livre revelam apenas uma superioridade do número de mulheres em aproximadamente 5% em relação ao número de homens. Dentre os habitantes, existiam pessoas muito jovens, como também mulheres e homens de até 90 e 95 anos de idade, respectivamente.

No Mapa de População de Brotas não existe menção da ocupação da maioria das pessoas livres elencadas. Tal informação aparece apenas para 20 pessoas: 10 eram lavradores, 1 vivia de seu engenho, 2 viviam de engenho e roça, 1 era lavrador e inspetor, 1 era inspetor, 2 eram alfaiates, 1 era alferes e vivia de sua fazenda e roça, 2 eram militares (1 Capitão e 1 Alferes). A composição familiar dessas pessoas mencionadas com ocupação pode ser verificada no Apêndice A deste livro.

Ao analisar os dados sobre cor/descendência e/ou origem da população livre, percebe-se a presença de brancos, índios, negros, e mestiços.

Tabela 21: Classificação da população livre quanto a cor/descendência e/ou origem Freguesia de Brotas (1838)

Especificação	Masculino				Feminino				Total	
	0 a 7 anos	8 a 15 anos	16 a 55 anos	Acima de 55 anos	0 a 7 anos	8 a 15 anos	16 a 55 anos	Acima de 55 anos	Nº	%
Branco (a)	38	32	53	12	33	33	46	6	253	17,4
Caboré	41	25	54	6	46	30	75	11	288	19,8
Caboré ou Crioulo (a)	2	1	1	6	3	7	1	21	1,4
Cabra	2	2	6	2	1	9	4	26	1,8
Crioulo (a)	1	3	7	2	2	9	4	28	1,9
Índio	1	1	0,06
Nação Benguela	1	1	2	0,1

Nação Congo	1	1	0,06
Nação Maucumbé	1	1	0,06
Nação Mina	1	1	0,06
Nação Mofum-bé	1		1	0,06
Pardo (a)	117	86	144	14	98	65	195	20	739	50,8
Não Informado	16	12	10	2	18	14	21	1*	94	6,5

Obs.: *Uma mulher inserida no “Não mencionado” foi descrita como bastarda.

Porcentagem baseada no total da população livre.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Conforme os dados da tabela acima, mais da metade da população livre de Brotas era mestiça. Pardos, caborés, cabras, indicam a presença de descendentes provenientes de relações entre brancos, índios e africanos. Além disso, existiam afrodescendentes, assim como negros provenientes de etnias africanas, que possivelmente eram pessoas libertas.

Entre a população livre, havia em Brotas aquelas pessoas que eram desprovidas de moradia e viviam em casa de outrem. Os agregados estavam presentes na composição familiar de 70 fogos, totalizando 194 agregados (as).

Tabela 22: Faixa etária de agregados (as) – Freguesia de Brotas (1838)

Faixa etária	Homens	Mulheres
0 a 15 anos	51	39
16 a 50 anos	33	59
Acima de 50 anos	3	9
Total	87	107

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

A maior parte das pessoas agregadas era do sexo feminino, e a maioria dos homens agregados possuía idade entre 0 e 15 anos, enquanto as mulheres, a maioria estava entre 16 e 50 anos de idade. Expressiva era a presença de mulheres solteiras e com filhos (as) na situação de agregadas.

Quanto ao número de agregados por família, 29 fogos possuíam apenas 1 agregado (a), 15 fogos possuíam 2, onze fogos, 3, e assim por diante, como fica demonstrado na tabela seguinte.

Tabela 23: Número de agregados (as) por família – Freguesia de Brotas (1838)

Nº de Agregados	1	2	3	4	5	6	7	8	11	12
Total de Famílias com agregados (as)	29	15	11	4	3	2	4	1	1	1

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Dentre os agregados existiam pessoas com distintos estados civis. Para 87 pessoas foi mencionada a situação de solteiras, casadas ou viúvas, como está organizado na tabela abaixo.

Tabela 24: Estado Civil de agregados (as) – Freguesia de Brotas (1838)

Estado Civil	Homem	Mulher	Total
Solteiro (a)	36	35	71
Casado (a)	7	8	15
Viúvo (a)	1	1

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Para as pessoas em que foi citada a situação civil, fica equilibrado o número de mulheres e homens casados (as), e solteiros (as). Porém, para apenas oito pessoas aparece menção a esposos (as), formando ao todo quatro casais, enquanto para os demais não existe menção aos seus respectivos parceiros.

Os dados do Mapa Populacional para a região e período indicado evidenciam que existiam famílias inteiras (pai, mãe e filhos) agregadas, como era o caso de Luciano Pinto, de 40 anos, e de sua esposa e seus cinco filhos, que eram agregados do Alferes Antonio Maria Pinto de Figueiredo; situação em que também se encontrava a família de Florentino Ferreira, homem pardo, 40 anos de idade, casado com Maria Theodoria, que moravam com seus quatro filhos nas dependências de Antonio Leme do Prado, 84 anos, homem pardo e viúvo.

As pessoas que estavam na situação de moradoras na casa de outrem poderiam possuir ou não vínculo familiar com o (a) chefe da residência. Assim como os demais habitantes da freguesia de Brotas, eles poderiam ser caborés, pardos, brancos, crioulos etc. Poderiam ser, também, naturais de outros lugares, como por exemplo, o agregado Antonio Cardozo, homem caboré, solteiro de 46 anos, natural de São Paulo, e da agregada Maria da Penha, natural de

Cuiabá, parda, solteira de 28 anos, ou poderiam ter nascido em Brotas, como era a situação de Maria Roza, caburé de 4 anos de idade.

A presença de agregados (as) se dava na casa de pessoas que possuíam famílias do tipo regular (pai, mãe e filhos), assim como de homens e mulheres nas situações de solteiros (as) ou viúvas que poderiam ou não possuir filhos (as). Estavam também nas residências de proprietário (a) que possuía camaradas (empregados) e cativos (as). Quanto a estes últimos, depois de libertos, poderiam permanecer na propriedade do patrão ou buscar outra residência para viver como agregado, situação em que se enquadravam os libertos Domingos, solteiro de 54 anos, agregado de Maria Francisca, mulher parda, natural de Cuiabá de 40 anos, e também Antonio de Nação Mofum-bé, 90 anos de idade, agregado de Lourenço Teixeira da Silva, homem branco, viúvo de 32 anos de idade.

Ex-escravos também possuíam agregados, como era o caso de Antonio da Silva, 70 anos de idade, preto forro de Nação Congo, casado com Anna da Silva, de 68 anos, preta forra Nação Benguela que tinham como agregada Antonia da Silva, de 24 anos, caboré, solteira.

Essas características demonstram a complexidade de pessoas que eram agregadas. Algumas delas poderiam ajudar nos afazeres da residência ou das propriedades agrícolas nas quais estavam instaladas.

Com relação à população cativa, como citado anteriormente, totalizava em 298 pessoas. Sua distribuição quanto à faixa etária pode ser visualizada na tabela seguinte.

Tabela 25: Faixa Etária da População Escrava – Freguesia de Brotas (1838)

Faixa Etária	Masculina								Feminina									
	0 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		51 a 95 anos		01 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		51 a 90 anos			
Número e Percentual	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
	19	6,4	30	10,1	101	33,9	12	4	30	10,1	24	8	75	25,2	7	2,3		
Total	Nº		162								136							
	%		54,4%								45,6							

Obs.: Porcentagem calculada a partir do total da população escrava.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

O número de cativos era maior que o número de cativas, assim como o número maior estava para escravos (as) que se encontravam na faixa etária entre 16 e 50 anos. Essa superioridade masculina, assim como o maior número de escravos com essas idades, pode ser atribuída à necessidade de mão de obra com idade ativa para trabalhar nos afazeres domésticos e/ou de lavoura, engenho etc.

A população cativa estava distribuída em 47 famílias. Algumas destas últimas com apenas 1 cativo, e outras com mais de 10. Além disso, eles estavam presentes em residências com ou sem agregados e camaradas. As características ocupacionais das residências com presença de escravos pode ser consultada no Apêndice B desta obra.

Alguns escravos eram originários do continente africano, enquanto outros eram nascidos no Brasil, tendo inclusive a presença de mestiços como cabra, pardo, caboré, mulato etc., como pode ser verificado na tabela seguinte.

Tabela 26: Classificação da população escrava quanto à descendência e/ou origem – Freguesia de Brotas (1838)

Especificação	Escravas				Escravos				Total	
	0 a 7 anos	8 a 15 anos	16 a 50 anos	Acima de 50 anos	0 a 7 anos	8 a 15 anos	16 a 50 anos	Acima de 50 anos	Nº	%
Benguela	1	3	9	2	15	5
Caboré	1	1	4	1	2	9	3
Cabra	5	3	16	5	3	8	2	42	14
Camundá	1	1	2	0,6
Crioulo (a)	19	12	41	4	12	21	45	2	156	53
Hauçá	3	1	4	1,3
Mulato (a)	1	1	1	1	4	1,3
Nação	2		2	0,6
Nação Angola	1	1	2	0,6
Nação Cavanje	1		1	0,3
Nação Congo	1	6	1	8	2,6
Nação Mina	1	5	1	7	2,3

Nação Moçambique	4	4	1,3
Nação Monjolo	3	3	1
Nação Rebelo	1	1	0,3
Nagô	3	3	1
Pardo (a)	7	7	2	4	4	24	8
Tapa	1	1	0,3
Não Informado	4	1	1	4	10	3,5

Obs.: Porcentagem baseada no total da população cativa.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Mais da metade da população escrava foi classificada como crioula, seguida pelos cabras, e os de nação Benguela. Outras denominações como Nagô, Nação Mina, Nação Congo, Nação Cavanje, Nação Angola, Hauçá etc. podem indicar a origem étnica de escravos que trabalhavam nas propriedades agrícolas da freguesia de Nossa Senhora de Brotas. Algumas dessas denominações poderiam vir até mesmo junto ao nome do escravo, servindo como sobrenome ou algo para referenciá-lo.

Quanto ao estado civil, os (as) escravos (as) poderiam ser solteiros (as), casados (as) ou viúvos (as). Para algumas pessoas casadas não foram citados os seus parceiros, mas em algumas residências eles poderiam contrair matrimônio. Na casa de Manoel Gonçalves da Silva, homem branco, casado, 45 anos de idade, existia um casal de escravos cujo marido chamava-se Joze, 45 anos de idade, crioulo, casado com Josefa, caburé de 20 anos de idade. E também na casa de José Apolinário de Oliveira, natural de Cuiabá, homem branco, casado, de 50 anos de idade, possuía um casal de escravos, como por exemplo, Agostinho, homem cabra, 40 anos de idade, casado com Joanna Mina, de 40 anos.

O objetivo de apresentar algumas características da população livre e escrava do distrito de Serra Acima (1809) e da freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838) teve o intuito de demonstrar em quais tipos de ambientes os camaradas também poderiam ser encontrados. Nas regiões com expressiva presença de propriedades agrícolas, e com participação de mão de obra cativa, homens livres e pobres conseguiram espaço para trabalhar como camaradas.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Além disso, a finalidade principal deste capítulo foi apresentar algumas informações sobre a capitania/província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, para com base nesses mapas e outros tipos de documentos, discutir a presença de camaradas, que será abordada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

CAMARADAS, “VIVIAM DE AJUSTES”

Não tardou muito para que os dois noturnos viajantes começassem a ouvir os latidos furiosos dos cães que no terreiro de Pereira denunciavam aproximação de gente suspeita junto à casa entregue à sua vigilante guarda.

— Por aqui perto fica algum rancho, Mochu, avisou o camarada [José ao seu patrão, o viajante estrangeiro]; havemos enfim de descansar hoje... Mas, que gritaria faz a cachorrada!... São capazes de nos engolir antes que venha alguém saber se somos cristãos [criatura humana de boa intenção] ou não... Safá! Que Canzoada [ajuntamento de cães]!... Ó Mochu, o senhor deve ir na frente... rompendo a marcha...

— Você, respondeu o alemão, bate neles com cacete...

— Nada, retrucou José com energia, isso não é do ajuste... Quem está montado, caminhe adiante... Ainda por cima agora essa! (Alfredo d' Escragnolle Taunay, 2000, p. 63).

Ser camarada

Os estratos da população livre do Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, eram compostos, basicamente, por: 1) uma pequena elite local, mas poderosa em relação às demais parcelas da população, composta por proprietários de terras e escravos, comerciantes de grandes cabedais, importadores e exportadores, altos funcionários públicos e/ou de altas patentes militares – alguns desses dois últimos poderiam, também, ser grandes comerciantes ou proprietários de terras e escravos; 2) Abaixo dessa elite estava a camada média da população, formada por médicos, poucos engenheiros, oficiais militares, advogados, promotores, chefes de polícia, magistrados e membros da Igreja; 3) Logo em seguida, na escala mais baixa, estava uma camada da população conhecida pela historiografia como livres e pobres. Além das camadas livres, existia a da população escrava, já que se tratava de uma sociedade escravista, e que a presença e participação de cativos era uma realidade.

Dentre a camada livre e pobre, a documentação nos revela a presença dos camaradas. Bastante mencionada em diversas situações relacionadas aos ambientes urbanos e rurais, sua presença se dava em atividades ligadas à extração, lavoura, criação de gado *vacum* e cavalariagem, nos transportes fluvial e terrestre, dentre outras.

A presença de camaradas na região mais central da América do Sul pode ser verificada ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Para o ano de 1721, José Barbosa de Sá narrou a chegada de vários paulistas às minas do Cuiabá, dentre eles “o capitão José de Sá Arruda, com perda de muita escravatura e camaradas” (SÁ, 1904, p. 9). Nos Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade e da Câmara do Senado do Cuiabá, existem referências a camaradas nas explorações pelo território, na fundação de povoados, nas bandeiras contra os indígenas, no policiamento e defesa de comboios terrestres, fluviais, de propriedades rurais e nas investidas das minas de ouro (*ANAIS DE VILA BELA – 1734-1789; ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ – 1719-1830*). Quanto a estas últimas, está aquela que ocorreu no ano de 1745, em que “tinha Antônio de Almeida Falcão mandado um filho seu, com o padre Leme e outros camaradas, a cercar os sertões da parte do oriente, a fim somente de descobrir ouro” (*ANAIS DE VILA BELA – 1734-1789*, p. 47).

A origem da presença de camaradas e demais livres e pobres na região pode ser buscada nas expedições que partiam de São Paulo organizadas para prear índios, e também posteriormente com a descoberta de ouro, nas monções organizadas para explorar os veios auríferos e no comércio e transporte que ligava Ararituaba (Porto Feliz) a Cuiabá e vice-versa. Além desses, podemos acrescentar todos os tipos de pessoas, com as mais diferentes ocupações que, sabendo das minas de ouro, direcionaram-se para as mesmas em busca do metal precioso. Vale lembrar que o paulista Fernando Dias Falcão organizou à sua custa uma monção que, em 1719, “seguia com destino ao rio Coxipó, conduzindo os elementos indispensáveis à exploração das riquezas encontradas. Levava ferreiros, carpinteiros, alfaiates, e tudo quanto parecesse necessário ao aumento do arraial” (HOLANDA, 1990, p. 45).

Além de mineiros, comerciantes, trabalhadores de ofício etc. vieram também livres e pobres que se empregavam nas monções, seja como pilotos, remeiros, proeiros, guias etc.

Atrelado àquelas pessoas, é possível mencionar o escravo negro e o índio que foram utilizados em diversas atividades ligadas ou não à mineração. Desse conjunto formado por diferen-

tes grupos humanos, configurou-se uma sociedade heterogênea, híbrida, em que a mestiçagem foi uma realidade (SILVA, 1995).

Trabalhadores de ofício, monçoeiros, militares, libertos, indígenas e todo tipo de pessoas que se direcionaram e se estabeleceram na região, inicialmente atraídas pelo ouro e depois empregadas em atividades ligadas a ambientes urbanos e rurais que se formaram na capitania e depois província de Mato Grosso, são os personagens que deram início à formação de um grupo complexo de homens e mulheres que não eram senhores nem escravos, mas que estavam na condição de livres e pobres. É nesse grupo que podemos buscar a origem dos camaradas, ou seja, homens livres que firmavam acordo com outra pessoa (patrão/patroa) para prestar determinados serviços, recebendo em troca um pagamento pelas tarefas realizadas.

Contudo, o que era ser camarada em Mato Grosso da primeira metade do século XIX? Quais atividades desenvolviam? Quais aspectos de vida e trabalho? À medida que a análise da documentação foi iniciada, constatei considerável número de informações referentes a essa categoria social. É dela que tratarei neste capítulo, em especial daqueles camaradas que realizavam atividades em ambientes rurais.

Segundo o *Vocabulário portuguez e latino* de Raphael Bluteau (1712-1728), a palavra camarada ou camarada “deriva-se de camara, ou de cama, e vale o mesmo que companheiro de casa, e mesa; e é particular usado entre gente de guerra, e soldados, alistados na mesma companhia, ou que vivem no campo, ou arraial debaixo da mesma tenda; companhia; gente da mesma facção”.³⁹

A expressão camarada era usada nos ambientes militares para tratamento a companheiros de serviço, como foi ressaltado acima. Por Exemplo, em 1823 foi realizado no Presídio de Miranda um Auto de Devassa para apurar os fatos tramados por alguns soldados que pretendiam tomar o Parque das Armas, o Paiol de Pólvora e prender o comandante. As testemunhas, ao deporem, utilizaram o termo camarada para se referir a outros companheiros pertencentes ao corpo militar (*Processo* 104 – 1823, APMT). Com o mesmo sentido, foi usada por José Pinto de Figueiredo, 19 anos, solteiro, natural da província de Mato Grosso, morador da cidade

39 Significado semelhante pode ser encontrado em dicionários publicados no século XIX, ver *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1806) e Silva (1813).

de Cuiabá, que, assim como seu camarada Joaquim José da Silva, vivia “de seus soldos, como Guarda Municipal”. Ambos estavam fazendo ronda policial na cidade onde residiam, quando avistaram um tumulto de pessoas, de onde fugia um homem que estava sendo acusado de roubo. Ao perceberem algo de errado, correram pra prender o indivíduo. Ao descrever a ação policial, ambos utilizaram a palavra camarada para se referirem a si e a outros colegas de serviço que faziam parte da mesma patrulha (Processo 133 – 1835, APMT). Nesse contexto, vale considerar que o termo era usado entre os militares para denominarem seus companheiros de serviço.

A palavra camarada servia também para designar a ocupação de determinadas pessoas pertencentes à sociedade brasileira do século XIX, e no caso do presente estudo, da capitania/província de Mato Grosso para a primeira metade do mesmo século.

Francis Castelnau⁴⁰, em viagem à província de Mato Grosso, ao percorrer Vila Maria em 1845, descreveu a exploração da ipecacuanha e fez a seguinte menção:

Além das pessoas necessárias à navegação, as canoas dos poaieiros levam certo número de indivíduos, contratados à razão de 6 a 7 mil réis por mês, com direito à comida; são os chamados camaradas, nome que no interior se dá a todos os assalariados (CASTELNAU, 2000, p. 422.) (Grifos meus).

Conforme as observações do viajante, camaradas eram os trabalhadores contratados que recebiam em troca salários e alimentação pelos serviços prestados. Em outras partes dos relatos de Castelnau aparecem vestígios de que camaradas eram homens que recebiam um soldo por serviços prestados na navegação, no transporte terrestre e na extração da poaia, e que poderiam desenvolver diversas atividades. Da mesma forma, o viajante Bartolomé Bossi,⁴¹ quando per-

40 Francis de La Porte, conde de Castelnau, foi chefe de uma expedição no Brasil enviada pelo governo francês, em 1843. Resolvidos a cruzar a América do Sul, percorreram as províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, chegaram à Bolívia, Peru, e depois ao Amazonas até o Pará, no Brasil. A descrição dessa expedição científica está presente no diário de viagem do Conde de Castelnau, em que, além de estudos botânicos, geológicos, zoológicos, meteorológicos, existem observações sobre costumes dos habitantes das mencionadas regiões (CASTELNAU, 2000).

41 Genovês, nascido por volta de 1819, Bartolomé Bossi morava desde jovem em Buenos Aires. Em 1862 partiu de Montevidéu comandando uma expedição ao interior de Mato Grosso, que tinha por intuito dedicar

correu a região da vila do Diamantino, mencionou que na expedição pelo rio Arinos contratou dois práticos e “doze remadores a que dão o nome de camaradas” (BOSSI, 2008, p. 84).

Hercules Florence (1948)⁴² chamou de camaradas os trabalhadores contratados em Porto Feliz para a navegação até Cuiabá. Em alguns trechos do relato, o viajante os descreveu como sendo remeiros; em outras, mencionou apenas como camaradas. As menções a essa categoria apareceram esparsamente, relacionadas a trabalhos surgidos em atividade da navegação fluvial como abicamento de canoa, passagem por cachoeiras, descrições do percurso e histórias de viagens anteriores que eram contadas pelos membros da tripulação.

Na viagem em direção à vila do Diamantino, em maio de 1827, Georg Heinrich von Langsdorff,⁴³ em seu diário, menciona o termo camarada para se referir a um homem contratado para as funções de tocador de tropa.

No dia 14, de manhã, os animais estavam reunidos e tudo pronto para a viagem. Um tocador (camarada), alegando estar doente, não quis mais nos acompanhar. Com isso, tivemos que alugar um outro às pressas, por 24 oitava (=28.800 réis), ida e volta. Felizmente encontramos um (LANGSDORFF, 1997, p. 95).

Chamado por camarada ou pela atividade que desenvolvia, fica evidente nos relatos de viajantes que camarada era ser trabalhador contratado para desenvolver determinadas atividades e recebia certa remuneração pela realização das mesmas.

as observações ao barão de Mauá e fazer um levantamento para elaborar um mapa da região, onde permaneceu até 1863. Seu diário de viagem contém descrições geográfica, física, mineralógica além de etnográfica (BOSSI, 2008, p. 9-12).

42 O francês Antoine Hercules Romuald Florence chegou ao Brasil em 1824. No ano seguinte foi contratado pelo cônsul da Rússia no Brasil, barão de Langsdorff, como desenhista de uma expedição científica pelas províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará. Seu relato de viagem contém as descrições da expedição, bem como desenhos de índios, monções, vegetação, vilas etc. (FLORENCE, 1948, p. 11-32).

43 Médico e explorador alemão, Langsdorff foi nomeado cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro por Alexandre I. Em 1825, chefiou a expedição científica a mando do Império Russo ao interior do Brasil, na qual Hercules Florence participou como segundo desenhista (FLORENCE, 1948, p. 17-18).

Nos processos crimes e cíveis referentes à província de Mato Grosso entre os anos de 1822-1850, esses trabalhadores declararam nos seus depoimentos que tinham por ocupação “viver como camarada”. Como exemplo, Faustino de Sousa Braga, crioulo, natural da cidade de Mato Grosso, morador na cidade de Cuiabá, “de trinta anos mais ou menos”, testemunha de um homicídio, antes de ser interrogado sobre o que sabia do crime, declarou ser solteiro e que vivia “de ser camarada” (*Processo* 124 – 1832, APMT), ou seja, era um trabalhador livre que vendia sua força de trabalho em troca de um soldo.

Nos depoimentos, ao identificar o depoente, o Juiz perguntava local de origem, de morada, idade, e os meios pelos quais garantia o sustento. Camarada também era a ocupação de Paulo Pinto Guedes, empregado de Antônio Leite Moreira. Paulo foi assassinado por outros três camaradas, Antônio Corrêa, Marcelino Corrêa, e Manoel de Souza, na freguesia de São Luis de Vila Maria, distrito da vila de Poconé, da comarca de Cuiabá. Embriagados, os três camaradas acusados estavam “disputando com o falecido, e provocando-o no beco do quartel” e logo em seguida aconteceu o assassinato de Paulo Pinto Guedes, morto com uma porretada que lhe “partiu a cabeça”. Dois dos três acusados foram presos, o terceiro fugiu, e prestaram depoimento sobre o que havia ocorrido. No relatar dos fatos, Antônio Corrêa, natural do Distrito de Vila Maria e que nele residia desde o seu nascimento, declarou “que vivia de ajuste para prestar seus serviços, e que esta era a sua profissão” e que dera a facada na vítima e “que o fato que tinha alegar em sua defesa era o estado de embriaguez, em que se achava”. Perguntado sobre o mesmo homicídio, o outro réu, Manoel de Souza, natural do distrito de Vila Maria, declarou que vivia “de ajustes e esta [era] a sua profissão”, e “que pelo estado da embriaguez em que se achava, não sabe se fizera algum mal ao paciente [vítima]”. No mesmo processo, uma das testemunhas era Reginaldo Xavier, pardo, solteiro, de 22 anos de idade, natural do Baixo Paraguai, morador do Distrito onde aconteceu o crime, declarou “que viv[ia] de seus ajustes de camarada” e “que sabia por ver e presenciar que Antônio Corrêa e Manoel de Souza e Marcelino Corrêa eram os que tinham matado Paulo Pinto Guedes” porque foram insultar a vítima na casa da mesma (*Processo* 135 – 1836, APMT.) (Grifos meus).

Em 22 de outubro de 1838, Manoel Gomes da Silva Marques seguia no transporte de mercadorias pela estrada que ligava a cidade de Cuiabá ao Distrito de Serra Acima. Juntamente estavam seu camarada Alexandre Pedro e seu escravo, o preto Africano de nome José. Durante

o trajeto, Manoel Gomes empreendeu alguns castigos ao escravo por este prestar o serviço de arrumar as cargas na besta com má vontade.

Em resposta ao castigo, o escravo lhe deu uma facada no braço esquerdo, uma na coxa esquerda e outra nas costas, levando seu dono a óbito. As pessoas que prestaram socorro à vítima, Manoel Gomes da Silva, foram chamadas para depor, e dentre as testemunhas estava o camarada, o único que vira o acontecido. Antes de relatar o que sabia do assassinato, Alexandre Pedro, de quarenta anos de idade, solteiro, natural da província de Mato Grosso, declarou “que vive de ajuste como camarada”. Quando o juiz interrogou o escravo (réu), perguntou se conhecia as pessoas que prestaram depoimento contra ele, e o tempo que as conhecia, respondeu que das testemunhas que juraram só conhecia Alexandre Pedro, “desde que seu senhor o ajustara para camarada”. Pelos exemplos citados acima, e pela fala do escravo, camarada era um trabalhador contratado por ajuste (Processo 145 – 1838, APMT.) (Grifos meus).

O vocábulo *ajuste* no *Vocabulário portuguez e latino* significa convenção, pacto, concerto (BLUTEAU, 1712-1728). Portanto, viver de ajuste como camarada significava fazer um acordo, um trato, convenção, pacto com um contratante, ou seja, ajuste pode ser usado para definir uma combinação entre duas partes, em que serviços seriam prestados em troca de um soldo.

Pelas descrições apresentadas, podemos afirmar que camarada também era um termo usado para se referir a trabalhadores livres ou libertos que eram contratados para desenvolver uma determinada atividade. Os acordos de trabalho poderiam ser temporários ou não. E os trabalhadores assim definidos poderiam saber algum ofício específico, sendo contratados para tal, ou empregados para desenvolver atividades diversas.

Podemos supor que a utilização de um vocábulo português para definir aspectos de coleguismo, proximidade, reconhecimento e parceria, ganhou novo significado no Brasil nos séculos XVIII e XIX, para se referir a uma pessoa livre que vendia sua força de trabalho a quem dela necessitasse, justamente pelo fato de que o contratante, ao negociar com o contratado os serviços a serem prestados, estreitava certa aproximação entre ambos, às vezes no convívio diário, ou na proximidade das tarefas realizadas. Não precisava necessariamente morar sob o mesmo teto, mas o ajuste estabelecia algumas relações entre patrão e empregado, o que levou usualmente à utilização da palavra camarada para se referir a uma categoria de trabalhadores livres.

Os camaradas estavam presentes nos meios urbanos e rurais da capitania/província de Mato Grosso, no desenvolver de todo tipo de atividade. Poderiam ser encontrados também nas áreas de mineração, contratados por mineiros (as). Os camaradas nos ambientes urbanos poderiam ser vistos morando nos arredores das cidades, ou na casa de seus patrões. Em Cuiabá, por exemplo, eram contratados por famílias que poderiam ou não possuir escravos, para desenvolver diversos tipos de atividades como transporte de todo tipo de carga, serviços de pedreiro, ferreiro, marceneiros etc. As mulheres livres e pobres trabalhavam como lavadeiras, engomadeiras, costureiras etc. (VOLPATO, 1993). Porém, a intenção aqui é apreender camaradas em atividades ligadas a ambientes rurais da capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX, ou seja, em propriedades com lavoura, criação de gado, engenhos, fazendas, em atividades de extração, nas explorações pelo território, nas vias terrestres e fluviais etc.

Camaradas: acordos de trabalho

Condutores de carga, vaqueiro, remador, trabalhador de lavoura, guia, ferreiro e carpinteiro eram ocupações presentes em ambientes rurais, e também desenvolvidas por camaradas. Estes eram homens⁴⁴ que firmavam ajustes temporários, o suficiente para percorrer os locais da capitania/província, ou poderia durar mais tempo, sendo que o serviço a ser realizado era que demandava o período do acordo de trabalho. Camaradas da navegação, por exemplo, contratados em Cuiabá para conduzir uma embarcação até São Paulo, tornavam-se camaradas de quem os contratasse durante o tempo da viagem, da mesma forma que um condutor de tropa por um período em que estivesse responsável por uma determinada carga. Além disso, o acordo poderia durar o tempo do cultivo de uma lavoura (preparação da terra, plantio, colheita e transporte) ou durar mais tempo, como por exemplo, camaradas que moravam por longos períodos na propriedade do patrão.

44 Na documentação cotejada não existe informação sobre camaradas do sexo feminino.

Numa sociedade em que nem todos eram alfabetizados, onde a educação formal estava restrita a uma minoria,⁴⁵ os acordos se davam oralmente ou por escrito. A palavra servia como validade das responsabilidades a serem cumpridas entre as partes, e também como garantia de que o tempo de conclusão, a forma de pagamento e a realização das tarefas seriam cumpridas. Mas os acordos orais não eram regra, existiam aqueles que eram fechados por meio de contrato por escrito.

No decorrer do século XIX, nos discursos das elites e dos governantes do Império do Brasil, havia menção para reprimir a vadiagem, a indolência, a vagabundagem. Aquelas pessoas que não trabalhavam em uma atividade regular e sistemática poderiam ser taxadas de vadias, preguiçosas e desordeiras. Era preciso criar mecanismos para inibir o viver daqueles (as) que fugiam a uma vida em que não precisassem se sujeitar diretamente a um patrão/patroa ou trabalhar sistematicamente. É necessário levar em conta que o Brasil dos oitocentos era uma sociedade escravocrata, em que o negro era mão de obra utilizada tanto na produção exportável como em parcela da produção direcionada ao mercado interno. O trabalho regular, sistemático era identificado por parcela da população livre como trabalho cativo. Sendo assim, alguns dos indivíduos livres recusavam se submeter ao trabalho regular.

Como exemplo da visão das elites em relação ao viver das pessoas comuns, apresento as observações de Joaquim Ferreira Moutinho,⁴⁶ que, para justificar o “atraso” da agricultura e o elevado preço dos produtos em Mato Grosso, atribui suas causas à “preguiça e indolência” da maioria da população. O cronista relata que se perguntassem a ele qual a razão das causas do vultoso valor dos produtos agrícolas, a resposta seria a seguinte:

a preguiça e a indolência responderão: – falta de braços! E se não dizem – falta de terras, é porque protestam contra 48 mil léguas quadradas, (segundo o compendio de Geografia

45 É importante frisar que, em sua maioria, os camaradas e demais livres e pobres identificados nos processos cíveis e crimes não assinavam os depoimentos por não saberem ler e escrever, neste caso, eles (as) faziam o sinal da Cruz, ou era preciso que uma outra pessoa assinasse “a rogo”.

46 Comerciante e membro da elite, Joaquim Ferreira Moutinho nasceu em Santo Ildefonso, freguesia portuguesa do Conselho do Porto – Portugal. Viveu 18 anos em Cuiabá (1846-1868) (MOUTINHO, 1869b, p. 5-6).

de Thomaz Pompeu de Souza Brasil) de terras que ainda se acham no seu estado primitivo, isto é, em sertão bruto.

E se o Brasil banir a escravidão; se reconhecer que um homem não deve ser escravo de outro; se repelir, civilizado como é hoje, o comércio imoral da carne humana, perece de fome a província de Mato Grosso?

Há de perecer... O seu defeito principal é a preguiça, é a indolência [...].

A fome e a miséria são só devidas à preguiça do povo, que ali devia viver na abundância.

Qual o motivo porque uma mulher, que não tem o que comer no dia seguinte; que mora em um rancho de palha, que não possui mais que uma rede velha e rota, que verte a saúde por todos os poros – rejeita 30\$000 por mês para amamentar uma criança, recebendo além do salário um bom tratamento, ao passo que não tem pejo de estender a mão para implorar a caridade pública?

Qual o motivo porque uma rapariga que vive na prostituição rejeita 20\$000 mensais para a servir de criada grave, e prefere ao ganho certo da nudez e a fome, uma vez que tenha liberdade para viver na devassidão?

E homens robustos – que passam a vida em contínua bebedeira, deitados debaixo de míseras palhoças, acordando somente para comerem um pouco de mandioca, porque recusam 30\$000 por mês para servirem como criados ou camaradas?

Não será tudo isto negação completa ao trabalho, amor excessivo à preguiça? (MOUTINHO, 1869b, p. 31-33).

Para Moutinho, a causa dos problemas agrícolas na província de Mato Grosso estava relacionada à preguiça, à indolência da população, já que nem todos queriam trabalhar numa atividade que “garantiria” algum pecúlio. A população a que o cronista se referia era a camada composta por pessoas pobres; o mesmo ressaltou que se a escravidão fosse abolida, a Província iria perecer de fome. Se um indivíduo que não estivesse submisso, ou empregado num trabalho regular, era considerado vadio e indolente. Era preciso mudar o viver de pessoas que produziam seus cotidianos numa lógica diferente daquela pensada pelas elites. Estas últimas estavam com olhares voltados para os países “civilizados” da Europa, em que já era comum o trabalho assalariado, sistemático, regular, apoiado nas bases do capital industrial.

Nesse sentido, para regularizar o trabalho no Império, foram criadas as leis de locação de serviço, legislação que se referia ao trabalho. O escravo, o trabalhador livre “nacional” e o imigrante estrangeiro eram tratados de forma diferente perante essa legislação. Isso fica evidente na

Lei de 13 de setembro de 1830 que regulava os contratos de prestação de serviços de brasileiros e estrangeiros,⁴⁷ e na Lei de Nº.108 de 11 de outubro de 1837, que tratava especificamente dos contratos de prestação de serviços de estrangeiros.⁴⁸ Legislações sobre o trabalho e que compreendem a temporalidade abordada neste livro.⁴⁹

Como mencionado anteriormente, os acordos de trabalho dos camaradas na região mais Central da América do Sul se davam de forma oral ou por escrito. Esta última ficou regulamentada pela lei de 13 de setembro de 1830. Foi a primeira legislação referente à locação e prestação de serviço do século XIX, elaborada para regulamentar o trabalho da população livre nacional. Ela possuía oito artigos que visavam estabelecer mecanismos para a questão do cumprimento dos contratos por tempo definido ou por empreitada, com adiantamento do pagamento no todo ou em parte da quantia contratada.

O contrato por escrito assegurava para aquele que contratasse os serviços (patrão), a transferência do contrato para outro, contanto que não piorasse a condição do contratado, nem que tivesse alguma proibição, no contrato, da transferência. Ficava proibido apartar-se do contrato enquanto uma das partes estivesse cumprindo a sua obrigação. Nessas condições, desfazer o contrato, ou seja, deixar de cumprir com o que estivesse estipulado, acarretaria no pagamento dos serviços prestados e mais a metade do preço combinado. Se não ocorressem essas medidas, os problemas de acordo de trabalho seriam resolvidos perante um Juiz de Paz.

Art. 2, item III. Será compelido pelo Juiz de Paz, depois de ouvido verbalmente, a satisfação dos jornais, soldada, ou preço, e a todas as outras condições do contrato, sendo preso,

47 A Lei de 13 de setembro de 1830 em seu artigo de nº. 7 definia que o contrato regulamentado por lei não poderia “celebrar-se, debaixo de qualquer pretexto que seja, com os africanos bárbaros, a exceção daqueles, que atualmente existem no Brasil” (BRAZIL, *Lei de 13 de setembro de 1830*, p. 33).

48 A lei n.108 de 11 de outubro de 1837 tinha dezessete artigos e tratava especificamente dos contratos de prestação de serviços de estrangeiros (BRAZIL, *Lei n.108* – 11 de outubro de 1837). Sobre imigrante estrangeiro ver Beiguelman (1977), Costa (1998), Costa (1999) e Martins (1996).

49 No século XIX também existia, para a segunda metade do século XIX, o decreto de nº. 2.827 publicado em 15 de março de 1879, lei que regulamentava o contrato de locação de serviços tanto ao trabalhador nacional quanto ao estrangeiro (BRAZIL, *Decreto Nº. 2827* – 15 de março de 1879). Essa lei não será discutida nesta obra por compreender um período posterior à temporalidade dessa pesquisa.

se em dois dias depois da condenação não fizer efetivamente o pagamento ou não prestar caução suficiente (BRAZIL. *Lei de 13 de setembro de 1830*).

O trabalhador que quisesse se isentar de prestar os serviços – enquanto o contratante estivesse cumprindo a sua obrigação – teria que devolver os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagar a metade do resto que ganharia se cumprisse o contrato por inteiro. Caso não fizesse isso, o Juiz de Paz mandaria o trabalhador cumprir o seu dever, “castigando-o correcionalmente com prisão até indenizar a outra parte”. O 5º artigo regulamentava que o prestador de serviços (trabalhador/contratado), “que se evadindo ao cumprimento do contrato, se ausentar do lugar, ser[ia] a ele reconduzido preso por deprecada⁵⁰ do Juiz de Paz, provando-se na presença deste o contrato, e a infração” (Art. 3, Art. 4 e Art. 5. BRAZIL, *Lei de 13 de setembro de 1830*).

De maneira geral, a lei de 1830 dava total garantia ao contratante (patrão) e poucas garantias aos prestadores de serviço (empregados), além de obrigar estes últimos a cumprirem o contrato sob pena de prisão. Nesse sentido, a lei procurava implantar a disciplina para o trabalho, que é o mesmo que obrigar um ou vários indivíduos a se enquadrarem em um tipo de trabalho regular, em que serviços deveriam ser prestados mediante o que estava estipulado no contrato por escrito. A indisciplina no trabalho fazia parte dos discursos recorrentes no trâmite político do Império do Brasil, na primeira metade do século XIX. Quando cito os discursos das elites políticas, ele está sendo mencionado no sentido de que também eram as vozes dos patrões, das elites econômicas, já que políticos eram proprietários de terras, de lavoura, de criação, de escravos, eram comerciantes, e que tinham camaradas e demais livres e pobres como

50 Deprecada é a denominação que se dá à carta precatória. Esta é o expediente pelo qual o juiz se dirige ao titular de outra jurisdição que não a sua, de categoria igual ou superior a de que se reveste, para solicitar-lhe que seja feita determinada diligência que só pode ter lugar no território cuja jurisdição lhe está afeta. O juiz que expede a precatória é chamado de deprecante e o que recebe, deprecado. A precatória, ordinariamente, é expedida por carta, mas, quando a parte o preferir, por telegrama, radiograma, telefone e fax, ou em mão do procurador (*DEPRECADA*. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/servicos/glossario>>. Acesso em: 20 jan. 2010). A lei de 13 de setembro de 1830 regulamentava que as deprecadas do Juiz de Paz seriam simples cartas, que tivessem a súplica e os motivos da prisão, “sem outra formalidade mais que a assinatura do Juiz de Paz e seu Escrivão” (Art. 6. BRAZIL, *Lei de 13 de setembro de 1830*).

empregados. Além disso, aqueles membros das elites que não ocupavam postos na política e na administração estavam ligados a políticos por amizade, compadrio, laços familiares etc.

Porém, mesmo após a legislação de 1830, muitos acordos de trabalho não eram feitos perante um contrato por escrito regulamentado pela justiça. Para alguns camaradas era preferível firmar acordos orais e/ou mesmo temporários, ao invés de ficarem submetidos a um contrato por escrito ou que demorassem muito tempo. Nem todos os camaradas identificados nas fontes foram ajustados por um contrato escrito, mas existiam aqueles que como Leonardo Baliza e Antônio Maciel de Almeida fecharam este último tipo de acordo.

No ano de 1840, os irmãos Leonardo Baliza e Antônio Maciel de Almeida, naturais da vila de Santarém, província do Pará, filhos de João Pedro e de Engenaura Maria vieram, em fins de março, para a província de Mato Grosso com o negociante da vila do Diamantino, Francisco Prudente de Almeida, contratados como camaradas. Chegados a Diamantino, foram suspeitos de fazerem parte dos “rebeldes” que atacaram a província do Pará. Para apurar os fatos, o Juiz de Paz de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, Tenente Ribeiro Dias, inquiriu os dois irmãos sobre os motivos de suas vindas para a província de Mato Grosso. Interrogados sobre com quem tinham ido para a Província, os irmãos responderam que foram com o negociante Francisco Prudente de Almeida, com quem ajustaram serviços, e ao mesmo tempo em que “mostr[aram] o papel do trato de letrado entre eles nos termos da lei”. Como o referido negociante estava presente, foi, em seguida, questionado se era verdade o que os irmãos declararam, e ele afirmou que:

sabe por ver que em fi[ns] de março deste ano [1840] estando ele testemunha principian-do no seu regresso para esta Província [Mato Grosso] [...], na altura de mais ou menos no sertão do Pará abaixo do lugar onde se achava Barboza aí alcançou o dito Baliza e seu irmão Antônio Manoel de Almeida em uma montaria vindo remetido por José Feliciano a feitoria de suas canoas, e como ele testemunha estava com falta de gente aí ajustou em quatro de abril, como consta do papel de fato que apresentou neste ato conforme a Lei provincial a respeito (*Processo 150 – 1840, APMT*).

Além do contrato escrito, é possível apreender pelo trecho acima como se dava o acordo referente aos serviços de camarada. Na necessidade de pessoal para desenvolver determinadas atividades no percurso, o negociante combinou com os irmãos para irem à província de Mato

Grosso. Ao mesmo tempo, é possível perceber o que um acordo de trabalho por escrito poderia significar naquele momento. O documento serviu como uma das provas apresentadas ao Juiz de Paz de que os camaradas eram trabalhadores, pessoas residentes na vila de Santarém no Pará e que tinham filiação, o que poderia contribuir para isentá-los da suspeita de serem “rebeldes”. No mesmo processo de interrogação, foram intimadas mais duas pessoas que confirmaram o local de residência e o nome dos pais dos dois camaradas.⁵¹

Naquele momento, primeiro semestre de 1840, a província do Pará ainda era palco de uma grande revolta conhecida pelo nome de Cabanagem (1835-1840), assim denominada porque dela participou a população pobre em diversos pontos da província, tanto nos ambientes urbanos quanto nos rurais, onde viviam em modestas cabanas. A situação política vivida no país após a abdicação do Imperador Dom Pedro I fez agravar disputas políticas que já eram presentes no momento da Independência, em 1822, e tiveram seus reflexos nas diversas províncias durante a regência. Além disso, o descontentamento popular em relação à miséria em que viviam contribuiu para fazer surgir em vários pontos do Brasil movimentos de revolta entre lideranças políticas com grande participação de livres pobres. A cabanagem enquadra-se no contexto das revoltas do período regencial. Conforme as afirmações de Marcello Otávio Basile, foi o mais notável movimento popular ocorrido durante o Império.

Foi o único em que as camadas de baixa condição social (índios, caboclos e negros) conseguiram ocupar o governo de toda uma província durante um período de tempo relativamente intenso (nove meses). Todavia, os cabanos não possuíam qualquer programa de governo que definisse seus objetivos, e nem apresentaram um conjunto sistemático de exigências. Em suas proclamações, transparece apenas o ódio a portugueses, estrangeiros e maçons, e a defesa da liberdade, da religião católica, do Pará e de Pedro II. Constituiu, assim, um movimento motivado pela insatisfação com as interferências do governo central, pela lusofobia exacerbada e pelo rancor contra os poderosos em geral, e impulsionado pela

51 As duas pessoas interrogadas foram: Vitoriano Pereira de Campos, natural da cidade de Cuiabá, cinquenta anos de idade, casado e que vivia “de suas agências”; e Antônio Pedro dos Santos, natural da vila de Santarém, província do Pará, solteiro, trinta anos de idade “mais ou menos”, que residia na província de Mato Grosso onde era militar da Primeira Linha.

agitação sociopolítica da época e pelas liberdades que passaram a desfrutar as províncias (BASILE, 1990, p. 232).

O receio dos Governos Imperial e provinciais de propagar as revoltas para outras regiões do país fez com que diversas medidas fossem adotadas. Dentre elas, a de interrogar qualquer suspeito de ser “rebelde” que viesse do Pará, como ocorreu entre os dois camaradas Leonardo Baliza e Antônio Maciel de Almeida, citados no processo acima. Além disso, o presidente da província de Mato Grosso Estevão Ribeiro de Resende,⁵² em relatório apresentado à Assembleia Legislativa, afirmou que mandara reforçar a defesa para combater a entrada de rebeldes da província vizinha.

Continuando as forças da legalidade em suas operações contra os rebeldes recolhidos ao Baixo Amazonas, província do Grão Pará, tive certeza de que, havendo estes sofrido considerável derrota no ataque do ponto do Maranhão Grande, ao qual ainda ousados se arrojavam no ano próximo passado, acoitados pela força, tiveram de passar-se para o rio Tapajoz, e por consequência a ocupar posições mais próximas da nossa província. Dei imediatamente séria atenção a esse movimento, e quando já me ocupava com providências, a bem da segurança do nosso território, e levando o destacamento da 1ª Linha estabelecido em vila do Diamantino ao maior número de praças, que era possível distrair das guarnições e rondas da fronteira, e recomendando às autoridades locais toda a vigilância, e mais severa polícia sobre o porto de embarque do rio Arinos, [...] (*Discurso que recitou o presidente Estevão Ribeiro de Resende, em 1º de março de 1840, p. 3*).

As medidas tomadas pelo presidente em reforçar a fiscalização na fronteira entre Mato Grosso e Pará e controlar o porto do rio Arinos, onde se dava o fluxo de navegação comercial entre as duas províncias, demonstra o temor que ele tinha das revoltas populares. Além disso, o presidente Estevão Ribeiro de Resende presenciou em sua administração resquícios de agitações civis e militares da rebelião conhecida pelo nome de Rusga, que ocorrera na cidade

⁵² Estevão Ribeiro de Resende, Marquês de Valença, foi presidente de província e advogado. Seu documento de nomeação para presidir Mato Grosso, por meio de Carta Imperial, é datado de 09/02/1838. A posse foi em 16/09/1838 e a saída em 25/10/1840. No total sua administração durou dois anos, um mês e nove dias (SILVA, 1993).

de Cuiabá e em diversos pontos da província no ano de 1834.⁵³ “Os momentos posteriores à Rusga foram delicados. De 1834 a 1850, os governos não eram considerados completamente estáveis, podendo irromper, a qualquer momento, algum movimento de contestação ao governante nomeado pela Coroa”. As contendas ocorriam entre o grupo do partido Conservador e Liberal (SENA, 2006, p. 57).⁵⁴ Temendo, assim, o retorno de agitações que poderiam afetar a segurança e integridade da Província, Estevão Ribeiro de Resende não hesitou em tomar medidas para impedir a entrada de rebeldes no território de Mato Grosso.

Assim como ocorreu a participação de livres e pobres na Cabanagem, membros daquela camada social também estiveram presentes na Rusga. Dentre eles é possível apontar a presença de camaradas naquele movimento. A historiografia regional ainda carece de estudos sobre a participação de livres e pobres, assim como escravos, na Rusga e demais movimentos sociais que podem ter eclodido no período colonial e imperial. Sendo assim, são necessários estudos que tenham como foco de análise essas temáticas.

Retomando o caso dos camaradas vindos do Pará, os mesmos foram barrados e interrogados pelo controle criado para impedir a entrada de rebeldes. No processo analisado, não há menção se os irmãos foram presos, já que se tratava de uma investigação para apurar se eles eram ou não rebeldes.⁵⁵ A justificativa de vir trabalhar por ajustes com o negociante foi usada

53 Em 30 de maio de 1834 eclodiu uma Rebelião na província de Mato Grosso, conhecida pelo nome de Rusga e que resultou na tomada temporária do poder por parte dos nativistas locais e na desarticulação de tradicionais forças do controle político e econômico. Sobre esse acontecimento ver Correa (2000).

54 Sobre os conflitos e disputas políticas entre Estevão Ribeiro de Resende e deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, bem como as disputas encetadas entre executivo e legislativo naquele momento (1835 e 1870) em Mato Grosso, ver a obra de Ernesto Sena (2006). Já sobre o contexto da política na Corte Imperial, no período pós-abdicação de Dom Pedro I, bem como a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial, ver Mattos (2004).

55 No mesmo discurso apresentado pelo presidente Estevão Ribeiro de Resende em 1840, existe referência de que estava preso na polícia de Diamantino um grupo de rebeldes encontrados dentro do território da Província e que permaneceriam naquela condição até as ordens do Governo Central (*Discurso que recitou o presidente Estevão Ribeiro de Resende*, em 1º de março de 1840, p. 4). Segundo Marcello Otávio Basile, os últimos rebeldes da Cabanagem renderam-se em agosto de 1840, aproveitando o decreto da anistia geral no mesmo mês (BASILE, 1990, p. 231).

para reforçar que eram trabalhadores e não vadios, rebeldes, preguiçosos como as elites de então viam a população pobre naquele momento histórico.

A ideia de que o contrato por escrito pudesse prender o contratado ao contratante, restringindo assim sua liberdade, possivelmente causava entre alguns camaradas a repulsa em não querer assinar o contrato de trabalho. Para tentarem burlar a legislação ou o acordo informal, camaradas encontravam na fuga o meio para não cumprirem o acordo de trabalho. Essa foi a atitude de muitos camaradas contratados pelo Major do Exército, Luiz Soares Viegas, que fizeram uma viagem entre o Rio de Janeiro e a povoação de Miranda na província de Mato Grosso.

[2 de outubro de 1858] No dia seis do próximo passado mês [6 de setembro], fugiu um camarada paisano, e a nove [dia nove] dois [camaradas]. Na madrugada de vinte e quatro para vinte e cinco, desertara oito soldados, inclusive o desertor do contingente de artilharia dos dois que foram capturados na Serra-Negra de nome José Pedro de Farias. Fiz partir em busca destes desertores duas escoltas que, demorando-se cinco dias, nada conseguiram. Um dos camaradas paisanos que seguira em uma destas escoltas na mesma noite em que elas se recolheram, ausentou-se levando mais dois, todos pilotos, subindo rio acima em um batelão do morador Peixoto (VIEGAS, 1863, p. 475-476).

A fuga de camaradas também foi identificada em outras atividades como em propriedades rurais e de extração. Na abertura de estradas e demais explorações pelo sul da província de Mato Grosso, no ano de 1837, o fazendeiro Joaquim Francisco de Lopes argumentou que, para não perder a mão de obra do camarada Francisco Alves de Lima, empregado na expedição, moveu vários esforços para acomodar e dar assistência a ele, tendo em vista que o mencionado trabalhador já tinha feito vários ensaios para deixar o serviço (LOPES, 2007a, p. 55).

Escoltas eram enviadas para prender os camaradas furtivos, e quando pegos, eram enquadrados nos artigos da Lei de 1830 mencionados anteriormente. A fuga também foi um mecanismo encontrado por outros livres e pobres para não realizarem a atividade de trabalho; essa foi a atitude do arrieiro contratado por José de Miranda da Silva Reis e Joaquim da Gama Lobo d'Eça para a viagem que realizou entre Santos e Cuiabá. O arrieiro fugiu levando a quantia de 180\$000 réis que já havia recebido como adiantamento (REIS; EÇA, 1863, p. 328).

É possível pensar em inúmeros motivos para argumentar a fuga de camaradas para não cumprirem um acordo de trabalho. Além daquela de não quererem trabalhar num serviço regular, em que ficariam presos a um patrão, pode ser relacionado, também, o receio que tinham das dificuldades que encontrariam na realização das jornadas de trabalho, este caso principalmente para camaradas da navegação, de condução de tropa, de extração e de atividades de exploração. Como será discutido no capítulo seguinte, os empecilhos nessas atividades eram muitos. É provável que alguns camaradas temessem os obstáculos que encontrariam na realização das mesmas. Assim, pode ser atribuída a repulsa daqueles que se recusavam ou desistiam de trabalhar na navegação, como também, em outras atividades, como por exemplo, a dificuldade de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott em encontrar camaradas para trabalhar nas explorações que realizaram em 1847.

As fadigas, privações e perigos inseparáveis da vida do sertanista tinham intimidado de tal maneira a gente que nos havia acompanhado, que não foi possível arranjar camaradas suficientes para esta quinta entrada: com dificuldade achamos dois companheiros, e com esta pequena comitiva, constando de quatro pessoas, no dia 15 de Março saímos da campina do Inhohó, e entramos no sertão (*Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina*, 1848, p. 159).

Terem que ausentar-se da família, de amigos etc., poderia contribuir para a desistência de camaradas nos acordos de trabalho, em que as dificuldades a serem enfrentadas poderiam interromper a vida daqueles homens livres que corriam o risco de morrerem antes de reencontrar os entes queridos. No capítulo seguinte, discutirei as dificuldades e a morte de camaradas na realização de atividades de trabalho.

A desistência pode ser também relacionada à simples vontade do camarada não querer continuar na realização de um serviço. Com o viver pautado em estilos em que o trabalho regular não lhes era característico, eles se recusavam a serem enquadrados num modo de vida que fugia à lógica que aprenderam no decorrer das suas vivências. A atividade sistemática poderia inibir o ir e vir, os arranjos temporários, e a não necessidade de trabalhar regularmente de parcela dos homens livres e pobres. A perda desses elementos poderia servir de incentivo para que

alguns camaradas decidissem afastar de uma atividade já iniciada ou, até mesmo, não aceitar um serviço que demorasse mais tempo para ser completado.

As fugas causavam prejuízos para os patrões que poderiam perder algum adiantamento dado aos camaradas, e a falta de um trabalhador prejudicava as expedições, comboios fluviais ou terrestres, e nos serviços de lavoura e de criação de animais, em que era preciso suprir sua falta por outra mão de obra.

O presidente de província José Antônio Pimenta Bueno,⁵⁶ em discurso recitado na Assembleia Legislativa Provincial, fez a seguinte ponderação em relação aos camaradas que desistiam da navegação entre as províncias de Mato Grosso e Pará.

Duas providências precisamos da Administração da Província do Pará: a 1ª é uma disposição Legislativa que puna os camaradas desertores da tripulação das canoas, que descem desta Província, e estabeleça polícia ativa a seu respeito, para que não abandonem os patrões; outra é a derrubada das árvores silvestres no lugar, ou várzea, denominada – Sayval (*Discurso recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto Grosso em o dia 1º de março de 1837*, p. 15).

Anos antes do presidente de província citar a ocorrência de camaradas que desistiam dos acordos de trabalho na navegação entre Mato Grosso e o Pará, pelo rio Arinos, Miguel João de Castro e Antonio Thomé de França, responsáveis pela expedição para abrir aquela via de comunicação entre 1812 e 1813, já noticiavam, em seus relatos de viagem, a desistência de camaradas empregados na navegação. A falta daqueles indivíduos acarretava o enfraquecimento do contingente da frota, a diminuição do número de canoas, além de outros prejuízos ao contratante, como por exemplo, a perda de parte da carga que conduzia em algumas canoas, já que ficavam impossibilitadas de continuarem a viagem por falta de trabalhadores (CASTRO; FRANÇA, 1868). Ao se referir à mesma via de comunicação vinte e quatro anos depois, José Antônio Pimenta Bueno apontou que era preciso facilitar os contatos e viabilizar o comércio com o Pará. Para tal, propunha a criação de medidas repressivas para inibir as ações de camara-

56 Advogado, Marques de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno foi presidente da Província de Mato Grosso entre 23/08/1836 e 21/05/1837, nomeado por Carta Imperial de 05/11/1835 (SILVA, 1993).

das que desistiam das viagens na navegação que partia do porto próximo à vila do Diamantino até Santarém na Província vizinha.

O descontentamento de patrões com as fugas e o não cumprimento dos acordos de trabalho por parte dos camaradas era algo evidente. Para aqueles que expressaram por escrito suas raivas, demonstraram o modo como eles viam os camaradas, articulando sua visão estereotipada e de patronato com a atitude do empregado de não realizar o que havia combinado no ajuste de trabalho.

Estes camaradas paisanos é a gente pior que se pode considerar; inventam mil receios, já de serem recrutados, já de não serem pagos e, enfim, de tudo quanto lhes vem à cabeça, desgraçados dos que precisam de semelhante canalha. Tem pedido ajuste de contas, ao que não tenho anuído pela certeza, que tenho, de que depois de o conseguirem, se ausentarão deixando-me neste lugar sem poder seguir viagem (VIEGAS, 1863, p. 522-523).

Essas observações de Luiz Soares Viegas, chefe de uma viagem fluvial realizada entre Rio de Janeiro e Miranda, foram escritas após ele noticiar que um camarada havia fugido num batelão que ele enviara no dia 30 de março de 1859 à fazenda de João Ferreira, situada no sul da província de Mato Grosso para buscar mantimentos. Essa passagem demonstra o olhar preconceituoso e revoltante de alguém que contratara os serviços de um camarada que não cumpriu com o acordo. A generalização feita pelo viajante transmite a impressão de que todos os homens livres que trabalhavam como camaradas era “gente pior que se pode considerar”, e que não cumpriam com os ajustes de trabalho. Nem todos os camaradas deixavam de realizar as atividades às quais se comprometiam desenvolver. Existiam aqueles que permaneciam na realização da tarefa e, quando a terminavam, renovavam o acordo com o mesmo patrão ou buscavam outros ajustes de trabalho.

A insatisfação não era somente por parte de patrões. Camaradas que se sentiam prejudicados com atividades que extrapolavam a quantidade, o tempo ou a distância do que havia sido acordado, repassavam seus questionamentos ao contratante, ameaçavam não continuar a realização das tarefas se o acordo não fosse cumprido e/ou revisto, e reajustado o que havia sido combinado. Assim aconteceu com alguns dos camaradas que trabalhavam na viagem empreen-

dida pelo mesmo viajante, Luiz Soares Viegas, que apresentou seu descontentamento sobre os camaradas citado logo acima.

Hoje [11 de abril de 1859] choveu todo o dia e noite, continuando a molhar parte das cargas, pois quase todas as toldas estão em pedaços. Tratei de mandar conduzir as duas canoas, que ficaram nas – Sete-Voltas – mas os camaradas não se quiseram prestar a isso, dizendo que tinham concluído a viagem com nove meses, quando eu lhes disse que era de quatro, etc. Prometi-lhes gratificações, responderam que aceitariam se logo que aqui chegassem com as canoas os despedissem; não anuí (VIEGAS, 1863, p. 528).

Especificamente naquela viagem, fica evidente que o período de sua realização extrapolou o prazo que havia sido combinado. Talvez esse seja um dos elementos que contribuíram para que camaradas fugissem, ao perceberem que estavam sendo explorados. No dia seguinte, 12/04/1859, o viajante mencionou que os camaradas ainda insistiam em não realizar a tarefa, e ficava impossibilitado de recuperar as canoas, argumentando que: “se mandar soldados, temo algum sinistro”. Naquele comboio iam, além de artefatos militares e trabalhadores da navegação, homens livres que haviam sido recrutados e enviados para servirem como praças em Miranda.⁵⁷ Luiz Soares Viegas temia enviar soldados para efetivar o serviço, sendo que eles poderiam desertar-se e fugir com a canoa. A repulsa de parte de camaradas e demais livres pobres perante o recrutamento será discutida em outra parte deste estudo. Por ora ressalto que camaradas, quando não contentes com aquilo que deveria ser cumprido por seus patrões, requisitavam seus direitos e se recusavam em não realizar os serviços.

O acordo escrito ou oral definia a(s) atividade(s), o período de sua realização e/ou a quantidade de serviços a serem prestados pelos camaradas, enquanto ao patrão ficava estipulado o valor a ser pago. A remuneração pelos serviços prestados era em dinheiro, e poderia ser

⁵⁷ A expedição partiu em 14 de julho de 1858 “com dezessete canoas a maioria grande, e quatro balsas, que são dois batelões unidos por traves, fornecidos todos estes vasos por setenta soldados e trinta camaradas inclusive alguns doentes, número muito insuficiente, e por isso, nesse mesmo dia, officiei ao Exm. Presidente de S. Paulo requisitando-lhe que mandasse uma força de vinte praças a alcançar-nos. [...] As canoas vão muito carregadas, levando, além das cargas, imensos sacos de farinha, feijão, muitos caixões de toucinho, de carne seca e de vaca, açúcar, café, barris de restillo etc.” (VIEGAS, 1863, p. 462).

complementado com fornecimento de alimentação, vestimenta e instrumentos de trabalho. Quanto ao pagamento, para cada atividade encontrei um valor diferenciado, como fica demonstrado na tabela seguinte:

Tabela 27 – Valores de pagamento a camaradas

Camarada da navegação		Camarada na condução de tropa		Camarada vaqueiro		Camarada na extração da ipecacuanha		Camarada sem serviço especificado/atividade diversa	
Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor
1826	20 francos mensais	1827	24 oitavas ou 28\$800 réis de ida e volta	1860	3\$000 a 5\$000 réis por mês	1845	6\$000 a 7\$000 réis por mês	1827	3 oitavas ou 3\$600 réis por mês
1830	6 a 7 vinténs [ou 4\$830 a 5\$635 réis*]	1860	160\$000 réis	1860	30\$000 réis
1845	100\$000 réis
1858	100\$000 réis
1859	2\$000 réis por dia [ou 60\$000 réis por mês]

* Segundo as observações de Joaquim Ferreira Moutinho: 2 vinténs é igual a 1\$610 réis.

Tabela elaborada a partir das informações encontradas nas seguintes fontes: Leverger (1960), Viagas (1863), Waehnelde (1864), Moutinho (1869b), Castelnau (2000), Florence (1948) e Langsdorff (1997).

Os valores apresentados acima calculados em francos, vinténs ou réis evidenciam a complexidade dos cálculos realizados para o pagamento de camaradas. Segundo Joaquim Ferreira Moutinho, essa era uma especificidade do modo como se contava o dinheiro no Mato Grosso do século XIX, e aponta que essa especificidade estava relacionada à existência do ouro em pó, que anteriormente foi utilizado para realizar os menores pagamentos. Segundo Moutinho, os cálculos eram os seguintes:

Conta-se até hoje o dinheiro por oitavas, valendo cada uma 1:200 rs. Na moeda de cobre, porém está todo o segredo da contagem, porque chamam a 40 réis = 1 vintém, a 1 vintém = dez réis, e a dez réis = 1 cinquinho.

Quase todo o cobre que existe na província é em moedas de dez réis, raríssimas hoje no resto do Império.

Uma pataca tem ali o mesmo valor de 320 réis, mas meia pataca [corresponde a] 300 réis. Um cruzado, sendo aberto é 750, e fechado é 480; um tostão é 200 réis, dois tostões são 400, mas dez tostões são um mil réis. Oitava e quarto, dois vinténs, dez réis e cinquinho são 1,610 réis.

O estrangeiro, habituado a contar de um modo muito diferente àquele, que ali se usa, luta ao princípio com muita dificuldade para compreender esse modo de contar, à que depois se acostuma (MOUTINHO, 1869b, p. 16).

Para além das medidas de valores utilizadas na província de Mato Grosso, a tabela acima demonstra a variação dos valores de pagamento dados a camaradas. Essas diferenças podem ser percebidas entre as distintas ocupações para as quais eram contratados e até nos mesmos afazeres. Por exemplo, os camaradas da navegação contratados, em momentos diferentes, na mesma viagem comandada por Luiz Soares Viegas receberam diferentes valores. Os onze camaradas contratados em novembro de 1858 receberiam cada um 100\$000 réis pela viagem, enquanto que os dez camaradas contratados em abril do ano seguinte receberiam 2\$000 réis por dia. Talvez essa diferença estivesse relacionada com a distância e o tempo de trabalho dos camaradas que foram contratados em distintos momentos e lugares. Percurso mais longo possivelmente resultaria em pagamento maior aos camaradas da navegação. São necessários estudos voltados para as taxas de soldos pagos a trabalhadores livres, bem como as condicionantes da variação de valores para as diferentes atividades por eles realizadas.

Os valores de pagamento dados a camaradas variavam entre 3\$000 e 160\$000 réis. Nesse sentido, podemos supor que não existia um valor pré-determinado para o pagamento de camaradas, mas no geral, ele dificilmente ultrapassava os 300\$000 réis mensais. Lúcia Helena Gaeta Aleixo apresenta algumas taxas de salário pagas a camaradas e demais pessoas livres na província de Mato Grosso entre os anos de 1858 a 1886. Segundo os dados apresentados pela autora, o pagamento dos camaradas ficava em torno de 15\$000 a 80\$000 réis (ALEIXO, 1980, p. 75).

Essas diferenças numéricas podem ser vinculadas ao tipo, quantidade e tempo do serviço a ser desenvolvido. Ao fecharem acordos, os patrões estabeleciam as tarefas que o camarada deveria realizar e combinavam o valor que seria pago pelas mesmas. Esse pagamento poderia ser efetivado depois de uma viagem, no caso de condutores de tropa e daqueles que trabalhavam na navegação; após as etapas do cultivo de uma lavoura (plantio, colheita etc.); depois de um dia, uma semana ou um mês de trabalho etc. Além disso, existia a situação de camaradas que recebiam algum adiantamento pela atividade que ainda iriam desenvolver. Daí a angústia de alguns patrões, alvos da fuga de camaradas, que perdiam não somente a mão de obra, como também certa quantia de dinheiro que já havia sido pago.

Além do salário e de instrumentos de trabalho, os camaradas poderiam receber alimentação, vestuário, e para alguns casos, como aqueles que trabalhavam em propriedades de criação e de lavoura, receberiam um teto para morar sob as dependências do patrão. As especificidades de cada uma das atividades desenvolvidas por camaradas serão discutidas no capítulo seguinte.

Na sociedade escravista da qual fazia parte a capitania/província de Mato Grosso no século XIX, as condições de trabalho de parcela da população livre e pobre nem sempre eram estáveis. Os acordos poderiam ser temporários ou não e, quando existentes, nem sempre estariam nos locais de origem dos indivíduos, o que obrigava o deslocamento para outras regiões do Brasil. Essa situação estava presente entre parcela dos camaradas, como homens livres seguiam para onde pudessem garantir meios para sobreviver.

Alguns camaradas viveram de forma que fugiam a normas de uma vida estável. Para parte deles, a estabilidade poderia deixá-los propensos ao recrutamento, a acordos de trabalho rígidos, a sistemas de endividamento etc. Além disso, os afazeres cotidianos possibilitavam, em alguns casos, que camaradas conciliassem o trabalho nas suas residências (lavoura, etc.) com as tarefas a serem realizadas nas propriedades do patrão.

Em contrapartida, existiam camaradas que percorriam diferentes espaços e permaneciam numa vida em constantes ou esporádicas mobilidades.

Camaradas: mobilidade espacial/recrutamento militar

O camarada José, no entretanto, trouxera para dentro [da casa do Pereira] todas as malas e canastras e sem cerimônia alguma intrometeu-se na conversação.

— *Este Mochu [o viajante estrangeiro], disse, vem de muito longe só por causa destas histórias de barboletas, e com o negócio ganha coco grosso... Quanto a mim...*
— *Juque [o camarada], atalhou Meyer [o patrão] com fleuma, vai bota os animais no pasto.*
— *Não, disse Pereira, solte-os no terreiro até raiar o dia; roerão o que acharem; há por aí muito resto de milho nos sabugos...*
— *Pois é o que fiz, declarou o camarada; mas como lhes dizia, sou carioca do Rio de Janeiro, chamo-me José Pinho e venho de bem longe acompanhando este alamão, que é um homem muito de bem (Alfredo d' Escragnolle Taunay, 2000, p. 67).*

No Processo de investigação referente aos irmãos Leonardo Baliza e Antônio Maciel de Almeida, que saíram da província do Pará para trabalhar como camaradas em Mato Grosso contratados por um negociante, foi possível perceber outra característica muito presente entre os camaradas, a mobilidade espacial. Ao afirmar a existência dessa mobilidade entre parcela daqueles homens que “viviam de ajustes”, não estou generalizando que todos os camaradas identificados na documentação pesquisada não se fixavam na região, e que a população era fluante e itinerante; pelo contrário, existiam aqueles que permaneciam nos ambientes urbanos ou rurais da capitania/província de Mato Grosso. Este foi o caso de Antônio Corrêa e Manoel de Souza, que eram naturais do Distrito de Vila Maria e que nele residiam desde os seus respectivos nascimentos (*Processo 135 – 1836, APMT*), e de Alexandre Pedro, que mencionou ser apenas natural da província de Mato Grosso e que ainda residia na mesma (*Processo 145 – 1838, APMT*), como foi mencionado anteriormente. Da mesma forma, existiam camaradas que se deslocavam no interior da própria capitania/província, como era a situação de Reginaldo Xavier, natural do Baixo Paraguai, mas que em 1836 estava morando no Distrito de Vila Maria (*Processo 135 – 1836, APMT*), e também dos camaradas Joaquim Leite, Luiz José da Costa e Antônio dos Santos, que eram naturais de Cuiabá, e que assim como o camarada Benedito, homem pardo de 30 anos de idade, que era natural de São Paulo, estavam trabalhando, em 1838, na freguesia de Nossa Senhora de Brotas, na província de Mato Grosso (*Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT*).

Sendo assim, a mobilidade está sendo mencionada para demonstrar a liberdade que parcela da população livre pobre possuía, sendo ela um indicativo da condição de livre presente entre aqueles (as) que não eram senhores ou escravos. O deslocar de um lugar em busca de

oportunidade de trabalho era comum entre aqueles que tinham sua força de trabalho, especializada em algum ofício ou não, para oferecer a quem dela precisasse.

Valderez Antônio Silva, ao consultar a documentação cartorial de Porto Feliz em São Paulo, conseguiu identificar 60 homens que declararam trabalhar na rota das monções nos primeiros anos do século XIX. Dentre as naturalidades informadas por aqueles homens, ele conseguiu constatar que apenas quatro eram provenientes de localidades não abrangidas pela calha média do Tietê ou de seus afluentes. Já as duas localidades de origem da maioria eram os pontos terminais daquela rota de navegação: Porto Feliz e Cuiabá. Sendo que 30 homens eram naturais de Porto Feliz, 12 de Cuiabá, 7 de Itu, 3 de Sorocaba, 2 de Parnaíba (Santana de Parnaíba), 2 de Piracicaba, 2 de São Paulo, 1 de Mogi Mirim e 1 de Viamão (RS) (SILVA, 2004, p. 33-34). Dentre os que eram provenientes de Cuiabá estava o camarada Constantino Pinto, caboré, de 20 anos de idade; Francisco de Paula, camarada, homem pardo, solteiro, de 20 anos de idade; os camaradas Francisco José de Freitas Lima, bastardo; e Francisco Nobre, branco, ambos com 18 anos de idade e solteiros; Joaquim de Melo, camarada, 20 anos, solteiro e bastardo (SILVA, 2004, p. 121-123), que entre outros que trabalhavam na navegação, saíram de suas localidades de origem e estavam residindo ou situados em Porto Feliz. Esses exemplos servem para reforçar a ideia da mobilidade entre parcela da população livre, em especial de camaradas. No caso dos trabalhadores da navegação e da condução de tropa, a mobilidade também pode ser relacionada ao tipo de atividade que desempenhavam, ou seja, o deslocar possibilitava o ir e vir entre um lugar e outro, e até mesmo a mudança do local de moradia.

Pedro d'Alcantara, natural da cidade de Goiás, filho de José Alves da Silva e de Izabel Maria, tinha de dezenove para vinte anos de idade, era solteiro, não sabia ler nem escrever, vivia como camarada, era desertor da Primeira Companhia de Caçadores do Corpo Fixo da província de Goiás. Partiu desta última para a província de Mato Grosso numa tropa em 2 de agosto de 1846 em companhia de mais três desertores chamados João Ferreira da Costa, Benedito da Trindade e Joaquim Luís. Questionado pelo Chefe de Polícia de Cuiabá sobre o destino dos demais desertores, respondeu que “seguiram para São Paulo como camaradas” (*Processo 179 – 1847*, APMT). Esse caso é mais um exemplo de mobilidade que existia entre parcela da população livre e pobre. Os quatro camaradas desertores do serviço militar em Goiás fugiram para a província de Mato Grosso, foram contratados em uma tropa que teve como

destino Cuiabá. Ao chegar à cidade, três daqueles indivíduos seguiram para São Paulo como camaradas, percorrendo ao todo três províncias, conduzidos por oportunidades de trabalho e/ou para fugir do recrutamento.

Além disso, esses exemplos evidenciam a dinâmica existente na sociedade Imperial, em que havia contato entre as províncias. O deslocamento e a mobilidade de algumas pessoas contribuem para reforçar a ideia de não-isolamento da região.

Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta a repulsa que parte da população livre tinha do serviço militar. Para a composição dos corpos militares era preciso recorrer ao alistamento forçado, já que a quantidade de voluntários era insignificante para as necessidades de defesa do território do país. Além disso, o Exército, durante todo o período imperial, serviu como espaço disciplinador. Seu efetivo era formado por todo tipo de homem livre pobre, criminosos ou qualquer outra pessoa que pudesse colocar “em risco” a ordem pública. Homens envolvidos em brigas, embriagados, e que não desenvolvessem atividades regulares e sistemáticas, considerados ociosos, corriam o risco de serem presos pela polícia e depois direcionados a quartéis da província para servir no Exército (SOUZA, 1999). Segundo Hendrik Kraay (1999), “a própria linguagem do recrutamento destacava sua natureza coercitiva: as autoridades falavam da ‘apreensão’ e da ‘prisão’ dos que recrutavam”. Na linguagem popular, a palavra recrutamento, muitas vezes, estava associada a uma ação forçada.

A Decisão Nº. 67 de 10 de Julho de 1822 definia o modo como deveria ser feito o recrutamento. Essa decisão, conhecida também como Instruções para o recrutamento, era composta de dezoito artigos, e vigorou no Império do Brasil até 1875, momento em que foi aprovada uma reforma nos procedimentos que instituiu o alistamento de corte universalizante, seguido de sorteio, como forma de selecionar os homens a serem recrutados (BRAZIL. *Lei Nº. 2556* – 26 de setembro de 1874).⁵⁸

58 Hendrik Kraay (1999) argumenta que a aprovação desta lei “em vez de marcar o êxito de uma longa campanha de reforma, ela tornou-se letra morta. Sem a capacidade de impô-la face à oposição dos diversos beneficiários do sistema de recrutamento em tempo de paz, o governo imperial pouco esforçou-se para mandar executá-la; durante os anos 1870 e 1880 o recrutamento forçado continuou sem mudanças significativas”.

Uma das formas centrais do que prescreviam as Instruções de 1822 era fazer o recrutamento forçado. Estava propenso a esse tipo de recrutamento todo homem branco e pardo solteiro,⁵⁹ entre 18 e 35 anos de idade, que não gozasse nenhuma isenção legal, ou seja, se os homens entre essas faixas etárias estivessem empregados em alguma atividade considerada “útil”, ou se eram de utilidade na sua família. Por exemplo, as Instruções isentavam do recrutamento os homens casados, o irmão de órfão responsável pela subsistência deste, o filho único de lavrador, o filho único de viúva, carpinteiros, tropeiros, boiadeiros, pescadores, estudantes com atestado dos professores certificando sua aplicação, dentre outras pessoas consideradas úteis para o Império. Porém, as Instruções de 1822 limitavam essas isenções ao definir que não bastava que as pessoas exercessem essas ocupações, mas que também tivessem bom comportamento (BRAZIL. *Decisão Nº. 67* – 10 de Julho de 1822).

Nesse sentido, o indivíduo poderia até estar empenhado em alguma atividade, mas se não se comportasse conforme os padrões pensados pelas autoridades e elites, poderia ser recrutado.

Estavam propensos a serem recrutados aqueles indivíduos que não se enquadravam nas condições descritas acima. Qualquer homem que não estivesse empenhado num trabalho regular deveria ser vigiado e, em alguns casos, punido. Essas medidas tentavam fazer com que aquelas pessoas que viviam numa lógica diferenciada, deveriam mudar o modo de vida, ou seja, teriam que servir como mão de obra para algum senhor, seja no comércio, na agricultura, na pecuária ou em demais atividades econômicas presentes na província de Mato Grosso, além de deixarem de agir como pessoas que “colocassem em risco” a “disciplina” e a “ordem” da localidade. Era necessário evitar o uso da aguardente, práticas de batuque ou outras manifestações como o siriri e o cururu,⁶⁰ jogos e festejos em altas horas da noite. Estas situações faziam parte

59 Segundo Hendrik Kraay (1999), “a omissão de pretos livres seria logo retificada, mas, nos anos de 1820, o exército rejeitava negros devido à sua cor”.

60 O Siriri e o Cururu eram tipos de dança praticada pelas pessoas das classes mais baixas do território de Mato Grosso. Utilizavam da viola de cocho que, segundo Joaquim Moutinho, era uma “viola grosseira, do adufo e do tambor que é feito de um pedaço de pau oco, coberto com couro de boi afinado ao calor do fogo”. Ao som desse instrumento dançavam o Cururu, em que formavam uma roda composta de homens, “um dos quais tocava o afamado cocho, e volteando burlescamente, cantavam à porfia numa toada versos improvisa-

do viver do livre e pobre, dentre eles os camaradas, na província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX.

O recrutamento poderia ser realizado por meio de coerção física e como medida de disciplinarização. Os quartéis absorviam homens livres e pobres para que lhes fossem impostas novas posturas. Como afirma Eula Wojciechowski,

Uma das medidas de disciplinarização estendidas à província de Mato Grosso foi tentar preparar a população pobre, que devido a determinantes econômicos locais ainda convivía com a desnecessidade de hábitos rigorosos de trabalho, para as relações capitalistas. Nesse sentido, os quartéis absorveram os homens livres pobres para que lhes fossem ensinadas novas posturas frente à sociedade, principalmente sobre o trabalho (WOJCIECHOWSKI, 2004, p. 28).

O homem livre pobre sem ocupação, ou que não estivesse ligado a um trabalho regular, além de ser classificado como vadio, ocioso, nocivo à sociedade, corria o risco de ser recrutado. Isso servia até mesmo para aqueles que possuíam um ofício/ocupação (*Processo 167 – 1844, APMT*). Mas o que é preciso ressaltar é que o recrutamento era temido por parcela da população livre, que, quando podia, fugia antes de ser recrutada, ou até mesmo quando já fazia parte das forças militares.

A repulsa ao recrutamento por parte de alguns militares é um dos elementos que, vinculado às péssimas condições em que viviam nos quartéis (falta de pagamento, alimentação e vestuário, por exemplo), contribuíram para o surgimento de contendas ocorridas em ambientes militares do Mato Grosso no século XIX, como a que ocorreu, por exemplo, em 1823 quando alguns soldados da Legião da 1ª Linha tentaram tomar o Parque das Armas, o Paiol de Pólvora e prender o Comandante do Presídio de Miranda, já citado neste trabalho (*Processo 104 – 1823, APMT*). Luiz D'Alincourt noticiava, no ano seguinte à mencionada revolta, que a guarnição do Presídio contava setenta indivíduos, incluindo o comandante, oficiais inferiores, soldados da legião de linha e pedestres, e que na maior parte do ano faltava-lhe “o municionamento da

dos” (MOUTINHO, 1869b, p. 18-19).

boca, exceto carne, e quanto a soldo, basta dizer que neste ano [1824], só lhe tem ido um mês de vencimento” (ALINCOURT, 1857b, p. 341).

Dentro dos quartéis havia casos de soldados que não se submetiam ao controle da hierarquia militar, já que insistiam em agir de acordo com suas vontades.

Insistiam em resolver seus problemas e produzir seu cotidiano como haviam aprendido no decorrer da sua existência. Resistiam a partir de suas convicções e modo de interpretar o contexto social. Se para os oficiais militares uma fuga temporária parecia um ato de insubordinação, para o soldado poderia parecer simplesmente o direito natural de ir e vir para onde quisesse e quando bem quisesse. Para o homem livre pobre, resistir era, entre outras coisas, não cooperar com a dominação social, nem sempre se opondo diretamente a ela, mas defendendo as suas visões de mundo, o que, conseqüentemente, acarretava prejuízo aos interesses da classe dominante (WOJCIECHOWSKI, 2004, p. 64-65).

Fugidos dos quartéis, presídios e fortes, os militares buscavam refúgio em matas, quilombos, empregavam-se como camaradas em propriedades rurais, na extração da ipecacuanha ou até mesmo nos serviços de transportes. Eula Wojciechowski, por exemplo, argumenta a existência de casos de militares que se desertaram do serviço militar, e procuraram acordos de trabalho como camaradas em propriedades rurais em troca de sustento e abrigo para se refugiar. Segundo a autora, a ilegalidade do desertor poderia levar à sua exploração por um senhor que, sabendo da situação do ex-soldado, aproveitava-se da mesma, exigindo serviço em troca da alimentação e da proteção e/ou pagava remuneração menor que a dos homens naquelas situações (WOJCIECHOWSKI, 2004, p. 66).

Luiza Rios Ricci Volpato afirma que, devido à quantidade de soldados na capital da província, Cuiabá, era constante a presença de desertores, homens que não suportando a vida na caserna buscavam outros meios de vida, como por exemplo, assumir uma vida clandestina próximo às povoações, ou arranjavam acordos de trabalho como camarada, tentando disfarçar sua condição de desertor (VOLPATO, 1993, p. 207). Fato semelhante se deu em relação aos quatro ex-soldados do Corpo Fixo de Goiás que foram contratados como camaradas. Para aqueles que davam baixas ou se desertaram das forças militares, o trabalho como camarada era uma alternativa para prover o sustento. Ser camarada era uma maneira de livres pobres garantirem meios para sobreviver.

Porém, o recrutamento poderia apresentar um papel ambivalente ao poder servir de refúgio para alguns camaradas que tentavam escapar dos trabalhos que mostravam uma outra realidade daquela prometida nos contratos de trabalho (oral ou escrito). Dentre as alternativas, é possível apontar a fuga para não cumprir o acordo de trabalho, como discutido anteriormente, e/ou o alistamento militar. No ano de 1850, o fazendeiro de gado e lavoura Joaquim José Gomes da Silva⁶¹ denunciou o Capitão do Estado Maior de 1ª classe, José Joaquim de Carvalho, por abuso de poder na região do Baixo Paraguai (Coimbra, Albuquerque e Corumbá). Dentre os itens da denúncia, acusou-o de alistar alguns de seus camaradas. Diante da denúncia, foi montado um processo de investigação para apurar os fatos, convocando o capitão para prestar esclarecimentos e testemunhas para depor. Em carta escrita pelo capitão José Joaquim de Carvalho, direcionada ao presidente da Província, posicionando-se em relação à denúncia, afirmou que:

Em princípio de janeiro último apresentaram-se no meu quartel os paisanos João Antonio Baptista e João Leite da Lus ambos oferecendo-se para a praça; mas informando-me de que eram camaradas de Joaquim José Gomes da Silva, a quem, por circunstâncias que omito, não queria dar-lhe o menor motivo de queixa, aconselhei-os a que continuassem no serviço do seu patrão, e retiraram-se (*Processo 194 – 1850, APMT*).

O capitão José Joaquim de Carvalho descreve que foi procurado pelos camaradas para que os recrutassem como praças. Pelo que deixa a entender o trecho acima da carta do comandante, os camaradas não queriam mais trabalhar para o seu patrão, sem apresentar os motivos para tal pedido de alistamento. Entre os motivos, que por sinal não foram mencionados, podemos supor, dentre outros, que o trabalho forçado e a opressão vivida por aqueles camaradas

⁶¹ Joaquim José Gomes da Silva, conhecido também como o Barão de Vila Maria, era filho do Padre José Joaquim Gomes da Silva e de Thereza Inocência do Nascimento. Foi casado com sua prima de segundo grau, Maria da Glória Pereira Leite, filha do coronel João Pereira Leite, proprietário da Fazenda Jacobina. Joaquim Gomes da Silva morava ao sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, onde foi proprietário da Fazenda das Piraputangas. Foi também importante político, filiado ao Partido Conservador, e ocupou vários cargos de destaque na administração provincial em Mato Grosso (MESQUITA, 1992).

contribuíram para que fossem procurar o alistamento militar, ou que eles estavam buscando o alistamento para fugir do acordo de trabalho firmado com Joaquim José Gomes da Silva.

O uso do alistamento como mecanismo para não cumprir o acordo de trabalho por parte dos camaradas foi descrito por Joaquim Ferreira Moutinho na extração da poaia, da seguinte forma:

O empreendedor que tenta este ramo de comércio, ajusta 10 ou 12 camaradas que, se bem que não peçam um salário exagerado, fazem contudo despesas e se tornam caríssimos, porque, quando se contratam, devem cada um 400\$009 a 500\$000, e o patrão, para tê-los ao seu serviço, é forçado a pagar ao credor; e essas quantias as mais da vezes se perdem, em razão de fugirem os camaradas quando vêem a sua dívida crescida, ou por assentarem praça no exército, causando assim graves prejuízos (MOUTINHO, 1869b, p. 28).

A citação acima também serve para refletir sobre o sistema de endividamento a que trabalhadores livres poderiam ficar sujeitos ao controle de seus patrões, e reforçar a ideia de que, apesar de uma parcela dos homens livres tivesse repulsa ao recrutamento, refugiando-se antes mesmo de serem recrutados ou se desertando quando já faziam parte das forças militares – como foi o caso dos três soldados do Corpo de Ligeiros de Goiás que foram para a província de Mato Grosso, citado anteriormente – o recrutamento, em alguns casos, poderia ser uma alternativa para camaradas fugirem de dívidas, dos acordos de trabalho e/ou da opressão que sofriam junto a seus patrões. Tornar-se praça de uma força militar talvez fosse menos sofrível para alguns do que continuar submisso a certas opressões existentes no cotidiano de trabalho. Assim como para outros, seria melhor trabalhar como camarada em propriedades, correndo o risco até mesmo de se tornarem reféns da condição de desertores e obrigados a trabalhos em troca de proteção, comida ou pagamentos menores do que permanecer na caserna.

Dependendo da influência política, econômica ou social do patrão, ele conseguia livrar seus empregados do recrutamento e dar-lhes proteção. Camaradas que se enquadravam nessa situação acabavam por cair na rede de dependências do patrão, fazendo parte de sua clientela. Porém, é preciso considerar que

Se a proteção do recrutamento foi um indicador do status de honrado e um dos benefícios concedidos aos clientes fiéis, a ameaça do recrutamento caiu sobre os clientes indóceis.

[...] Da mesma maneira que a elite local podia proteger seus clientes fiéis, podia também definir os infiéis como vadios ou criminosos [...]. Em resumo, patronos e clientes estavam mutuamente comprometidos em relações recíprocas das quais não podiam facilmente quebrar as normas (KRAAY, 1999).

As relações entre camaradas e patrões eram muitas. Quanto ao tempo, poderiam ser provisórias ou não; quanto às relações, poderiam ser de dependências pessoais ou não; quanto ao tipo, poderiam ser amistosas, de conciliação ou de conflitos. Neste último caso estavam os camaradas que descumpriam um acordo de trabalho, que defendiam seus interesses ao se recusarem a trabalhar, de patrões que prendiam seus camaradas a partir da vigilância de capanga que inclusive poderiam ser outros camaradas de confiança, e de camaradas que matavam patrões ou vice-versa.⁶²

A intenção aqui não é esgotar o assunto recrutamento, o que serve como temática para outras pesquisas. O que se pretende é ressaltar que homens livres que trabalhavam como camaradas poderiam ser recrutados, ou seja, mesmo que tivessem uma ocupação, poderiam ser considerados pelas autoridades e membros das elites como vadios, preguiçosos, perturbadores da ordem pública, desocupados e que assim deveriam ser conduzidos aos quartéis da Província para serem reeducados dentro da “ordem” e da “disciplina”.

Camaradas: índios, negros, brancos, mestiços e estrangeiros

Na população de Mato Grosso e dentre os camaradas do período estudado, era visível a presença indígena. Para o século XVIII temos o estudo de Jovam Vilela da Silva que discute a política de povoamento e a composição da população da capitania de Mato Grosso. Conforme as observações do autor, os indígenas foram de fundamental importância para avolumar a

62 Oswaldo Machado Filho cita o caso de um homem chamado Firmiano Firmino Ferreira Cândido, que foi assassinado, na década de 1870, por seus escravos e camaradas de sua fazenda na Baía do Chané, na região de Corumbá (MACHADO FILHO, 2003, p. 87).

população e utilizados no processo de povoação, já que alguns conglomerados humanos eram compostos em sua maioria por nativos. A presença indígena na composição da população mato-grossense foi uma realidade.

[...] a maior parte dos lugares, arraiais, vilas, presídios e fortalezas possuiu um volume populacional nativo significativo. Além disso, as missões e aldeias que foram criadas para acolher e desenvolver a política portuguesa populacional com o descimento de diversas nações nativas. Nesse conjunto é necessário ainda acrescentar aqueles nativos tidos por administrados, que estavam nas mãos de particulares, produtos das guerras justas (SILVA, 1995, p. 310).

Sendo assim, desde os setecentos foi significativa a participação indígena na configuração populacional da região.

Era comum a presença de índios Guaná em Cuiabá desenvolvendo atividades em que recebiam em troca certa quantia em dinheiro. Francis Castelnau, em 1845, numa expedição pelos rios Cuiabá e São Lourenço descreveu que contratou “para remadores uns doze índios Guaná; mas, na hora de partida, percebeu que todos eles haviam desertado (CASTELNAU, 2000, p. 355). Os Guaná eram contratados na navegação, e assim como demais camaradas, também tinham liberdade de decisão, já que desertavam do serviço. Castelnau ainda menciona que as causas da deserção foram decorrentes da quantidade de mosquitos que atacavam os viajantes, e afirma que os Guaná tinham temor àqueles insetos (CASTELNAU, 2000, p. 356). O intuito aqui não é discutir as causas da deserção, mas entender que camarada também poderia ser um índio, que, no convívio com o colonizador, empregava-se em atividades assalariadas. Na região de Albuquerque era possível perceber indígenas em fazendas de gado e lavoura trabalhando como camaradas.⁶³

63 No processo de investigações sobre a denúncia de abuso de poder feita por Joaquim José Gomes da Silva contra o Comandante do Baixo Paraguai, Capitão José Joaquim de Carvalho, este último foi intimado para dar esclarecimentos. E na carta com as respostas, afirma que recebeu o despacho de pedido de esclarecimentos entregue por um índio quiniquinau que trabalhava como camarada (*Processo 194* – 1850, APMT).

Da mesma forma, índios Guaná trabalhavam tanto em propriedades rurais como na navegação. Em 1846, Augusto Leverger informou que:

A aldeia da tribo Guaná está em menos de uma milha de distância da freguesia [de Albuquerque]; tem atualmente pouca gente; grande porção dos seus habitantes veio formar outra aldeia nas margens do Cuiabá perto da cidade.

Os índios desta nação costumam ajustarem-se como jornaleiros; existem em grande número, espalhados pela cidade de Cuiabá, e pelos sítios do seu distrito. São também eles que tripulam boa parte das canoas, que se empregam na navegação da província, no interior dela e para S. Paulo (LEVERGER, 1862b, p. 222).

A presença dos Guaná na província de Mato Grosso foi estudada por Verone Cristina Silva, que discute a localização daquele grupo, primeiramente na região de Albuquerque, e depois em Cuiabá, como apontado por Augusto Leverger. Os Guaná que habitavam as margens do rio Paraguai foram reunidos em 1819 na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia. Nesse mesmo período, já era visível sua participação na sociedade cuiabana no comércio, na agricultura, na confecção de produtos artesanais e na prestação de serviços. Entre os anos de 1843 e 1844, a maioria dos Guaná de Albuquerque migrou para Cuiabá e ali se fixou à margem direita do rio Cuiabá, em frente ao Porto Geral (SILVA, 2001, p. 6). Nesse sentido, os Guaná estavam presentes na sociedade de Mato Grosso no século XIX, e nas fontes consultadas foi possível perceber que alguns deles firmavam acordos de trabalho como camaradas.

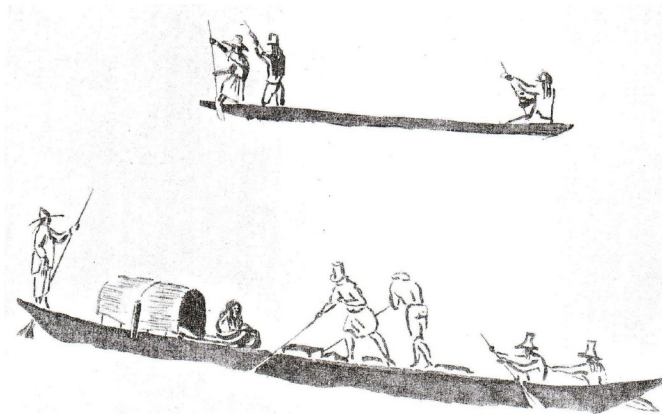


Figura 4 – Índios guaná que iam a Cuiabá (Hercules Florence). Fonte: FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 137.

Índios dos grupos Layana, Guaicuru e Guachim viviam, em 1847, como agregados ou camaradas nas fazendas vizinhas ao Presídio de Miranda (*Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso*, p. 172). Alguns bororo trabalhavam nas fazendas de gado próximas aos rios Jaurú e São Lourenço. Índios Mundurucu, Apiacá ou pertencentes a outros grupos trabalhavam na navegação fluvial entre Mato Grosso e Pará tanto no percurso pelo rio Arinos, como pelo Madeira, Mamoré e Guaporé (CASTRO; FRANÇA, 1868, p. 137) e (COUTINHO, 1865, p. 47).

Os indígenas poderiam ser contratados como camaradas para trabalhar nos afazeres de remeiros, vaqueiros, lavradores, na extração de poaia, nos serviços de condução, na abertura de estradas, explorações pelo interior do território etc.

Índios que viviam aldeados também eram contratados para realização de serviços para particulares ou em serviço público, e existia uma legislação específica dispendo a respeito da contratação de seus trabalhos. Na década de 1840, os contratos de serviços deveriam ser feitos por escrito, e definiam as atividades de trabalhos a serem realizadas, e para que ambos, locatário e locador, cumprissem os acordos de trabalho. Segundo Verone Cristina Silva, o Aviso de 02/09/1845 – *Sobre o Trabalho dos Índios em Casas de Particulares e Outras Providencias* – teve

por intuito “prevenir a continuidade de muitos indígenas prestarem serviços a particulares sem perceber salários, e trabalhar como cativos” (SILVA, 2001, p. 68). Contratante e contratado que não cumprissem com as atividades estabelecidas nos acordos seriam punidos. Sobre esse assunto a autora exemplifica um índio Caiapó que não cumpriu o Contrato de Prestação de Serviço e foi forçado a trabalhar no Arsenal de Guerra em Cuiabá, com o objetivo de corrigir o ato de ociosidade do índio. É importante frisar que essas medidas faziam parte do controle e disciplinarização que o Governo tentava impor às populações indígenas naquele momento histórico.⁶⁴

Essas leis regulamentavam o contrato de locação de índios “mansos” na província. Elas determinavam que os contratos fossem feitos por escrito perante o Juiz de Paz com assistência do Diretor Geral ou de Aldeias e, na falta destes, um curador nomeado por um juiz. Nos contratos de trabalho deveriam ser especificados os acordos entre as duas partes (contratantes e contratados), estipular a natureza dos serviços, o tempo para sua realização (não podendo exceder a um ano), o valor pago pelo mesmo e o tipo de pagamento. Em relação aos índios que seriam empregados na navegação, deveria ser regulamentado o máximo da estadia no porto de destino e o valor da diária a pagar, caso o contratante excedesse o tempo máximo no porto. Dentre outros itens, os locatários deveriam tratar bem os índios contratados, além de fornecer comida sólida e suficiente ao menos duas vezes por dia, e tratar de suas enfermidades (ALEIXO, 1980, p. 109-110). Porém, os contratos de trabalho indígena não seguiram rigorosamente a legislação, e muitos acordos ainda ocorriam na informalidade (SILVA, 2001, p. 72).

A ação do governo em regulamentar o contrato de trabalho dos índios foi apontada por Lúcia Helena Gaeta Aleixo como meio de disponibilizar aquela mão de obra para o trabalho assalariado, já que a província possuía considerável população indígena que acabava recebendo um salário mais baixo que os demais camaradas. Aleixo analisou as taxas de salário pagas na segunda metade do século XIX na extração da ipecacuanha, e constatou que os índios recebiam menos em relação aos demais camaradas empregados naquele serviço (ALEIXO, 1980, p. 71-72).

64 Sobre aldeamentos, acordos de trabalho referentes à utilização de mão de obra indígena, controle da população indígena e resistência dos Guaná a tais medidas, ver Silva (2001).

Discriminado dentre os discriminados (demais livres pobres), os índios, ao receberem menores salários, tinham sua mão de obra desvalorizada. Expulsos de suas terras, os indígenas das diferentes etnias que habitavam a região foram dizimados, reduzidos em missões e explorados no decorrer de todo o processo de ocupação do território. Presentes na sociedade que se formou na região mais central da América do Sul, no convívio com o branco e o negro deram origem a mestiços provenientes do cruzamento entre ambos. A participação indígena foi importante na configuração sócio-cultural do Brasil. Segundo Maria Resende, na capitania de Minas Gerais era constante a presença de índios vivendo nas vilas e lugarejos, da mesma forma que a Capitania era “um reservatório de mestiços de procedência indígena” (RESENDE, 2007, p. 227).

A mestiçagem estava presente entre os camaradas. Em alguns dos processos crimes consultados foram informadas as características físicas dos depoentes (réus, testemunhas, vítimas), sendo alguns dos camaradas descritos como crioulo ou pardo (Processo 124 – 1832, APMT; *Processo 135* – 1836, APMT e *Processo 138* – 1837, APMT). No Mapa de População de 1838, da freguesia de Nossa Senhora das Brotas, Distrito de Cuiabá, foram levantados 26 homens que trabalhavam como camaradas, especificados com as seguintes denominações:

Tabela 28 – Camaradas na Freguesia de Brotas (1838)

Especificação	Pardo	Caboré	Crioulo	Branco	Não informado	Total
Camarada	15	6	3*	1	1	26

* Um camarada incluído neste grupo foi descrito com a letra “C”, não especificando se era caboré ou crioulo, já que os dois tipos foram referidos em outras partes do documento com a mesma letra, porém, havia uma especificação anterior que dava a entender se eram caborés ou crioulos, enquanto que para o referido caso, não houve, o que dificultou a identificação do mesmo.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Como fica evidente na tabela acima, a maioria dos camaradas relacionados, ao menos em Brotas, eram mestiços, o que não excluía a presença de brancos em tal atividade.

Segundo o *Vocabulário português e latino* de Raphael Bluteau (1712-1728), crioulo era escravo nascido na casa do seu senhor, um descendente de negro africano nascido no Brasil. No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2004), crioulo significa todo indivíduo negro; pode se referir tanto a um negro nascido na América, como aos nativos de determinada

região, ou ao escravo nascido na casa de seu senhor, porém, no caso do camarada identificado no processo crime o termo crioulo foi usado para se referir à ancestralidade e à cor da pele do indivíduo, sendo filho de negro africano e com a tez escura, ou seja, era um livre ou liberto. Já no caso do pardo, conforme Bluteau, é uma “cor entre branco e preto, própria do pardal, donde lhe veio o nome [...]” e no caso do homem pardo, pede para ver o verbete mulato, que se referia à “filha e filho de branco e negra, ou de negro e de mulher branca. Esse nome mulato vem de Mú, ou mulo, animal gerado de dois outros de diferentes espécies” (BLUTEAU, 1712-1728). Para o caso da capitania de Mato Grosso, mulatos ou caborés eram designações sociais para se referirem aos cruzamentos de negros e índios. Nas Minas Gerais do século XVIII, pardo também foi usado para designar índios mestiços (RESENDE, 2007, p. 228). Nesse sentido, o termo se referia a mestiços com a tez mais clara do que os negros e mais escura que os brancos, podendo ser descendentes de negros africanos, brancos ou índios.

Hebe Maria Mattos de Castro, em estudo sobre os significados da liberdade no sudeste escravista do Brasil, discute que a literatura sobre o assunto, em geral, considera pardo aquele com pele mais clara (ou menos escura) do mestiço, como sinônimo de mulato. A autora, ao consultar os processos crimes e cíveis correspondentes à região por ela estudada, constatou que todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas. Ela ressalta que no período colonial e no século XIX o termo pardo, no Sudeste, não era utilizado apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço, mas antes era usada como uma maneira de marcar uma diferença social, que variava conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Para Hebe Mattos,

[...] o qualificativo ‘pardo’ sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se simplesmente ‘pardos’, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam [...] (CASTRO, 1995, p. 35).

Porém, para a capitania/província de Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, o termo pardo parece que era utilizado mais como uma referência à cor da pele e/ou à ancestralidade africana dos indivíduos, já que nas fontes consultadas encontrei referências a escravos

pardos. Além do termo pardo (a), existiam as seguintes terminologias para escravos (as): preto (a), crioulo (a), cabra, mulato (a) e caboré (*Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809, APMT; Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT*). Essas especificações demonstram que se tratava de escravos mestiços. Ainda para os escravos, encontrei também as seguintes especificações: Nação Congo, Nação Minas, Benguela, Nação Nagô ou somente Nagô, Nação Monjolo, Nação Angola, Nação Moçambique, denominações essas que vinham junto ao nome dos cativos e podemos supor que estivessem relacionadas com seus respectivos locais/etnias de origem (*Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT*). Para a população livre, encontrei os termos: pardo (a), caboré, cabra, branco (a), crioulo (a), e preto (a) (*Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT; Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809, APMT*).

Numa sociedade em que a cor da pele, as características físicas, e o lugar de origem das pessoas poderiam ser referenciais de escravidão ou liberdade – ser branco era ser livre, enquanto pretos e mestiços poderiam ser livres, libertos ou escravos. Além disso, serviam como referenciais de identificação, como uma extensão do nome, em alguns casos, mencionados como o sobrenome de uma pessoa, como era o caso dos camaradas Thomás Índio, 42 anos, homem casado; Joaquim Angola, homem solteiro de 70 anos de idade; Felipe Caboré, solteiro de 30 anos de idade; Mariano Castelhana, casado, 30 anos e Antonio Preto, solteiro, 55 anos (*Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809, APMT*).

Região de fronteira e de mineração que, num primeiro momento, serviu como divisor das possessões das Coroas Portuguesa e Espanhola e depois entre o Império Brasileiro e as Repúblicas Boliviana e Paraguai, Mato Grosso era um espaço que mantinha contato com as possessões estrangeiras vizinhas. Não raro era o caso de estrangeiros que procuraram algumas regiões da Colônia ou do Império para tentar sobreviver, como foi o caso de Mariano Castelhana, que trabalhava como camarada no distrito de Serra Acima em 1809.

Ainda em relação ao nome de pessoas elencadas na fonte ora em destaque, assim como em outros documentos consultados, os livres pobres identificados foram citados, em sua maioria, não mais com um nome e um sobrenome. O que me chama atenção é que muitas vezes os próprios nomes das pessoas dão pistas de sua condição social e econômica. De maneira geral, as pessoas mais abastadas apareceram elencadas com muitos sobrenomes, acima de três (incluindo

o nome), enquanto as demais (dentre elas alguns dos camaradas) aparecem não mais com um nome e um sobrenome.

Seja pardo, crioulo, caboré, ou qualquer outra terminologia, o que elas nos revelam é uma sociedade complexa quanto aos grupos humanos, formada a partir da convivência entre índios, brancos e negros. A mestiçagem estava presente na capitania/província de Mato Grosso. Os mestiços poderiam ser livres ou escravos; os que trabalhavam na condição de camaradas eram pessoas livres.

Camaradas: estado civil/faixa etária

Os camaradas poderiam morar em propriedade do patrão ou possuir sua residência fora da mesma. No distrito de Serra Acima, em 1809, foram relacionados oitenta homens com a ocupação de camarada, sendo que nesse total apareceram casados e solteiros, como fica especificado na tabela abaixo.

Tabela 29: Estado civil de camaradas – Distrito de Serra Acima (1809)

Faixa etária	Menos de 20 anos	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	Acima de 60 anos	Total	
							Nº	%
Camaradas casados	2	7	3	2	1	15	18,75
Camaradas solteiros	16	20	9	10	5	3	63	78,75
Camaradas não especificados*	1	1	2	2,5
Total	16	23	16	13	8	4	80	

Obs. Três camaradas solteiros apareceram com erros de idade, mas acredito que eles tivessem respectivamente 19, 16 e 14 anos de idade. Neste sentido, os inseri dentre os camaradas que tinham menos de 20 anos.

* Fragmentação no documento.

Camarada casado mais novo tinha 20 anos de idade, e o mais velho, 61 anos.

Camarada solteiro mais novo tinha 12 anos, e o mais velho tinha 70 anos.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Na freguesia de Nossa Senhora de Brotas, em 1838, foram listado 26 camaradas no rol da população: 12 solteiros e 14 não foram mencionados o estado civil (*Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838*, APMT). Conforme fica especificado no quadro acima, no distrito de Serra Acima o número de camaradas solteiros, em todas as faixas etárias, era maior do que o número de casados. Não identifiquei as causas do diferencial entre os números de solteiros e casados, mas o que nos revela, pelo menos para a região de Serra Acima, em 1809, e para os camaradas que foram mencionados, o estado civil da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, em 1838, é de número superior de camaradas solteiros em relação aos casados, além de que trabalhar como camarada era um meio para garantir a subsistência daqueles homens e, para os que eram casados, de suas respectivas famílias formadas por esposas e filhos. Camaradas casados e solteiros foram identificados em outras atividades, como por exemplo, nos transportes terrestre e fluvial.

Ainda em relação aos camaradas casados do quadro acima, dos 15 recenseados apenas para 5 apareceram menção às esposas. Essa era a situação, por exemplo, de Mariano Castelhana, de 30 anos, camarada, casado com Maria Geralda, castelhana, 25 anos, com quem teve uma filha chamada Maria Ignacia, que, em 1809, tinha 3 anos de idade; e o caso de Joaquim Soares, de 30 anos, camarada casado com Igues Índia, de 23 anos de idade. Os 15 camaradas apenas foram citados como casados, sem qualquer menção às esposas dos mesmos. Quando recenseadas, não foi especificado se as mulheres de camaradas desenvolviam algum tipo de atividade.

Dos 80 camaradas levantados na população de Serra Acima, 3 foram elencados com filhos. Todos nesta situação eram casados. Mas, apenas para Mariano Castelhana, citado anteriormente, foi mencionado o nome da esposa, enquanto para os dois restantes não houve menção à companheira, somente a dos seus filhos. Cada camarada era pai de somente 1 filho(a). Dentre esses três casos citados, existia aquele em que o filho também trabalhava como camarada, situação de Antônio Pereira, de 15 anos de idade, filho de um camarada de 35 anos de idade e que também se chamava Antônio Pereira. Essa informação nos dá pistas de que trabalhar como camarada poderia ser uma ocupação passada de pai para filho.

Nos mapas de população, esses homens casados e com filhos apareceram com a ocupação de camaradas, mas isso não os isentava de ocuparem um pedaço de terra e desenvolverem

outras atividades, principalmente aquelas relacionadas ao plantio. A produção de alimentos na região de Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, não estava restrita apenas a pequenos e grandes lavradores. O plantio de alimento acontecia também como um viés de complemento para a subsistência de algumas pessoas que desenvolviam outras atividades, como camaradas, por exemplo. Nesse sentido, existiam homens que a exemplo de Manoel Joaquim Padilha, eram lavradores e já tinha trabalhado como camarada na propriedade de seu vizinho (*Processo 189 – 1849*, APMT).

A situação de ser solteiro ou casado, morar ou não na propriedade do patrão foi percebida para outras ocupações, como a de arrieiro, feitor, ferreiro e carpinteiro. Estes ofícios também apareceram citados no Mapa de População do distrito de Serra Acima de 1809, e assim como os camaradas constituíam famílias ou permaneciam solteiros, moravam ou não nas terras do patrão/patroa.

Nas fontes consultadas, foi perceptível que trabalhar como camarada era uma ocupação de homens com diferentes faixas etárias. Ao analisar os mapas de População do distrito de Serra Acima (1809) e da freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838), podemos verificar essas diferenças.

Tabela 30: Faixa etária de camaradas

Faixa etária	Até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 em diante
Distrito de Serra Acima (1809)	16	23	16	13	8	3	1
Freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838)	5	12	6	2
Total	21	35	22	15	8	3	1

Fontes: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.; *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Trabalhar como camarada poderia começar cedo, por exemplo, com a idade de 12 anos, situação em que se enquadrava Manoel Roiz em 1809, e outro Manoel em 1838 (*Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809*, APMT; *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838*, APMT). Nos processos crimes e mapas de população existe menção

a camaradas de diferentes faixas etárias, entre 12 e 25 anos, 25 e 50 anos, 50 e 60 anos, e até mesmo 70 anos de idade, como era o caso de Joaquim Angola (*Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809*, APMT). Conforme os dados da tabela acima, a maioria dos homens que trabalhavam como camaradas no distrito de Serra Acima e freguesia de Nossa Senhora de Brotas no período mencionado tinha entre 20 e 29 anos de idade, seguidos por aqueles entre 30 e 39 anos, e até 19 anos. Essas informações nos dão pistas de que a maioria dos camaradas, ao menos naquelas localidades e período indicado nos mapas de população, possuía idade ativa e possivelmente força física para desenvolver determinadas atividades. Daí possivelmente a maioria dos homens que trabalhavam como camaradas nas duas localidades possuía idade abaixo de 50 anos. Nos processos crimes e cíveis, assim como nos relatos de viagem, quando informada, a idade de camaradas estava principalmente entre 18 e 45 anos de idade.

Jovem ou idoso, trabalhar como camarada na capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX poderia ser um meio para garantir o próprio sustento para aqueles que eram solteiros, ou também da família, para aqueles que eram casados. É compreensível que tarefas que exigiam esforço físico maior não seriam ocupadas por pessoas idosas ou muito jovens, ficando a critério do camarada escolher em qual serviço trabalhar e/ou ao patrão em contratar uma pessoa que preenchesse os requisitos que ele procurava para desenvolver uma atividade. Da mesma forma, alguns poderiam ser camaradas de um patrão por longos períodos e outros somente em atividades temporárias.

Camaradas: vontade própria/autonomia

Trabalhar como camarada poderia ser uma ocupação temporária para alguns ou permanente para outros. Em situações de necessidade, de diferentes razões e/ou situação, assumiam-na para poder atingir um objetivo imediato, como assegurar a subsistência, por exemplo.

Laura de Mello e Souza, em estudo sobre os livres e pobres na capitania de Minas Gerais no século XVIII, ressalta o caráter dos trabalhos reservados àquela parcela da população, como incertos, esporádicos e aleatórios, empregados em atividade que os escravos não podiam desenvolver, como: funções de supervisão, defesa, policiamento e tarefas complementares à produção (desmatamento e preparo do solo) (SOUZA, 2004, p. 91).

Dentre os serviços disponíveis para aquela camada da população, é necessário não desconsiderar que entre os livres e pobres existissem pessoas que tinham livre arbítrio em desenvolver ou não algumas atividades. Foi perceptível que entre os camaradas existiam aqueles que agiam a partir de suas vontades próprias, já que poderiam ou não aceitar uma oferta de trabalho, até mesmo continuar ou não na execução de uma atividade. Por exemplo, em citação mencionada anteriormente, o viajante Georg Heinrich von Langsdorff descreve, ao percorrer a vila do Diamantino numa manhã, quando os animais da tropa estavam reunidos e tudo pronto para a viagem, que um camarada com a função de tocador de tropa foi até aquele viajante para informar que estava desistindo da expedição (LANGSDORFF, 1997).

Em semelhante caso estavam os três desertores do Corpo de Fixo de Goiás, que decidiram seguir para São Paulo ao invés de continuar em Cuiabá, como fez o outro desertor (camarada). Neste caso, poderia haver algumas condicionantes que contribuíram para tal decisão, como: fugir do recrutamento e/ou buscar trabalho, que pode ser adicionado, também, à vontade de não mais viver na província de Mato Grosso.

Sendo assim, a vontade está relacionada a permitir que o ser humano, por exemplo, expresse os seus desejos e sentimentos. Ela corresponde à capacidade de agir em consciência e deliberadamente. O termo vontade por si já expressa algo que vem do ser que a está sentido. A expressão vontade própria vem reforçar a ideia de que a ação de algumas pessoas estava vinculada aos seus desejos, anseios, aspirações, vontades etc.

Maria Sylvania de Carvalho Franco discute a presença de agregados e camaradas na região do Vale do Paraíba no século XIX enquanto categorias sociais. A autora busca suas raízes no surgimento da exploração lucrativa da terra. Segundo ela, as formas de vida do caipira tradicional foram rompidas pelo processo de concentração de terras nas mãos de poucos com a monocultura de exportação. Franco argumenta a ideia de que os camaradas não agiam em conformidade com suas vontades próprias, afirma que para “agregados ou camaradas, a anulação de sua vontade se revela na simples incapacidade de tomar uma decisão autônoma”. A autora cita um processo crime relativo ao rapto de uma jovem, em que uma das testemunhas relata que o réu pediu para guardar a menor em sua casa, e a testemunha não atendeu ao pedido porque precisaria do consentimento do patrão, já que era agregado (FRANCO, 1997, p. 98 e 103).

Referindo-se a esse processo, Franco atribui a agregados e camaradas a incapacidade de tomar uma decisão autônoma.⁶⁵

Moradores na terra que pertencia a outrem, é compreensível que agregados não deveriam esconder uma pessoa raptada na propriedade que não era sua, mas atribuir a esse fato a incapacidade de agregados e camaradas tomarem uma decisão própria, os estariam isentando de suas condições humanas, como se não agissem conforme suas racionalidades próprias. Além disso, Franco generaliza ao colocar agregado e camarada numa mesma condição. Camaradas, pelo menos na documentação cotejada referente à província de Mato Grosso, eram pessoas livres que viviam por contratos de trabalho e poderiam ou não morar na propriedade do patrão; agregados, por sua vez, eram moradores em propriedade alheia.

Para estudar a camada livre e pobre nos oitocentos é necessário analisar sua complexidade e evitar generalizações. Pessoas que faziam parte daquele estrato, mesmo discriminados pela elite, tiveram participação na configuração social, econômica e cultural da capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX. O presente estudo considera que parcela dos camaradas e demais livres pobres tinham capacidade de tomar decisões.

Um trecho do relato de Langsdorff permite perceber a liberdade de alguns camaradas em abandonar o emprego. Arrumando a carga para seguir viagem de Mato Grosso ao Pará, o viajante descreveu a seguinte situação:

Hoje [18/03/1828], eu estava ocupado com os animais que haviam retornado descarregados, dando as últimas ordens para o pessoal, quando fui importunado com a visita de cortesia do Capitão Xavier (pelo menos, foi o que ele disse). Na verdade, porém, a sua intenção era procurar o índio Apiacá Alexandre, que trabalhava em seu engenho, mas, por causa do salário baixo, veio se juntar a nós (LANGSDORFF, 1997, p. 221-222).

65 Jessé José Freire de Souza utiliza as reflexões de Carvalho Franco para discutir *a constituição do poder pessoal: o dependente formalmente “livre”* na sociedade escravocrata. Ele utiliza com mais cautela a ideia de dependência por parte de alguns livres e pobres. Para se referir a estes últimos, ele se apropria da expressão dependente formalmente livre elaborada pela autora de *Homens livres na ordem escravocrata*, e apresenta a figura do agregado como aquele que estava sujeito às dependências de um senhor (SOUZA, 2006, p. 125).

Em busca de melhor salário, o índio Alexandre deixou o engenho para ir trabalhar na expedição de Langsdorff. A busca por melhores pagamentos pelos serviços prestados era um dos elementos para a troca de trabalho, o que mais uma vez evidencia a liberdade das escolhas por parcela dos camaradas. Situações parecidas passavam os camaradas que desistiam dos acordos de trabalho, recusavam-se a realizar um serviço que poderia explorá-los e demonstravam sua resistência ao continuar vivendo conforme suas lógicas de vida.

Ao menos para o Mato Grosso, no período em estudo, existiam camaradas que tinham iniciativa de tomar uma decisão que nem sempre estivesse relacionada à vontade de seu patrão. Aliás, nem todos os camaradas ficavam subordinados a um patrão por muito tempo, tendo em vista que existiam ajustes temporários. Para entender as atitudes de camaradas que agiam conforme as suas racionalidades, é necessário considerar a liberdade daqueles homens livres.

Como já afirmei anteriormente, camaradas poderiam trabalhar em serviço temporário e eventual. O trabalho regular e sistemático não era bem visto na sociedade escravocrata, já que estava associado à condição de escravidão. Parcela das pessoas livres não queria ser identificada como tal, ressaltando assim sua condição de livres.⁶⁶ Numa sociedade mestiça, como a que se configurou no Mato Grosso da primeira metade do século XIX, em que livres e escravos poderiam ser pretos, pardos, caborés, cabras e mulatos, fica perceptível que a noção de liberdade não estava relacionada somente à cor branca. Para a população não-branca ela deveria ser buscada na não necessidade de trabalhar regularmente. Para alguns livres, a recusa ao trabalho regular talvez estivesse relacionada à iniciativa em acentuar sua liberdade, diferenciando-se dos cativos.

Para o Sudeste escravista, Hebe Maria Mattos de Castro discute que a noção de liberdade presente até pelo menos a primeira metade do século XIX era um atributo do homem branco e potencializadora do não trabalho, em que a pulverização e acessibilidade da propriedade cativa, presente até meados do mesmo século, possibilitou a homens livres e forros adquirirem escravos. A facilidade de acesso à propriedade escrava levava à legitimação da liberdade o ideal de não-trabalho. Desse modo, um homem seria livre à medida que não trabalhasse regularmente

66 Quando afirmo a repulsa dos livres de serem associados a escravos, de forma alguma nego as relações sociais estabelecida entre ambos.

ou vivesse de rendas. Para a autora, durante a segunda metade do século XIX, entretanto, essas representações da liberdade começaram a ter suas bases solapadas quando o crescimento demográfico de negros e mestiços, livres ou libertos, já não permitia perceber os não-brancos livres como exceções controladas. Além disso, o acesso aos escravos não tinha a mesma facilidade depois da extinção do tráfico negreiro em 1850, quando os cativos antes pertencentes a pequenos senhores, vilas e cidades do sudeste e de outras regiões passaram a ser direcionados às maiores lavouras da região. Sendo assim, redefinem-se os significados emprestados à noção de liberdade. Mesmo que a ideia de liberdade não seja mais identificada com a cor branca e com a posse de cativos, ainda continua a definir-se em oposição à escravidão (CASTRO, 1995, p. 38-40).

Acredito que em Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, não trabalhar regularmente, ou não trabalhar para outrem, para alguns livres e pobres, poderia ser o ideal de liberdade. Para o pequeno lavrador, por exemplo, não trabalhar regularmente para outro e viver de sua lavoura poderia ser uma forma de expressar ou manter sua condição de livre. Mesmo que o pequeno lavrador fosse contratado como camarada numa propriedade vizinha, ele não estaria submetido a trabalho regular, já que a preparação da terra, o plantio e a colheita eram elementos que ocupavam somente determinados períodos. Já para alguns camaradas, não precisar trabalhar regularmente talvez pudesse ser uma maneira de não serem tratados e/ou confundidos como escravos. É claro que nem todos os camaradas estavam nessa situação, já que alguns poderiam permanecer muito mais tempo no desenvolvimento de uma atividade.

Como afirmou Edna Maria Resende,

Talvez a autonomia dessa camada social seja a chave para compreendermos a marginalização presente no discurso da época, atribuindo ao livre pobre o estereótipo de vadio e desclassificado. A facilidade de os homens livres garantirem sua sobrevivência sem se subordinar aos grandes proprietários, a autonomia que tinham para buscar assalariamento eventual e temporário, a aversão ao trabalho regular para outrem faziam com que escapassem do controle social presente nas relações de dependência pessoal. Assim, homens livres e libertos, ao se negarem a trabalhar regularmente para outrem e ao fugirem do controle direto dos grupos dominantes, eram tidos como vadios pela elite (RESENDE, 2008, p. 110).

Nos relatórios de presidentes da província de Mato Grosso, relatos de viajantes e crônicas existem descrições estereotipadas da visão da elite em relação à população livre e pobre. Mas como ressaltou Resende, talvez a busca por autonomia e a não subordinação de parte daquela camada social seja a chave para entender porque os livres pobres na província de Mato Grosso eram chamados de “vadios”, “não aptos ao trabalho”, “que se contentavam somente em garantir seu alimento diário”.

Para tentar tirar a autonomia de camaradas havia casos de patrões que subjugavam os empregados, procurando mantê-los junto às propriedades por sistema de endividamento⁶⁷ ou sob forte vigia de feitor ou capataz. Na impossibilidade de comprar escravos, ou conforme o tipo de atividade a ser desenvolvida em que não era viável usar a força cativa, como as de extração da ipecacuanha, por exemplo, possivelmente proprietários recorreriam aos livres e pobres e procuravam não perder aquela mão de obra, impedindo-os, pelo uso da força, de abandonar a propriedade e/ou serviço.

Talvez esteja aí a questão colocada pela historiografia que discute a presença de camaradas na sociedade da província de Mato Grosso (VOLPATO, 1993; LUCÍDIO, 1993) e de outras regiões do Brasil (FRANCO, 1997) em generalizar que todos eles não tinham vontades próprias, que eram obrigados a trabalhos forçados sob forte vigilância do contratante, e que “colocaram-se sob a dominação pessoal de seus patrões, integrados pelas relações de trabalho e favor” (VOLPATO, 1993, p. 201).

Se parcela dos camaradas e demais livres e pobres ficassem sabendo que seriam subjugados e forçados à rigorosa disciplina de trabalho, não se submeteriam a determinados acordos de trabalho, já que corriam risco de perder aquilo que era tão caro numa sociedade escravista, a liberdade.

Ser livre significava muito no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Durante o período colonial e imperial escravos buscavam meios para se libertarem, seja pela fuga, refugiando-se em outras regiões, na formação de quilombos, ou buscavam meios legais. Eduardo França Paiva

67 Sobre esse aspecto na província de Mato Grosso, Lúcia Helena Gaeta Aleixo encontrou tal mecanismo na extração da poaia, na segunda metade do século XIX (ALEIXO, 1980, p. 73). Ver também Moutinho (1869b, p. 28).

discute os vieses encontrados por escravos africanos, crioulos, mulatos, pardos, cabras em buscar caminhos no sistema escravista colonial para deixarem o cativeiro. Ao estudar Minas Gerais setecentista, o autor analisou a vida dos libertos, apresentando os meios encontrados para conseguir as alforrias, e as vias pelas quais os ex-escravos procuravam ascender socialmente e apropriar valores adotados pela população branca. Como bem afirmou o historiador, “o mundo dos libertos, em sua face menos material, era resultado também de incorporação de aspectos do mundo dos livres” (PAIVA, 2007, p. 512).

Ser livre era uma condição desejada por cativos, muitos deles conseguiram as alforrias, e procuravam se afirmar não mais como escravos, mas como forros ou libertos. É necessário entender o significado de ser livre na sociedade escravocrata para compreender que nem todos que se encontravam naquela condição se submetiam, por vontade própria, a trabalhos forçados.

Se levarmos em consideração a complexidade tanto dos estratos sociais da população de Mato Grosso, como da camada livre e pobre, seria um equívoco afirmar que todos os camaradas e demais livres pobres se subjugassem e estivessem integrados a relações de dominação de um patrão/senhor. Ao afirmar isso, estaria-se negando assim a liberdade de ir e vir daquelas pessoas que não raro eram chamadas de vadias, indolentes, preguiçosas, justamente por não se submeterem ao controle social que as elites tentavam impor naquele momento histórico.

A historiografia demonstra que a dominação pessoal com o sistema patriarcal⁶⁸ e o clientelismo estiveram presentes no Brasil Colônia. Muitos livres pobres fizeram parte da clientela dos senhores de terras, de lavras minerais, de escravos e demais propriedades. Mas isso não justifica afirmar que todos os camaradas fizeram parte da dominação do patrão.

Dentre os camaradas, é possível apontar a existência das seguintes situações, dentre outras: a) camaradas que, procurando meios para sobreviver, firmaram acordos de trabalho junto a um contratante, com quem estreitaram laços de dependência e reconhecimento, submetem-se aos mandos do patrão e permaneceram como empregados, muitas vezes constituíram famílias nas propriedades dos empregadores; b) aqueles que não permaneciam por laços de amizades, mas forçados sob dominação pessoal, buscavam meios para fugir, como foi ressaltado

68 Ver definição de patriarcalismo em Vainfas (2001, p. 470). Ainda sobre o assunto, ver Prado Júnior (1973, p. 286-297).

anteriormente; c) aqueles que, sob dominação pessoal, eram mantidos coercitivamente pelos seus patrões e não conseguiram se livrar das relações de trabalho e poder às quais terminavam submetidos; d) aqueles que não foram mantidos à força nas propriedades e/ou atividades, e quando não mais quisessem permanecer nas mesmas, iam em busca de outros acordos de trabalho. Em alguns casos, eram empregados em atividades temporárias, seus contratos de trabalho poderiam durar uma viagem, uma colheita, uma condução de tropa ou uma safra de extração de ipecacuanha, por exemplo; e também, e) camaradas que descumpriam acordos de trabalho e encontravam na fuga um meio para não desempenhar um ajuste firmado, como já citado.

Esses casos indicam a multiplicidade de relações estabelecidas entre camaradas e patrões. Esta análise sobre uma parcela da camada livre (os camaradas) no período escravista do Mato Grosso na primeira metade do século XIX considera a complexidade de situações em que estavam envolvidas as pessoas que faziam parte do estrato livre e pobre.

Procurei, neste capítulo, estudar uma parcela da população, como pessoas que tinham capacidade de tomar uma decisão, que participavam do processo produtivo do mercado interno e externo de Mato Grosso, e que parte dos camaradas possuíam liberdade ao se empregar, permanecer ou não no trabalho de uma determinada atividade. As elites temiam a liberdade dos livres pobres, buscavam meios para “disciplinarizá-los”. Porém, muitos daqueles que não eram senhores, nem escravos, eram pessoas livres. Essa liberdade, durante a primeira metade do século XIX, na província de Mato Grosso, foi interpretada pelas elites como sinônimo de vadiagem, desclassificação, rebeldia – interpretações que, presentes nos discursos oficiais, mascararam o viver de homens que, tanto no meio urbano como no rural, estiveram presentes trabalhando em diversos tipos de atividades. Estas atividades serão discutidas no capítulo seguinte.



CAPÍTULO 3

CAMARADAS: TRABALHO E COTIDIANO

A bem de algum sossego de espírito e comodidade de corpo, quem viaja pelos alongados sertões do Brasil, precisa ter, em primeiro lugar, um bom e diligente camarada.

Sem ele tudo é tropeço, tudo estorvos e dificuldades; com a sua presença, perspicácia e experiência nada se torna insuperável, nada impossível ou desremediado.

Um camarada enérgico e inteligente, traquejado nas labutações da vida do deserto, observador cauteloso, não das belezas da natureza, mas de tudo quanto nela possa servir-lhe de auxílio e direção, um homem desses é que substitui, embora em esfera limitada, as inúmeras regalias que a comunhão e o contato da sociedade civilizada nos podem proporcionar.

Dele e só dele é que depende quase unicamente esse bem estar relativo que o viajante busca com a prática conseguir em jornadas tão dilatadas e, senão rodeadas de perigo, cheias, pelo menos, de canseiras e necessidades, como sejam as que se fazem pelas vastas terras do interior (Alfredo d' Escragnolle Taunay, 1930, p. 29-30).

Este capítulo tem como objetivo discutir algumas atividades desenvolvidas por camaradas em ambientes rurais. Pretendo apresentar aspectos de seus serviços e a importância desses trabalhadores para a sociedade da capitania/província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX.

Camaradas na extração da ipecacuanha

*A região do Barra dos Bugres sempre foi maior produtora da Ipecacuanha (Ipeca) ou Poaia, cujo nome científico *Cephaelis Ipecacuanha*, rubiácea preciosa que se encontra nessa região chamada Guaraés. Dizem que a sua descoberta se deve a um cão que acompanhava uma tropa bororó, que, toda vez que era atacado do estômago, vômitos, etc. embrenhava-se na mata, catava as raízes da planta e as comia. O vômito limpava-lhe o estômago e ele se tornava sadio e lépido como antes. Durante e após as cheias dos rios, era comum as águas se tornarem*

lamacentas, turvas e causarem mal ao estômago e intestino de quem as sorvia. O pajé bororó distribuiu a planta para a tribo que, desde então, desse modo se livrou dos males de estômago e dos intestinos, causados pela enxurrada. As propriedades da poaia foram logo estudadas nos Laboratórios da Inglaterra e França; e muitas toneladas, em sacolas enormes de lona contendo essa planta, foram para lá remetidas. [...] O caule desta planta tem uma parte subterrânea e a outra se eleva, coisa de palmo e meio; pequeninas flores se transformam em minúsculos frutos roxos de sabor adocicado e produzem vômitos a sua ingestão. [...] É uma planta poderosa [...]. (A lenda da poaia. RODRIGUES, 1960).

Planta nativa nas matas próximas a Vila Maria (hoje cidade de Cáceres), nas margens dos rios do Alto Paraguai, do Sepotuba, Vermelho, Cabaçal, nas matas da região do Alto Paraguai Diamantino e da cidade de Mato Grosso (atual Vila Bela da Santíssima Trindade), a ipecacuanha ou poaia era um dos principais produtos exportáveis da província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX,⁶⁹ mais especificamente após 1830, quando um negociante chamado José da Costa Leite conseguiu “juntar duas arrobas da planta, remeteu-as para o Rio de Janeiro, onde a acharam de boa qualidade e pagaram à razão de 1.600 réis a libra”.⁷⁰ Artigo com aceitação no mercado da Corte (*Relatório do Presidente de Mato Grosso, em 3 de maio de 1854*, p. 16), a ipecacuanha era usada com viés medicinal, as suas raízes contêm um poderoso estimulante vomitivo e tratamento de infecções intestinais e das vias respiratórias.⁷¹ No século

69 *Discurso recitado pelo Presidente de Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, de 30 de novembro de 1836, p. 12.; Discurso recitado pelo presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de junho de 1846, p. 24.* Na década de 1860 a poaia ainda tinha sua importância comercial. Joaquim Ferreira Moutinho afirmou que naquele momento a ipecacuanha era “presentemente o único ramo de exportação da província, além da diminuta quantidade de couros” (MOUTINHO, 1869b, p. 27).

70 Em 1814, o Desembargador José Francisco Leal, enviado pelo governo para procurar ouro, já tinha verificado a existência da ipecacuanha nas proximidades de Vila Maria, mas somente a partir da década de 1830 a comercialização do produto despertou interesse (CASTELNAU, 2000, p. 421).

71 Ainda hoje, a ipecacuanha é muito usada no tratamento medicinal: “é um ótimo auxiliar no tratamento de doenças do aparelho respiratório. Funciona como um perfeito expectorante. A emetina, uma substância eficaz ao provocar vômitos, ainda é capaz de promover uma efetiva limpeza do aparelho digestivo. Dessa forma, é indicada no tratamento de amebíases, leishmanioses, doenças do pulmão e dos brônquios. É encontrada nas regiões Centro-Oeste e Norte, especialmente Mato Grosso e Acre” (IPECACUANHA. Disponível em: <<http://www.inova.unicamp.br/inventabrasil/ipeca.htm>>. Acesso em: 10/03/2009).

XIX, ela era encontrada naturalmente em solos arenosos e de mata fechada, sua extração se dava por meio de particulares, que contratavam camaradas para o serviço.

Quem nos apresenta informações sobre os trabalhadores e a extração da ipecacuanha é o viajante Francis Castelnau que, em expedição a Vila Maria, descreveu as atividades econômicas desenvolvidas no local. Conforme os escritos daquele viajante, os trabalhadores seguiam de canoas pelas vias fluviais para chegar ao ponto de retirada da planta medicinal. Além das pessoas necessárias à navegação, as canoas levavam certo número de camaradas “contratados à razão de 6 a 7 mil réis por mês, com direito a comida”, e também um ou dois práticos, que eram pessoas experientes naquele tipo de trabalho e recebiam ordenado maior em relação aos demais trabalhadores.

Assim que a canoa chega ao ponto em que devem começar os trabalhos, o prático desce à terra em companhia de um ou dois camaradas, armados de foice e facão, para abrir uma picada, cujo comprimento atinge às vezes légua e meia. Outras picadas menores são abertas depois, a partir da trilha principal e em todas as direções, a fim de facilitar a volta dos trabalhadores que por acaso se percam. É costume exigir de cada homem, como tarefa diária, doze libras de planta, que uma vez secas, se reduzem a cinco. É fácil juntar esta quantidade, visto não ser necessário muita força para executar o trabalho, que só se torna verdadeiramente penoso por causa da perseguição incessante movida pelos insetos (CASTELNAU, 2000, p. 422.) (Grifos meus).

As descrições de Castelnau sobre a extração da ipecacuanha são reveladoras das características de trabalho de camaradas empregados naquela modalidade de serviço. As estratégias criadas para facilitar a retirada da planta medicinal, com abertura de picadas a certa distância de comprimento, além de evitar a perda de indivíduos em matas fechadas, evidenciam a organização no desenvolvimento de tal atividade. Os instrumentos de trabalho eram predominantemente a foice e o facão, ideal para a abertura das trilhas e para o corte da planta que, segundo o mesmo viajante, não era um trabalho difícil de ser executado.

Quando a extração era feita em matas distantes das vias fluviais, era utilizada uma pequena tropa de bestas que carregavam de ida as ferramentas, toldas e os mantimentos, e de volta transportava-se toda a planta colhida. Essas investidas poderiam demorar alguns meses ou até meio ano, embrenhados pelas matas (MOUTINHO, 1869b, p. 28).

A preciosa ipecacuanha, que é tão abundante nesta província, é colhida da maneira a mais rude e em mui pequenas quantidades, apesar de dar tanto lucro. Raras vezes durante o ano sai de Vila Maria algumas canoas por um ou dois meses em busca dessa planta, e voltam com ricas colheitas, com as quais satisfazem as suas necessidades até o próximo ano (WAEHNELDT, 1864, p. 207).

Num serviço de extração de mata fechada é compreensível que camaradas da poaia fossem alvos de insetos. Os mosquitos, por exemplo, segundo Castelnau, eram os que causavam maiores empecilhos. As matas eram ambientes bastante insalubres que, juntamente a picadas de insetos, causavam moléstias e morte entre aqueles trabalhadores.

Os poaieiros, se muito felizes, escapam às febres perniciosas que reinam nos sítios da poaia, e que são devidas ao mau passadio, às umidades, exalações más, etc., além da luta que tem a sustentar contra os animais ferozes e venenosos, cuja mordedura é de difícil cura. Mesmo o cheiro da poaia, está provado, é muito nocivo à saúde (WAEHNELDT, 1864, p. 29).

O serviço a ser realizado pelos camaradas era desde a extração até a abertura de picadas e defesa contra ataques de animais nas regiões de coleta. Depois de um dia de trabalho, ainda a mata serviria de local para o descanso e alimentação daqueles homens.

Dentre os trabalhadores da ipecacuanha, percebe-se certa diferenciação entre os que eram dotados de alguma experiência no serviço e aqueles que não eram. Os práticos, por exemplo, recebiam salário maior que os camaradas. O prático era uma pessoa que conhecia as atividades, e era chamada como tal porque já havia trabalhado na atividade e adquirira experiência na execução da mesma, conhecedora das trilhas e dos locais a serem explorados. Essa diferenciação de salário para aqueles que eram hábeis em algum ofício foi percebida em outras modalidades de trabalho. Porém, essa situação ajuda a perceber que o indivíduo experiente em alguma atividade era mais bem pago em relação àqueles que não eram.

O lucro do patrão em relação ao trabalho dos camaradas foi apontado por Francis Castelnau, ao afirmar que, com a venda no Rio de Janeiro, o contratante ganhava um valor líquido de 4.000 réis por cada cinco libras da planta, ou seja, cada dia de trabalho de um camarada

(CASTELNAU, 2000, p. 422). Embora as formas de trabalho industrial não estivessem presentes na província de Mato Grosso da primeira metade do século XIX, a exploração dos camaradas já se dava em atividades como a extração da poaia, por exemplo.

O presidente de província, José Antônio Pimenta Bueno (1836-1837), em discurso recitado na Assembleia Legislativa Provincial, em 1837, mencionou que mandaria instalar um destacamento para controle da passagem no rio Paraguai, no ponto de Vila Maria e sobre “o avultado número de camaradas, que concorrem à colheita da poaia” (*Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, em 1º de março de 1837*, p. 17). Conforme as palavras do presidente, era grande o número de indivíduos que, sabendo da coleta da ipecacuanha e das ofertas de trabalho, direcionavam-se para a região de extração.

Os camaradas empregados naquele serviço iam em busca de trabalho que lhes garantisse certa quantia em dinheiro e alimento diário. Na condição de livres pobres foram empregados, no caso da extração da ipecacuanha, em atividades que evitavam o uso de escravos. A entrada nas matas poderia ser um atrativo para a fuga de cativos, enquanto a utilização do trabalhador livre seria mais viável, já que no final de um dia de trabalho deveria apresentar certa quantia da planta.

Camaradas em propriedades rurais: lavoura e criação de gado vacum e cavalari

Camaradas trabalhavam também em propriedades rurais de criação de gado vacum, cavalari, e de lavoura. Os camaradas que trabalhavam nessas atividades poderiam morar ou não na propriedade do patrão. Os que se encontravam nesta última situação, deslocavam-se para trabalhar nas terras do contratante para desenvolver as atividades estipuladas nos acordos de trabalho, e recebiam um salário pelos serviços prestados.⁷² Já aqueles que moravam na propriedade do patrão, ao mesmo tempo em que eram empregados, também firmavam domicílio nas terras do contratante. Para esses camaradas, não era dada somente certa quantia em dinheiro

⁷² Os processos de número 172 e 189 apresentam camaradas que viviam em locais próximos às propriedades de seus patrões (*Processo 172 – 1845*, APMT; e *Processo 189 – 1849*, APMT).

e alimentação, como ocorria com os camaradas que trabalhavam na extração da poaia, mas também espaço de moradia e talvez de plantio.⁷³

Os camaradas nas propriedades de criação de gado poderiam trabalhar em atividade de vaqueiro.⁷⁴ O serviço de vaqueiro se refere, de maneira geral, à condução e trato do gado, era uma modalidade de trabalho desenvolvida, também, por livres pobres, mas isso não isenta a presença de cativos. As fazendas de gado já eram presentes em Mato Grosso na segunda metade do século XVIII, e sua expansão se deu no decorrer da primeira metade do XIX,⁷⁵ com a gradativa exportação de gado proveniente das regiões de Vila Maria, Poconé, Presídio de Coimbra, Albuquerque, Miranda, nas proximidades dos rios São Lourenço e Jaurú e no planalto sul Mato Grosso, o que não isentava a presença de fazendas de criação em outras partes da Província.⁷⁶

Camaradas poderiam ser encontrados na administração de algumas propriedades rurais. A Fazenda Caiçara, localizada próxima à Vila Maria, pertencia ao Governo. Nela existia criação de gado, e na década de 1830 o encarregado pela sua administração era um camarada, que tinha a função de cuidar dela, também comercializar o gado e fiscalizar o serviço de outros camaradas.

No ano de 1837 foi montado um processo de investigação a partir de uma denúncia feita por Paulino Francisco Chalega sobre o extravio e a perda de gado *vacum* e cavalariça da

73 Nos processos 135 e 138 existe referência a camaradas que viviam na propriedade dos patrões (*Processo 135 – 1836*, APMT; *Processo 138 – 1837*, APMT).

74 Por exemplo, os camaradas Antônio Corrêa, Manoel de Souza que, juntamente com outro camarada chamado Marcelino Corrêa, que assassinaram o camarada Paulo Pinto Guedes, em 25 de julho de 1836, na freguesia de São Luis de Vila Maria, citado no capítulo anterior, foram libertados em dezembro do mesmo ano com o pedido de Habeas Corpus, que continha a alegação de que eram “bons vaqueiros, e quando chegaram a Poconé empenharam-se com Joaquim Roiz Leite, pra que os fizesse soltar, e que em agradecimento iriam trabalhar em sua fazenda” (*Processo 135 – 1836*, APMT).

75 Em relatórios apresentados à Assembleia Legislativa em 1839, o presidente de província Estevão Ribeiro de Rezende afirmou que a “criação de gado *vacum* há anos tem progressivamente aumentado [...]” (*Relatório apresentado em 2 de março de 1839*, p. 75).

76 Informação elaborada a partir das seguintes fontes: *Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, em 3 de maio de 1849*, p. 15; *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, em 10 de maio de 1851*, p. 14; CASTELNAU, 2000, p. 424; ALINCOURT, 1993, p. 86; SOUZA, 1949, 53; LEVERGER, 1862a, p. 344-345 e WAEHNELDT, 1864, p. 213. E também pelo trabalho de Lucídio (1993).

Fazenda Pública da Caiçara, praticada “pelo camarada Estevão Corrêa, guarda casa da mesma” (*Processo 138 – 1837*, APMT). Esse processo revela alguns aspectos do serviço de camaradas que trabalhavam na função de vaqueiro em propriedades com criação de gado.

A condução de animais de uma fazenda a outra era uma das atribuições dos camaradas, geralmente ocorria quando o patrão adquiria novas reses. A Caiçara vendia gado para propriedades vizinhas, o que fez dela um local onde geralmente se encontravam camaradas no serviço de vaqueiro, como por exemplo, na condução do gado. Francis Castelnau, em visita a essa Fazenda em maio de 1845, ressaltou que a mesma mantinha uns 20 empregados livres que moravam na propriedade e tomavam conta das reses criadas, “sob as ordens de um alferes idoso. As pastagens se [estendiam] pelo espaço compreendido entre os rios Jaurú e Paraguai”, onde também eram criados cavalos que seriam destinados para o corpo de cavalaria da Província (CASTELNAU, 2000, p. 425).

Na década de 1860, Rodolfo WaehnelDT apontou que não se encontravam vestígios da riqueza que a Caiçara tinha outrora (cerca de 4 a 5 mil cabeças de gado além da produção de muita manteiga, queijo, leite, e criação de muito gado cavalari e muar). Aquele viajante ficou impressionado com o estado de abandono em que se encontrava a fazenda. Conforme suas descrições, naquele momento, década de 1860, ela possuía alguns casebres, já em ruínas, e “somente algumas dúzias de cabeças de gado já meio bravo, dos quais um ou dois soldados tomam conta” (WAEHNELDT, 1864, p. 225).⁷⁷ As possíveis causas dessa extinção foram apontadas por WaehnelDT, que assim expressou seu descontentamento em relação ao descaso com aquela propriedade pública.

Desde cem anos, quando essas fazendas achavam-se no cume de sua florescência, nunca mais se cuidou do futuro [...]. Tratou-se somente de lucro momentâneo, sem se olhar para o futuro, nunca se fez caminhos ou pontes que oferecessem alguma facilidade [...]. Assim desaparecem Pau Seco e muitas outras ricas possessões, assim como muitos lugares cujos nomes ainda hoje se acham nos mapas geográficos, sem que ao menos possa ser descoberto o lugar em que se achavam (WAEHNELDT, 1864, p. 225-226).

⁷⁷ Na mesma década, Joaquim Ferreira Moutinho noticiou que as duas fazendas públicas Pau Seco e Caiçara estavam abandonadas (MOUTINHO, 1969b, p. 172).

O viajante, ao demonstrar a situação de algumas fazendas do Governo, expressou também seu descontentamento em conseguir localizar alguns pontos antes identificados no território da Província. Por ordem do Governo Imperial datado de 27 de Janeiro de 1860, Rodolfo Waehnelde foi encarregado de procurar e levantar a existência de todos os materiais e condições necessárias para poder fundar uma fábrica de ferro e de pólvora na província de Mato Grosso. Para tal, era preciso percorrer o território a partir de indicações de mapas e de relatos de viajantes. Ao realizar a viagem, ele sentiu a dificuldade de encontrar algumas localidades antes ocupadas. Dentre elas, estavam as fazendas públicas Caiçara e Pau Seco que se localizavam próximas ao rio Jaurú e Vila Maria. Além destas, Mato Grosso contava com outras fazendas de propriedade do governo, dentre elas a de Casalvasco, localizada à margem direita do rio Barbado, em área do atual município de Vila Bela da Santíssima Trindade, e a fazenda Betione no povoado de Miranda, que em 1824 contava com aproximadamente 9.335 cabeças de gado vacum, e 775 de cavalari (ALINCOURT, 1857b, p. 341).

Em correspondência datada de 10 de novembro de 1824, Luiz D'Alincourt informava ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Gomes da Silveira Mendonça, a situação em que se encontrava a fazenda pública localizada em Miranda.

O gado vacum e cavalari pertencente à fazenda pública têm produzido aqui espantosamente, mas não há gente precisa para o custeio, e por isso centenas de cabeças andam espalhadas por esses campos sem marca, e morrem muitos bezerros, quando muito comodamente poderia haver os homens necessários pagos à custa desta fazenda, e até se devia já estabelecer outra sangrando esta, e depois seria o corte de Cuiabá fornecido deste gado em manifesto interesse da fazenda nacional (ALINCOURT, 1857a).

Era necessário pessoal habilitado para cuidar do gado. Quando se tratava das fazendas públicas, os serviços também ficavam a cargo de militares. Na sociedade da província de Mato Grosso, homens livres poderiam desenvolver diversas atividades. Fazer parte de algum cargo administrativo de governo local serviria de prestígio social e status principalmente para pessoas abastadas. A contratação ou indicação era feita a partir de uma rede de favores e dependências.

Militares poderiam estar na direção ou na realização de serviços nas fazendas públicas, daí a presença de alferes, soldados e demais militares.⁷⁸

Nas fazendas públicas e nas de particulares foi verificada a participação de camaradas em atividade de trato do gado, ou seja, nos serviços de vaqueiros.

Camaradas que trabalhavam como vaqueiros tinham atribuições de cuidar de ferimentos etc., organizar, marcar as novas crias com ferro quente com o símbolo da fazenda/proprietário,⁷⁹ castrar marruais (novilho não domesticado) que já não serviam para as funções reprodutoras e de touros pequenos para serem direcionados à engorda e limpar o gado, matar, sangrar, descourar. Era um serviço que exigia habilidade para não estragar os derivados do animal, como o couro, que era comercializado.

Hercules Florence, ao percorrer Vila Maria em setembro de 1827, descreveu um episódio em que ressaltou as características do trabalho de vaqueiro, o que também nos permite perceber em quais afazeres os camaradas poderiam estar empenhados quando trabalhavam com o gado.

Uns vaqueiros laçaram um boi para cortá-lo. Aquele meio empregado em toda a América do Sul, onde esses homens mostram tanto jeito e destreza, é tão conhecido, que não o descreverei. Disseram-me que na Jacobina há vaqueiros que por simples distração, em número de dois ou três, atacam um touro bravo a pé e sem laços. Um deles corre para o animal, agarra-se-lhe ao pescoço e aí se mantém grudado, ora arrastado pelo animal enfurecido, ora peando-lhe a carreira. Os companheiros atiram-se também em cima e conseguem derrubá-lo (FLORENCE, 1948, p. 232-233).

As observações de Florence caracterizam a praticidade de vaqueiros em seus ofícios. A maneira de cortar o boi era uma prática semelhante em toda América do Sul, o que, segundo o

78 Foi identificado outro Alferes que também era empregado de uma fazenda. Ele foi citado como testemunha de um crime que ocorreu em Cuiabá em 1844, mencionado no capítulo 2 (*Processo 167 – 1844*, APMT). Sobre a indicação de cargos administrativos no contexto urbano, ver Castrillon (2006).

79 Candido Xavier de Oliveira Souza, ao navegar pelo rio São Lourenço, mencionou que viu na fazenda de Manoel Gonçalves “vaqueiros [que] estavam à margem do rio empregados na marcação dos gados” (SOUZA, 1949, p. 53).

viajante, aproxima os vaqueiros descritos aos de outras regiões. A destreza com que conseguiam abater um touro bravo significava a familiaridade daqueles homens no trabalho com o gado. Camarada na condução de boiadas será discutido quando abordar a condução de tropa, na qual também se dava a presença do camarada vaqueiro.

Nos ambientes rurais, os camaradas também poderiam trabalhar nos afazeres de carpintaria e de ferragem.⁸⁰ Nas propriedades com plantação de cana, feijão e demais gêneros alimentícios, camaradas realizavam serviços nos afazeres de lavoura, no trato de animais e no transporte dos gêneros produzidos. Diferente do camarada no trabalho de vaqueiro, que geralmente estava empenhado, principalmente, no trato do gado, camaradas que trabalhavam em fazenda com plantações eram contratados para realizar diversas atividades que circunscreviam à propriedade, como plantio, colheita e transporte, por exemplo. Poderiam ser vistos trabalhando tanto em propriedade onde havia escravos, como naquelas que não os possuíam.

Engenhos de açúcar também eram movidos pela força de trabalho de camaradas.⁸¹ Por exemplo, os índios Guaná eram contratados como camaradas em fazendas de plantação próximas ao rio Cuiabá, e recebiam “por dia, 80 réis de ouro, ou seja, 150 a 160 réis de cobre” (LANGSDORFF, 1997, p. 127). Ainda os Guaná iam trabalhar em fazendas próximas à Vila dos Guimarães, tendo como pagamento 60 réis diários (FLORENCE, 1948, p. 186). A presença indígena foi significativa no trabalho em fazendas de plantação e de criação.⁸² Os Bororo trabalhavam como camaradas nos serviços de vaqueiros em fazendas nas proximidades do rio Jaurú (WAEHNELDT, 1864, p. 219).

80 Isso não isenta a possibilidade de que profissionais que se auto identificavam e eram identificados como vaqueiros, carpinteiros e ferreiros fossem contratados por proprietários rurais para realizar alguma atividade correspondente ao seu respectivo ofício. Essas informações podem ser verificadas a partir da menção desses profissionais no Mapa de População de 1809 do Distrito de Serra Acima. Luiz Cláudio Pereira Symanski observou que nas plantações de Chapada dos Guimarães os artesãos foram geralmente contratados por um período curto para médio prazo que poderia durar vários dias ou vários meses. Os principais artesãos eram os carpinteiros, seguidos por ferreiros e pedreiros (SYMANSKI, 2006, p. 181).

81 Em outra parte deste trabalho foi mencionado um índio apiacá chamado Alexandre, que deixou de trabalhar no engenho para se empregar na expedição de Langsdoff.

82 No processo de número 194 existe menção de propriedades em Albuquerque que “não tinha um só escravo, mas unicamente alguns índios como camaradas” (*Processo 194 – 1850*, APMT).

Empenhados na agricultura, os camaradas residiam ou não na propriedade do contratante. Foram encontradas referências de empregados que possuíam terras próximas à do patrão, sem necessariamente morar nas dependências deste. O processo crime referente ao assassinato de um lavrador de nome Vicente de Paula, ocorrido no lugar chamado Cinco Oitavas, na freguesia de Nossa Senhora de Brotas, terceiro Distrito do Termo da cidade do Cuiabá, no ano de 1849, contém a inquirição do réu Manoel Joaquim da Rocha, que também era lavrador e vivia no lugar chamado Quatro Vinténs, localizado na mesma freguesia da vítima, sendo o principal suspeito do crime. Quando perguntado ao réu se conhecia

Vicente de Paula seu vizinho. Respondeu que sim. [E] perguntado se dava notícia dele [da vítima]. Respondeu que ouvira dizer fora morto de um tiro em sua própria casa [...]. [E] Perguntado se tinha rixas com o dito Vicente de Paula. Respondeu que pelo contrário antes eram amigos, tendo sido camarada do mesmo (*Processo 189 – 1849, APMT*).

Quando trabalhava como camarada, Manoel Joaquim da Rocha não morava na terra do patrão. Suspeito de ser o assassino, ele disse em sua defesa que não tinha rixas com a vítima, que “pelo contrário antes eram amigos, tendo sido camarada do mesmo”. Todas as testemunhas chamadas para depor davam evidências de que Manoel Joaquim da Rocha era o autor do crime, porém, o réu foi solto apresentando outros argumentos de que ele não estava no local do assassinato, e que assim não foi o autor do homicídio. O que chama atenção é que a justificativa de que era amigo e que foi camarada da vítima foi usada como um dos argumentos, dentre outros, para esclarecer sua inocência aos órgãos judiciais.

A citação acima também serve para refletir sobre a mudança e/ou variedade de atividades desenvolvidas por livres pobres. Em determinado período, o réu trabalhava como camarada, e no momento em que ocorreu o interrogatório sobre o homicídio, ele se encontrava vivendo de lavoura. As funções desenvolvidas por alguns livres e pobres naquele momento não podem ser tomadas como únicas, já que o réu poderia trabalhar em suas terras, e nos períodos de plantio e colheita trabalhava como camarada nas propriedades vizinhas. Assim como um camarada depois de trabalhar em lavoura ou engenho poderia ser contratado em serviços de condução de tropa, por exemplo. As mudanças nas atividades desenvolvidas demonstram que camaradas poderiam se adaptar conforme as propostas de trabalho e necessidade.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

A atual região de Chapada dos Guimarães, apontada também nas fontes como Serra Acima, como afirmado anteriormente, era uma localidade com considerável concentração de propriedades agrícolas com plantação de cana e demais gêneros alimentícios que inclusive contribuíam para o abastecimento de Cuiabá. Algumas dessas propriedades também possuíam engenhos que produziam açúcar e aguardente.

No ano de 1809 existiam naquela localidade 220 pessoas (173 homens e 47 mulheres) que declararam ser lavradores (as). Esse número correspondia à maioria das ocupações declaradas, ou seja, 46,31% viviam de lavoura, como ficou apontado na Tabela 5, apresentada no Capítulo 1.

Seguido do número de lavradores (as) estava o de camaradas, totalizando 80 homens, o correspondente a 16,85% das ocupações elencadas. Mesmo numa região com atividade em sua maioria voltada para a lavoura/engenho e com considerável número de mão de obra escrava, homens livres ou libertos pobres tiveram espaço para desenvolver algumas atividades, dentre elas trabalhar por acordos de serviços.

Para a elaboração da tabela a seguir, considerei a forma como camaradas apareceram elencados. É perceptível, como já afirmei anteriormente, que o recenseamento foi realizado por fogo/propriedade. Sendo assim, constatei que alguns dos camaradas foram mencionados junto às famílias dos respectivos patrões, e pela ocupação do patrão pude perceber em quais tipos de atividade/propriedade os camaradas estavam trabalhando.

Tabela 31: Tipos de propriedade/atividade dos patrões a que os camaradas apareceram relacionados – Distrito de Serra Acima (1809)

Atividade patrão/patroa	Lavoura	Mineração	Lavoura e mineração	Agência	Não relacionados junto a possíveis patrões	Total
Número de camaradas	74	2	1	1	2	80
Porcentagem	92,5%	2,5%	1,25%	1,25%	2,5%	100%

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

A maioria dos camaradas listados apareceu relacionada logo abaixo aos nomes dos familiares, dependentes dos (as) chefes de fogos, enquanto dois não apareceram naquela situação. Possivelmente os 78 camaradas foram recenseados quando trabalhavam nas propriedades dos patrões e/ou moravam nelas. Os demais poderiam ocupar um pedaço de terra e ir trabalhar nas propriedades vizinhas. Além disso, conforme os dados do quadro acima, a maioria dos camaradas trabalhava em propriedades que desenvolviam algum tipo de atividade de lavoura, o que mais uma vez contribui para reforçar o caráter agrícola daquela localidade. Porém, não podemos descartar a presença de camaradas trabalhando para pessoas que viviam de mineração e de agências, como está especificado acima.

Tabela 32: Características ocupacionais das propriedades de lavoura onde trabalhavam camaradas, Distrito de Serra Acima (1809)

Nº Camaradas	Patrão/patroa	Fo. P.	Fo. P. A.	Fa. P.	Fa. P. A.	Parentes	Agregados (as)	Agrego. A	Agrega. A	Feitor	Arrieiro	Ferreiro	Carpinteiro
8	C [E]	4	2	2	4	1
2	C [E]
2	C [E]	3	1	1
2	C [E]	1	1
1	C [E]
3	S ^a	1	4	1	2
1	S ^a
2	C ^a	2	2	3	1
3	C [E]	3	3	1
1	S	1 irmã	2
2***	S	1
1	S
2	S	1
1	C [E]*	2	2	2	4	1	1
3	S	4	2	1	1

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

1	C [E]	1
1	C [E]	4	1	1	1	1	1	1
1**	S ^a	2	1
12	S	1	1	10	2	6
4**	S	1	1	1	2
1	C [E]	1		2	1	
2	C [E]	1	1	1	1	1
2	C [E]
2	C [E]	2	1
9	C [E]	2	1	1
4	C [E]
1	C [E]	2 [1 d 80]	1	3
1	C [E]	1	2

*Lavrador e Mineiro.

** 2 Camaradas casados e com menção à esposa.

*** 1 Camarada com 1 filho na listagem do patrão.

Legenda: C [E] = Patrão casado e com menção à esposa; C^a = Patroa casada e que não apareceu menção a esposo; F^o. P., F^a. P. = filho, filha do patrão; S = Patrão solteiro; S^a = Patroa solteira; A = Acima de 14 anos de idade; Agreg^o. = agregado; Agreg^a. = agregada.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3^a Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N^o 075 | Referência Anterior: S/N^o Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

A tabela acima apresenta dados ocupacionais (pessoas) nas propriedades onde trabalhavam camaradas. Eles eram contratados para prestar serviços em propriedades em que o patrão/patroa possuía acima ou abaixo de 50 anos de idade; poderiam ser solteiros (as) ou casados (as); os filhos (as) dos proprietários (as) tinham menos ou mais de 14 anos de idade; propriedades onde existiam agregados (as) com menos ou mais de 14 anos de idade; e trabalhavam para patrões que possuíam outros tipos de empregados como arrieiros, carpinteiros e feitores, por exemplo.

Numa análise mais específica, para revelar algumas características das pessoas que contratavam os serviços de camaradas no distrito de Serra Acima no início do século XIX, posso mencionar as seguintes:

- Eles estavam presentes em propriedades de patrões abastados, e que possuíam considerável número de camaradas como empregados, como era o caso dos lavradores Capitão Ignácio de Souza, Manoel Peixoto e Alferes Manoel Corrêa de Melo. Também poderiam ser contratados por homens abastados, mas que possuíam número menor de camaradas, como era o caso do Capitão Antônio Leite do Amaral, que tinha 2 camaradas como empregados;

- Trabalhavam para lavradores pobres. Estes contratavam serviços de um ou dois camaradas para auxiliá-los na sua pequena produção de lavoura, por exemplo.

- Ajustados por lavradores (casados) que tinham idade avançada e não possuíam filhos, agregados e outros tipos de empregados. Nessa situação estava o lavrador José Pedro Gomes, de 70 anos de idade, casado com uma mulher de 50 anos. Camaradas também trabalhavam para patrões casados, mas que possuíam filhos com idades acima de 14 anos. Por exemplo, o lavrador José Gomes de Barros, 57 anos, cuja esposa tinha 43 anos, possuía um filho com idade acima de 14 anos. Esse lavrador, além dos camaradas, possuía outros empregados, sendo eles um feitor e um arrieiro, além de um casal de agregados.

- Trabalhavam para patrões casados e com idade ativa: lavrador Joaquim Antônio Delgado, 36 anos, casado com uma mulher de 18 anos, sem menção a filhos. Trabalhavam também para lavradores que possuíam filhos. Ex: lavrador Thomás Files de Aquino, 28 anos, casado com uma mulher de 26 anos, tinham 2 filhas. Além dos camaradas, havia 1 feitor de 40 anos de idade com empregado.

- Camaradas trabalhavam também para patrões solteiros e com idade ativa: Lavrador Antônio Corrêa da Costa, solteiro, 25 anos, possuía 3 camaradas e 1 ferreiro e 1 carpinteiro como empregados. Da mesma forma, camaradas que trabalhavam para patrões solteiros e de idade mais avançada, exemplo: Lavrador Faustino Dias Barboza, solteiro, 61 anos, que tinha 4 camaradas, 1 arrieiro, 1 feitor e 1 ferreiro (possivelmente ligado ao trabalho de condução de tropa), e mais um agregado em idade ativa. Não apareceu menção a filhos.

- Camaradas que trabalhavam para mulheres (lavradoras) solteiras já em idade avançada, e que não apareceu menção a filhos. Ex: lavradora Maria da Costa, preta, solteira de 50 anos. Possivelmente, homens forros e mulheres forras, quando dispusessem de algum pecúlio, contratavam serviços de camaradas.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

• Camaradas contratados por mulheres casadas (mas que não apareceu menção ao marido), e que possuíam filhos com idades acima de 14 anos. Este era o caso da lavradora Rosa Maria da Silva, de 40 anos de idade. Seus filhos e filhas apareceram com a especificação crioulo (a). Possivelmente era uma família em que os pais poderiam ser libertos ou afrodescendentes.

O que fica demonstrado nos casos mencionados é a multiplicidade dos tipos de proprietários de lavoura identificados no distrito de Serra Acima em 1809, e que poderiam contratar os serviços de camaradas.

Tabela 33 – Lista de nomes dos lavradores (as) que tinham como empregados camaradas no Distrito de Serra Acima no ano de 1809.⁸³

Lavrador (a)	Estado Civil	Idade
Capitão Ignácio de Souza e [Deteriorado]	C	58
Ilfs. José Luis Monteiro	C	33
Domingos José de Azevedo	C	42
Capitão Antônio Leite do Amaral	C	44
José Pedro Gomes	C	70
Maria Thereza de Jesus	S	58
Maria da Costa preta	S	50
Rosa Maria da Silva	C	40
Antonio José da Silva Paes	C	58
Joaquim Manoel de Moura	S	60
Domingos da Costa Monteiro	S	33
Manoel Pereira	S	30
Valentin Pereira do Guimarães	S	36
O Sargento Mor Antônio da Silva d'Albuquerque – lavrador e mineiro	C	60
Pedro Pereira dos Santos	S	50
Manoel Roiz [Deteriorado]	C	27
José de Couto da Encarnação	C	40

⁸³ Os patrões de camaradas listados correspondem respectivamente à relação da tabela anterior.

Ignácia Theodora	S	45
Manoel Peixoto de A[Deteriorado]	S	66
Faustino Dias Barboza	S	61
Capitão José Gomes Monteiro	C	59
José Gomes de Barros	C	57
Joaquim Antonio Delgado	C	36
Thomás Files de Aquino	C	28
Alferes Manoel Correa de Melo	C	38
Raimundo Pacheco	C	60
José de Lara	C	35
Francisco Bueno de Moraes	C	57

Nota: Na mencionada fonte não existe referência a pessoas viúvas, aquelas que se encontravam naquela condição foram mencionadas por vezes como solteiras ou casadas. Assim era o caso, por exemplo, da lavradora Maria Thereza de Jesus, que já era viúva desde 1800 quando faleceu seu esposo Francisco Corrêa da Costa, pai de Antônio Corrêa da Costa.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria. Lata: 1809.

Alguns desses lavradores (as) que tinham como empregados camaradas em 1809 possuíam considerável número de escravos e com significativa produção de alimentos no distrito de Serra Acima. Dentre eles, estavam o Capitão Antônio Leite do Amaral e Maria Thereza de Jesus, mãe de Antônio Corrêa da Costa, que inclusive foi presidente da Província entre 1831 e 1834 e chegou a manter 128 escravos no seu Engenho denominado Bom Jardim. Na mesma situação estava o rico fazendeiro, o Sargento Mor Antônio da Silva Albuquerque, que em 1798 possuía 40 escravos que trabalhavam em seu engenho em Chapada e, em 1812, quando ele morreu, tinha 93 escravos, sem levar em consideração 82 cativos que trabalharam em duas minas em outras regiões de Mato Grosso (SYMANSKI, 2006, p. 71). Além desses estavam Domingos José de Azevedo, José Pedro Gomes, José Gomes de Barros, Domingos da Costa Monteiro, dono do Engenho Jurumim etc.⁸⁴

⁸⁴ Sobre os senhores de engenho, suas práticas sociais, a trajetória de algumas famílias da região de Serra

Não muito distante de Chapada estava a freguesia de Nossa Senhora de Brotas, hoje município de Acorizal, que na década de 1830 também concentrava algumas propriedades rurais com produção de víveres. O Mapa de população de 1838 fornece informações sobre a composição da população de Brotas; dentre os habitantes existiam homens livres que trabalhavam como camaradas em propriedades agrícolas.

O Mapa de População de Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, como citado no Capítulo 1, não informou a ocupação da maioria dos chefes de fogo. Esse dado aparece apenas para alguns dos homens recenseados. Dentre eles, o lavrador Vitoriano Soares da Silva, homem branco, de 42 anos, natural de Cuiabá, casado com Anna Esmeria de Souza, branca de 27 anos de idade. Vitoriano possuía terras em Brotas e lá criava seus três filhos e uma filha, os quais em 1838 tinham respectivamente oito, cinco, um e três anos de idade. A manutenção da propriedade e das atividades nela desenvolvidas contava com o trabalho de quatro escravos e duas escravas com mais de 12 anos de idade, e ainda possuía duas escravas com idades respectivamente de 8 e 5 anos. Além da força cativa, Vitoriano Soares da Silva contratou os serviços do camarada Luiz José da Costa, homem pardo, natural de Cuiabá, e que tinha a idade de 40 anos. Possivelmente aquele trabalhador livre realizava alguma atividade que era desenvolvida por camaradas que trabalhavam em lavouras. Além do empregado, o mencionado lavrador tinha como agregados dois homens com idades de 14 e 60 anos, e uma mulher de 36 anos e seus quatro filhos (1 homem e 3 mulheres), que também poderiam ajudar no serviço doméstico ou nos afazeres das plantações.

Portanto, o Camarada Luiz José da Costa trabalhava para um patrão cuja principal atividade era a lavoura, e na mesma existia também escravatura e agregados. Esse exemplo ajuda a perceber em quais tipos de propriedades agrícolas os camaradas eram ajustados.

Sendo assim, percebi uma multiplicidade de tipos de patrões que tinham camaradas como empregados. Existia uma grande complexidade dos locais, atividades, e grupos humanos

Acima ou Chapada dos Guimarães, bem como a vida material e as estratégias sociais que esses grupos de proprietários desenvolveram para manter a posse da terra na região ao longo das gerações, ver o trabalho de Luís Cláudio Pereira Symanski (2006).

a que os homens livres estavam ligados. Essa heterogeneidade pode ser percebida na tabela abaixo, que apresenta os tipos de propriedade/habitações que tinham camaradas como empregados na freguesia de Nossa Senhora de Brotas no ano de 1838.

Tabela 34 – Características ocupacionais das propriedades onde trabalhavam camaradas. Freguesia de Brotas (1838)

Nº Camaradas	Patrão/patroa	Fº. P.	Fº P. A	Fª P.	Agregados (as)	Agregº. A	Agregª. A	Escrº.	Escrª.	Escrº. A	Escrª. A
1	S	2	3
1	C[E]	1	4	2	1
1	S	6	1
1	C[E]	1	1
1	Vª	1
2	C[E]	5	1	1
1	C[E]	3	1	4	2	1	1	2	3	2
2	C[E]	3	2	2	4
2	C[E]	1	3
2	C[E]	2	1
1	Vº	1
1	Vª	1
1	Vº
1	C[E]	3
1	Sª
1	C[E]	1	2	3	1
3	Sº	2	3	2
1	Vº	1	1	2	2
2	C[E]	3	2	1	3	1

Legenda: C [E] = Patrão casado e com menção à esposa; Cª = Patroa casada e que não apareceu menção a esposo; S = Patrão solteiro; Sª = Patroa solteira; Vº = Patrão Viúvo; Vª = Patroa Viúva; A = Idade acima de 14 anos; Fº. P., Fª. P. = filho, filha do patrão; S = Patrão solteiro; Sª = Patroa solteira; A = Acima de 14 anos de idade; Agregº. = agregado; Agregª = agregada.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Conforme o exposto, camarada poderia trabalhar em propriedades com as seguintes características ocupacionais:

- Para homens e mulheres solteiros (as), que não possuíam filhos, e que poderiam ter apenas agregados (as) e/ou escravos (as);
- Patrões solteiros ou casados que possuíam apenas escravos;
- Para patrões casados, com filhos e que possuíam ou não escravos (as) e/ou agregados (as);
- Para homens e mulheres viúvos (as) que não tinham filhos morando consigo, que eram proprietários ou não de escravos (as) e que tinham ou não agregados (as);
- Patrões com ou sem filhos (as), escravos (as), agregados (as) com idades ativas, e propícios para serem utilizados nos afazeres que circunscreviam à lavoura etc.

Camaradas eram contratados por pessoas que precisassem de seus serviços, que poderiam ser específicos ou diversos. As características dos patrões que tinham ajustados aqueles trabalhadores podem ser observadas na tabela seguinte:

Tabela 35 – Lista de nomes de pessoas que tinham como empregados camaradas na Freguesia de Brotas (1838):

Patrão (as)	Naturalidade/cor	Idade	Estado civil	Esposa (o)	Filhos (as)	Agregados (as)	Camaradas	Escravos (as)
Cláudio Antônio Dutra	Cuiabá/ pardo	60	C	X	4	1
Manoel Gonçalves da Silva/ branco	45	C	X	5	1	3
Manoel de Oliveira Prado	Cuiabá/ pardo	57	S ^o	1	6
Joaquim José da Fonseca	Cuiabá/ pardo	26	C	X	1	2
Anna Fernandes/ parda	38	V ^a	1	1
Marcos João da Costa/ pardo	40	C	X	7	2
Victoriano Soares da Silva (lavrador)	Cuiabá/ branco	42	C	X	4	7	1	8
Francisco Dias Pedroso	Cuiabá/ branco	37	C	X	5	2	2	4
Antonio Barboza de Sales	Cuiabá/ pardo	28	C	X	4	2
Joaquim de Souza Neves	Cuiabá/ pardo	34	C	X	3	2

Romão de Pontes/	40	V ^o	1	1
Mariana de Jesus de Albuquerque/ parda	60	V ^a	1	1
Constantino José da Trindade (Inspetor do 5 ^o Ger.)/ pardo	40	V ^o	1
Francisco José do Amaral/ branco	30	C	X	3	1
Anna Paes Rodrigues/ branca	58	S ^a			1
Ângelo de Oliveira Pombal/ pardo	56	C	X	6	1	1
Francisco de Oliveira Bastos/ pardo	30	S ^o	3	7
José de Souza Ferreira/ branco	36	V ^o	1	1	5
Vicente Antônio de Ilma	São Paulo/ branco	40	C	X	5	2	5

Legenda: C = casado; S^o ou S^a = Solteiro ou Solteira; V^o ou V^a = Viúvo ou Viúva; X = Menção à esposa.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas*, 1838. Lata 1838. APMT.

Homens livres e pobres conseguiram espaço para trabalhar nas lavouras da capitania/província de Mato Grosso, mesmo naquelas em que existia considerável número da força cativa. Algumas vezes realizavam tarefas lado a lado com escravos e com os próprios patrões na condução de tropas, dentre outras atividades relacionadas ao espaço da lavoura, como também no policiamento da propriedade contra ataques indígenas, ou até mesmo, contra qualquer possível rebelião da escravatura. O quadro acima demonstra que vários eram os perfis de patrões (as) que contratavam os serviços de camaradas. Alguns deles (as), quanto ao estado civil, eram solteiros (as), casados (as) ou viúvos (as). Nesta última situação estava Anna Fernandes do Amaral, mulher viúva, que morou em Brotas até sua morte (*Inventário Post-mortem de Anna Fernandes*, nº. 81 – 1842, APMT).

Camaradas trabalhavam em propriedades rurais localizadas nas mais distintas regiões do território de Mato Grosso - nas proximidades da vila do Diamantino, de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Maria, Poconé, e também no sul como, por exemplo, Santana do Paranaíba, Povoação de Albuquerque/Corumbá, Serra de Maracajú, região da Vacaria, Miranda e Nioaque. Perto destas duas últimas localidades estavam, por exemplo, as fazendas Santa

Gertrudes, próxima ao ribeirão do mesmo nome; fazenda Guaxupé; fazenda Forquilha, nas margens do rio Nioaque; Canandarinho e Chapena, estas duas últimas no rio Miranda (PITANGA, 1864). Também existiam camaradas na fazenda do Sr. Antônio Gonçalves Barboza, nos campos da Vacaria (*Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina*, 1848), na propriedade de José Garcia Leal, no planalto sul de Mato Grosso, no engenho do Sr. alferes Feliciano Peres de Miranda, próximo à região do Amolar (LOPES, 2007a), na fazenda da Forquilha, nas margens do rio Miranda (LOPES, 2007b), dentre outras localizadas ao sul de Mato Grosso.

Camaradas no transporte fluvial

É ali [na vila de Diamantino] que os negociantes se fornecem de camaradas e do mais que precisam para empreenderem a viagem para o Pará. Seguem por terra para o Rio Preto, primeiro ponto de embarque, a quatro léguas de distância, onde de antemão estão preparadas as canoas ou igarités em que se embarcam (MOUTINHO, 1869b, p. 213).

Considerando que [a veracidade da navegação que se fazia pelo rio Mondego] muito ganhará o comércio com o restabelecimento da navegação pelo Mondego, não só porque mais curta, e seguramente menos trabalhosa, como porque encontraria todos os recursos de mantimentos, camaradas e mais misteres em Miranda, povoação que desde logo florescerá, entendeu-se o Governo com o Comandante Militar deste Presidio, e dele obteve de novo notícias satisfatórias (Discurso recitado pelo Exm. Presidente da Província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, em 1º de março de 1838, p. 9).

Além das atividades de extração da ipecacuanha e dos ajustes em propriedades rurais, os camaradas trabalhavam também ao longo das vias fluviais e terrestres no transporte de pessoas, mercadorias e todo tipo de carga.

O território da capitania/província de Mato Grosso era caracterizado pela riqueza de suas vias fluviais. Os contatos entre as mais diversas localidades (urbanos, rurais, mineração e militares) do território de Mato Grosso e deste com outras capitanias/províncias ocorria desde o século XVIII pela navegação fluvial (monções do sul e do norte) e por vias terrestres com uso de bestas muares, carros de boi e cavalos.⁸⁵ As monções do norte ligavam Vila Bela da Santíssima

85 Ver o Apêndice C, em que consta a relação dos nomes de rios, ribeirões, cachoeiras, córregos que foram

Assim, os rios das Mortes, Xingu, Tapajós, Arinos, São Lourenço, Piquiri, Coxim, Taquari, Paraguai, Sepotuba, Cabaçal, Jaurú, Mondego ou Miranda, Camapuã, Guaporé, Arinos, Brillhante, Cuiabá entre outros rios e ribeirões, serviram como vias de comunicação e transporte no decorrer dos séculos XVIII e XIX, sendo navegados por diferentes tipos de embarcações.

A utilização de canoas e batelões já era uma prática indígena antes mesmo da chegada dos europeus nas Américas. Esta prática foi aprendida com os nativos e adotada pelos portugueses no processo de exploração do território brasileiro. Luiz D'Alincourt, em seus estudos na província de Mato Grosso nos anos de 1826 e 1827, afirmou que os barcos até então usados na região eram “canoas de um pau só, maiores ou menores, e tocadas com remos de pá, e jamais se faz uso de vela”.

A navegação realizada da cidade de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade) para a província do Pará era feita em grandes botes, em embarcação conhecida pelo nome de garité “fabricada de duas metades de canoas de um pau só, abertas pela quilha, interpondo-se um taboão que serve de fundo de prato, e uma bordadura mais ou menos alta; sendo tudo seguro por braça e cavernas” (ALINCOURT, 1993, p. 68). Nos anos finais da primeira metade do século XIX (1847), Augusto Leverger⁸⁷ relatava que as condições de navegação na região ainda eram as mesmas do século XVIII, ou seja, navegação “feita quase exclusivamente em canoas de um só madeiro; a escassez de árvores corpulentas faz com que se principie a construir embarcações de cavernas e taboas; mas por falta de operários idôneos está mui pouco adiantada esta indústria” (LEVERGER, 1862b, p. 248).

Somente na segunda metade do mesmo século é que navios a vela e a vapor navegaram alguns rios da região, quando foi franqueada a navegação do rio Paraguai e Paraná pelo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, datado de 6 de abril de 1856. Corumbá ficou como porto limite para a circulação de navios de maior calado e estrangeiro. E como afirmou o presidente Augusto Leverger no relatório

87 Augusto Leverger foi oficial da Marinha, Barão de Melgaço, Presidente e Vice-presidente da província de Mato Grosso. Esteve na administração da mesma nos seguintes anos: a) Nomeado como presidente de província – 11/02/1851 a 01/04/1857; b) Na qualidade de vice-presidente assumiu a administração da província entre: 12/05/1863 a 15/07/1863 e 09/08/1865 a 13/02/1866; c) Nomeado presidente de província – 13/02/1866 a 01/05/1866 (SILVA, 1993). Sobre a administração de Augusto Leverger, ver Sena (2006).

apresentado à Assembleia Legislativa: “antes de retirar-me da fronteira deixei uma embarcação mercante Paraguaia descarregando na povoação de Albuquerque (Corumbá) habilitada para o comércio estrangeiro pelo Decreto de 11 de Abril de 1853” (*Relatório do presidente da província de Mato Grosso, em 4 de dezembro de 1856*, p. 4) .

No ano de 1853 a província já recebia embarcações a vapor.⁸⁸ Sendo assim, no período e região estudados nesta obra, as principais embarcações e as técnicas utilizadas para sua fabricação eram pertencentes à tradição indígena. Ainda na segunda metade do século XIX, ocorria a utilização de canoas no interior da Província, já que os navios de grande porte navegavam somente até o porto de Corumbá, localizado ao sul da região, e as mercadorias seguiam para Cuiabá em barcos menores. Além disso, as canoas não deixaram de ser utilizadas pelos moradores que percorriam as distintas localidades do território, pois ainda serviam como meio de transporte e de comunicação.

Não é difícil imaginar que as vias fluviais fossem frequentadas por indígenas, exploradores, comerciantes, militares, e demais habitantes ribeirinhos que viviam da pesca e de plantações nas margens. A utilização desses recursos naturais, além de transporte e comunicação, servia também como meio de trabalho para alguns livres e pobres.⁸⁹

Nas expedições realizadas entre as capitanias/províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará existiam trabalhadores especializados para desenvolver determinadas atividades como piloto (guia), proeiro e remador ou remeiro. Cada um tinha uma determinada função, além de certa hierarquia.

88 “Em novembro último foram pela primeira vez soleadas as águas do Paraguai brasileiro por embarcação movida a vapor. O navio Water Wach, enviado pelo Governo dos Estados Unidos em exploração científica, chegou até o porto de Albuquerque, habilitado para o comércio estrangeiro pelo Decreto N. 1140 de 11 de abril de 1853” (*Relatório do presidente de Mato Grosso, em 3 de maio de 1854*, p. 4-5). A navegação a vapor foi interrompida com o início da Guerra do Paraguai (1864-1870), e retomada somente com o fim daquele conflito.

89 Ressalto que comerciantes e demais proprietários podiam ter escravos que estavam empenhados na navegação interna ou externa da capitania/província de Mato Grosso. Porém, o foco de estudo aqui são os camaradas que eram contratados por um patrão num serviço que poderia durar um trajeto ou mais tempo, e que recebiam em troca certa quantia pelos serviços prestados.

O piloto, prático ou guia era o responsável por governar a canoa. Era ele quem determinava os trabalhos, os momentos de pouso, de saída e horário para alimentação, bem como os meios de transpor os obstáculos, como cachoeiras que apareciam ao longo das viagens. Sua posição em viagem estava à popa da embarcação. O conhecimento do trajeto, da fauna, da flora, das modificações ocorridas na natureza conforme as estações do ano, as histórias de lugares por onde passavam e de expedições realizadas são sinais que evidenciavam o grande conhecimento que tinha da atividade que exercia, e do trajeto que percorria (LEVERGER, 1960, p. 365). Langsdorff, em seu diário de viagem, a todo instante registrava dados sobre a região a partir de informações fornecidas pelo guia.

O guia também decidia quando e onde parar para descansar, sabia o tempo aproximado para se atingir um determinado ponto, conhecia os leitos que navegavam. Ao descrever trechos do rio Taquari, Langsdorff afirma que: “Inicialmente, o rio ainda era largo e raso, mas logo ficou estreito e fundo. O guia contou-me que, poucos anos atrás, ele ainda era largo e raso neste ponto, mas com o tempo, acabou se formando este canal” (LANGSDORFF, 1997, p. 20). Quando desconhecia parte do trajeto que navegava, procurava fazer o reconhecimento prévio, para não arriscar as demais embarcações.

[10/12/1826] Estamos no pantanal, onde, a cada ano, o rio cava um novo leito. O guia, que ainda não conhecia o atual leito do rio, seguiu na frente numa canoa pequena, para verificar se esse braço mais largo onde estamos agora é aquele grande Sangrador que, de 12 anos para cá, foi sendo assoreado com areia, terra e troncos de árvores até seu leito se nivelar com as baixadas (LANGSDORFF, 1997, p. 21).

As descrições dos viajantes que navegaram o caminho percorrido pelas monções estão repletas de observações que nos permitem perceber as atribuições daqueles homens que eram classificados como pilotos ou guias. Além deles, existiam os proeiros, que eram homens que viajavam de pé na proa da canoa, davam o compasso das remadas com o calcanhar no casco da canoa e eram os responsáveis pela guarda da chave do caixão, das carnes salgadas e das frasqueiras (lugar onde também se guardava as aguardentes). Tinham por atribuição desviar as canoas de perigos do percurso (cachoeiras, redemoinhos, rebojos, rochas etc.).

Já os remadores tinham por tarefa principal saber remar. Ao consultar a documentação cartorial de Porto Feliz, Valderéz Antônio da Silva constatou a presença de 39 camaradas da navegação. Segundo ele, os camaradas compunham o grosso da tripulação, a quem estava reservado todo tipo de trabalho, que extrapolava o simples remar. “São aqueles que, nos relatos dos viajantes, recebem também o nome de remeiros, termo ausente dos feitos processuais. Qualificados usualmente como camarada de canoas ou camarada do caminho do Rio de Cuiabá” (SILVA, 2004, p. 33).

Nesse sentido, na rota das monções existia a presença de camaradas ocupando postos de remadores. Porém, camaradas poderiam também ser contratados para desenvolver atividade de piloto ou proeiro. Numa passagem citada tanto por Valderéz Silva como por Silvana Godoy percebe-se que camaradas eram contratados para as funções de piloto, proeiro e remeiro. A passagem é a seguinte: em 1784, o capitão mor de Itu, Vicente da Costa Taques de Góes Aranha, menciona que

Os comerciantes do Cuiabá por vezes se me têm queixado, que ajustando-se com eles alguns camaradas, para pilotos, proeiros e remeiros de suas canoas, e depois de receberem toda a paga, ou parte dela, costumam fugir nas vésperas da saída, com outros desvia-se de dar cumprimento aos ajustes, causando-lhes com a demora notável prejuízo; e me têm requerido, que com pena de prisão os faça ir ao Porto de Ararituaba; e obrigue a cumprir os seus ajustes, e duvidando eu atender a estes requerimentos, por julgar não ser de minha jurisdição, replicaram-me eles que é costume inveterado dar-se naquele Porto esta providência, e que assim obrava o pretérito Capitão do mesmo André Dias de Almeida [grifos meus].⁹⁰

Além do não cumprimento dos acordos de trabalho por parte dos camaradas, discutido em outra parte deste livro, a citação acima possibilita compreender que camaradas eram contratados para desenvolver, na rota da monções, atividades específicas ou diversas.

90 Esse documento corresponde ao Ofício do Capitão-mor de Itu, de Vicente da Costa Taques Goes Aranha ao Capitão-general Bernardo José Lorena, de primeiro de julho de 1784. Arquivo do Estado de São Paulo, Ordem 292, Lata 55, doc. 135. Pode ser consultado em Silva (2004, p. 42) e no trabalho de Godoy (2002, p. 155).

Luiz Soares Viegas, na viagem que fez do Rio de Janeiro a Miranda, na província de Mato Grosso, entre 1858-1859, menciona que três pilotos e dois proeiros que furtaram duas pequenas canoas tinham fugido. Já em outro trecho do mesmo relato, referiu-se aos trabalhadores que fugiram como camaradas (VIEGAS, 1863, 483).

João Henrique Elliot, na viagem exploradora que fez em 1857 pelos rios Iguatemi, Amambá e parte do Ivinhema, com os terrenos adjacentes, menciona que o governo destinou para a expedição “além do comandante e piloto, os camaradas para pilotos e proeiros das canoas, doze índios e quatro africanos para remeiros [...] e mais oito praças da primeira linha, e um inferior para manter a ordem e servirem de proteção à expedição” (ELLIOTT, 2007, p. 117).

Afirmar que existiam camaradas que trabalhavam nas funções de pilotos ou proeiros não significa isentar a presença de trabalhadores que se reconheciam ou que eram reconhecidos apenas como pilotos (guias) ou proeiros. Nas listas nominativas consultadas por Silvana Godoy, ela afirma que existiam homens que foram mencionados como que “vivia da navegação do caminho do Cuiabá”, de “mareante do caminho do Cuiabá”, de “piloto do caminho do Cuiabá”, de “guia do Cuiabá”, “jornal do caminho do Cuiabá”, de “proeiro” e de “remeiro” (GODOY, 2002, p. 158). Assim como Valderéz Silva, ao consultar autos de devassa do cartório do 1º Ofício de Porto Feliz, os réus, testemunhas ou vítimas declaravam que eram “piloto das canoas que andam no Rio de Cuiabá”, “piloto das navegações do Rio de Cuiabá”, “navegações do caminho de Cuiabá”, “camarada que veio nas canoas que proximamente chegaram”, “camarada das canoas que vieram do Cuiabá” (SILVA, 2004, p. 26).

Tendo em vista a multiplicidade de denominações utilizadas para classificar os homens que trabalhavam na navegação fluvial, procurei seguir aqueles que foram chamados como camaradas, tentando apreender as práticas de trabalho daqueles homens que viviam por acordos de trabalho na navegação fluvial, nas viagens para fora ou no interior do território da capitania/província de Mato Grosso. Seja como for, o que é possível afirmar por ora é que os camaradas também encontraram na navegação um meio para garantir sua sobrevivência.

Os acordos de trabalho entre camaradas e patrões começavam quando estes últimos necessitavam de trabalhadores para realizar viagem de transporte de carga e/ou pessoas. Nos acordos de trabalho, eram estipuladas as funções a serem desenvolvidas, a distância e o tempo a ser percorrido e o valor do acordo de trabalho.

Firmados os acordos e ajeitadas as cargas nas canoas, era iniciada a viagem. O cotidiano de trabalho dos camaradas da navegação era repleto de desafios e obstáculos. As condições geográficas dos rios muitas vezes não favoreciam uma navegação “tranquila”. Ao se depararem com cachoeiras, rebojos, rochas etc. ao longo do trajeto, os camaradas paravam de remar, para ganhar outras atribuições, descarregar as canoas, fazer as varações das embarcações e depois recarregar as cargas. Essa atividade por vezes poderia demorar o dia todo e exigia esforço físico dos camaradas. Algumas vezes a canoa encalhava, e para continuar a viagem era preciso mais energia daqueles trabalhadores para liberar a embarcação.

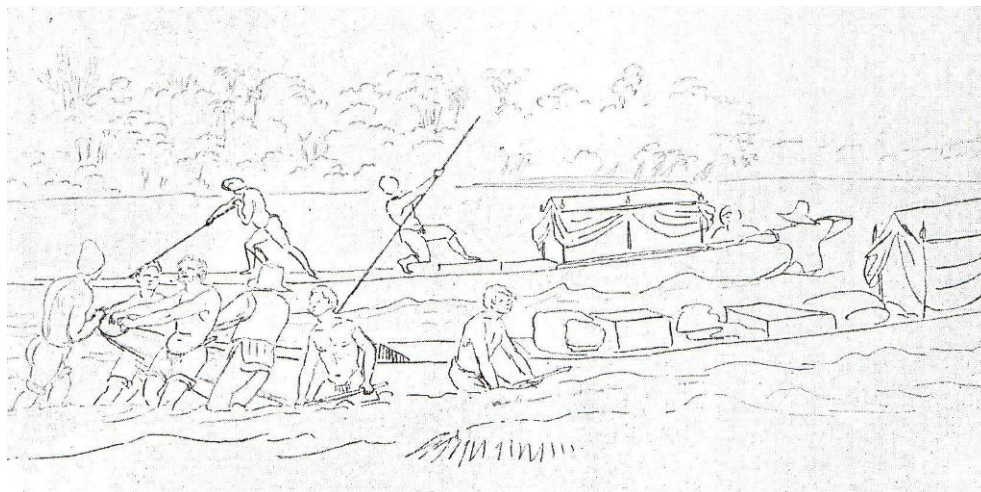


Figura 5 – Canoa Encalhada (Hercules Florence). Fonte: FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 72.

Eram aqueles trabalhadores que se adiantavam em relação às demais canoas para levar algum recado ou buscar víveres em propriedades próximas aos lugares por onde navegavam. Assim fizeram os dois camaradas despachados por Langsdorff para requisitar transporte (cavalos) em Camapuá, para que se pudesse fazer a varação das canoas e objetos que elas transportavam, e quando chegado o apoio, lá estavam novamente os camaradas ajudando na condução dos objetos e das embarcações (FLORENCE, 1948, p. 98). Quando retomavam as atividades na navegação, eram aqueles trabalhadores que recarregavam as embarcações e seguiam a jornada.

Os diários de viajantes estão repletos de passagens que apresentam algumas das dificuldades naturais dos trajetos, dentre elas as cachoeiras. Somente entre as províncias de São Paulo e Mato Grosso, e entre esta e a do Grão Pará eram muitas as cachoeiras a serem transpostas. Da vila de Porto Feliz em São Paulo, até Cuiabá, eram ao todo 113 cachoeiras, e nas viagens entre Mato Grosso e Pará, pelo percurso do Guaporé até o Madeira contavam 17 grandes quedas d'água e a presença delas se dava também na rota do rio Arinos (*DISCURSO recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, em o dia 1º de março de 1837, p. 10*). Nesses casos, quando era muito grande, a tripulação esvaziava as canoas ou batelões e fazia a variação pelas margens do rio – transtorno que poderia levar um dia inteiro de trabalho. Conseguir transpor as canoas era um alívio não somente para os camaradas como para todos os componentes da viagem.

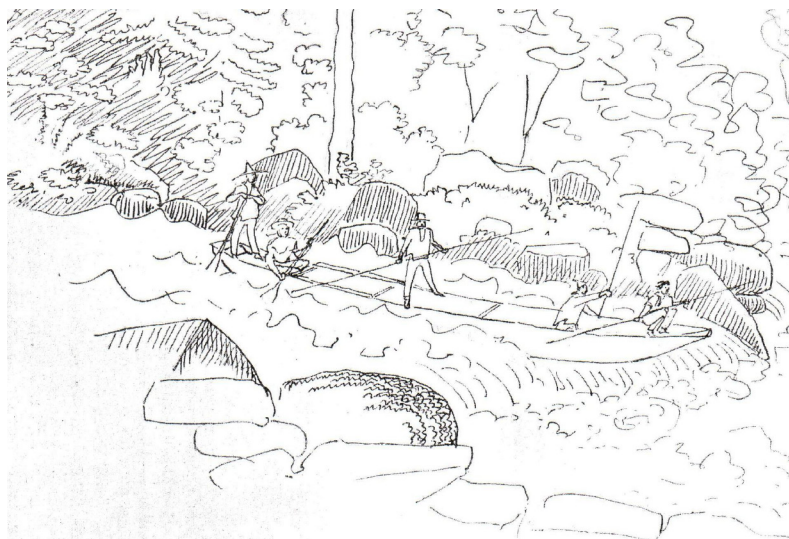


Figura 6 – Descida de uma corredeira (Hercules Florence). Fonte: FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 316.

É compreensível que melhorias nas condições de trabalho despertassem alegrias naqueles trabalhadores. Mas nem sempre era preciso, durante o trajeto, descarregar/transportar e recarregar as canoas. Quando a viagem era no interior do território de Mato Grosso, tais obstáculos

poderiam não aparecer. Mas seja qual fosse a rota para fora da capitania/província pelas vias fluviais, os camaradas precisavam varar as canoas, principalmente em relação às cachoeiras que faziam parte tanto da rota para São Paulo como para o Pará. Até mesmo as embarcações que partiam de Santana do Paraíba nos anos finais da primeira metade do século XIX enfrentavam tais obstáculos.

Dentro das canoas o trabalho dos camaradas era basicamente remar. Ao descer do rio, navegavam a remos; águas acima serviam de compridas e fortes varas que, por uma ponta, ficavam no leito do rio, no barranco ou nos ramos das árvores próximas, e por outra ponta ficava apoiada ao peito dos camaradas. O impulso fazia com que as embarcações se movessem, e, segundo os dizeres de Leverger: “a brevidade da viagem depende principalmente do serviço das varas em cujo manejo, é muito destra e acostuada a gente desta província, que se emprega na navegação” (LEVERGER, 1862b, p. 248).

Enquanto remavam, aqueles trabalhadores poderiam ser alvos de mais um obstáculo que causava tormenta aos viajantes, os mosquitos. No Pantanal ou em qualquer local próximo aos rios e matas, eles estavam presentes. Florence, Casteunal, Bossi, Langsdorff, Leverger, Alincourt, Candido Xavier de Oliveira Souza, Joaquim Francisco Lopes, Epifânio Candido de Sousa Pitanga, dentre outros viajantes que percorreram a capitania/província de Mato Grosso, enfatizaram em seus respectivos diários de viagem o grande incômodo que os insetos, em especial os mosquitos, causavam.⁹¹

É compreensível que os viajantes estrangeiros, não acostumados com os insetos, se assustassem com as picadas de mosquitos que encontravam ao longo das vias fluviais e terrestres. Mas, segundo as informações de Langsdorff, até mesmo aqueles que já haviam realizado a viagem outras vezes se impressionavam com o volume e a constância com que os pernilongos apareciam.

[09/01/1827] Por volta do meio dia, o tempo melhorou um pouco e pudemos prosseguir. Os mosquitos nos acompanhavam, e, a cada moita de galhos de árvore que nos obrigava

91 Nos relatos de viajantes existem detalhes sobre os incômodos que os mosquitos causavam aos trabalhadores das vias fluviais e demais viajantes.

a parar, eles cobriam a canoa. Hoje certamente foi o pior dia de todos. Até o nosso velho guia disse que em nenhuma outra viagem, de tantas que já fez, ele viu tantos mosquitos. “Sim – acrescentou ele – porque, se, em toda viagem, as pessoas tivessem que suportar essa tortura, então não seria possível fazer esta travessia de barco, pois não há mortal que suporte esse tormento por muito tempo” (LANGSDORFF, 1997, p. 65).

Nem os trabalhadores da navegação ficavam imunes e se queixavam dos ataques de mosquitos, pulgas, mutucas e outros insetos.⁹² No trecho acima verifica-se que aqueles também eram alvos de tais tormentas. As vezes com pouca vestimenta para cobrir o corpo, os camaradas, para expulsar os insetos, valiam-se da fumaça do cupim queimado, já que não poderiam deixar de remar para se defenderem dos mosquitos (FLORENCE, 1948, p. 161).

Essas situações faziam parte do cotidiano de trabalho dos camaradas da navegação, repleto de estreitos contatos com a natureza. Nas remadas e na realização de outras atividades, era possível ver todo tipo de aves (mutuns, jacus, araras, tucanos, patos, tuiuiús, garças etc.), mamíferos (ariranha, anta, capivara, onça, jaguatirica, porco do mato etc.) e demais animais que, naquele momento, e ainda hoje no século XXI, fazem parte da fauna da região.

Pela proximidade que tinham com a natureza e pela frequência com que muitos camaradas circulavam sobre determinados lugares, camaradas e demais membros da tripulação acabavam por nomear os pontos por onde passavam. Este era o caso de Melança, nome dado pelos camaradas a uma ilha que ficava perto do rio Pirapó, no atual Estado do Paraná, e que servia de pouso para os viajantes (ELLIOTT, 2007, p. 151). Durante o percurso, lembravam acontecimentos de outras viagens realizadas por eles ou por amigos, parentes etc. Conheciam hábitos de grupos indígenas que moravam próximos às vias por eles navegadas,⁹³ o perigo dos

92 Francis Castelnau afirma que os índios guaná que trabalhavam como camaradas tinham pavor dos ataques de mosquitos, e que, segundo aquele mesmo viajante, foi a causa do abandono de alguns antes mesmo da viagem começar. Em outro trecho do seu diário de viagem, disse que avistou na margem do rio Cuiabá “vários índios, que trabalhavam num engenho de açúcar próximo. Veio-me a ideia de convidar alguns a fazer parte de nosso pessoal, mas o medo da praga [mosquito] os impediu de aceitar minha proposta (CASTELNAU, 2000, p. 357).

93 “A cachoeira de Uputunduva é visitada pelos índios desta região, porque o rio aí dá vau. Até agora, porém, nem se quer vestígios temos visto. Segundo contam nossos camaradas, esses índios, chamados Xavantes, são

animais que poderiam encontrar, seja em terra ou na água, relatavam para os demais companheiros e viajantes as histórias de viagens, ou seja, para aqueles que não eram novatos e que tinham como meio de trabalho a navegação, o conhecimento de elementos que faziam parte do percurso, seja ele físico (trajeto, animais etc.) ou imaterial (histórias, contos etc.), compunha o saber dos camaradas e demais trabalhadores da navegação.

Na execução do trabalho, dentre outras atribuições de que os camaradas eram encarregados, estava o reconhecimento de rios e lugares e de policiamento da expedição. A defesa da tripulação e da carga conduzida também ficava a cargo dos camaradas. Ao navegarem por rios e circularem por terrenos onde que pudessem ser vítimas de animais, o uso de armas de fogo, facão, foice ou outros meios de defesa poderiam se tornar mais uma ferramenta daqueles trabalhadores.

Em alguns relatos, pode ser verificado que camaradas da navegação utilizavam de armas de fogo, por exemplo, na viagem feita por Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott, este último menciona um episódio de um camarada que foi surpreendido quando um indígena lhe tirou a clavina⁹⁴ sem que o mesmo percebesse, e que aquela arma lhe fora dada pelo responsável da expedição, o então Barão de Antonina (*Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina*, 1848, p. 166). Nesse episódio, o contato com os indígenas foi amistoso, momento em que empreenderam algumas trocas e presentearam os nativos. Quanto ao acontecido, Elliott mencionou que a retirada da clavina se tornou uma situação cômica para os demais acompanhantes da expedição, exceto, é claro, para o camarada, pela vergonha que seu descuido o fizera passar.

Dependendo da região a ser navegada, eles poderiam ser atacados por indígenas que ainda resistiam à presença do colonizador. Para aqueles que navegavam pelos rios Taquari e Paraguai, no século XVIII, e ainda parte do XIX, os Guaicurú, Paiaguá e Caiapó faziam grandes investidas contra as embarcações, afundavam, matavam a tripulação e saqueavam os produtos que transportavam. Ameaçados com a presença dos viajantes, os índios empreendiam seus ataques, o que colocava camaradas e patrões em estado de alerta.

inimigos de toda a gente cristã” (FLORENCE, 1948, p. 94).

94 A clavina era um tipo de arma de fogo utilizada nos séculos XVIII e XIX.

Florence afirma que em dezembro de 1826, depois de transporem a última cachoeira, encontraram uma monção do governo brasileiro, comandada pelo tenente de pedestre Manuel Dias e que trazia a comissão responsável para descobrir as nascentes do rio Sucuriú e as do Itiquirá. A tripulação dessa monção os informou que os índios Guaicurú haviam rompido os acordos com os brasileiros, mataram um homem que vivia em um sítio pouco distante do forte de Miranda, atacaram e degolaram um cabo de esquadra e vários soldados que formavam um destacamento bastante afastado daquele forte. Em seguida abandonaram os arredores de Nova Coimbra, onde viviam aldeados, “e puseram-se a bater campos como inimigos”. Para se prevenir dos ataques dos índios Guaicurú, ao abrirem descanso no rio Paraguai, Langsdorff, chefe da expedição, distribuiu espingardas, pistolas para os camaradas para que ficassem alertas durante a noite com intuito de impedir qualquer surpresa (FLORENCE, 1948, p. 119 e 132).

Durante o processo de ocupação do território onde se instalou a capitania/província de Mato Grosso, os colonizadores procuravam dizimar ou firmar acordos com os grupos indígenas que habitavam a região. Alguns se tornaram “nações amigas” primeiro que outras, por exemplo, Guató e Guaná no século XIX já estabeleciam relações amistosas, cambiavam mercadorias, forneciam víveres e demais apoio às embarcações. Esses contatos podem ser tomados como estratégias dos colonizadores para dominarem os grupos indígenas com quem era essencial firmarem alianças. Além disso, esses acordos foram aproveitados pelos viajantes, já que recorriam aos grupos indígenas considerados amigos, que habitavam nas margens das vias fluviais para se abastecerem de alguns víveres. No trecho da expedição da vila do Diamantino à vila de Santarém no Pará, Langsdorff apresenta a relação de amizade firmada com índios Apiacá.⁹⁵

No decorrer da realização do trabalho, seja na transposição de canoas em cachoeiras, no remar ou no reconhecimento dos rios, por exemplo, os trabalhadores da navegação poderiam ser alvos de muitas doenças causadas até mesmo pelas intempéries. As condições climáticas (chuva, sol forte, friagem etc.) debilitavam a saúde. A picada de mosquitos transmitia doenças

95 Nesse mesmo episódio, o viajante ressalta a figura do guia que cumprimentava os índios que eram seus “velhos conhecidos” (LANGSDORFF, 1997, p. 260). A amizade era resultado da convivência e relação gestada a partir do constante contato entre os trabalhadores da navegação e moradores ao longo do percurso, sendo estes últimos indígenas ou não.

como a malária, que deixava aqueles homens com febres intermitentes. Existiam também outras enfermidades como sezões, dores de estômago, lesões causadas por ferimentos e acidentes durante a viagem (fraturas, contusões etc.), até mesmo ataque do coração, cãibra etc.

Ao serem contratados para trabalhar numa viagem que poderia demorar meses, os trabalhadores talvez nem ao menos voltassem para rever os entes queridos, já que as enfermidades poderiam levar à morte, o que obrigava a realização do sepultamento da vítima em terrenos próximos às margens das vias por onde navegavam. Assim aconteceu com João Paes Subtil, que foi trabalhar na expedição chefiada por Candido Xavier de Oliveira, e nos dias finais do mês de dezembro de 1800, no decorrer do trabalho ficou doente. Medidas foram tomadas para tratá-lo, já que um trabalhador doente poderia atrasar a viagem. No momento em que estava doente, o clima não era dos melhores, chovia e ventava muito durante o trajeto da viagem e isso dificultava não somente a jornada de trabalho, como também a recuperação do enfermo. Esta por sinal não ocorreu e aquele homem foi a óbito e em 1º de janeiro de 1801, sepultado nas proximidades do Rio Jaurú e da cachoeira Vanhanda-Guaçú.

ficou sepultado o nosso remeiro João Paes de Subtil, falecido aos 30 minutos da tarde com todos os socorros espirituais e corporais: ficou o seu corpo no jazido banhado de saudosas lágrimas de toda a Companhia; da de seu cadáver deixemos plantada a Santa Cruz de Jesus Cristo, e no tronco que pareceu mais perdurável, gravada a inscrição seguinte: 'Aqui jaz João Paes Subtil da nossa expedição falecido de uma febre podre em o 1º de janeiro de 1801, pede-se aos fiéis viajantes um P. N. [Pai Nosso] e uma A. M. [Ave Maria] por sua alma (SOUZA, 1949, p. 29).

Ao menos João Paes de Subtil teve um sepultamento, pois muitos que não terminavam a viagem não tinham tal celebração do Catolicismo. Algumas das mortes eram causadas por naufrágios, ataques indígenas, afogamento etc., o que não permitia a recuperação do corpo e o sepultamento dos trabalhadores e demais viajantes.

Todos os trajetos fluviais que ligavam as localidades internas do Mato Grosso, e este a São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Repúblicas Boliviana e Paraguaia e o Pará apresentavam condicionantes que debilitavam a saúde do camarada da navegação. Quanto à navegação Mato Grosso – Pará, poderia ser feita pela rota do Guaporé a partir de Vila Bela, ou pelo rio Arinos, a partir da vila do Diamantino, esta última utilizada na primeira metade do século XIX. O

presidente de província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, em 1837 ressaltou a importância da sua navegação, bem como as vantagens encontradas na região da vila do Diamantino para a realização da viagem até o Pará, como: madeiras para construção de canoas, número avultado de camaradas conhecedores do trajeto, auxílio dado pelos índios Apiacá e excelentes terrenos para o estabelecimento de povoações que pudessem dar ajuda aos viajantes (*Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, em 1º de março de 1837*, p. 11).

Pelas observações do citado presidente de província, no ano de 1837 não era difícil encontrar camaradas que conheciam aquela rota fluvial e que poderiam ser contratados para a realização de viagens até o Pará. Porém, quase uma década depois, em 1845, o viajante Francis Castelnau mencionou que poucos homens se atreviam à penosa e arriscada navegação pelo Arinos, dada à insalubridade do rio, ressaltando que o valor de 100\$00 réis pago a cada camarada não era elevado.

Toda a região circunjacente a Diamantino, onde ficam as cabeceiras dos vários rios que formam o Tapajó, é tida como extremamente insalubre. É tremendo de medo que os moradores da vila se aventuram a fazer nela raras excursões. Também não nos faltou aviso, de modo que estávamos certos de contrair as febres da região, as quais, segundo diziam, eram sempre fatais aos estrangeiros (CASTELNAU, 2000, p. 350).

As intempéries no percurso da viagem entre Diamantino e Santarém causavam muitas doenças entre os viajantes, camaradas que morriam no percurso em virtude de moléstias ou pelos perigos naturais que a viagem oferecia. A expedição de Langsdorff, que era composta por 30 homens, teve $\frac{3}{4}$ atingida por doenças que causavam muita febre intermitente (LANGSDORFF, 1997, p. 252).⁹⁶ Situações de doença atrasavam as viagens, e com reduzido número de trabalhadores disponíveis, as atividades diárias poderiam ser encerradas mais cedo ou começar mais tarde.⁹⁷

96 O próprio Georg Heinrich von Langsdorff foi vítima de doenças durante a expedição. Seu diário foi encerrado com anotações feitas antes de chegar à vila de Santarém. Embora não tenha morrido, o cônsul da Rússia no Brasil perdeu a memória em consequência das inúmeras febres que o acometeram, falecendo somente 23 anos depois em Freiburg, no dia 29/06/1852 (LANGSDORFF, 1997, p. 279).

97 João Henrique Eliott argumenta que, nos momentos finais do percurso da expedição financiada pelo Barão

Os perigos que encontrariam no cotidiano de trabalho contribuíam para que camaradas e demais tripulantes atrasassem nas despedidas ou até mesmo desistissem dos acordos de trabalho, já que deixavam parentes e amigos para se empenhar em viagens que poderiam durar meses. Hercules Florence cita um episódio do atraso de remeiros na expedição da qual fazia parte.

Com grande custo embarcamos hoje nossos remadores. Uns estavam completamente embriagados; outros não queriam deixar os parentes ou amigos, que haviam acudido por terra a dizerem-lhes novamente adeus. Esta gente recebe metade do salário adiantado e, enquanto tem um real, bebe a mais não poder ou gasta tudo com mulheres. A fazer-lhes a vontade, num momento atirariam fora todo o pagamento da viagem. Chegados a Cuiabá, em poucos dias despedem o resto do dinheiro, e muitos tem que voltar por terra a pedir esmolas pelo caminho. Estes pobres coitados empenham os seus serviços para tão penoso lidar por 20 francos mensais, além de alguma roupa grosseira, mas o espírito aventureiro facilmente os impele a contratos dessa natureza (FLORENCE, 1948, p. 62 e 65).

O trajeto percorrido por Florence era utilizado pelas monções. Na citação acima, que faz parte do diário do viajante, evidencia os laços familiares que aqueles trabalhadores possuíam e que seus próximos buscavam dar o último adeus. Porém, como Florence sabia que alguns trabalhadores da navegação, quando chegassem a Cuiabá, teriam que voltar para São Paulo a pé? Possivelmente o viajante estrangeiro já teria buscado informações sobre o percurso, a região e a tripulação junto a algum contemporâneo que soubesse a respeito, ou lido algum relato de viajante que fez o mesmo percurso. Verifica-se também o olhar do viajante em relação aos livres e pobres ao mencionar que se entregavam aos prazeres femininos e da aguardente; despreocupados em acumular riquezas, não pensavam no futuro.

Ao descrever aqueles remeiros, Florence transpôs uma visão estereotipada em relação ao modo de viver daqueles homens que seguiam suas vidas fora dos padrões de trabalho presentes

de Antonina, dois camaradas adoeceram, e que em virtude disso eles demoraram quarenta e seis dias para atravessar dez léguas de mato e doze de sertão, por ser preciso esperar que aqueles trabalhadores se restabelecessem (*Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina, 1848*, p. 174-175). Na Expedição Langsdorff havia atrasos na partida e adiantamento nos pousos por causa de camaradas enfermos.

em algumas regiões da Europa no século XIX e que tinha aceitação entre as elites brasileiras, pautados nos princípios de trabalho sistemático que tinha como base a industrialização. Além disso, ressaltou que aqueles homens não se preocupavam em guardar dinheiro, gastando tudo com bebedeiras e mulheres. Porém, Silvana Godoy (2002) afirma que muitos homens que trabalhavam na tripulação das monções conseguiam acumular algum pecúlio a partir do que ganhavam, sustentavam sua família e conseguiam comprar até mesmo um número reduzido de escravos – um, dois ou três cativos – que os auxiliavam nas lidas de suas respectivas lavouras, quando as possuíam. As observações de Godoy nos indicam que membros da tripulação monçoeira, moradores em São Paulo, poderiam possuir uma pequena lavoura e trabalhavam na mesma sendo auxiliados por sua família e/ou por escravos.

É preciso considerar o viver de camaradas fora do ambiente de trabalho. Muitos deles constituíam famílias, e estavam inseridos num viver permeado por laços de amizade, vizinhança e parentesco. Nesta última situação estava o camarada mencionado por Luiz Soares Viegas que, em 24 de julho de 1858, precisou distanciar-se da viagem para poder “levar sua mulher ao lugar em que morava perto dali [no Ribeirão dos Lençóis], e procurar um camarada [...], que devia unir-se à monção” (VIEGAS, 1863, p. 464). Essa também era a situação do camarada casado Francisco Pires, homem pardo, de 25 anos, natural de Porto Feliz, e do camarada João Manoel, pardo, natural de Itu, que tinha 30 anos de idade em 1807, também possuía esposa, e trabalhava na rota das monções (SILVA, 2004, p. 121-123).

Camaradas constituíam famílias, e longe dos olhares das elites, que muitas vezes os descreviam como descompromissados de ligações familiares, percebi que a situação era outra. Como se pode observar no trecho seguinte, o camarada, embora fosse trabalhar, não se distanciou dos filhos, levando-os juntamente no seu trabalho.

[20 de outubro de 1858] Ainda no pouso em que estávamos [cachoeira Ondas-Pequenas] abicou uma monção de Santa Ana do Paranaíba, pertencente a Aprígio de tal, que dali havia saído fazia dezesseis dias. O encarregado da monção ajustou um camarada piloto, que naquela vinha de passagem, anuindo a este ajuste pela necessidade que havia da gente, apesar de trazer ele três crianças, seus filhos (VIEGAS, 1863, p. 479).

As descrições de Luiz Soares Viegas contribuem também para se perceber a necessidade dos patrões em relação à mão de obra daqueles homens livres e pobres e a situação de um ajuste de trabalho firmado entre o empregado e o patrão que necessitava de um camarada para trabalhar como piloto. Nos acordos eram estipulados os valores e a distância a ser navegada, como foi discutido em outra parte deste livro. Além do pagamento, os camaradas da navegação poderiam receber:

[...] cinco côvados de baeta para fazer uma barraca, vinte vara de pano de algodão para a roupa, um chapéu de palha, uma mantilha de lã para resguardar-se, um facão. Além disso, cada camarada, conforme sua capacidade como trabalhador, tem direito a certo número de cargas de sal, que o patrão lhe entrega no porto, livres de qualquer despesa. O número destas cargas varia de um a cinco (CASTELNAU, 2000, p. 349).

Os materiais relacionados acima eram utilizados no decorrer da viagem e são reveladores de situações surgidas ao longo do percurso. Por exemplo, os cinco côvados⁹⁸ de baeta para fazer uma barraca serviriam para abrigar-se nos momentos em que as embarcações paravam para o descanso noturno e amenizar as intempéries naturais como chuva, frio e ataques de insetos; as vinte varas de pano de algodão para fazer roupas serviriam como proteção aos ataques de insetos, que juntamente com a mantilha de lã, amenizavam a exposição de alterações climáticas; o chapéu de palha possivelmente era usado para proteger do sol; e um facão, que serviria para cortar galhos de árvores próximos aos leitos dos rios, abrirem espaço no lugar de abrigo, cortar víveres para o consumo, dentre outras situações em que pudessem ser necessário instrumento cortante.

As frotas eram abastecidas para garantir alimentação durante dias, semanas ou meses. Nas viagens mais longas ao interior do Mato Grosso, ou até mesmo fora dele, os alimentos deveriam durar as distâncias entre pontos de paragens que poderiam ser uma cidade, vila, arraial, fazenda ou qualquer outra localidade. Quando ficavam sem alimentação, os viajantes recorriam a propriedades que encontravam nas margens dos rios.

98 “Antiga medida de comprimento equivalente a três palmos, ou seja, 66 cm” (FERREIRA, 2004, p. 568).

Nos acordos de trabalho, ficava determinado que durante a viagem a alimentação dos camaradas seria fornecida pelo patrão, que deveria se preocupar em abastecer as canoas com alimentos para serem consumidos durante o percurso. Os gastos com mantimentos diários por pessoa, numa viagem de comércio entre a província de Mato Grosso e do Pará, eram entre 8\$000 e 9\$000 réis: “Um alqueire e meio de farinha = 3\$600; Um quarto de alqueire de feijão = 1\$000; Meia arroba de toicinho = 4\$000” (CASTELNAU, 2000, p. 349).

Esses mantimentos poderiam ser complementados pela caça, pesca e coleta realizada ao longo do percurso nos momentos de parada. Augusto Leverger argumenta que os trabalhadores da navegação eram “sustentados com farinha de milho e feijão temperado com uma pequena porção de toucinho: a caça e a pesca abundante em quase toda a navegação lhes suprem uma comida um pouco mais agradável” (LEVERGER, 1960, p. 365).

Os relatos de viajantes contêm descrições de camaradas que saíam para caçar e voltavam geralmente com alguma ave, um macaco, veado, ou qualquer outro animal que auxiliaria na alimentação. No caso de viagens científicas como, por exemplo, a de Langsdorff, existiam camaradas que foram contratados para abater exemplares de animais.

O hábito alimentar daqueles homens era bastante identificado com os tipos de caça que encontravam nas regiões por eles percorridas. Bartolomé Bossi se impressionou ao ver três dos camaradas que contratou para sua viagem ao interior da província de Mato Grosso, na década de 1860, numa luta para matar uma sucuri próxima ao leito do rio. Ressaltou que “os vencedores trouxeram-me o troféu; fiz tirar o couro desse resto do monstro fugidio, e media três palmos de largura. Para os camaradas, foi um dia de banquete, é um rico manjar para eles, e o preferem a todos os demais da mata” (BOSSI, 2008, p. 86).

A preocupação com a alimentação era essencial, já que ela era um meio para garantir saúde e repor as energias para que os trabalhadores pudessem cumprir as tarefas do percurso. Os presidentes da província de Mato Grosso, em seus relatórios apresentados à Assembleia Legislativa Provincial, ressaltavam o estabelecimento de pontos de ajuda aos viajantes. No interesse de desenvolver a Província e torná-la mais “civilizada”, as vias de comunicação e transporte eram apontadas como cruciais para garantir o “progresso” da região, já que era preciso facilitar a transição de mercadorias e pessoas.

Os discursos das elites em relação à população livre e pobre tornavam-se em alguns momentos contraditórios, já que ao mesmo tempo em que os discriminavam, davam importância, pelo menos aos camaradas, à sua mão de obra para desenvolver algumas atividades, dentre elas a navegação. Nesse sentido, nos contatos, sejam eles internos ou externos ao território de Mato Grosso, podemos perceber a importância daqueles homens que trabalhavam nos transportes fluviais, levavam pessoas, informações, mercadorias e outros tipos de carga, cruciais para o abastecimento do mercado interno.

Os afazeres de camarada da navegação estavam relacionados a todo tipo de trabalho que pudesse aparecer ao longo do trajeto, desde a busca de comida, condução de carga e reconhecimento de locais para a abertura da rota de comunicação, embicar canoas, carregamento e descarregamento, conserto de embarcações, transposição de cachoeira, preparação para passagem em varadouros, caça, pesca, coleta, segurança das pessoas e cargas conduzidas, remo, reconhecimento do percurso, serviços de mensageiros, preparação de pouso, plantio de roças de ida para que quando voltassem colhessem os frutos da mesma etc.⁹⁹

É possível afirmar que os camaradas da navegação trabalhavam numa atividade que não se restringia aos ambientes urbanos, rurais, de mineração ou militares, já que poderiam percorrer todos eles numa única viagem. De Cuiabá seguiam até a Povoação de Albuquerque (depois chamada de Corumbá), do Diamantino até Santarém, do Presídio de Miranda até a capital da Província, de Vila Bela até o Registro do Jaurú, entre a fazenda de João Ferreira até o destacamento de Nioaque¹⁰⁰ ou da Fazenda Guaxupé, no sul da província de Mato Grosso, até o Presídio de Coimbra. Esses exemplos demonstram que aqueles homens livres e pobres

99 Todos esses afazeres estão presentes nos relatos de viajantes, seja de forma direta ou indireta, como fez Manoel Joaquim Pinto Pacca no seu diário de viagem, no qual menciona indiretamente a presença de camaradas na realização de diversas atividades (PACCA, 1865).

100 Em 1858, Epifanio Candido de Sousa Pitanga, 1º tenente de engenheiros, descreveu o destacamento de Nioaque, como situado “à margem direita do rio [Nioaque, que é afluente do rio Miranda], é ele composto de ranchos de palha, havendo entre os tais um mais regular servindo de quartel. É completamente falto de tudo, não falando nas pequenas roças ali existentes, que, conquanto estejam em terrenos fertilíssimos, não garantem o sustento, sequer, a um só indivíduo. Os meios de transportes são ali totalmente nulos, e para poder transportar-me foi necessário que o comandante militar do lugar mandasse remendar uma prancha particular. Não obstante, é regularmente saudável e tem grande importância como ponto militar” (PITANGA, 1864, p. 182).

circulavam por ambientes urbanos, rurais e militares. Porém, mais do que isso, é possível afirmar que suas atividades de trabalho faziam parte do “mundo das águas”. Além disso, é preciso não esquecer que na cidade ou no campo aqueles camaradas poderiam possuir domicílio e constituir famílias.

A decisão de inseri-los neste estudo está relacionada à importância que a navegação fluvial e aqueles trabalhadores das águas tiveram para o mercado interno e externo da capitania/província de Mato Grosso.

Camaradas no transporte terrestre

Soou bem cedo no campo o grito dos camaradas. Por ele se sabe que a tropa inteira foi encontrada no encosto, e por esse motivo é ele sempre agradável aos viajantes. Apesar de ser quase intolerável o comer feijão e a carne seca logo ao romper do dia, fizemos honra ao caldeirão, que os nossos companheiros chamavam – boia (Joaquim Ferreira Moutinho, 1869a, p. 21).

Camaradas trabalhavam também ao longo das vias terrestres no transporte de pessoas, mercadorias e todo tipo de carga.

O contato da capitania/província de Mato Grosso com demais regiões do Brasil poderia ser realizado pelo rio, com utilização de canoas e batelões, e por caminhos terrestres, com utilização de mulas. Internamente havia diversas estradas, caminhos e trilhas que ligavam cidades, vilas, arraiais, destacamentos militares, fazendas e demais propriedade rurais, o que permitia o contato entre ambientes rurais, urbanos e militares.

O transporte em lombo de mulas foi significativo para o povoamento e a manutenção de espaços pertencentes ao Brasil. Serviu como alternativa de transporte e como viés econômico. Onde a navegação fluvial era impossível ou não vantajosa, as mulas foram utilizadas. Essas atividades, além de aproximarem as localidades e possibilitarem a chegada de mercadorias não produzidas num local, também levavam consigo informações, recados, e produziram um tipo de trabalho, linguajar, vestimentas, expressões, práticas e denominações singulares.

A historiografia brasileira comumente tem chamado de tropeiro todos aqueles que viam da condução de pessoas e objetos. Mas a documentação revela outras denominações e afazeres que vão além do trabalho de um tropeiro. Aliás, muitas vezes este último é empregado

de forma imprecisa, utilizado para generalizar as atividades presentes na condução de tropa. Nas fontes utilizadas, encontrei as seguintes denominações para nomear homens que viviam daquele tipo de trabalho: tropeiro, arrieiro ou arreador, camarada, tocador, cozinheiro e madrinheiro. Estas denominações expressam a multiplicidade de afazeres que circunscreviam a prática de condução de tropa.

Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997) identificou, para a região do Vale do Paraíba, alguns tipos que trabalhavam na condução de carga e que eram enquadrados na categoria de tropeiro: 1) negociante de animais – que dispunha de algum patrimônio, reunia certo número de cabeças e vendia nas feiras, mercados urbanos e fazendas, tipo este pouco ligado ao grande fazendeiro, porque o contato entre ambos se dava nos termos de uma relação de mercado. Esse modelo de tropeiro é apontado pela autora como o que tinha possibilidade de ascensão social com a venda de burros. 2) Outro era o condutor de tropas – ocupado no transporte de mercadorias. Este poderia ser de dois tipos: 2a) aqueles que mantinham aluguel de tropas e tinham seus representantes mais ligados às vilas e cidades, lugares onde se davam as locações e contratos de empreitadas; e os 2b) camaradas de fazendas, ligados à propriedade fundiária.

No território de Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, os condutores de tropa poderiam ser encontrados: 1) nas tropas de comércio interprovincial e intraprovincial;¹⁰¹ 2) camaradas que trabalhavam na condução de tropas de animais para fora ou dentro da província, empregados em fazendas de gado vacum e/ou cavalari. Esses camaradas não eram donos dos animais que conduziam, recebiam um valor pelos serviços prestados na condução; 3) aqueles que eram negociantes de animais, comercializavam bestas que eram suas ou de outrem; 4) condutores contratados por proprietários de lavoura e/ou criação de animais, que tinham a função de conduzir mercadorias para os mercados internos do Mato Grosso.

É compreensível que, dentre as tropas, além dos comerciantes de animais, arrieiros e camaradas, existissem pequenos lavradores/criadores que transportavam os produtos que plantavam e/ou criavam para os locais de comercialização. Além disso, não se deve esquecer a participação de escravos especializados na condução de tropas.

101 Sobre esses tipos de relações comerciais, consultar Lucídio (1993).

A mula, animal híbrido, resultado de acasalamento do jumento com a égua, já era de grande importância para o transporte de cargas na capitania de Mato Grosso no século XVIII. No anal de Vila Bela, de 1775, existe referência de uso do animal no transporte de cargas, bem como o aluguel de mulas para tal fim.¹⁰² Não raro eram os contrabandos praticados por castelhanos que cruzavam a fronteira da colônia portuguesa para comercializar o animal. Sua utilização era praticada nas investidas pelo “sertão” e nos transportes de mercadorias e cargas em geral, devido à sua grande capacidade de carregar peso.¹⁰³

Entre aqueles que percorriam as estradas, destaco as atividades de camaradas que trabalhavam na condução de tropa. Mato Grosso mantinha, na primeira metade do século XIX, contato via terrestre com as capitanias e depois províncias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Bahia, onde negociantes achavam mercado para os produtos. O comércio em lombo de mulas consistia na exportação de ouro, diamantes, couros e ipecacuanha (poaia), e na importação de todos os gêneros daqueles mercados, especialmente de fazenda seca (*Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira, em 3 de maio de 1849*, p. 16). Na década de 1840, Francis Castelnau fez a seguinte observação:

Há cerca de quinze tropas fazendo o comércio regular entre Cuiabá e a costa, variando entre cinquenta e duzentos o número de animais de que cada uma se compõe. O custo da viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro atinge a cerca de quarenta mil réis por animal, aí compreendida a despesa com a compra de milho e o salário dos arrieiros e camaradas. A carga de uma mula varia, conforme a força do animal, entre seis a oito arrobas, havendo casos em que ela chega a nove arrobas. Quase todas estas tropas vão para o Rio de Janeiro, o ouro alcançando ali maior preço do que em qualquer outro lugar. Antigamente pelos

102 O uso de mula se dava em explorações e viagens pela região. Por exemplo, uma bandeira exploratória foi organizada, segundo descrições no anal de 1775, “foi a mais bem preparada que até agora tem saído para o sertão, pois além de municiamento ordinário para vinte dias, levaram 96 cargas de mantimento e apetrecho de guerra em oito bestas da bandeira e quarenta alugadas por dez dias. A tropa foi bem fornecida de espingardas e facões” (ANAIS DE VILA BELA – 1734-1789, p. 198-199.) (Grifos meus).

103 Segundo Priore e Venâncio, aqueles que eram vendidos como animal de carga eram castrados ao completar dois anos. Eram “estáveis nas trilhas pedregosas, resistentes às variações climáticas e às alturas, com pouca exigência quanto às pastagens, eram animais de casco forte, bom porte e pernas vigorosas. Em tarefas contínuas, suplantavam, de longe, os cavalos” (PRIORE; VENÂNCIO, 2006, p. 75).

e no mesmo dicionário, alquilé “é a ação de alquilar, ou o preço que se dá pelo uso de uma besta por certo tempo”. No Novo *Diccionario da Lingua Portuguesa, composto* (1806) arrieiro é “o que tem por ofício guiar bestas”. Arrieiro ou arreeiro, no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é o “homem que guia bestas de carga; almocreve, tropeiro”, o “condutor de bestas de carga ou de cavalgaduras, ou aquele que as aluga” (FERREIRA, 2004, p. 196). Já almocreve, no Vocabulário Bluteau, é “o que leva bestas de carga de uma parte a outra”, chamado também de recoveiro “que guia bestas de carga”. Nesse sentido, arrieiro era um condutor de besta de carga. Foi possível apreender, para a região em estudo, que existiam dois tipos de arrieiro: 1) aqueles que eram donos de pequeno número de bestas e se empenhavam no transporte, seu lucro estava no aluguel das bestas; 2) arrieiros que não eram proprietários de bestas de aluguel, mas que tinham somente seu conhecimento na atividade. Em casos que estavam nesta última situação, geralmente era ele o responsável por toda a tropa.



Figura 7 – Figura de um arrieiro de tropa em viagem por terra do Rio de Janeiro a Cuiabá e Mato Grosso. Museu Bocage. Fonte: *ANAIS DE VILA BELA*: 1734-1789.

Os camaradas tinham como atributos auxiliar o arrieiro, deveriam conduzir pequenos lotes, evitar a dispersão das mulas, além de serem responsáveis por inspecionar, tratar, curar e realizar demais cuidados a serem dados aos animais e à carga da tropa.

Existia hierarquia entre os componentes da tropa. As de grande porte, principalmente aquelas que faziam o comércio externo, geralmente possuíam o tropeiro, dono dos animais, que ajustava um arrieiro responsável pela condução de toda a caravana, esta subdividida em pequenos lotes de animais que ficavam a cargo de camaradas. Além disso, era contratado um cozinheiro para fazer a comida da tropa (MOUTINHO, 1869a, p. 123). Francis Castelnau, na viagem que realizou para Cuiabá em 1844, utilizou o caminho por Goiás; na citação seguinte, descreveu uma tropa que encontrou já no território da província de Mato Grosso, bem como a organização da mesma.

A 3 de dezembro [...] à tardinha [...] acampamos num lugar chamado Cercadinho, junto de uma formosa nascente, onde também havia acampado uma outra caravana, vinda de São Paulo e aí retida havia já uns oito dias, por causa da perda de alguns dos animais. Essa expedição era composta de cento e cinquenta mulas divididas em treze lotes; cada animal carregava geralmente de seis a oito arrobas; algumas das cargas eram constituídas por caldeiras para açúcar, bastante grandes para cobrir o animal. Contou-nos o pessoal da caravana haver perdido três animais, dois por picada de cobra e o terceiro por ter sido devorado por uma onça (CASTELNAU, 2000, p. 312).

Hercules Florence menciona o acordo realizado junto a um tropeiro, na província de São Paulo, em 1825, como segue na citação abaixo.

Parti de Santos com alguns dias de avanço sobre meus companheiros a fim de mandar preparar cômodos em Cubatão e contratar com antecedência algum tropeiro, que se encarregasse de transportar para São Paulo toda a bagagem à comissão.

[Já em Cubatão o viajante menciona]

Ajustei-me com um tropeiro o aluguel de 63 bestas para transportar as cargas do Sr. Cônsul até Jundiá, povoação daí distante umas 19 léguas portuguesas [...]. O preço do aluguel foi de 118\$000; ora, como cada animal não pode carregar senão sete arrobas e meia, paguei esta soma pelo transporte de 472 ½ arrobas, numa distância de 19 léguas. Em companhia de dois moços, que iam também para São Paulo, parti de Cubatão sem

me importar mais com a bagagem, porque, além do tropeiro ser responsável por qualquer desvio, nas cargas nada havia que pudesse se estragar (FLORENCE, 1948, p. 34 e 38).

Florence declara que contratou o aluguel de 63 mulas para transportar a carga da Expedição Langsdorff de Cubatão a Jundiá, o que deixa a entender que o contratado era dono das mulas que usava no transporte de carga.¹⁰⁴ Porém, o caso mais mencionado nos relatos de viajantes para a província de Mato Grosso foi a contratação de arrieiros para conduzir mulas que não lhes pertenciam, estas eram alugadas ou compradas pelos viajantes junto a proprietários locais. Langsdorff escreveu que um homem enfermo atendido por ele, quando estava em Cuiabá, ofereceu “tanta mulas” quanto ele precisasse para sua expedição à Serra da Chapada do Guimarães. E mais adiante, ao chegar à fazenda de Joaquim da Silva Prado, que seria a última na estrada de Cuiabá para Goiás, trocaram e compraram mulas e se abasteceram de “toda sorte de provisões” (LANGSDORFF, 1997, p. 84 e 94).

Ainda referente à citação do trecho do relato de Florence, evidencia como se dava o acordo de trabalho. Geralmente o dono da carga contratava os serviços do condutor, onde estabelecia a distância, quantidade da carga, número de mulas alugadas e o valor para seu transporte; esse para o caso dos tropeiros/arrieiros dono de animais. Já os arrieiros e camaradas que somente eram contratados para prestar serviços tinham estabelecidos os valores pelas atividades a serem desenvolvidas por um determinado percurso. Ao mencionar um tocador¹⁰⁵ que alegava estar doente e não quis mais seguir com a expedição, Langsdorff relata que contratou outro às pressas por um salário de 24 oitava (=28.8000 réis), no percurso de ida e volta à viagem de expedição à vila da Chapada dos Guimarães (LANGSDORFF, 1997, p. 95).

As atribuições de tropeiros, arrieiro e camarada também foram mencionadas por Florence ao afirmar, na citação acima, que qualquer desvio da carga seria de responsabilidade do condutor. Para a província de Mato Grosso, essa responsabilidade pode ser verificada no inter-

104 É certo que livres pobres estiveram empenhados na condução de mulas, mas segundo Ronaldo Vainfas, existem “indícios, porém, de que o comércio de mulas ou as tropas de transporte de mercadorias proporcionaram, para alguns, rendimentos de vulto, transformando tropeiros em ‘homens bons’ ou ‘principais da terra’” (VAINFAS, 2001, p. 566).

105 O termo tocador usado pelo viajante foi para se referir ao condutor de tropa.

rogatório feito ao arriero e a camaradas da tropa do Conde Francis Castelnau, Candido José de Almeida (arriero da tropa), Alexandre Pedro Corrêa e Francisco Alves Pereira (camaradas), sobre o desaparecimento de objetos pertencentes ao viajante.

Perguntado ao referido arriero [Candido José de Almeida] sobre o que sabia acerca da falta dos mencionados objetos, respondeu o seguinte. Que ele assistira acondicionar-se todo o trem de seu amo quando de Cuiabá partiu para o baixo Paraguai, e que tendo ficado entregue tudo esse trem ao Capitão Antonio José da Silva Negrão, e por ordem deste transportado para o quartel da polícia. Com grande admiração vira depois aí pequenos caixões abertos, barril de pólvora com capa descosturada, saca de chumbo da mesma forma, pequeno caixão de cartuxame despregado, e uma canastra onde ficou imersa quinquilharia, embrulhadas de ouro em pó, pedras de cristais, e roupa do seu amo e que por não ter chave, havendo ficado atada com [Alexandre Pedro] Corrêa [camarada da mesma expedição], achando-se a tampa muito elevada por conter dentro muita coisa, achava-se atada de diferente maneira, e com a dita tampa quase contigua ao restante corpo de canastra, donde inferiu ter sido remexida, e ter menos objetos do que continha. A vista disto tudo entrou a desconfiar que muita coisa tivesse sido extraviada, e isso mesmo disse a muitas pessoas em Cuiabá, [...] que muita coisa de seu amo tinha sido roubada que havia ficado dúzias de canivetes num pequeno baú que ficara aberto, e que se existia [somente] cinco (*Processo 175 – 1845, APMT*).

Verificado o desaparecimento de objetos que faziam parte da carga do Conde de Castelnau que foi transportada de Cuiabá a Vila Maria, os primeiros a serem chamados para depor foram o arriero e os camaradas que trabalhavam na expedição do viajante estrangeiro, o que demonstra que eram eles os responsáveis pelo acondicionamento, guarda, transporte e preservação da mesma.¹⁰⁶ Nas declarações do arriero, existe evidência de que o mesmo conhecia toda

106 Não foi o arriero Candido José de Almeida, nem os camaradas Alexandre Pedro Corrêa e Francisco Alves Pereira que conduziram a carga no trajeto de Cuiabá a Vila Maria, sendo esta transportada pelo 2º tenente Manuel Alves Pereira da Motta. Porém, quando constatada a perda de objetos, já em Vila Maria, foram os referidos camaradas os primeiros a serem interrogados a pedido do 2º Tenente para saber sobre a ausência dos objetos. Respetivamente, a carga passou pelas mãos das seguintes pessoas: empregados da expedição, sendo que Candido José de Almeida assistiu o acondicionamento da mesma; Capitão Antonio José da Silva Negrão que transportou a carga até o quartel de polícia; 2º Tenente Manuel Alves Pereira, que ficou responsável pelo transporte da carga de Cuiabá a Vila Maria; Capitão Vicente Coelho, que recebeu a carga em Vila Maria e as-

a carga nas suas minuciosas disposições, sabia o que havia de diferente na sua organização antes de ser direcionada ao quartel de polícia de Cuiabá. Sendo assim, a carga e as mulas estavam sob a responsabilidade daqueles trabalhadores de tropa contratados para conduzi-las.

A intenção aqui não é descrever a circulação de tropas de comércio pelo território de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, assunto que precisaria de outros estudos, mas sim discutir a presença de camaradas no transporte terrestre, bem como o trabalho desenvolvido por aqueles homens e as dificuldades encontradas.

Os camaradas de tropa eram os responsáveis em arriar as mulas (colocar as cargas). Essa atividade deveria ser feita minuciosamente para não danificar o que se transportava. As cargas, se não ajeitadas corretamente, davam muito trabalho durante a viagem, o que demandava constantes paradas para “consertar” as bagagens nas mulas. O carregamento e descarregamento eram atribuições dos camaradas, que ficavam sob a fiscalização do arrieiro responsável pela inspeção da tropa.

As viagens, dependendo das condições das vias de circulação a serem percorridas e a distância, poderiam durar muitos meses, semanas ou apenas alguns dias. Mas o que elas tinham em comum eram as ocorrências de conversas firmadas nos momentos de paradas para descanso. Reunidos e sentados na posição de cócoras, os componentes contavam histórias de viagens, de assombração, de contos amorosos, lendas etc. Hugo de Carvalho¹⁰⁷ apresenta a figura de um arrieiro cuiabano, como homem “mestiço traquejado e serviçal, [que] na sua voz grossa e arrastada de cuiabano, arrematava o final dum conto de lobisomem” (RAMOS, 1917, p. 20).

A parada – geralmente feita próxima a algum rio, ribeirão, córrego ou riacho de modo a disponibilizar água aos viajantes e animais – servia não somente para o descanso dos traba-

sim entregaria ao Conde Castelnau. Segundo relato ainda do arrieiro, o desaparecimento de objetos da carga se deu quando ela estava no quartel de polícia, sob a responsabilidade do Capitão Antonio José da Silva Negrão, já que sua escrava havia comercializado em Cuiabá objetos pertencentes ao Conde de Castelnau, e o próprio arrieiro reconheceu os referidos objetos (*Processo 175 – 1845*, APMT).

107 Hugo de Carvalho Ramos era goiano, foi poeta e viveu entre 1895 e 1921. Em suas prosas, versos e contos procurava caracterizar a vida sertaneja. Dentre vários trabalhos, um dos mais significativos foi *Tropas e Boiadas*, publicado 1917. Nela o autor apresenta vários contos em que deixa perceber a vida, o trabalho a cultura dos homens que trabalhavam na condução de tropas.

lhadores, mas também para cura, alimentação e demais cuidados dos animais e das cargas. Momento em que o cozinheiro fazia a comida e os camaradas se preparavam para acondicionar as cargas e arrumar pastagem para os muares.

Logo que se chega ao pouso, descarrega-se a tropa, e os camaradas, depois de arranjarem as cargas de cada lote e de cobri-las com ligaes, vão armar a tolda do patrão e a competente rede, ao lado da qual deitam as canastras e outros objetos indispensáveis aos viajantes. Terminado este serviço levam a tropa ao encosto, que é ordinariamente um lugar naturalmente fechado por matas, rios ou brejos, para que a tropa não se espalhe durante a noite.

O arreador fica no lugar do pouso ocupado em atalhar as cangalhas, curar os animais doentes e ferrar os estropiados. Enquanto isto se faz, o cozinheiro não está em descanso; prepara os arranjos necessários à sua arte, acende o fogo, deita sobre ele uma trempe feita de paus, e nela pendura o caldeirão contendo o feijão e a carne seca, alimentos quase sempre usados pelos viajantes no sertão. Ordinariamente à noite estende no chão um couro de boi, e sobre ele uma toalha na qual coloca os pratos de estanho. Depois com voz de trovão brada: feijão! A este grito acodem todos, e tanto o patrão como os camaradas e arreador fazem honroso ataque a tão saborosas iguarias (MOUTINHO, 1869a, p. 12).

A jornada recomeçava logo cedo, momento de arrumar as cargas nas mulas e preparar para a partida.

No dia seguinte os camaradas vão buscar os animais, e os pendem pelos cabrestos às estacas, para depois lhes deitar as cangalhas e os costaes de cargas, que cobrem com o ligaes [couro de boi dobrado pelo meio], e arrocham com sobrecargas [tira de sola costurada à outra de couro cru torcido, em cujas extremidades se prendem um gancho de ferro e um pedaço de pau roliço a que chamam – cambito]. Solta-se então a tropa, em cuja gente marcha uma besta escolhida que leva a cabeçada enfeitada de sincerros, e de um penacho ou bonecas, com um peitoral de guizos (MOUTINHO, 1869a, p. 12-13).

Os camaradas se ocupavam do tratamento de 10 bestas, o que equivalia a um lote, que tocavam durante a jornada. As tropas eram subdivididas em pequenos lotes e cada camarada era responsável pelo seu respectivo lote. Existia também um animal que não conduzia carga, mas somente uma campainha no pescoço, à qual dava o nome de madrinha. Ele servia de referência para que os outros animais não se afastassem ou dispersassem do comboio, e era de suma im-

portância nas viagens longas, já que a tropa que não estivesse amadrinhada poderia sofrer com a dispersão dos animais pelos campos arredores, o que causava atraso e prejuízo.

A perda de mulas era apenas um dos problemas que os camaradas e demais condutores encontravam ao desenvolver o seu trabalho, já que a tropa poderia ser comprometida por imprevistos surgidos durante a viagem. Além da morte ou dispersão de mulas, ocorria a falta de alimentos, as intempéries naturais, doenças, más condições de vias de circulação, dentre outros fatores que causavam o atraso e permanência da tropa em determinada localidade por dias ou mesmo semanas. A caravana vinda de São Paulo que Castelnau encontrou a caminho de Cuia-bá, como foi mencionado anteriormente, já estava há mais de uma semana acampada por causa da perda de alguns animais vitimados de picadas de cobra e ataques de onça. Langsdorff em vários trechos do diário descreve a fuga de mulas durante a viagem à Serra da Chapada e à vila do Diamantino, o que causava prejuízo e atraso da expedição, já que mandava seus camaradas irem procurar o animal perdido, o que obrigava a tropa a permanecer por mais tempo num local. Providências eram tomadas para evitar o desaparecimento de novos animais, conforme declarou o chefe da expedição.

Tomamos algumas providências. O pessoal sugeriu que se vigiassem os animais durante a noite, para que não fugissem novamente. Mas não cumpriram à risca as ordens nesse sentido, embora o arriero tivesse garantido que não havia possibilidade de os animais saírem. E assim tivemos hoje o mesmo transtorno de ontem. Depois de uma procura e longa espera, às 9h só veio a metade dos animais, e lá ficamos nós de novo esperando inquietos pelos outros (LANGSDORFF, 1997, p. 90-91).

Os animais eram de responsabilidade do arriero e de camaradas, que deveriam ir recuperá-los. Para aqueles que faziam o comércio interprovincial, as condições das vias terrestres eram outra dificuldade a ser enfrentada nas longas viagens pela estrada de Goiás e, a partir da década de 1830, pela estrada do Piquiri até Santa Ana do Paranaíba que seguia para Minas Gerais e São Paulo.

Os viajantes que utilizaram a estrada por Goiás e os presidentes de província apontaram o mal estado daquela via de circulação. Luiz D'Alincourt mencionou que os muitos rios e ribeirões que era preciso atravessar nas épocas de cheias, atrasavam a marcha dos viajantes

(ALINCOURT, 1975, p. 15). Tentar transpor esses obstáculos poderia custar tudo que era transportado, como também a vida de condutores e das mulas, como ocorreu na viagem que José de Miranda da Silva Reis realizou em 1857 da província de São Paulo para Mato Grosso. Quando já em território mato-grossense, na passagem sobre a estiva do ribeirão das Malas “uma das bestas de carga, fraturando uma perna precipitou-se no ribeirão que se achava muito cheio, e nele morreu, conseguindo-se apenas com muita dificuldade e perigo salvar as cargas que conduzia” (REIS; EÇA, 1863, p. 350).

Os caminhos, além de estreitos, eram pedregosos, às vezes úmidos, escorregadios, acidentados, ora com pedrarias soltas e seixos rolantes que obstaculizavam a marcha dos animais. A situação das vias de comunicação pode ser expressa nas palavras de Joaquim Ferreira Moutinho ao assinalar que: “em todo o sertão não existe uma braça ao menos de caminho que se possa dizer estrada; é apenas uma simples vereda que não admite outro veículo de condução a não ser o de animais de carga” (MOUTINHO, 1869a, p. 24).

Os gastos e as dificuldades no transporte eram repassados no valor dos produtos vendidos nos mercados de Mato Grosso. Nos relatórios presidenciais, foi possível perceber o interesse em facilitar os contatos comerciais com abertura e melhoria de estradas para diminuir o tempo de viagem e a distância percorrida, para então reduzir os gastos com o transporte, ao mesmo tempo em que reconheciam a importância das relações de comércio de Mato Grosso com outras regiões do Brasil.

Além dos condutores de cargas em costas de bestas, existiam também os condutores de gado. A circulação de tropas de gado na província se intensificou quando cresceu o número de fazendas de criação. A partir de 1830, com a ocupação do planalto sul da província de Mato Grosso e a instalação de fazendas com criação de gado, iniciou-se o transporte do animal em pé para Minas Gerais e São Paulo. Tanto as fazendas de gado e de produtos para a subsistência localizadas próximas a Coimbra, Povoação de Albuquerque e Miranda, como as do planalto sul Mato Grosso, foram ambientes compostos por camaradas que trabalhavam na condução de tropas e nos serviços de vaqueiro.

Simultaneamente ao processo de ocupação do Planalto Sul, Santana do Paranaíba (ou Santa Ana do Paranaíba) começou a ter posição de destaque como centro de comércio. Situada

num ponto estratégico, próxima das fronteiras com as províncias de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, o território foi importante centro comercial na região sul de Mato Grosso. Várias eram as vias terrestres e fluviais que levavam à Santana do Paranaíba. As boiadas, que seguiam para Uberaba, em Minas Gerais, ou Araraquara, na província de São Paulo, eram tocadas por terra, ao mesmo tempo em que parte das mercadorias que abasteciam Santana do Paranaíba eram transportadas também por aquelas vias, conduzidas por boiadeiros que iam comprar gado direto nas fazendas, ou por fazendeiros que iam vendê-los nas províncias vizinhas. Além dos caminhos por terra, Antônio Lucídio afirma que o grosso dos bens comerciáveis, tanto os exportáveis como os importados, eram transportados também por vias fluviais (LUCÍDIO, 1993, p. 224-225).¹⁰⁸ Embarcações saíam do planalto central de Mato Grosso para ir vender e comprar produtos na província de São Paulo, como aquelas quatro balsas que, em 2 de agosto de 1858, foram avistadas por Luiz Soares Viegas e que pertenciam ao capitão José Garcial Leal, já retornando para Santana do Paranaíba da vila de Piracicaba com carga de sal (VIEGAS, 1863, p. 466). Segundo João Lucídio:

Por tais rotas, normalmente pouco transitadas, se intensificava de maio a setembro o movimento dos carros e carretões puxados por juntas de bois, canoas, e batelões e as tropas cavалares e muares carregadas de mercadorias – tanto produzidas no sertão, como as importadas –, além de boiadas (LUCÍDIO, 1993, p. 214-215).

A presença de camaradas no trato do gado poderia circunscrever à fazenda de criação, como foi tratado acima, quando falamos dos camaradas nas funções de vaqueiros, ou estes mesmos camaradas trabalhavam na condução dos animais para serem comercializados. A condução de boiada dependia de certa organização, seguia à frente bois velhos mansos tocados “por camaradas vaqueanos”, e ao redor da boiada seguiam demais camaradas para evitar a dispersão

108 Sobre o processo de criação de fazendas de gado no planalto sul da província de Mato Grosso e as relações de comércio em Santa Ana do Paranaíba, consultar Lucídio (1993). Sobre condutores, comitivas e peões envolvidos nas longas viagens com boiadas no Pantanal sul-matogrossense, para o período de 1880 a 1970, ver Leite (2003).

do gado; no fim iam os cargueiros de mantimentos essenciais para a alimentação dos membros da tropa, e/ou para a comercialização de alguns produtos cultivados nas fazendas. As dificuldades no trajeto não eram pequenas, as tropas de bois estavam sujeitas aos mesmos empecilhos enfrentados pelas tropas formadas por mulas de carga, além de o gado dispersar durante a viagem, e para evitar a dispersão os camaradas cercavam os animais que tentavam escapar. O grito dos camaradas servia como ferramenta usada para agrupar a boiada, de modo que facilitava a condução da mesma (ENDLICH, 1903).¹⁰⁹

As condições climáticas e geográficas eram elementos que poderiam contribuir ou não na condução de uma tropa. Rios, riachos, ribeirões e atoleiros causavam prejuízos, já que deveriam ser transpostos para se chegar ao local de destino. O trabalho dos camaradas era constante. Para evitar a evasão de gado, eles deveriam passar constantemente em ronda do rebanho, o que fazia da condução uma atividade bastante morosa. Segundo Rodolpho Endlich: “aos camaradas já fatigados pelo serviço de dia resta só pouco tempo para, mesmo com roupas molhadas, descansarem um pouco nos arreios que servem de cama, começando logo, de novo, a sua árdua tarefa” (ENDLICH, 1903, p. 272).

Para amenizar as dificuldades, era preciso facilitar o trânsito e diminuir as distâncias percorridas. Construída na década de 1830, vinculada às transformações que estavam ocorrendo no sul da Província (surgimento de fazendas de gado, importância de Santana do Paranaíba), a estrada do Piquiri era outra via de comunicação entre Mato Grosso e as províncias do Paraná e São Paulo,¹¹⁰ porém, na década seguinte à sua construção, comerciantes e condutores de tropa preferiam ainda usar a estrada por Goiás. Alegavam estar a estrada do Piquiri abandonada por falta de recursos (*Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso no dia 1º de março de 1844 pelo presidente da provincia, o coronel Zefirino Pimentel Moreira Freire*, p. 10-11).

109 As observações do cientista alemão, Rodolfo Endlich, que esteve na região de Mato Grosso, foram feitas no final do século XIX (1897). A utilização destas neste estudo, mesmo que reportadas para um período posterior, indicam informações sobre aspectos do trabalho de camaradas que realizavam a mesma atividade na primeira metade da mesma centúria.

110 Em 1838, o Governo Imperial, por meio do decreto de nº 47 de vinte de setembro de 1838, em seu artigo único, autorizou a “despender anualmente vinte contos de réis com o melhoramento da nova estrada entre as Províncias de Mato Grosso e São Paulo” (*Decreto de Nº 47 de vinte de setembro de 1838*).

Isentar os condutores de tropa dos impostos que deveriam pagar ao circularem pelas vias foi uma proposta apresentada pelo presidente de província junto à Assembleia Legislativa Provincial para incentivar a circulação pela estrada nova e onerar quem passasse na estrada que seguia por Goiás.

Para cessar o hábito em que estão de transitar somente pela estrada antiga, e dar maior incremento a do Piquiri, julgo conveniente animar por meio de recompensas pecuniárias a todo o condutor de tropas ou de carros que passar por tempo de três anos por a dita estrada do Piquiri, cujas quantias serão fornecidas pela arrecadação que se fizer das barreiras estabelecidas, ou de guias que serão passadas pela Contadoria Provincial a todo o negociante, viandante ou tropeiro, que caminhar pela estrada desta Cidade [Cuiabá] a Goiás tanto na ida como na volta, os quais serão obrigados a pagar uma taxa conforme o número de animais, e pessoas empregadas na comitiva. Outras vantagens oferece este sistema, crescer as Rendas Provinciais, como também saber pelo registro das guias a importação e exportação que se faz anualmente nesta Província (*Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso no dia 1º de março de 1844 pelo presidente da provincia, o coronel Zefirino Pimentel Moreira Freire*, p. 11).

Incentivos àqueles que passassem pela estrada nova foram um meio encontrado pelo governo provincial de animar a circulação de tropas pela mesma. Essa medida pode ser relacionada à necessidade de diminuir a distância com a Corte e regiões litorâneas do Brasil, como um dos elementos para se atingir a civilização, frequentemente ressaltada pelos presidentes de províncias. Segundo Ernesto Sena, essa proposta do presidente de província não teve muita receptividade entre os deputados, já que geralmente as estradas não entravam no orçamento provincial (SENA, 2006, p. 241).¹¹¹ Além disso, podemos vincular essa mesma medida de incentivar a passagem pela estrada do Piquiri ao jogo de interesses e disputas políticas presente entre facções naquele momento histórico. Já ressaltei no capítulo anterior que o período pós-rusga até 1850 foi de embates entre pessoas que tentavam se projetar no contexto da política

111 Sobre o papel dos presidentes de província, a ideia de civilização e as vias de comunicação como um meio para desenvolver a província, ver esse mesmo autor, especialmente o capítulo VI, intitulado “Conexões com a Corte”.

provincial, em que usavam de todos os meios para conseguir aumentar suas posições econômicas, políticas e sociais.

Nesse conjunto de interesses, é provável que pessoas como José Garcia Leal (chefe do clã dos Garcia), um dos proprietários que, saído de Minas Gerais, onde tinha influência na política, e que estabeleceu fazendas de gado no planalto sul Mato Grosso, não deixasse de “promover medidas que pudessem viabilizar suas condições materiais de vida” (LUCÍDIO, 1993, p. 113).¹¹² Dentre essas medidas se insere a abertura de um ramal que ligava os “sertões dos Garcias” com o Piquiri, de maneira que estreitasse o contato com Cuiabá (LUCÍDIO, 1993, p. 138). Nesse sentido, buscar meios para que as tropas de comércio interprovincial passassem por Santa Ana do Paranaíba viabilizaria o comércio local, bem como levaria os fazendeiros da região a aumentar e diversificar suas atividades econômicas,¹¹³ e para tal era preciso obstaculizar a circulação pela estrada de Goiás.

Essa proposta de mudança demonstra como o poder político poderia afetar o percurso e o cotidiano de trabalho de tropeiros, arrieiros, camaradas e demais condutores de tropa, já que mudariam suas respectivas rotas de circulação, deixando assim, contatos firmados junto a moradores que davam apoio às comitivas com alimentos e pouso para descanso, além de se adaptar a um percurso que não conheciam.

A busca dos condutores, comerciantes e demais viajantes por melhores vias de circulação era visível ao recusarem circular pela estrada do Piquiri. Mesmo sendo mais curta que a de Goiás, esta encontrava-se em melhores condições de trânsito. No caso dos arrieiros e camaradas, a preocupação estava em garantir a segurança da carga, dos membros da tropa e animais, e procuravam meios para facilitar suas viagens de forma que não gerassem ônus.

As estradas internas que ligavam localidades da província eram também percorridas por todos os tipos de viajantes, dentre eles os camaradas que conduziam cargas e animais. Chapada

112 Na década de 1830, José Garcia Leal já começava a ocupar cargos de mando na região, nomeado em 1836 diretor do povoado de Santa Ana do Paranaíba.

113 João Antônio Botelho Lucídio afirma que o Capitão José Garcia Leal abriu em Santana do Paranaíba uma casa comercial que “praticamente controlava o comércio do ‘sertão dos Garcia’ e da Vacaria com Minas, São Paulo e Goiás” (LUCÍDIO, 1993, p. 113-114).

dos Guimarães, citada nas fontes como “Serra Acima” e Nossa Senhora de Brotas, por exemplo, eram distritos de Cuiabá e locais onde se encontravam propriedades rurais com instalação de engenho, plantio de cana de açúcar, milho, feijão, mandioca e demais produtos de primeira necessidade. Parte desses produtos era levada a Cuiabá para ser comercializada.

Era preciso boas estradas para o transporte de gêneros cultivados em propriedades rurais e comercializados em Cuiabá. O presidente de província Estevão Ribeiro de Resende, em 1840, fez a seguinte declaração sobre as condições da estrada que ligava a capital à freguesia de Santa Ana da Chapada:

A quem refletir, além do expendido, sobre o espantoso estado de deterioramento, em que há anos se acha a estrada do Aricá, sobre os incômodos e prejuízos que, em clamores sofrem nela os lavradores de Serra Acima, especialmente no tempo das águas, obrigados, no entanto a fazer transitar por ela suas tropas, e carregações de víveres para o consumo desta Capital (*Discurso que recitou o presidente Estevão Ribeiro de Resende na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de março de 1840*, p. 23).

Os lavradores sentiam dificuldade ao colocar suas tropas nas estradas, que precisavam de melhorias. Parte dos produtos que abasteciam Cuiabá eram cultivados nas propriedades rurais localizadas em Serra Acima. Nas tropas que conduziam as mercadorias, era possível encontrar camaradas que, ao firmarem acordo junto a um lavrador, desenvolviam atividades diversas conforme as necessidades, dentre elas o serviço de condução de tropa.¹¹⁴ Assim como era possível encontrar os próprios lavradores que não possuíam escravos e/ou camaradas conduzirem aos mercados cuiabanos parte dos produtos cultivados em suas propriedades. Nesses transportes, eram utilizadas as mulas e/ou carros de bois, estes últimos bastante empregados nos transportes internos.

As estradas que partiam de Cuiabá para Mato Grosso, Diamantino, ou qualquer outra localidade da província, dificilmente estavam em boas condições de uso. Como aquelas que ligavam “Vila Maria a Cuiabá, como todas as demais da província, [eram] péssimas e intransi-

114 Um exemplo de camarada ajustado e que trabalhava como condutor de carga pode ser visto no processo de número 145, já citado neste trabalho (Processo 145 – 1838, APMT).

táveis. Das duas [estradas] que [existiam, estava] a chamada – pantanais – que só [era] seguida na estação da seca de abril a setembro; porque [passava] ela pela cidade de Poconé” (MOUTINHO, 1869b, p. 173). As dificuldades existiam, mas isso não inibia a circulação de pessoas, mercadorias e tropas pelo território mato-grossense. Para além de uma ideia de isolamento, como frequentemente têm ressaltado alguns autores, percebi que existia uma constante ligação não somente entre as diferentes localidades do Mato Grosso, como também deste com outros lugares do Brasil e das Repúblicas vizinhas. O contato entre as diferentes regiões era uma realidade. Mesmo aquelas que estavam no sul da capitania/província mantinham contatos entre si, como Miranda ou Santana do Paranaíba, por exemplo, que mantinham ligações por terra com o termo de Cuiabá.

No decorrer da primeira metade do século XIX, em Mato Grosso, foi possível perceber, perante as fontes consultadas, a importância dos camaradas nos serviços de condução de todo tipo de carga, seja ela comercializada ou não, e destinada a lugares internos ou externos ao território da capitania/província. Essa importância foi verificada também pelo fato de camaradas, ao circularem por estradas e percorrerem diferentes espaços, serem portadores de informações obtidas ao longo do trajeto. As notícias eram repassadas de modo que os habitantes dos ambientes rurais tomavam conhecimento de acontecimentos das vilas, cidades, e vice-versa. Algumas informações ganhavam caráter de recado, neste caso, eram entregues a um particular, estreitando assim a comunicação entre pessoas separadas pela distância.

Na cidade ou no campo, os condutores de carga mantinham ligações de parentesco, amizade e amor. Ao percorrerem as estradas, firmavam contato com moradores próximos às mesmas.¹¹⁵

Conhecedores das vias por onde circulavam, os camaradas de tropa enfrentavam diversas dificuldades, que poderiam ser amenizadas quando encontravam moradores estabelecidos próximos às mesmas, locais onde descansavam, abasteciam, cuidavam da carga e dos animais.

115 Ao realizar a viagem de Cuiabá à vila do Diamantino, Francis Castelnau justificou o atraso na saída da tropa, em virtude de que os tropeiros “tinham sempre longas despedidas a fazer”, para expressar que aqueles trabalhadores estavam ligados por laços de amizades e familiares, já que as viagens os separavam dos entes queridos (CASTELNAU, 2000, p. 323).

Desse contato surgiam laços de amizade, firmados a partir da convivência entre ambos. A importância das propriedades próximas às estradas de acesso interno e externo foi enfatizada nas falas e discursos de presidentes de província, como apoio dado aos viajantes e condutores de tropa, que poderiam amenizar algumas dificuldades encontradas nas viagens. Na ausência dessas propriedades, aumentavam as despesas que eram transferidas para o valor final da mercadoria, para o caso dos que se empenhavam no transporte de produtos comercializáveis.

Nossas estradas, bem o sabem Senhores, não passam de simples trilhos, que quase nada devem à arte e não admitem outros meios de transporte senão animais de carga. Andam-se dezenas de léguas por sertões completamente ermos, e os poucos moradores, que se encontram cá ou lá, nenhum auxílio podem prestar, senão, às vezes, algum milho para o sustento dos animais dos viajantes; e, portanto precisa estes de se munir de mantimentos para semanas e até meses, o que notavelmente aumenta as dificuldades e despesas de viagem (*Relatório do presidente da província de Mato Grosso, capitão de fragata Augusto Leverger, em 10 de maio de 1851, p. 32*).

O trecho acima descreve parte das dificuldades enfrentadas pelos camaradas em suas atividades. Para percorrer caminhos estreitos, andar por locais sem muitos moradores, além da necessidade de se abastecer o suficiente para suprir as necessidades de toda a viagem, caso não encontrassem auxílio próximo às vias terrestres, era preciso diversas bestas para levar as mercadorias consumidas no trajeto. Exemplo dessa situação foi mencionado por Langsdorff na exploração que fez pela Serra da Chapada.

Era preciso levar milho para 12 a 14 dias, e, para transportá-lo, são necessários de 12 a 15 animais. Sabendo do incômodo que isso causa aos viajantes, o proprietário Joaquim da Silva Prado, que é o morador mais afastado, resolveu facilitar algumas coisas para nós. Para alimentar cada 10 ou 12 animais, são necessárias 4 mulas carregadas de milho, o que, no fim, acarreta um número excessivo de animais. Para nos poupar da despesa com a compra do milho, o proprietário mandará, com uma tropa, duas mulas carregadas com milho para 5 dias de viagem, que retornarão quando descarregadas. O restante do estoque de milho será levado por duas mulas da tropa. Galinhas, carne salgada, toucinho, feijão, arroz, tudo será comprado nesta última fazenda (LANGSDORFF, 1997, p. 94-95).

Nem todos os viajantes tinham os privilégios de Langsdorff, que não precisou se abastecer de tudo que necessitaria na viagem, já que o fazendeiro lhe enviaria parte do milho para alimentar as mulas. O estoque de tudo que fosse consumido na viagem fazia parte do trabalho dos condutores de tropa, o que aumentava o número de animais.

Os arrieiros, assim como os camaradas, também constituíam famílias e poderiam morar ou não na propriedade do patrão. Segundo o Mapa de População do Distrito de Serra Acima, de 1809, foram levantados seis arrieiros, sendo 4 solteiros e 2 casados (*Mapa de população distrito de Serra Acima – 1809*, APMT).

Além do salário, os camaradas recebiam alimentação fornecida pelo contratante, que era basicamente arroz, feijão, carne salgada (carne seca), toucinho, farinha de milho e de mandioca, ou seja, alimentos não perecíveis.¹¹⁶ A alimentação poderia ser complementada pela pesca ou a caça de animais abatidos durante o percurso. Na expedição de Langsdorff foram contratados camaradas na função de caçadores para coletar exemplares à coleção científica que o viajante formava com espécies da região, além disso caçavam também animais para consumo da tropa.¹¹⁷ Nos momentos de distração e descanso, cantavam e dançavam o cururu e o minuano (MOUTINHO, 1869a, p. 25-26).

As dificuldades encontradas no serviço de camaradas de tropa eram muitas: longos percursos, estradas estreitas e acidentadas, enfrentamento com os povos indígenas que atacavam e saqueavam os comboios, além do calor, frio e umidade, que contribuíam para debilitar a saúde daqueles trabalhadores. Quanto aos ataques indígenas, não raro foram encontrados nas fontes

116 A alimentação dos condutores de tropa marcou tradições culinárias das regiões a que eles percorriam. O carreteiro (arroz com carne) e o feijão tropeiro são exemplos da culinária que teve inspiração na alimentação de pessoas que se empenhavam na condução de tropas.

117 Langsdorff menciona os acordos firmados com um camarada dotado de qualidades, dentre elas a de ser bom caçador. O trecho que segue evidencia mais uma vez como se dava os acordos de trabalho, e que os camaradas poderiam desenvolver diversas atividades, sendo hábeis nelas ou não. “A aquisição desse homem foi o meu maior feito do dia de hoje. Ele é forte e jovem, prestativo, comportado, exímio caçador e flecheiro, fala português e diz falar também a língua geral dos índios. Acertamos que ele receberia 3 oitavas (=3.600 réis) por mês e que começaria a trabalhar depois de amanhã. Além de todas essas qualidades, ele ainda gosta de caçar e deverá aprender, com o Peixoto, a empalhar aves e criar amor por esse trabalho” (LANGSDORFF, 1997, p. 100).

relatos de ataques em estabelecimentos rurais, vilas, povoados e a viajantes. Eram organizadas as bandeiras para reprimir esses ataques por parte do governo da capitania/província de Mato Grosso, como também da participação de particulares nessas investidas, inclusive a presença de camaradas nessas expedições.

A presença do “não-índio”, do estranho, do europeu, era uma ameaça para alguns grupos indígenas, que para se defender empreendiam ataques contra todo tipo de ameaça, inclusive aquelas que poderiam ser temporárias, como os comboios de tropas e demais viajantes. Assim ocorreu em 1829, quando os Coroado atacaram as tropas dos negociantes Capitão José Coelho Lopes e Capitão Thomé Ribeiro de Magalhães, no caminho que seguia de Cuiabá para Goiás, além do estado de alerta em que já tinham deixado os moradores daquelas mediações. Para reprimir os indígenas – que por sinal eram os primeiros donos da terra – por aquelas investidas, o Governo provincial expediu uma bandeira com 50 homens “com o fim não só de arredar daquela estrada este perigo certo, mas até de seguir aos ditos Índios Coroado a fim de reduzi-los em amizade”. Porém, a bandeira nada conseguiu e, no ano seguinte, novos ataques foram empreendidos, sendo que num deles saiu morto um homem chamado José de Lara, seus dois escravos e mais uma outra pessoa no lugar chamado Chacororé, e com duas flechadas foi morto “um camarada do negociante o Capitão José Alexandre de Macedo no Ribeirão Parnaíba situado no caminho para Goiás” (*ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ – 1719-1830*, p. 249). Para esses ataques, novas bandeiras foram organizadas, e no final da primeira metade do século XIX, assim como na segunda metade da mesma centúria, permaneceram os ataques contra os viajantes.¹¹⁸

Os índios bravios Coroado cometeram neste ano [1850] grandes hostilidades, tanto na estrada de Goiás, como na nova de S. Paulo, perecendo vítimas deles o 1º Tenente Ajudante de Ordens do Comando das Armas, Antônio Corrêa da Costa Pimentel. Mandei com eles três bandeiras que pouco ou nada fizeram e enquanto elas operavam no sertão,

118 Ver Moutinho (1869a, p. 19) e o *Relatório do presidente da província de Mato Grosso o Exmo Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna ao passar a administração da mesma ao Exmo. 1º Vice Presidnete chefe d'Esquadra Augusto Leverger* – 14 de maio de 1863, p. 3.

eles batiam os moradores da estrada de Goiás, incendiando-lhes casas e roças, e fazendo-lhes todo o gênero de hostilidades (*Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em 3 de maio de 1850, pelo presidente da província Coronel João José da Costa Pimentel*, p. 4-5).

Os moradores que poderiam dar algum tipo de ajuda aos viajantes eram atacados pelos indígenas, já que os primeiros ocupavam terras pertencentes aos segundos. Em 1862, o presidente da província de Mato Grosso, Herculano Ferreira Penna,¹¹⁹ em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, argumentou que os moradores que ocupavam a estrada que seguia de Mato Grosso a Goiás já tinham deixado suas propriedades, apontando como uma das causas de tais abandonos os constantes ataques causados pelos índios Coroado e Caiapó, sendo aqueles ataques o fator principal de tais despovoações. Ressalta que foi por aquela via de comunicação que durante mais de um século, até ser franqueada a navegação do Paraguai, fez de Cuiabá o empório do comércio da Província, donde foi importada quase a totalidade das fazendas secas vindas do Rio de Janeiro e da Bahia. Mais adiante, ele apresenta as condições daquela estrada:

Ainda não há muitos anos encontravam-se dispersos ao longo da estrada sítios de moradores, pobres na verdade, mas que, todavia supriam os viajantes com alguns víveres, e muitos principalmente com o milho preciso para o sustento das tropas de animais de carga. Existiam tais sítios, desde o último Engenho do Distrito desta cidade até o Rio Grande, no Alecrim, nas Lavrinhas, nas vertentes, na Agoabranca, nos Sangradouros, no Cabeça de Boi, no Jatubá, nas Antilhas, nos Barreiros, no Passavinte, no Taquaral, na Ínsua e ainda em outros lugares, desertos hoje todos, com exceção apenas dos dois pequenos destacamentos militares da Estiva e do Sangradouro grande, e de uns moradores no lugar dos Macacos; de sorte que, na atualidade tem os tropeiros e mais viajantes de prover-se, antes de entrar na Província, de todo o necessário para o seu sustento e dos seus animais, durante o trânsito pelo sertão, o que torna a jornada muito mais dispendiosa e demorada (*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. o conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862*, p. 108-109).

119 Herculano Ferreira Penna era engenheiro e foi nomeado presidente da província de Mato Grosso por Carta Imperial de 02/09/1861. Sua posse foi em 08/02/1862 e permaneceu na administração até 12/05/1863 (SILVA, 1993).

Os ataques, a falta de pontos de ajuda, assim como as demais dificuldades mencionadas acima poderiam comprometer o abastecimento de cidades, vilas, arraiais, fazendas, destacamentos etc. que dependiam, em parte, daquelas pessoas livres empenhadas no transporte de carga e animais. Na sociedade escravocrata, os homens livres e pobres que trabalhavam como camaradas tiveram espaço em atividades que circunscreviam à dinâmica do mercado interno e externo da capitania/província de Mato Grosso.

Camaradas: entradas, bandeiras, fundação de lugares e abertura de estradas

Como citado anteriormente, desde as primeiras investidas no território mais central da América do Sul, existia a presença de livres pobres, dentre eles homens que trabalhavam como camaradas. A criação de povoados, arraiais e demais núcleos de povoação contaram com a participação daqueles homens livres. Essa pode ser observada ainda nas primeiras expedições, como aquela noticiada por Joseph Barbosa de Sá, em que no ano 1722 Miguel de Sutil, natural de Sorocaba, foi fazer roçado que havia principiado nas margens do rio Cuiabá, e, chegando a este lugar, mandou dois índios carijó ir buscar mel, e estes lhes trouxeram ouro. “Naquela noite não dormiram o Sutil e um camarada europeu chamado João Francisco, por alcunha *o Barbado*, considerando-se mimosos da fortuna e livres das pensões da pobreza, passando a noite em conversas por ocupar os sentidos que o sono havia desamparado”. Logo foram para o arraial do Coxipó e divulgaram a nova descoberta e depois se mudaram para aquele sítio, ao que “chamaram Lavra do Sutil, onde foram formando arraial e desfrutando a lavra” (SÁ, 1904, p. 11).

A participação de camaradas na fundação de lugares também ocorreu na capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX.

Para as investidas, era montado todo aparato para suprir as necessidades dos seus componentes. Alimentação, remédios, animais de condução quando a expedição era via terrestre, ou de canoa quando era pelas vias fluviais, vestimentas, dentre outros materiais básicos para aqueles homens que passariam dias, semanas ou meses fora de casa. Além desses, existia a preocupação com a defesa da expedição, já que sabiam que algumas terras por onde iriam circular não eram vazias, nelas habitavam grupos indígenas, moradores há muito mais tempo e que, ameaçados com a presença dos colonizadores, atacavam-nos. Os exploradores, homens respon-

sáveis por aquele tipo de entrada, persistiam em afirmar que era necessário povoar o “sertão” e que o mesmo não possuía habitante, tentando perpassar pelos seus discursos a ideia de que o território era um espaço vazio. A ideia era renegar a presença indígena. Mas ao mesmo tempo em que proferiam esses discursos, preocupavam-se em se armar para se defenderem daqueles seres humanos que eram os moradores mais antigos. Num discurso contraditório, em que num momento o sertão era deserto e noutra era preciso se defender dos indígenas que ali habitavam, é possível apreender a ideia de posse naquelas investidas.

Abro um parêntese para falar sobre a ideia de *sertão* presente nos discursos oitocentistas. Para Gilmar Arruda (2000), o processo de urbanização que ocorria, principalmente no Rio de Janeiro, no século XIX, contribuiu para que as partes do território brasileiro que ainda conservavam características muito próximas à natureza fossem nomeadas de sertões pelo discurso dos dirigentes e das elites. Lylia Galetti (2000), que também estudou discursos públicos, argumenta que sertão, no século XIX e início do XX, serviria para designar o interior do território brasileiro, assim denominado porque era pouco conhecido ou pouco povoado. Além disso, a palavra servia para se referir aos territórios ocupados por populações indígenas que, ainda naquele momento, resistiam ao processo de colonização. Sendo assim, sertão serviria para se referir às mais distintas regiões do Brasil que fugiam das características urbanas do Sudeste, e às vezes era utilizado como sinônimo de local sem “civilização”, ou seja, longe das características urbanas.

Os discursos proferidos no Sudeste brasileiro se referiam, por vezes, ao Mato Grosso como sertão. Porém, para as pessoas que viviam nos ambientes urbanos e rurais na região mais central da América do Sul, *sertão* se referia ao espaço ainda não ocupado ou pouco habitado e sob domínio de grupos indígenas.

As investidas pelo território eram permeadas de vários tipos de obstáculos, desde as intempéries naturais até aquelas provocadas por insetos, moléstias, fome, e como já mencionado, pelos ataques indígenas.

Para reprimir ataques que os nativos empreendiam a destacamentos militares, fazendas, sítios e povoações, eram organizadas as bandeiras punitivas, e elas também poderiam contar com a participação de camaradas que eram contratados para tais investidas, como também eram disponibilizados pelos seus patrões, por exemplo, proprietários rurais que enviavam seus camaradas para reprimir aqueles ataques que inclusive poderiam ameaçar o viver na proprieda-

de rural. Essa situação ocorria tanto nos núcleos próximos a Cuiabá, Mato Grosso, Diamantino, Vila Maria, Poconé etc. como naqueles no sul da capitania/província, como na povoação de Albuquerque, Miranda, Coimbra, Camapuã, Santana do Paranaíba etc. Nessas localidades, durante a temporalidade que abarca esta pesquisa, foram verificados ataques indígenas e a formação de bandeiras para sua repressão (*Discurso recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto-Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, em o dia 1º de março de 1838, p. 11*).

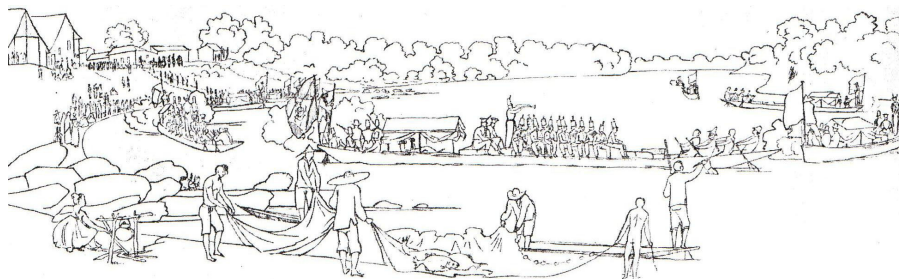


Figura 8 – Expedição no Porto de Cuiabá contra os índios Guaicuru (Hercules Florence). Fonte: FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 181.

A morte causada pelas bandeiras de repressão aos indígenas contribuiu consideravelmente para a extinção e diminuição de vários grupos que habitaram o território de Mato Grosso. A resistência indígena está relacionada à ideia de não aceitar o estabelecimento que estava sendo empreendido pelos colonizadores. Quando não mortos, os nativos que sobreviviam eram entregues a “pessoa de proibidade para criá-los e educá-lo” (*Discurso recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto-Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, em o dia 1º de março de 1838*), ou seja, completar/consumar o processo de ocupação, que ocasionou a destruição cultural de vários grupos étnicos.

Essa situação foi verificada em várias partes da capitania/província de Mato Grosso nos oitocentos. Para se ter uma noção, ao mesmo tempo em que os moradores próximos ao rio Jaurú foram atacados, aqueles que moravam nas regiões da povoação de Lavrinhas foram “insultados e roubados” pelos índios Pareci, a quem o Governo tomou a mesma medida para repreender (*Discurso recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto-Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, em o dia 1º de março de 1838*). E um ano depois os índios Cabixi e Pareci,

que habitavam a margem oriental do rio Galera, um dos afluentes do Guaporé, próximo à cidade de Mato Grosso, atacaram os arraiais de São Vicente e Pilar. Neste momento ocorreram abandonos de estabelecimentos rurais, incêndios de engenhos, como por exemplo, o de D. Antônia Tavares. Da mesma forma, os Bororo atacaram a fazenda Caiçara (*Falla do presidente da Província de Matto Grosso no dia 2 de março de 1839*, p. 62-63). E nas margens do rio Vacaria e do Ivinhema foram assassinados, em novembro de 1848, três moradores do lugar denominado Vacaria, distrito de Miranda, os quais, voltando da comarca de Curitiba em companhia de Joaquim Francisco Lopes,¹²⁰ encarregado pelo barão de Antonina de explorações nos afluentes do Ivinhema, adiantaram-se para chegar mais cedo e se depararam com habitação dos índios Caiuá. O corpo de delito feito pelo subdelegado de Miranda constatou que os três moradores foram assassinados com lesões na cabeça. Para reprimir tal ação, o Governo Provincial mandou que saísse de Miranda uma bandeira para reprimir os índios Caiuá (*Relatório do Presidente da Província de Mato-Grosso o major doutor Joaquim José de Oliveira, em 3 de maio de 1849*, p. 5-6).

O objetivo principal nesta parte do livro não é discutir as lógicas dos ataques indígenas, nem mesmo as medidas tomadas para combatê-las, temas esses que ainda requerem profundidade de análise, mas sim ressaltar que homens livres e pobres que trabalhavam como camaradas fizeram parte dessas investidas. Alguns deles poderiam ser até mesmo indígenas ou descendentes, que, incorporados na sociedade, encontraram no trabalho como camarada um meio para garantir e/ou complementar a subsistência de si e/ou de suas famílias quando as possuíam.

A fundação de núcleos de habitação no sul do território da província de Mato Grosso, assim como nas áreas de mineração nos setecentos e oitocentos, contou com a presença e a participação de camaradas. As primeiras fazendas de gado instaladas no Planalto Sul, como na região do Pantanal, tinham como empregados camaradas que realizavam atividades relacionadas ao trato do gado, policiamento e demais atividades que poderiam estar vinculadas à

120 A mencionada expedição compunha-se de nove pessoas e de um intérprete, que havia ido do aldeamento de São João Batista. Segundo Joaquim Francisco Lopes: “acompanhavam-me Francisco Gonçalves Barbosa, Paulo Rodrigues Soares e José Maria de Miranda [que morreram assassinados por três índios durante o percurso], moradores daquela província de Mato Grosso e que na minha antecedente exploração me haviam seguido para esta província [São Paulo] e mais o negociante Antônio Felipe com seus camaradas ou homens de comitiva, o que perfazia ao todo dezenove pessoas embarcadas em quatro canoas” (LOPES, 2007b, p. 93).

propriedade rural.¹²¹ As propriedades criadas por pecuarista que se estabeleceram na região de Vacaria e de Santana do Paranaíba tiveram como empregados camaradas.

As primeiras expedições pelo sul de Mato Grosso já poderiam contar com a participação daqueles trabalhadores que viviam por “ajustes de trabalho”. Eles estavam nas explorações realizadas em 1830 e 1831 por Joaquim Francisco Lopes, que assim mencionou uma de suas investidas pelo território.

Aviei-me com o necessário e mudei-me para o sertão. O que muito me custou, por causa das grandes pestes do carrapato, que me foi preciso comprar milho para os bois, e azeite para untá-los, e pentear com pente fino para extinguir a grande imundície e mesmo a peste de urinar sangue as quais aturaram quatro anos e destroçou as criações de Minas Gerais; advirto que saí em abril da Vila Franca do Imperador e cheguei a 20 de junho ao Monte Alto, na fazenda do Sr. capitão José Garcia Leal. No dia 24 embarquemos no fundo da roça do dito no mencionado rio Grande de Minas, eu e o dito Garcia, com camaradas: Alexandre, Inácio, Antônio e Barbosa, com nove trelas de cães veadeiros e três canoas (LOPES, 2007a, p. 16).

O trabalho dos camaradas era realizado juntamente com patrão e escravos, que compartilhavam as dificuldades das primeiras investidas. Fundavam propriedades, criavam roças, exploravam a região e marcavam as possessões. Para as explorações e conduções utilizavam-se de canoas, batelões, cavalos e carros de boi. Nos primeiros momentos de ocupação, os senhores, escravos, agregados e camaradas foram vítimas de doenças, ataques de insetos, intempéries presentes nas regiões ainda inexploradas/ocupadas pelo não índio. Além disso, havia a participação nas expedições de membros de alguns grupos indígenas. Eles eram contratados para ajudar a derrubar matas, transportar produtos, levantar casas e demais atividades necessárias para o estabelecimento de um núcleo de povoação.

Sendo assim, a presença de camaradas na região do planalto sul de Mato Grosso ocorreu desde a instalação das primeiras propriedades na região. Alguns deles participaram das expe-

121 Também existiam escravos e agregados em algumas das propriedades rurais instaladas no Sul de Mato Grosso.

dições, pelas vias fluviais ou terrestres. Outros vieram com famílias vindas de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, ou foram contratados no decorrer da instalação das propriedades rurais. Parcela dos camaradas que trabalhavam ali eram indígenas, contratados para expedições, em que usariam seus conhecimentos da região a ser explorada. Assim como existiam grupos que eram contrários à penetração dos colonizadores, outros participaram do processo de formação do espaço controlado pelo não índio, trabalharam na exploração e, posteriormente, na manutenção do mercado regional.

Em diversas partes do território mato-grossense ocorreu a presença de camarada, seja para defesa, exploração ou realização de atividades específicas e/ou diversas.

Na região pantaneira sua participação não era escassa. Nos povoados e propriedades rurais, foi verificada a presença de camaradas. Joaquim Francisco Lopes, em viagem fluvial para Cuiabá, em 1837, mencionou que havia ajustado com um camarada, em Corumbá, para a realização de serviço temporário de navegação, um crioulo de nome Cipriano e seu filho, com os quais seguiram para a capital da província. Viajando já acima do Morro do Amolar, próximo ao Cuiabá-Mirim, ajustou dois camaradas, sendo um deles de nome Antônio Francisco e outro contratado para ser “guia dos campos” (LOPES, 2007a, p. 44 e 46).

Nesse sentido, existiam homens que viviam como camaradas nas distintas regiões da capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX. Além das entradas, bandeiras de repressão aos ataques indígenas e na fundação de lugares, eles trabalhavam também na abertura, reconhecimento e manutenção de estradas, picadas e demais vias de comunicação.

O Governo provincial ou particulares contratavam os serviços de camaradas na abertura, manutenção e reconhecimento de estradas. A necessidade de braços para aquele tipo de obra pública ou particular fazia com que homens livres e pobres encontrassem naqueles serviços oportunidades de emprego.

A preocupação dos dirigentes locais em melhorar as vias de comunicação de acesso a Mato Grosso foi verificada nos Relatórios de Presidentes de Província. As Vias de comunicação nem sempre se encontravam em bons estados de conservação. Mas, em alguns momentos, foi verificada a iniciativa de executar a manutenção e abertura de algumas estradas. Para isso, dentre os elementos essenciais estava a mão de obra, e é nesse contexto que se insere os camaradas.

Em carta expedida pelo presidente da província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, a Joaquim Francisco Lopes, datada de 22 de março de 1837, em que passou as recomendações necessárias para realizar a expedição que reconheceria o sertão de Santana do Paranaíba, abrir caminho daquela povoação até Miranda e introduzir melhoramentos no Picadão, dentre outras recomendações, a primeira era a seguinte:

1º. Logo que chegue à fazenda do delegado deste Governo José Garcia Leal, apresentar-se-á ao mesmo, a quem comunicará a diligência de que está incumbido, e de quem requisitará os necessários camaradas, mantimentos, e todos os mais auxílios precisos, apresentando-lhe esta ordem (LOPES, 2007a, p. 11).

Os patrões que contratassem camaradas para esse serviço, além dos salários acordados, forneceriam alimentação, vestuário e ferramentas de trabalho. Os camaradas que trabalharam na expedição de Joaquim Francisco Lopes receberam panos de algodão e de baeta, calças e camisas (LOPES, 2007a, p. 51). A alimentação era à base de farinha, canjica, feijão, sal, rapadura e arroz. Nas investidas levavam sabão, fios de algodão, couro de boi, cangalhas, pólvora, cavalos, facão, foices, fumo etc. Foram contratados camaradas “para o trabalho da picada”, dentre eles, um por nome de Geraldo da Silva e outro Manuel Ribeiro.

Camaradas que trabalhavam na abertura de estradas enfrentavam todos os tipos de intempéries naturais, inclusive ataques de animais como de onça, por exemplo, daí a necessidade de armas de fogo e pólvora. O serviço era feito a pé ou com uso de animais (em forma de marcha). No decorrer da abertura de estradas, pescavam, caçavam e inclusive paravam para lavar roupas, daí a necessidade de levar sabão. Abrir vias de comunicação era uma atividade lenta, que demorava certo tempo para a finalização. A alimentação era complementada com o que era encontrado nas matas, e, quando os víveres acabavam, deveriam se empenhar ainda mais na caça, pesca e coleta.

As melhorias e construção de estradas também contavam com a mão de obra de camaradas. Assim ocorreu em 1845 com a construção de uma ponte no rio Coxipó-Mirim, na estrada que seguia de Cuiabá ao distrito de Serra Acima, via de comunicação esta importante para a capital da província, já que por ela é que se transportava boa parte dos víveres que abasteciam

Cuiabá (*Discurso recitado pelo Exm. Presidente da Província de Matto-Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, em 1º de março de 1845, p. 25*).

O motivo em utilizar a mão de obra de homens que viviam por ajuste de trabalho nas entradas, bandeiras, fundação de lugares, abertura de estradas e demais tipos de expedições, pode ser relacionado à ideia de que tais atividades se utilizassem do trabalho cativo, poderiam servir atrativos para a fuga e a liberdade, além de colocar em risco a propriedade escrava em acidentes durante as tarefas. Contratar trabalhadores livres seria mais vantajoso, tendo em vista que os mesmos teriam que realizar certa atividade para receber o pagamento total ou parcial firmado no momento do acordo.

Dentre outros serviços em que eram encontrados homens livres que tinham por ocupação a de camarada, estava a extração de sal, a mineração e serviços para pessoas que viviam de suas agências.

Durante a primeira metade do século XIX, o sal era vendido num valor elevado no território de Mato Grosso. Importado de outras regiões do Brasil, nem sempre estava acessível a toda população. Desde o século XVIII já existiam iniciativas por parte de particulares ou do governo da Capitania/Província para descobrir salinas, de modo a suprir a falta daquele produto que recebia um valor avultado pela sua escassez e pelo oneroso frete e impostos a que estava sujeito. Joaquim Francisco Lopes presenciou, em 1835, o trabalho de camaradas na extração do sal nas proximidades do rio Coxim (LOPES, 2007a, p. 35).

Os camaradas, homens “que viviam de ajuste”, estavam inseridos no processo produtivo da região mais central da América do Sul e davam suporte fundamental para o desenvolvimento do mercado interno.

Eram sim, marginalizados e desclassificados sob a visão das elites, que interpretavam o modo de viver dos livres pobres como vadiagem, considerando-os indivíduos ociosos, que obstaculizavam o desenvolvimento da região. Mas, deixando de lado a visão da elite, percebi que as pessoas que faziam parte daquela camada participavam da sociedade, da economia e da cultura de Mato Grosso na primeira metade do século XIX.

A ordem escravocrata reservara algumas atividades a camaradas e demais livres pobres, mas cabia a alguns deles decidir em qual atividade se empenhariam. Muitos estavam livres para

desenvolver determinadas atividades. Fatores como habilidade em ofícios eram elementos que guiavam indivíduos a alguns tipos de trabalhos, da mesma forma que garantiam valor maior de salário em relação aos iniciantes que não tinham muita familiaridade com o serviço a ser desenvolvido.

Neste capítulo procurei analisar a participação de camaradas no processo produtivo de Mato Grosso e algumas atividades ligadas a ambientes rurais que também eram desenvolvidas por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem se propõe a estudar o Mato Grosso do século XIX se depara com informações na documentação sobre a geografia, a fauna, a flora e demais recursos naturais da região. Região esta que, num primeiro momento, fazia limite com as possessões espanholas na América, e depois passou a fazer fronteiras com as Repúblicas boliviana e paraguaia.

O território de Mato Grosso naquele momento era habitado, grosso modo, por grupos indígenas, por pessoas abastadas, escravos (as) e pessoas livres e pobres. Essa população estava estabelecida e/ou trabalhava em aldeias, ambientes urbanos, rurais e militares. A heterogeneidade dos habitantes estava não somente entre as camadas sociais, mas também no interior delas. Verificada a complexidade desta última camada social, foi iniciada a coleta de pista, sinais e indícios sobre pessoas que tinham por ocupação a de camarada.

Viver como camarada era a ocupação de homens livres ou libertos pobres. Eles firmavam acordos de trabalho com uma pessoa (patrão/patroa), e desse acordo conseguiam o necessário ou o complemento para garantir sua sobrevivência, e/ou de suas famílias quando as possuíam.

Se pensarmos nas características físicas dos camaradas, é possível afirmar que eles, assim como as demais pessoas que faziam parte da camada livre e pobre, possuíam as mais diferentes tonalidades de cor de pele. A tez mais clara servia para citá-los como brancos, uma derme não tão escura para mencionar denominações mestiças, e a cútis mais escura para se referir aos afro-descendentes ou libertos, que por vezes apareceram na documentação como preto, crioulo, ou como proveniente de algum grupo étnico ou região do continente africano.

Os camaradas eram homens que poderiam permanecer/viver numa localidade por muito tempo, desde o nascimento até a morte, e também existiam aqueles que percorriam locais internos e/ou externos ao território mato-grossense. Nesse viver situado e/ou em movimentação, permaneciam solteiros ou contraíam casamento e formavam famílias compostas por esposa e filhos (as).

Para alguns, a ideia de liberdade poderia estar ligada à não dependência de outrem. Trabalhar por acordos temporários facilitaria a manutenção da sua situação de livre. Porém, outros poderiam permanecer na propriedade de um patrão por tempo maior que uma simples realização de atividade temporária. Dos casos trabalhistas nasceram diferentes tipos de relações entre empregados e patrões, por vezes amistosas, de conciliação e/ou de conflitos.

Como trabalhadores que viviam de acordos de trabalho, eles foram utilizados para diferentes tipos de atividades desenvolvidas no território de Mato Grosso, como, por exemplo, no trato do gado; na condução de carga e/ou pessoas; em atividades extrativas; nas explorações pelo interior da região; em atividades agrícolas; na navegação fluvial etc. Sujeitos que encontraram na prestação de serviços, para desenvolver trabalhos específicos ou diversos, oportunidades para garantir alguns meios vitais para sobreviver numa sociedade escravista.

Dependendo da atividade a ser desenvolvida, o cotidiano de trabalho de camaradas era repleto de desafios, perigos naturais e cenas de um viver característico. Viver este que se perdeu, assim como as atividades de trabalho que não são mais praticadas ou são pouco praticadas num Brasil que atualmente possui a presença de maquinários no campo e de “modernos” sistemas de transporte e comunicação.

Com a extinção de algumas modalidades de trabalho, foram perdidas também denominações e significados que serviram para nomear seus trabalhadores. Se nos perguntarmos o que ficou na memória da maioria da população brasileira, em especial daqueles residentes nos atuais Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul, sobre o que era ser camarada no século XIX, poderíamos obter diferentes respostas com explicações relacionadas aos significados de amizade, coleguismo e companheirismo.

Na memória da maioria da população brasileira, perdeu-se a noção de que com essa mesma palavra muitos trabalhadores eram identificados e se auto identificavam. Homens que

não permaneceram na memória como os “heróis” nacionais, mas que contribuíram nos séculos XVIII, XIX e até parte do século XX para a economia, a dinâmica social e cultural do Brasil.

No decorrer desta obra, o leitor pôde perceber que na região e período estudados, a palavra camarada era usada não somente para tratamento militar, e como sinal de amizade e companheirismo, mas também para denominar homens que viviam de acordos de trabalho para desenvolver os mais variados tipos de atividades. Porém, foi possível distinguir nas fontes, quando tal palavra foi empregada com sentido de companheirismo, ou para se referir a trabalhadores livres.

Em muitas fontes, os camaradas não possuíam características físicas, nomes, comportamentos etc., ou seja, elementos de identificação pessoal daqueles sujeitos. Apareciam apenas citados como camarada (as), seja em situações do cotidiano ou na realização de alguma atividade de trabalho. Em alguns momentos, a quantidade de informação sobre escravos e membros das elites superou a da população livre e pobre. Isso demonstra não somente o reduzido número de dados sobre aquela camada social na documentação consultada, mas também que o presente estudo só foi possível a partir de fragmentos sobre a vida de parcela da população oitocentista.

Algumas tipologias de atividades desenvolvidas por camaradas, principalmente aquelas voltadas para fazendas de gado, são atualmente desenvolvidas na região por peões. As tropas de mulas e a navegação fluvial foram substituídas gradativamente por outros meios de comunicação, como, por exemplo, navegação a vapor, estrada de ferro, rodoviárias, aviação etc. Gradualmente, com a extinção daquelas atividades, a palavra camarada foi deixando de ser utilizada para se referir a uma categoria de trabalhadores.

Num viver característico, permeado por uma lógica de vida que nada tinha a ver com aquela pensada e/ou vivenciada pelas elites, os livres pobres estiveram presentes na sociedade do Mato Grosso na primeira metade do século XIX.

Esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o assunto camarada, muito menos esboçar todos os tipos de arranjos construídos por aqueles homens, já que as situações vivenciadas por eles eram múltiplas e dinâmicas. Os resultados aqui apresentados tiveram por intuito contribuir para a discussão sobre a presença e participação de livres e pobres na sociedade brasileira no período escravista.

O estudo sobre os camaradas evidenciou a diversidade de relações tecidas por aqueles homens, bem como a importância que eles tiveram para a dinâmica interna da região mais central da América do Sul. Ser camarada nem sempre significava ser amigo, companheiro, colega. Mas, enquanto trabalhador livre, poderia ser o Pedro, o João, o Francisco, o Joaquim, o José, o Manoel etc.; ou seja, pessoas diferentes, complexas, com distintos anseios, angústias, sentimentos, modos de viver e sentir. Enfim, seres idiossincráticos.

FONTES

Fontes Manuscritas (citadas)

Mapas de população

Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838. Lata 1838. APMT.

Mapa de População do Distrito de Serra Acima, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago, 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Mapa dos Habitantes que existem na Capitania de Matto Grosso em o anno de 1800. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processos crimes e cíveis

Processo 103, caixa 04, 1822. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 104, caixa 04, 1823. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 124, caixa 05, 1832. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 133, caixa 05, 1835. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 135, Caixa 05, 1836. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 138, caixa 05, 1837. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 145, Caixa 05, 1838. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 150, caixa 05, 1840. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Processo 167, caixa 06, 1844. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 172, caixa 06, 1845. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Processo 175, caixa 06, 1845. Fundo Tribunal da relação. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Processo 179, caixa 06, 1847. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Processo 189, caixa 06, 1849. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Processo 194, caixa 06, 1850. Fundo Tribunal de Relações. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Inventários

Inventário Post-mortem de Anna Fernandes, nº. 81, caixa 06, 1842. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

Relatórios de presidentes de província

Relatório apresentado pelo presidente de província Estevão Ribeiro de Resende, na abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial, em 2 de março de 1839. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: 17 ago. 2008.

Fontes Impressas (citadas)

Relatos de Viajantes, Cronistas, Ofícios.

ALINCOURT, Luís D'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975.

_____. Offício do Engenheiro Luiz D'Alincourt em 10 de novembro de 1824 – Contendo notícias Interessantes sobre a parte meridional da província de Matto-Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo XX, p. 333, 3º trimestre de 1857.

_____. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, 1824. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo XX, p. 334-345, 3º trimestre de 1857.

_____. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-mór engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Primeira – Statística Geographica e Natural. *Annaes da Bibliotheca Nacional*. v. III Rio de Janeiro: 1877-1878, p. 68-161 e p. 225-278.

_____. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D' Alincourt, sargento-mór engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil. *Annaes da Bibliotheca Nacional*. v. III. Rio de Janeiro: 1880-1881, p. 39-142.

_____. Trabalhos e indagações que fazem o objeto da estatística da província de Mato Grosso, feitos no ano de 1826 para 1827. In: COSTA, Maria de Fátima G. (Org.). *Percorrendo manuscritos entre Langsdorff e D'Alincourt*. Cuiabá: Editora Universitária, 1993, p. 50-97.

BOSSI, Bartolomé. *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas*: com a descrição da província de Mato Grosso em seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e seus produtos naturais. Tradução de Maria do Rosário de Fátima Gomes Godinho. Brasília: Ed. Senado Federal, 2008.

CASTELNAU, Francis. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

CASTRO, Miguel João de; FRANÇA, Antonio Thomé de. Abertura de comunicação commercial entre o Districto de Cuyabá e a cidade do Pará, por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajós, empreendida em setembro de 1812 e realisada em 1813 pelo regresso das pessoas que nessa diligência mandou o governador e capitão-general da capitania de Mato-Grosso. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, tomo XXXI, parte primeira, p. 107-160, 1868.

COUTINHO, Francisco de Sousa. Informação sobre o modo porque se effectua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do commercio e do Estado. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, tomo XXVIII, parte primeira, p. 38- 69, 1865.

Discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na cachoeira do Salto do rio Madeira, para facilitar o utilíssimo e indispensável commercio, que pela carreira do Pará se deve fomentar para Matto-Grosso, de que resultará a prosperidade de ambas as capitanias. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, tomo XX, p. 260-270, 2º trimestre de 1857.

ELLIOTT, João Henrique. Itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Iguatemi, Amambaí, e parte do Ivinhema, com os terrenos adjacentes começado no dia 3 de agosto de 1857, por Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott. In: *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. v. II. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007, p. 115-152. Séries Relatos Históricos. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br/>>. Acesso em: 09 nov. 2009.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

ENDLICH, Rodolpho. A criação do gado vaccum nas partes interiores da América do Sul. *Boletim da Agricultura*. São Paulo, 4, p. 6, 1903.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução de Visconde de Taunay. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

Itinerario das viagens exploradoras emprehendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, segunda série, tomo terceiro, p. 153-177, 1848.

LANGSDORFF, Georg Heinrich von. *Os diários de Langsdorff*. Organizado por Danuzio Gil Bernardino da Silva. v. III. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

LEVERGER, Augusto. Carta e roteiro da navegação do rio Cuyabá, desde o salto até o rio S. Lourenço e deste último até a sua confluência com o Paraguay. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 25, p. 331- 345, 1862.

_____. Derrota de navegação interior: da Vila de Porto Feliz na província de São Paulo à cidade de Cuiabá capital da província de Mato Grosso – 1830. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 247, p. 356-391, abr/jun. 1960.

_____. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Paraná (1846). *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 25, p. 211- 284, 1862.

LOPES, Joaquim Francisco de. 1829 a 1839 – Para reconhecer o sertão de Santana do Paranaíba, abrir um caminho daquela povoação até Miranda e introduzir melhoramentos no Picadão (do Tabuado até Piracicaba). In: *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. v. II. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007a, p. 09-61. Série Relatos Históricos. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br/>> . Acesso em: 09 nov. 2009.

_____. Itinerário de Joaquim Francisco Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e a de Mato Grosso pelo Baixo Paraguai. In: *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. v. II. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007b, p. 91-114. Séries Relatos Históricos. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br/>>. Acesso em: 09 nov. 2009.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Itinerário da viagem de Cuyabá a S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Shoroeder, 1869a.

_____. *Notícia sobre a província de Matto Grosso*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoroeder, 1869b.

PACCA, Manoel Joaquim Pinto. Mato Grosso por Coritiba e Tibagy: Itinerário da viagem que fiz ao Baixo Paraguay, por ordem de S. Ex. o Sr. Márquez de Caxia, Ministro e Secretário D'Estado dos Negócios da Guerra, acompanhado das observações que lhe são concernentes. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, tomo XXVIII, parte primeira, p. 32- 37, 1865.

PITANGA, Epifanio Candido de Sousa. Diário da viagem do Porto do Jatahi à villa de Miranda: compreendendo os rio Tibagi, Paranapanema, Paraná, Samambaia, Ivinheima e Brillhante, o Varadouro do Neoac, e os rios Neoac e Miranda. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico, e Ethnographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, tomo XXVII, p. 149-192, 2º trimestre de 1864.

REIS, José de Miranda da Silva; EÇA, Joaquim da Gama Lobo d'. Itinerário da viagem terrestre da cidade de Santos, na província de S. Paulo, à Cuyabá, capital da província de Mato Grosso (1857). *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, tomo XXVI, p. 317- 360, 1863.

SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thé os presentes tempos. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v. XXIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 05-58.

SOUZA, Candido Xavier de Oliveira. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 202, p. 1- 132, jan/mar. 1949.

VIEGAS, Luiz Soares. Itinerário da viagem da Corte à Vila de Miranda, província de Mato-Grosso, feito em cumprimento de ordem do Exm. Ministro e Secretário D'Estado dos Negócios da Guerra Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho (1858-1859). *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, tomo XXVI, p. 455- 535, 1863.

WAEHNELDT, Rodolfo. Exploração da província de Mato Grosso. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico, e Ethnographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, tomo XXVII, p. 193-229, 2º trimestre de 1864.

Relatórios, Falas e Discursos de Presidentes de Província

Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno na abertura da sessão extraordinária na Assembleia Legislativa Provincial, em 30 de novembro de 1836. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1845. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Discurso recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 1º de março de 1837. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Discurso recitado pelo Exm. Presidente da Província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembleia Provincial, em o dia 1º de março de 1838. Cuiabá: Typ. Provincial de Cuiabá, 1845. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Discurso que recitou o presidente Estevão Ribeiro de Resende, presidente da província de Mato Grosso, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 1º de março de 1840. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1840. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária no dia 1º de março de 1844 pelo presidente da província, o coronel Zefirino Pimentel Moreira Freire. Cuiabá: Tip. Provincial, 1844. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Discurso recitado pelo Exm. Presidente da Província de Matto-Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1845. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Discurso recitado pelo Exm. Presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de junho de 1846. Cuiabá: Typographia Provincial, 1846. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Relatório do Presidente da Província de Mato-Grosso o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro: Typo. Imp. E Const. de J. Villeuve e Comp., 1850. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1850, pelo Exm. Sr. presidente da província Coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1850. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso o capitão de fragata Augusto Leverger na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1852. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Relatório do Presidente de Mato Grosso, Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Tipografia do Echo Cuiabano, 1854. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá: Tipografia do Echo Cuiabano, 1856. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. o conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Typographia do Matto-Grosso, 1864. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso o Exmo Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna ao passar a administração da mesma ao Exmo. 1º Vice Presidente chefe d'Esquadra Augusto Leverger. Cuiabá: Typographia de Souza Neves e Companhia, em 14 de maio de 1863. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Dicionários

BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino*: 1712-1728. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso em: mar. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

Novo dictionario da lingua portugueza. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=ubQGAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=dicionario+da+lingua+portugueza&lr=&cas_brr=1&ei=Fh4vStq5MZnCyATr9yLCA#PPT5,M1. Acesso em: 01 jun. 2009.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionario da língua portugueza: recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso em: 18 jan. 2010.

Leis e Decretos

BRAZIL. Decisão nº 67 de 10 de Julho de 1822. Marca o modo por que se deve fazer o Recrutamento. *Collecção das Decisões do Governo do Império Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 56-58.

_____. Decreto nº 2827 de 15 de março de 1879. Dispõe o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços. *Collecção de Leis do Império do Brazil de 1879*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. Parte I, Tomo XXVI, p.11-20.

_____. Lei de 13 de setembro de 1830. Regula o contrato por escrito sobre prestação de serviços feitos por Brasileiro ou estrangeiro dentro ou fora do Império. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1830*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Parte I, p.32-33. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso: 03 out. 2009.

_____. Lei nº 108 de 11 de outubro de 1837. Dando várias providências sobre os contratos de locação de serviços dos colonos. *Collecção de Leis do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. Parte I, p.76-80.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

_____. Lei nº. 2556 em 26 de setembro de 1874. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1874*. Tomo XXXVIII. Parte I. v. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. p. 64-74.

Decreto de nº 47 de vinte de setembro de 1838. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1838*. Tomo I. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838, p. 35. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=sbRPAAMAAJ&pg=PA7&dq=provincia+mato+grosso&cas_brr=1&ei=G6BHSpSAHoy0Njr-1YME>. Acesso em: 28 jun. 2009.

Diversas

ANAIS DE VILA BELA: 1734-1789. Organização de Janaína Amado e Leny Caselli Anzai. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006. (Coleção documentos preciosos).

ANNAES DO SENNADO DA CAMARADA DO CUYABÁ: 1719-1830. Transcrição e Organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

Extracto do mappa de população de 1800, doado por Caetano Pinto de Miranda em 1807. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, tomo XX, p. 281, 2º trimestre de 1857.

Mapa das Comarcas e Paróquias da diocese de Cuiabá e Mato Grosso. In: *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveiras, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850, p. 21.

Mapa dos Municípios da província de Mato Grosso. In: *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849*. Rio de Janeiro: Typ. Im. e Const. De J. Villeneuve e Com., 1850, p. 22.

Noticia resumida do tempo da fundação e nomes dos fundadores dos principais lugares da capitania de Matto-Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, tomo XX, p. 276- 281, 2º trimestre de 1857.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*. 1980. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do mercado interno em Mato Grosso: século XVIII*. 1987. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 188-301.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Variiedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no velho mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. v. 1. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 40-63.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. *O governo local na fronteira Oeste do Brasil: a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)*. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998, p. 233-242.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanaes matogrossense: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: IHGE/CNG, 1946.

CORREA, Valmir Batista. *História e violência em Mato Grosso: 1817-1840*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

_____. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

CRIVELENTE, Maria Amélia Alves. Poder e cotidiano na Capitania de Mato Grosso: uma visita aos senhores de engenho do Lugar de Guimarães (1751-1818). *Revista de Demografia Histórica*, v. 21, n. 2, p. 129-152, 2003. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=857544>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

DEPRECADADA. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/servicos/glossario>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Suelme Evangelista. *O forte príncipe da beira e a fronteira noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Enciclopédia ilustrada de Mato Grosso*. Cuiabá: Buriti, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araraguaba na rota das monções (1718-1838)*. 2002. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro – 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. Ao mesmo tempo sitiados e sitiados: a luta pela subsistência em Salvador (1822-1823). In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. p. 411-445.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

IPECACUANHA. Disponível em: <<http://www.inova.unicamp.br/inventabrasil/ipeca.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. 2006. 439 f. Tese (Doutorado em História) – ICHF/Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

KOMISSAROV, Boris. *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*. Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. Rio de Janeiro: Edições Alumbamento / Livroarte Editora, 1988 (vol. 2: Aquarelas e desenhos de Adrien Taunay).

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, 1999. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg3.htm#_ednref53>. Acesso em: 22 jan. 2010.

_____. A visão estrangeira: a Independência do Brasil (1780-1850) na historiografia europeia e norte-americana. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 119-177.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estudos Econômico*, São Paulo. v. 37, n. 2, p. 353-372, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612007000200005&script=sci_arttext>. Acesso: 21 ago. 2009.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____.; NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novos Problemas*. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976.

LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Orgs.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 265-297.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso – 1830-1870*. 1993. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas (1840-1880)*. 2003. 442 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas*: CMU/Unicamp, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1966.

MESQUITA, José Barnabé de. Grandeza e decadência da Serra-Acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, anos 12 a 14. n. 27 a 28, 1931-1932. Disponível em: <<http://www.jmesquita.brtdata.com.br/bvjmesquita.htm>>. Acesso em: 15 maio 2009.

_____. *A chapada cuiabana: seu passado, seu presente, as possibilidades do seu futuro*- Ensaio para o IX Congresso Brasileiro de Geografia. Cuiabá, 1940. Disponível em: <<http://www.jmesquita.brtdata.com.br/bvjmesquita.htm>>. Acesso em: 15 maio 2009.

_____. *Genealogia matogrossense*. Cuiabá: Academia Matogrossense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1992.

MIRANDA, Lílian Lisboa. Embates sociais cotidianos na São Paulo setecentista: o papel da câmara municipal e dos homens livres pobres. *Revista de História – FFLCH/USP*, São Paulo, n. 147, p. 53-69, 2º sem. de 2002.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na idade média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil monárquico: o processo de emancipação. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, v. 1, 4. Ed, p. 119-131, 1976.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750)*. 2008. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PAIVA, Eduardo França. Depois do cativo: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 505-521.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História e História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*: notas para discussão. Dourados, 2004. 37 p. Digitado.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 1917. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19650>. Acesso em: 17 set. 2009.

RESENDE, Maria L. C. de. “Brasis coloniais”: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, Maria E. L.; VILLALTA, Luiz C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 221-251.

RESENDE, Edna Maria. Flagrantes do cotidiano: um olhar sobre o universo cultural dos homens livres pobres em São João Del-Rei (1840-1860). In: PAIVA, Eduardo F; IVO, Isnara Pereira. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 107-122.

RODRIGUES, Firmo José. A lenda da Poaia. *Figuras e coisas da nossa terra*. São Paulo: Gráfica Mercúrio, 1960.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, C. A; JESUS, N. M. de (Org.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.

SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. 2006. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso-Século XVIII*. Cuiabá: UFMT, 1995.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Edição APMT, 1993.

SILVA, Valderéz Antonio. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no Vale do Médio Tietê*. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

SILVA, Vanda da. *Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, Verone Cristina. *Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*. 2001. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Jessé José Freire de. *A construção social da subcidadania*: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Slaves and planters in western Brazil*: material culture, Identity and power. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Florida, Florida.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle (Visconde de Taunay). *Céus e terras do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

_____. *Inocência*. São Paulo: Objetivo, 2000.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *Cativos do sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. Cuiabá: Marco Zero, 1993.

WOJCIECHOWSKI, Eula. “*Sem lei nem rei*”: debochados, vadios e perniciosos – os soldados militares na Província de Mato Grosso, 1850 a 1864. 2004. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

APÊNDICES

Apêndice A – Composição familiar de pessoas mencionadas com ocupação. (Freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838)

Nome	Ocupação	Natur./cor	Idade	Estado civil	Esposa (o)	Filhos (as)	Parentes	Agregados (as)	Camaradas	Escravos (as)
Joaquim da Silva Ferreira	Lavrador	Cuiabá/ Caboré	50	C	X	11
Faustino Pereira de Sousa	Alfaiate	Cuiabá/ pardo	60	S	1
Antonio Lopes de Loures	Lavrador	Cuiabá/ branco	50	C	X	8	6
Antonio Francisco Rondon	Lavrador	Cuiabá/ branco	41	C	X	3
Manoel Fernandes	Alfaiate	Cuiabá/ pardo	37	C	X	4	4
Victoriano Soares da Silva	Lavrador	Cuiabá/ branco	42	C	X	4	7	1	8
Gabriel de Ar-ruda Botelho	Lavrador	Cuiabá/ branco	56	C	X	6	1 afil-hado
Antonio Dias Marques	Lavrador	Cuiabá/ pardo	76	C	X
João Vaz Barboza	Alferes	... / branco	40	S	1	8
João da Silva Nogueira	Lavrador	Cuiabá/ pardo	27	C	X	1
José Antônio da Cunha	Lavrador	Cuiabá/ branco	38	C	X	4	10
Salvador da Costa Santos	Lavrador	Cuiabá/ caboré	30	C	X	2
José de Gusmão e Silva	Lavrador	Cuiabá/ caboré	61	S	7
Jacinto de Gusmão e Silva	Lavrador e Inspetor	... / pardo	25	C	X	2	2

Capitão Luis José de Figueiredo	Vive de engenho e roça	Cuiabá/branco	64	C	X	4	1 neto	3	25
Antonio Maria Pinto de Figueiredo	Alferes, vive de sua fazenda e roça	Cuiabá/branco	23	C	X	2	7	5
Constantino José da Trindade	Inspetor / pardo	40	V	1
José Anacleto de Barros	Capitão / branco	70	C	X	1	4	6
João Teixeira*	Vive de seu engenho e roça	Cuiabá/branco	32	S	4 (mãe e 3 irmãos (ãs))	1	11
Miguel Rodrigues Pereira	Vive de seu engenho	Cuiabá/branco	60	C	X	9	6	5

* A chefe da família era Anna Maria da Silva, mãe do homem citado.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Apêndice B – Características ocupacionais de famílias que possuíam escravos. (Freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838)

Chefe de família	Naturalidade/cor	Idade	Estado civil	Esposa(o)	Filhos(as)	Parentes	Agregados(as)	Camaradas	Escravos(as)
José da Silva Cruz	Cuiabá/branco	31	S	2	1
Manoel Gonçalves da Silva / branco	45	C	X	5	1	3
José da Cruz Teixeira	Cuiabá/branco	40	C	X	6	3	6
Manoel de Oliveira Prado	Cuiabá/pardo	57	S	1	7
Joaquim Jose da Fonseca	Cuiabá/pardo	26	C	X	1	2

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

João Pedro da Fonseca	... / branco	40	C	X	4	2
Ifigênia Maria de Jesus	... / parda	80	V	1	3	3
Anna Fernandes	... / parda	38	V	1	1
Escolástica Maria	... / parda	42	V	1	2	1
João de Godois	... / pardo	40	C	X	5	1
Eduardo de Arruda Botelho	Cuiabá/ branco	39	S	5	1	1
Maria de Arruda	Cuiabá/ branca	39	V	9	1
José Luis Barata	Cuiabá/ branco	25	C	X	2	4
Antonio Lopes de Loures	Cuiabá/ branco	50	C	X	8	6
Josefa de Souza	Cuiabá/ parda	42	V	7	1	1
Anna Ferreira Leme	Cuiabá/ bastarda	90	V	2	5
Maria Ferreira de Jesus	Cuiabá/ parda	50	V	4	1
Manoel Fernandes	Cuiabá/ pardo	37	C	X	4	4
Victoriano Soares da Silva	Cuiabá/ branco	42	C	X	4	7	1	8
Constantino Soares da Silva	Cuiabá/ branco	46	C	X	3	3	6
Francisco Dias Pedroso	Cuiabá/ branco	37	C	X	5	2	2	4
Benedito	Cuiabá/ branco	46	C	X	6	3	4
Izabel Domingas	Cuiabá/ branca	40	V	1	1	1
José Pinto de Lara	Cuiabá/ branco	58	C	X	5	8	2
José Lara	Cuiabá/ pardo	52	C	X	2	1
José de São João	... / Caboré	50	C	X	3	5
João Vaz Barboza	... / branco	40	S	1	8

João da Silva Nogueira	Cuiabá/ pardo	27	C	X	1
José Antonio da Cunha	Cuiabá/ branco	38	C	X	4	10
José de Gusmão e Silva	Cuiabá/ branco	61	S	7
Francisco de Arruda Pinto / branco	48	C	X	6	10
Dorotéia dos Prazeres / branca	34	V	5	1	27
Jacinto de Gusmão e Silva / pardo	25	C	X	2	2
Capitão Luis Jose Pinto de Figueiredo	Cuiabá/ branco	64	C	X	4	1	3	25
Alferes Antonio Maria Pinto de Figueiredo	Cuiabá/ branco	23	C	X	2	7	5
Antonio da Silva Rondon	Cuiabá/ branco	70	C	X	4	4	12
Domingos da Silva Gomes / pardo	40	C	X	4	4
Ângelo de Oliveira Pombal / pardo	56	C	X	6	1
Francisco de Oliveira Bastos / pardo	30	S	3	7
José de Souza Ferreira / branco	36	V	1	1	5
Joaquim Vieira / pardo	60	C	X	1	11	10
Capitão José Anacleto de Barros	... / branco	70	C	X	1	4	6
Anna Maria da Silva	Cuiabá/ branca	58	V	4	1	11
Miguel Rodrigues Pereira	Cuiabá/ branco	60	C	X	9	6	5
Vicente Antonio de Lima	São Paulo/ branco	40	C	X	5	3	2	5
José Apolinário de Oliveira	Cuiabá/ branco	50	C	X	1	24
Anna da Silva	Cuiabá/ parda	54	V	3	32

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.



Apêndice C – Relação dos nomes de rios, ribeirões, riachos, córregos, cachoeiras, lagoas etc. identificados nas fontes consultadas referente ao território de Mato Grosso (1808-1850)

Bahia Negra
Cachoeira André Alves
Cachoeira Baruri-assú
Cachoeira Baruri-mirim
Cachoeira Beliago
Cachoeira Canal do Inferno
Cachoeira da Bananeira
Cachoeira da Canoa-velha
Cachoeira da Imbirussús-guassú
Cachoeira da Imbirussús-mirim
Cachoeira da Madeira
Cachoeira da Misericórdia
Cachoeira da Pederneira
Cachoeira da Raizama
Cachoeira das Anhumas
Cachoeira das Araras
Cachoeira das Furnas
Cachoeira das Lages
Cachoeira das Ondas Grandes
Cachoeira de S. Lucas
Cachoeira de Santa Iria
Cachoeira de Santo Antônio
Cachoeira de São Rafael
Cachoeira de Todos os Santos
Cachoeira do Álvaro
Cachoeira do Anhanduhy
Cachoeira do Banguê
Cachoeira do Bicudo
Cachoeira do Caldeirão do Inferno
Cachoeira do Chico-Santo
Cachoeira do Estreitão
Cachoeira do Formigueiro
Cachoeira do Guajará-guassú
Cachoeira do Guajará-mirm
Cachoeira do Labirinto

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Cachoeira do Mangabal
Cachoeira do Paredão
Cachoeira do Pau-Grande
Cachoeira do Ribeirão
Cachoeira do Robalo
Cachoeira do Saltinho
Cachoeira do Salto
Cachoeira do Sítio
Cachoeira do Sucuriú
Cachoeira do Tamanduá
Cachoeira do Theacoron
Cachoeira dos Morrinhos
Cachoeira dos Três Irmãos
Cachoeira Giquilaya
Cachoeira Giráo
Cachoeira Imbirossú
Cachoeira Ipaturá
Cachoeira Juiá
Cachoeira Lage Grande
Cachoeira Lage Pequena
Cachoeira Maranhão
Cachoeira Pederneira
Cachoeira Pedra-Redonda
Cachoeira Robalo
Cachoeira S. Carlos
Cachoeira S. Florêncio
Cachoeira S. Gabriel
Cachoeira S. João
Cachoeira Salto Augusto
Cachoeira Salto de S. Simão
Cachoeira Salto do Cajurú
Cachoeira Salto do Curáo
Cachoeira Sapezal
Cachoeira Taquaral
Cachoeira Taquarizal
Cachoeira Taquirá-paya
Cachoeira Tejuco
Cachoeira Vamicanga
Cachoeiras do Banquinho
Córrego Alto da Serra

Córrego Aterrado
Córrego Burziga
Córrego Cabeça de Boi
Córrego Cachoeirinha
Córrego Cercadinho
Córrego Corisco
Córrego Forquilhas
Córrego Fura Broaca
Córrego Furnas
Córrego Guanandy
Córrego Pontinha
Córrego Portão de Pilatos
Córrego Tapera
Córrego Torresmo
Lago Saracá
Lagoa Gaiba
Lagoa Mandioré
Lagoa Uberaba
Riacho Dois Irmão
Riacho José Dias
Riacho Raisama
Riacho Toldas
Ribeirão Alecrim
Ribeirão d'Água Fria
Ribeirão da Bandeira
Ribeirão da Cachoeirinha
Ribeirão da Figueira
Ribeirão da Mortandade
Ribeirão da Ponte Alta
Ribeirão da Serragem
Ribeirão das Areias
Ribeirão das Areiasinhas
Ribeirão das Comadres
Ribeirão das Lages
Ribeirão das Malas
Ribeirão das Pedras
Ribeirão das Piraputangas
Ribeirão das Pitas
Ribeirão das Torrinhas
Ribeirão de Bento Gomes

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Ribeirão de Lavrinhas
Ribeirão do Barreiro
Ribeirão do Baú
Ribeirão do Brumado
Ribeirão do Cágado
Ribeirão do Caju
Ribeirão do Engenho
Ribeirão do Estivado
Ribeirão do Furquilha
Ribeirão do Itapicaba
Ribeirão do Jaraquára
Ribeirão do Machado
Ribeirão do Nobre
Ribeirão do Ouro
Ribeirão do Paredão
Ribeirão do Quibó-grande
Ribeirão do Quibó-pequeno
Ribeirão do Silvestre
Ribeirão do Taquaral
Ribeirão do Teixeira
Ribeirão do Uvacorizal
Ribeirão dos Sales
Ribeirão Jatubá
Ribeirão Jatubasinho de cá
Ribeirão Lages
Ribeirão Lages Vermelhas
Ribeirão Nobre.
Ribeirão Passavinte
Ribeirão Passavintinho
Ribeirão Piraputangas
Ribeirão Samambaia
Ribeirão Serragem
Rio Abuná
Rio Agoapehy
Rio Alecrim
Rio Alegre
Rio Anhanduhy
Rio Anhanduhy-mirim
Rio Apa
Rio Aquidauana do Barranco Alto

Rio Araguaia ou Grande
Rio Aricá
Rio Aricá-mirim
Rio Arinos
Rio Arraias
Rio Aruà-aussú
Rio Aruapiára
Rio Bacaraí
Rio Baetas
Rio Baraú
Rio Barbados
Rio Barreiros
Rio Branco
Rio Cabaçal
Rio Cabixi
Rio Caiapó
Rio Cajurú-mirim
Rio Camapuá
Rio Camapuá-guassú
Rio Camararé
Rio Cantários
Rio Capaná
Rio Caraimbiára
Rio Caturiri ou Caturuzinho
Rio Chanaci
Rio Chichuhy
Rio Chuchi
Rio Claro
Rio Conceição da Serra
Rio Coroará-guassú
Rio Coroará-mirim
Rio Cotovelo
Rio Coxim
Rio Coxipó
Rio Coxipó-guassú
Rio Cristalino
Rio Crixás
Rio Croará-guassú
Rio Croará-mirim
Rio Cuiabá

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Rio da Água Branca
Rio da Casca
Rio da Ponta
Rio da Tropa
Rio Daboque
Rio das Almas
Rio das Araras
Rio das Mortes
Rio das Três-barras ou Piranatingas
Rio das Vertentes
Rio de Fr. Manoel
Rio Debôque
Rio Diamantino
Rio do Peixe
Rio do Peixe do Arinos
Rio do Queima (rio Tereris)
Rio do Quilombo
Rio dos Bois
Rio dos Dourados
Rio Ema
Rio Escupil
Rio Fartura
Rio Galera
Rio Guaporé
Rio Guariteré
Rio Iamari
Rio Iguatemi
Rio Ipané
Rio Ipané-guassú
Rio Ipané-mirim
Rio Iputá
Rio Itiquira
Rio Jaguari
Rio Jamari
Rio Jaupará
Rio Juina
Rio Jurubaúba
Rio Juruena
Rio Limpo
Rio Machado

Rio Madeira
Rio Mamoré
Rio Manicoré
Rio Manso
Rio Manso do Cuiabá
Rio Marmelo
Rio Mequéns
Rio Mondego ou Miranda (antes Mboteteu)
Rio Mutum-i (Rio dos mutuns)
Rio Negro ou Aquidauana
Rio Nioac
Rio Novo
Rio Paraguai
Rio Paraguai-mirim
Rio Paranaíba de S. Lourenço
Rio Paranatingas
Rio Parantingas ou de S. Manoel ou das Três Barras
Rio Pardo
Rio Pardo do Paranatingas
Rio Parnaíba
Rio Passa-vinte
Rio Pilões
Rio Piolho
Rio Piquira
Rio Piquiri
Rio Pirajuí
Rio Piranatingas ou Três Barras
Rio Pitas
Rio Preto
Rio Preto do Arinos
Rio Purus
Rio Quacho-guassú
Rio Quacho-mirim
Rio S. Domingos
Rio S. Francisco
Rio S. João da Barra ou do Azevedo
Rio S. João da Bocaina
Rio S. Miguel
Rio S. Simão Grande
Rio S. Simão pequeno ou Simãozinho

LIVRES E POBRES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL

Rio S. Veríssimo
Rio Sangrador-grande
Rio Sangrador-pequeno
Rio Sangradouro
Rio Sanguessuga
Rio Santa Anna
Rio Santa Maria
Rio São Lourenço (antes Rio dos Porrudos)
Rio Sararé
Rio Sepotuba
Rio Sucuriú
Rio Sucuriú do Juruena
Rio Sumidouro
Rio Tabixú
Rio Tanguinhas
Rio Tapajós
Rio Tapuráques
Rio Taquari
Rio Topinambaranas
Rio Traira
Rio Verde
Rio Verde do Paranatingas
Rio Vermelho
Rio Xacuruina
Rio Xingu



